

RESUMO

A rápida evolução da Internet, permitindo a troca de mercadorias e serviços, pode ser comparada ao período da revolução industrial. A ausência total de fronteiras na Internet suscita tanto a admiração quanto o receio. Na verdade, o crescimento da Internet baseia-se em três fatores distintos e complementares: (i) o comercial; (ii) o tecnológico; e, (iii) o jurídico. A Internet não tem um “comando” jurídico uniformizado e harmonizado. Daí resulta que ela se traduz num mosaico organizacional que, hoje, está permitindo o seu funcionamento. A Internet é “independente”, entretanto não pode subsistir sem a influência de um sistema legal. De fato, as leis nacionais de um determinado país tem vocação a se aplicar às transações comerciais celebradas via Internet, dada a inexistência de uma regulamentação única e abrangente. Contudo, a aplicação não poderá ser imediata, adaptações serão necessárias para atender aos novos modelos jurídicos utilizados na Internet. Esta pesquisa é a primeira parte de um estudo mais amplo: a influência da Internet no direito brasileiro. Por tratar-se de um primeiro estudo bibliográfico, foram examinadas as principais áreas do direito que estão sendo influenciadas pelo desenvolvimento rápido e crescente da Internet. É, portanto, a primeira etapa deste estudo a pesquisa bibliográfica, propriamente dita. Nessa etapa, foram identificadas e comparadas as posições doutrinárias tanto de países sob a influência do sistema jurídico de *common law* como do romano-germânico. A partir de então, na segunda etapa, foram classificados os tópicos de maior interesse para a doutrina, através de palavras-chave. Partindo assim do presente estudo, o estudo mais amplo pretenderá delinear os alicerces de uma proposta jurídica comparada, entre os sistemas de *common law* e romano germânico, para então examinar a influência da Internet no direito brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE

Internet; Comércio eletrônico; B2B; Serviços eletrônicos; Propriedade intelectual.

ABSTRACT

The quick development of the Internet to include the exchange of goods and services can be compared to the industrial revolution. The total absence of frontiers on the Internet is both admirable and fearful. The growth of the Internet is in fact based on three different but connected factors: (i) the commercial factor; (ii) the technological factor; and (iii) the legal factor. There is no uniform or harmonious command for the Internet. The operation of the Internet today is an organizational mosaic. The Internet is “independent”; however it cannot subsist without the influence of a legal system. The national laws of any country are suited for application to commercial transactions made by the Internet because there is no single regulation. Nevertheless, such laws may not be applied immediately because they would have to be adapted to the new legal patterns used on the Internet. This paper is the first part of a larger project: the influence of the Internet on the Brazilian law. As it is just a preliminary paper, it concentrates on the legal aspects that have been affected the growth of the Internet. The first phase of this paper is the bibliographical. On this part, it was able to identify and compare the legal patterns already used on the Internet with the applicable laws in common law and civil law systems. On the next phase of this paper, the key issues that identified in the selected bibliography have been classified into key words. This paper shall be useful afterwards on a larger project, where a compared legal proposal between common law and civil law systems would be the basis of an analysis related to the influence of the Internet on the Brazilian legal system.

KEY WORDS

Internet; *E-commerce*; *E-services*; *B2B*; Intellectual property.

SUMÁRIO

I. Formulação do problema da pesquisa.....	4
II. Justificativa da pesquisa.....	5
III. Metodologia e objetivos da investigação.....	6
IV. Bibliografia	41
Livros.....	41
Artigos.....	54
Palavras-chave.....	106
Palavras-chave (relacionando apenas a literatura de países de <i>common law</i>)	227
Palavras-chave (relacionando apenas a literatura de países romano-germânicos)	306
V. Esboço preliminar	355
A pirataria do nome de domínio na Internet.....	355
Brazilian perspective on laws affecting Internet business-to-consumer contracting – part I	373
Brazilian perspective on laws affecting Internet business-to-consumer contracting – part II.....	379
L'enregistrement du nom de domaine au Brésil	387
E-nevitável: B2C vs. Direito – uma perspectiva brasileira.....	398

INTERNET – LACUNA JURÍDICA OU INFERNO LEGAL

*Ligia Maura Costa**

I. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA

Sob o prisma da liberdade, a Internet vem derrubando conceitos tradicionais como os de fronteira e de território. Esses são, entretanto, os pilares do direito. É quase desnecessário dizer que o desenvolvimento rápido da Internet não está permitindo que o direito fique estático a essa transformação. Não são as novas modalidades de negócios que se adaptarão ao direito, mas sim este último que terá que ser reelaborado para reger as relações no ciberespaço. Breve, estamos diante de uma preocupação que desperta a atenção da doutrina, dos governos, das entidades privadas, das organizações científicas e das não governamentais, apenas para citar esses. O dinamismo com que estão sendo preparados estudos específicos é demonstração clara da importância do fenômeno “Internet”.

Delinear uma proposta jurídica comparativa, entre os sistemas jurídicos de *common law* e romano-germânico, do fenômeno Internet e fazer sua aplicação crítica, num futuro estudo mais amplo, ao sistema jurídico brasileiro é a proposta final, cuja base inicial é o presente estudo. **Para atender a esse objetivo de um estudo mais amplo, a pesquisa bibliográfica é necessária. É este o objeto do presente estudo.** Dada a ausência de um número considerável de decisões jurisprudenciais no período de tempo determinado para a pesquisa, este trabalho é o fruto de uma pesquisa bibliográfica doutrinária, baseando assim suas conclusões na opinião da doutrina

* O NPP agradece à aluna que participou da pesquisa que originou o presente relatório como monitora de pesquisas, Fernanda Cristina Dezotti.

mais especializada. Na segunda etapa do presente estudo, foi feito um levantamento de palavras-chave, classificando assim o material bibliográfico já selecionado.

II. JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A Internet e as transações a ela relacionadas são assunto central, tanto para os homens de negócios como para os pesquisadores. Os primeiros preocupam-se, em especial, com as mudanças na estrutura comercial e organizacional decorrentes do “el Niño” Internet. Já para os pesquisadores, e particularmente para os juristas, o mosaico de leis que envolve uma transação via Internet implica numa concepção jurídica nova a ser delineada para acompanhar as novas regras do jogo.

Além disso, o volume de transações recentes realizadas pela Internet e o leque de opções que ainda poderá ser aberto representam centenas de milhões de dólares. Note-se que o fenômeno Internet abrange não apenas empresas tradicionalmente posicionadas no mercado, mas também pequenas e médias empresas assim como usuários transacionando de suas próprias casas.

O que não se sabe, ao certo, é qual o sistema jurídico, e especificamente qual lei será utilizada para proteger essas transações e seus usuários, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas. É importante uma análise comparada que auxilie a implantação de conceitos do ciberespaço no sistema legal brasileiro. Não se pode permitir que modelos elaborados num contexto diverso venham a ser aplicados num ambiente para o qual não foram concebidos. Além disso, a globalização e a intensificação das trocas comerciais internacionais podem fazer com que influências externas venham a modificar as bases do sistema jurídico nacional.

É fato que não há estudos jurídicos, no Brasil, que respondam às inúmeras transações celebradas via Internet, sempre dentro de uma perspectiva crítica e

comparativa. Do mesmo modo, pode-se afirmar que não há estudos abrangentes de autores nacionais que dêem segurança legal para todas as transações que a Internet permite hoje, bem como para os seus usuários.

É sob essa perspectiva que o presente estudo busca, num primeiro momento, contribuir para uma sistematização crítica da literatura brasileira e estrangeira, para em seguida, no âmbito de um projeto mais abrangente, que não é o objeto do presente estudo, propor-se a delinear uma visão jurídica básica para o sistema legal brasileiro, levando-se em conta os temas mais relevantes apontados pela doutrina dos países romano-germânicos e de *common law*.

III. METODOLOGIA E OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO

Na primeira etapa do presente estudo, foi feito um levantamento bibliográfico amplo, tanto nacional quanto internacional. Foram levantados mais de 500 artigos e livros, brasileiros e estrangeiros, publicados a partir de 1990 até 2.001. Deste levantamento foi feita uma leitura preliminar eliminando as publicações que não apresentavam uma contribuição ao tema, ou seja, publicações que apenas relatavam os problemas que o advento da Internet estava causando, sem todavia propor uma solução foram eliminadas. Assim, do total de 500 artigos e livros, foram selecionados 300, sendo 55 livros e 245 artigos. O levantamento bibliográfico, “no mundo real”, foi feito, basicamente, na Biblioteca da EAESP-FGV e na da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Além dessas duas bibliotecas, foram também consultadas, num curto período de tempo, a Biblioteca da *Northwestern University School of Law* e a Biblioteca *Cujas da Université de Paris I Panthéon-Sorbonne*. Como não poderia deixar de ser, a Internet foi também utilizada como fonte de pesquisa bibliográfica. Tanto é assim que dos 245 artigos selecionados 98 deles foram encontrados em sites da Internet. É importante notar que apesar das “facilidades” que permite a pesquisa via Internet, as facilidades são mais aparentes do que reais. Isto porque não há um controle sobre a qualidade das

obras divulgadas via Internet e o pesquisador leva um bom tempo até encontrar sites que sejam de real interesse. É certo que um artigo publicado na Revista da Faculdade de *Yale, Harvard, Michigan* etc. é uma publicação que, *a priori*, merece ser examinada. Já numa pesquisa via Internet, nem todos os resultados podem ser selecionados. Ao contrário, perde-se um tempo inestimável na busca de publicações que tragam resultados interessantes. Embora a pesquisa via Internet resulte num número considerável de publicações, muitas delas deixam a desejar em relação ao seu conteúdo. Cada publicação necessita ser muito bem analisada. E, o tempo de pesquisa gasto nesta seleção é no final muito maior. De qualquer modo, vale notar que durante a pesquisa foi possível identificar alguns sites cujas publicações sobre o tema são de excelente qualidade. São eles:

- <http://www.law.duke.edu>
- <http://www2.smu.edu>
- <http://www.wm.edu>
- <http://www.jeanmonnetprogram.org>
- <http://www.iccwbo.org>
- <http://www.eff.org>
- <http://www.richmond.edu>
- <http://www.publicaciones.derecho.org>¹

Seja como for, a pesquisa via Internet permitiu o acesso a publicações de vários países, publicações essas cujo acesso não teria sido possível sem esse recurso tecnológico. Breve: os objetivos específicos da primeira etapa do presente estudo foram os seguintes:

¹ Note-se que nem todos os artigos publicados neste site da Revista Electrónica de Derecho Informático (REDI) são relevantes. Entretanto, esta publicação permite uma excelente visão geral do sistema jurídico dos países latino-americanos.

- (i) identificação e seleção da literatura nacional (37 citações em palavras-chave foram selecionadas). Tendo em vista que o período da pesquisa era de 1990 até 2001, a identificação de artigos ou livros nacionais não foi fácil. Isto porque somente recentemente (isto é a partir de 1999) é que foram publicados livros e artigos relevantes e interessantes sobre o tema. A seleção nacional baseou-se, fundamentalmente, em abranger o maior leque possível de ramos do direito. É importante notar que artigos que apenas apontavam os problemas inerentes à Internet, mas que não apresentavam uma contribuição ou proposta, foram eliminados nesta etapa;
- (ii) identificação e seleção da literatura estrangeira (263 citações em palavras-chave foram selecionadas). Ao contrário da identificação e seleção nacional, a literatura estrangeira desde 1990 já apresentavam artigos e livros sobre o tema. É claro que não com a profusão com que se vê a partir de 1999. O critério de seleção visou, também, abranger o leque mais amplo possível de ramos do direito. Além disso, buscou-se privilegiar a contribuição de um maior número de países e de sistemas jurídicos. A diversidade de países e sistemas jurídicos foi, então, a principal meta da seleção;
- (iii) comparação crítica e sistematização das literaturas escolhidas, tanto nacionais quanto estrangeiras, para a preparação da lista de palavras chave, a qual deveria abranger o maior número possível de temas. Com a detida leitura das obras escolhidas foi fácil identificar os temas que foram objeto de maior atenção da doutrina, tanto dos países romano-germânicos quanto de *common law*;
- (iv) preparação de esboço preliminar para utilização na segunda etapa do presente estudo. O esboço preliminar decorre do resultado comparativo entre os temas mais citados pela doutrina dos países sob a influência romano-germânica e de *common law*. A leitura crítica, comparada e sistematizadas das literaturas escolhidas permitiu a preparação de alguns *papers* jurídicos sobre o tema, que integram a seção V deste trabalho (Esboço Preliminar). Alguns desses *papers* foram publicados no Brasil (Revista RAE) e no exterior (*Inter-American Trade Report*) e, um deles aguarda ainda publicação no exterior (*Revue de La Seine*).

Na segunda etapa do presente estudo, foi feito um levantamento da literatura selecionada e sua sistematização através de palavras-chave (a lista das palavras

chave resultante da primeira etapa do presente estudo), que correspondem ao foco principal do material bibliográfico em exame. A razão da sistematização por palavras-chave é facilitar a consulta do leitor. O objetivo é permitir que o leitor saiba quais são os temas tratados naquela obra e se de fato são de interesse para o leitor. Além disso, a maior parte das publicações jurídicas não usam o recurso de palavras-chave. O mesmo se aplica para os sites de busca na Internet². Isto porque na maior parte das vezes, o resultado da busca é tão amplo que sua utilização se torna inviável. Do mesmo modo, não é usual, pelo menos na literatura nacional, que a bibliografia de um trabalho indique, através de palavras-chave, os temas tratados em cada uma das obras citadas, sejam elas artigos ou livros.

O recurso de palavras-chave pode ser de grande utilidade. Isto porque é fato que o título de uma obra nem sempre menciona os temas efetivamente abordados pelo autor. Por exemplo, no artigo de **TROTTER, H.**, “The proper legal regime for ‘cyberspace’”, in 55 *U. PITT. L. REV.* 993 (1994), dificilmente o leitor poderá imaginar, pelo título simplesmente, que o autor aborda os problemas do anonimato na Internet e da proteção do *First Amendment* da Constituição norte-americana. Um outro exemplo, no artigo de **ROTHCHILD, J.**, “Protecting the digital consumer: the limits of cyberspace utopianism”, in 74 *INDIANA L. J.* 893 (Summer 1999), a proteção do consumidor “internauta” resulta claramente do título do artigo. O que não é claro da leitura do título, é que o autor abrange vários aspectos do comércio eletrônico, isto é, desde os contratos eletrônicos, passando pelos problemas inerentes à jurisdição e finaliza com os problemas relacionados à fraude na Internet.

Diante disso, é importante saber como foi o critério de escolha das palavras-chave presentes neste trabalho. As palavras-chave foram escolhidas levando-se em conta os temas específicos da Internet mais tratados na literatura selecionada, os ramos do direito (na medida em que um ramo específico do direito era abordado na

² Note-se que é possível contratar com os sites de busca na Internet a posição que determinado assunto terá no resultado de uma busca. Diante disso, a maior parte das buscas acaba resultando, nas primeiras colocações, em respostas de sites comerciais.

publicação) e o país em questão (no caso de o artigo tratar apenas de aspectos relacionados a um determinado país, o que é bastante usual).

A lista de palavras-chave exclusivamente por tema específico é a seguinte:

Administração fiscal
Administração pública
Anonimato
Arbitragem
Assinatura eletrônica
Banco Central do Brasil (BACEN)
Base de dados
B2B
Câmara de Comércio Internacional (CCI/ICC)
Certificado eletrônico
Ciberespaço
CNUDCI
Comércio eletrônico
Comunicação
Conflito de lei
Contrato eletrônico
Controle (Internet)
Convenção de Berna
Convenção de Paris
Cookies
Costa Rica
Crime informático
Criptografia
Diretiva Européia (sobre proteção de base de dados)
Distribuição
Documento eletrônico
E-banking
ECA
EDI
EFT
E-mail
Espionagem industrial
First Amendment
Fifth Amendment
Fourth Amendment
Fraude
Guerra

Hacker
ICANN
Internet
Jogo
Jurisdição
Lei das Licitações
Lei Geral de Telecomunicações
Lex Mercatoria
Marketing
Mercado de capitais
Nome de domínio
Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE/OECD)
Organização Mundial do Comércio (OMC/WTO)
Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI/WIPO)
Pagamento eletrônico
Perícia judicial
Pirataria
Prestação de serviços
Privacidade
Prova
Provedor de serviço
Publicidade
Regulação
Responsabilidade
Service Level Agreements (SLA)
Serviços financeiros
Sigilo
Soberania
Sociedade da informação
Software
Tecnologia da informação
Telecomunicações
Territorialidade
Tributos
TRIPS (Trade Related Intellectual Property Rights)
UCC (Uniform Commercial Code)– Article 2
UNCITRAL

Note-se que o objetivo foi de inserir o maior número possível de palavras-chave afim de permitir uma fácil localização do tema buscado pelo leitor.

A lista de palavras-chave, exclusivamente por ramos do direito, é a seguinte:

Direito administrativo
Direito antitruste
Direito autoral
Direito bancário
Direito cibernético³
Direito civil
Direito comercial
Direito constitucional
Direito da propriedade intelectual
Direito do consumidor
Direito do trabalho
Direito informático
Direito internacional privado
Direito internacional público
Direito marcário
Direito mobiliário
Direito patentário
Direito penal
Direito processual civil
Direito securitário
Direito societário
Direito tributário
Direitos humanos
Filosofia do direito

Já a lista de palavras-chave por país é a seguinte:

Alemanha
Argentina
Brasil
Canadá
Chile
Colômbia
Costa Rica

³ Alguns autores entendem que o direito cibernético já deve ser considerado como um ramo do direito.

Equador
Espanha
Estados Unidos da América
França
Hong Kong
Itália
Mercosul
México
Países Baixos
Peru
Portugal
Reino Unido
Suécia
Suíça
União Européia
Venezuela

O maior número possível de palavras-chave foi inserido em cada uma das obras, visando permitir uma fácil localização do tema buscado pelo leitor. Para facilitar a consulta, explicamos como é feita a seleção das palavras chave, utilizando, a título de exemplo, o livro coordenado por Alain Bensoussan (um dos primeiros na França a tratar do tema Internet):

BENSOUSSAN, A. (coord.), *Internet: aspects juridiques*, 2^a ed., Paris, Hermès, 1998.

Palavras Chave:

- França** (o livro trata apenas de aspectos relacionados exclusivamente a França)
- Comércio eletrônico** (o livro aborda problemas do comércio eletrônico na França)
- Internet** (o livro explica as origens da Internet, desde os seus primórdios até os dias de hoje)
- Regulação** (a falta de regulação da Internet é tema importante examinado pelos autores e diante disso importância de uma verdadeira regulação)
- Fraude** (os problemas relativos à fraude na França relacionados à utilização da Internet)
- Direito penal** (Os autores examinam a fraude na Internet sob o prisma do direito penal e da legislação penal francesa)
- Direito civil** (ao tratar do comércio eletrônico, os autores fazem relação com os princípios bem estabelecidos do Código Civil francês em matéria de contratos)

Ainda, a título de esclarecimento, se o leitor tiver um interesse específico num assunto determinado, por exemplo *hacker*, ele encontrará 13 referências bibliográficas na literatura selecionada ao buscar essa palavra-chave, como se vê a seguir:

ALEXANDER, S., “The long arm of the law: from child pornography to counterfeiting to murder, investigator Frank Clark has seen it all”, in *COMPUTERWORLD*, May 6, 1996, p. 99.

ALMEIDA C. S., “España: Intimidad un derecho en crisis. La erosión de la privacidad”, in *R.E.D.I. [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000)*.

CANGLIALOSI, C., “The electronic underground: computer piracy and electronic bulletin boards”, in 15 *RUTGERS COMPUTER & TECH. L.J.* 265 (1989).

GALDINO FRAGA, A. C., “Crimes de informática. A ameaça virtual na era da informação digital”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 365-78.

GOSLING, P., “Your life in a hacker’s hands”, in *THE INDEPENDENT*, Sept. 25, 1995, p. 14.

HOWE, M., “Schoolboy hacker caused chaos at vital cancer centre”, in *Press Association Newsfile*, Feb. 24, 1993, *LEXIS*, News Library, ARCNWS File.

NIGRI, D. F., “Crime e informática: um novo fenômeno jurídico”, in *RTJE*, vol. 100, maio 1992, p. 41-8.

PLATT, C., *Anarchy online*, New York, HarperPrism, 1996.

SCHWARTZ, P. M., “The protection of privacy in health care reform”, in 48 *VAND. L. REV.* 295, (1995).

SCIGLIMPAGLIA, R. J., Jr., “Computer hacking: a global offense”, in 3 *PACE Y.B. INT’L L.* 199 (1991).

SERGEANT, R. S., “A Fourth Amendment model for computer networks and data privacy”, in 81 *VA. L. REV.* 1181.

STEELE, H. L., Jr., “The prevention of non-consensual access to ‘confidential’ health-care information in cyberspace”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Steele>.

VICTOR, P., “Perverts hack into hospital computers”, in *THE INDEPENDENT*, Nov. 27, 1994, p 1.

Vale notar que a utilização de ramos do direito em palavras-chave visa facilitar a consulta de um leitor que não está habituado aos problemas da Internet. Assim, o leitor pode, apenas escolhendo uma área do direito, encontrar, na literatura selecionada, aquela que trate dessa área, sem ter qualquer conhecimento de um tema específico. Por exemplo, se o interesse do leitor for direito penal em geral, ele encontrará 40 referências bibliográficas a esse respeito, sem mencionar exatamente um aspecto específico. A título de ilustração, a seguir estão as referências bibliográficas relacionadas ao direito penal:

ACKER, R., “Choice-of-law questions in cyberfraud”, in *U. CHI. LEGAL F.* 437 (1996).

ALBUQUERQUE, R. C., “Brasil: combate à pornografia infanto-juvenil na Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 26 septiembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.26septiembredel2000).

ALEXANDER, S., “The long arm of the law: from child pornography to counterfeiting to murder, investigator Frank Clark has seen it all”, in *COMPUTERWORLD*, May 6, 1996, p. 99.

ALMEIDA C. S., “España: Intimidación un derecho en crisis. La erosión de la privacidad”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24juliodel2000).

ANDREWS, E. L., “Germany's efforts to police Web are upsetting business”, *N.Y. Times*, June 6, 1997, p. A1.

BAUMGARTEN, J. A., *Business & legal guide to online-Internet law*, Little Falls, NJ, Glasser LegalWorks, 1997.

BENSOUSSAN, A. (coord.), *Internet: aspects juridiques*, 2^a ed., Paris, Hermès, 1998.

BERLANDI, B., “‘It’s our way or the highway’: American ruling cyberspace - A look back at bad policy and a look ahead at new policy”, 3 *J. TECH. L. & POLICY* 2.

BRIAT, M., “La fraude informatique: une approche de droit comparé”, in *Rev. de Dr. Penal et de Criminologie*, août-sept-oct, 1985, p. 130-45.

CANGLIALOSI, C., “The electronic underground: computer piracy and electronic bulletin boards”, in 15 *RUTGERS COMPUTER & TECH. L.J.* 265 (1989).

CASABONA, C. M. R., “Los delitos de daños en el ambito informatico”, in *Der. Penal y Criminologia*, vol. XIII, n. 43, enero/abril, 1991, p. 45-70.

CATE, F. H., “Cybersex: regulating sexually explicit expression on the Internet”, 14 *BEHAV. SCI. & L.* 145 (1996).

CHIOSSONE, T., “Las infracciones relativas a las computadoras”, in *Rev. de la Facultad de Ciencias Juridicas y Politicas*, n. 83, 1992, p. 41-56.

COOK, W. J., “Be wary of Internet casting shadows on copyright holders”, in 96 *CHI. LAW* 60.

DENNING D. E. e DENNING, P. J (ed.), *Internet besieged: countering cyberspace scofflaws*, New York, N.Y. , ACM Press, Reading, Mass., Addison Wesley, 1998.

EDWARDS, L. e WAELDE, C. (coord.), *Law & the Internet : a framework for electronic commerce*, 2^a ed., Oxford; Portland, Or., Hart, 2000.

ELIAS, M. S., “Argentina: Situación legal de los datos de carácter personal frente a las nuevas tecnologías”, in *R.E.D.I. <http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001>*.

ELIAS, P. S., “Alguns aspectos da informática e suas conseqüências no direito”, in *RT*, vol. 766, 1999, p. 491-500.

GALDINO FRAGA, A. C., “Crimes de informática. A ameaça virtual na era da informação digital”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 365-78.

HOWE, M., “Schoolboy hacker caused chaos at vital cancer centre”, in *Press Association Newsfile*, Feb. 24, 1993, *LEXIS*, News Library, ARCNWS File.

JOHNSON, D. R., “Law enforcement and the architecture of cyberspace - should the cops on the beat design the electronic street”, in http://www.eff.org/pub/Privacy/Surveillance/CALEA/cops_net_architecture_johnson.

KARADBIL, J. F., “Casinos of the next millennium: a look into the proposed ban on internet gambling”, in 17 *ARIZ. J. INT’L & COMP. LAW* 413 (2000).

KELLEHER, D., *IT law in the European Union*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

KELLER, B. P., “The game’s the same: why gambling in cyberspace violates Federal Law”, 108 *YALE L. J.* 1569 (1999).

LAFUZE, W. L. e FRIEDRICH, V. K., “Aggressive enforcement of rights involving Internet abuses”, in 3 *COMP. L. REV. & TECH. J.* 413 (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/LaFuze>.

LICKS O. B. e ARAUJO, J. M. Jr., “Aspectos penais dos crimes de informática no Brasil”, in *Rev. Minist. Público*, n. 33, 1994, p. 82-103.

LOSCALZE, T. E. e SHAPIRO, S. J., “Internet gambling policy: prohibition versus regulation”, 7 *VILL. SPORTS & ENT. L. FORUM* 11 (2000).

MCNULTY, F. L., “Encryption’s importance to economic and infrastructure security”, in *DUKE J. OF COMP. & INT’L L.* 427 (Spring 1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+427>.

MEFFORD, A., “Lex informatica: foundations of law on the Internet”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 211 (Fall 1997).

MERCER, J. D., “Cybersquatting: blackmail on the information superhighway”, 6 *B.U. J. SCI. & TECH. L.* 11 (2000).

NIGRI, D. F., “Crime e informática: um novo fenômeno jurídico”, in *RTJE*, vol. 100, maio 1992, p. 41-8.

PICA, G., *Diritto penale delle tecnologie informatiche: computer's crimes e reati telematici, Internet, banche-dati e privacy*, Torino, UTET, 1999.

PLATT, C., *Anarchy online*, New York, HarperPrism, 1996.

QUIÑONES, G., *Cibernética penal. El delito computarizado*, Caracas, Epsion Venezuela, S.A., Gráficas Capitolio S.A, 1989.

QUINTERO, A. G., “Colombia: el secreto en la comunicación por correo electrónico”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 Agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25Agosto2000).

SÁNCHEZ, A. A., “El delito informático. Algunas consideraciones jurídicos-penales”, in *Rev. de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas*, n. 68, Nov. 1987, p. 127-33.

SERGIENKO, G., “United States v. Hubbell: Encryption and the Discovery of Documents”, 7 *RICH. J.L. & TECH.* 31 (Spring 2001), <http://www.richmond.edu/jolt/v7i4/article1>.

SUSSMANN, M. A., “The critical challenges from international high-tech and computer-related crime at the millennium”, in 9 *DUKE J. OF COMP. & INT'L L.* 451 (1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+451>.

VICTOR, P., “Perverts hack into hospital computers”, in *THE INDEPENDENT*, Nov. 27, 1994, p 1.

YOUST, L. R. e KOH, H. L., “Management and discovery of electronically stored information”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Youst>.

Constata-se que das 13 referências para *hacker*, 7 delas (ALEXANDER, S., CANGIALOSI, C., GALDINO FRAGA, A. C., HOWE, M., NIGRI, D. F., PLATT, C., VICTOR, P.) são também objeto de classificação na palavra-chave direito penal. Portanto, nessas obras o leitor encontrará, certamente, o tema específico de seu interesse, abordado sob a perspectiva do direito penal. Já nas outras 6 referências, outras áreas do direito estarão sendo abordadas mas não, particularmente, o direito penal.

Por outro lado, se o leitor tiver um interesse num país determinado, sendo irrelevante a matéria tratada ou o ramo do direito, basta ao leitor verificar se o país desejado está citado no presente trabalho. Se estiver, ele encontrará, genericamente, obras jurídicas relacionadas à Internet naquele país. Por exemplo, Italia:

CAMMARATA, M., “Italia: il rispetto della legge non è facoltativo”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 27 octubre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.27octubre2000).

CORASANITI, G. (coord.), *Codice per l'informatica: Internet, informatica nelle pubbliche amministrazioni, commercio elettronico, firma digitale, tutela del software, privacy, banche dati*, Milano, A. Giuffrè, 2001.

FINOCCHIARO, G., *I contratti informatici*, Padova, CEDAM, 1997.

PICA, G., *Diritto penale delle tecnologie informatiche: computer's crimes e reati telematici, Internet, banche-dati e privacy*, Torino, UTET, 1999.

SARZANA, C. e SARZANA, F., *Profili giuridici del commercio via Internet*, Milano, A. Giuffrè, 1999.

TOSI, E. (coord.), *Il codice del diritto dell'informatica e di Internet : normativa nazionale e comunitaria (con le novità relative a commercio elettronico, firma digitale, consumatori, millennium bug e intermediazione finanziaria on-line)*, Piacenza, La tribuna, 2000.

VACCÀ, C. (coord.), *Il commercio elettronico: il documento digitale, Internet, la pubblicità on line*, Milano, EGEA, 1999.

São 7 obras selecionadas sob a palavra-chave Itália. Ainda, se o leitor quiser saber o assunto específico de uma das obras encontradas sob a palavra-chave Italia, basta selecionar a obra desejada, por exemplo, **CAMMARATA, M.**, “Italia: il rispetto della legge non è facoltativo”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 27 octubre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.27%20octubre%20del%202000). Na parte do trabalho sob o título bibliografia, o leitor encontrará o que segue:

CAMMARATA, M., “Italia: il rispetto della legge non è facoltativo”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 27 octubre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.27%20octubre%20del%202000).

Palavras Chave: Itália
Nome de domínio
Arbitragem
Direito marcário

Com isso, é fácil ao leitor concluir que trata-se de um artigo relativo a um conflito entre nome de domínio e marca, bem como de sua resolução através da arbitragem, sob a ótica italiana.

O material bibliográfico selecionado foi devidamente classificado através deste método. A classificação pelas palavras chave foi assim realizada:

- (i) classificação da bibliografia selecionada, através de palavras-chave;
- (ii) sistematização e preparação de classificação para facilitar a consulta;
- (iii) análise crítica dos temas mais relevantes apontados pela doutrina, através da preparação de *papers* já publicados ou no prelo.

De fato, as palavras-chave permitiram a identificação dos temas que foram objeto de maior interesse pela doutrina selecionada, tanto a dos países de sistema de *common law* quanto do romano-germânico, como se demonstra a seguir:

Administração fiscal: 2 citações em palavras-chave
Administração pública: 1 citação em palavra-chave

Alemanha:	3 citações em palavras-chave
Anonimato:	6 citações em palavras-chave
Arbitragem:	1 citação em palavra-chave
Argentina:	6 citações em palavras-chave
Assinatura eletrônica:	14 citações em palavras-chave
BACEN:	1 citação em palavra-chave
Base de dados:	25 citações em palavras-chave
Brasil:	37 citações em palavras-chave
B2B:	3 citações em palavras-chave
Canadá:	6 citações em palavras-chave
CCI (ICC):	1 citação em palavra-chave
Certificado eletrônico:	1 citação em palavra-chave
Chile:	1 citação em palavra-chave
Ciberespaço:	16 citações em palavras-chave
CNUDCI:	1 citação em palavra-chave
Colômbia:	4 citações em palavras-chave
Comércio eletrônico:	73 citações em palavras-chave
Comunicação:	2 citações em palavras-chave
Conflito de lei:	18 citações em palavras-chave
Contrato eletrônico:	26 citações em palavras-chave
Controle (Internet):	3 citações em palavras-chave
Convenção de Berna:	6 citações em palavras-chave
Convenção de Paris:	2 citações em palavras-chave
<i>Cookies</i> :	2 citações em palavras-chave
Costa Rica:	1 citação em palavra-chave
Crime informático:	3 citações em palavras-chave
Criptografia:	18 citações em palavras-chave
Direito administrativo:	2 citações em palavras-chave
Direito antitruste:	1 citação em palavra-chave
Direito autoral:	43 citações em palavras-chave
Direito à privacidade:	2 citações em palavras-chave
Direito bancário:	4 citações em palavras-chave
Direito cibernético:	14 citações em palavras-chave
Direito civil:	47 citações em palavras-chave
Direito comercial:	12 citações em palavras-chave
Direito constitucional:	49 citações em palavras-chave
Direito da propriedade intelectual:	33 citações em palavras-chave
Direito do consumidor:	19 citações em palavras-chave
Direito do trabalho:	3 citações em palavras-chave
Direito informático:	6 citações em palavras-chave
Direito internacional privado:	25 citações em palavras-chave
Direito internacional público:	11 citações em palavras-chave
Direito marcário:	18 citações em palavras-chave
Direito mobiliário:	7 citações em palavras-chave

Direito patentário:	4 citações em palavras-chave
Direito penal:	40 citações em palavras-chave
Direito processual civil:	18 citações em palavras-chave
Direito securitário:	1 citação em palavra-chave
Direito societário:	3 citações em palavras-chave
Direito tributário:	21 citações em palavras-chave
Direitos humanos:	2 citações em palavras-chave
Diretiva Européia (sobre proteção de base de dados):	1 citação em palavra-chave
Distribuição:	2 citações em palavras-chave
Documento eletrônico:	5 citações em palavras-chave
E-banking:	4 citações em palavras-chave
ECA:	1 citação em palavra-chave
EDI:	7 citações em palavras-chave
EFT:	3 citações em palavras-chave
E-mail:	5 citações em palavras-chave
Equador:	1 citação em palavra-chave
Espanha:	8 citações em palavras-chave
Espionagem industrial:	1 citação em palavra-chave
Estados Unidos da América:	166 citações em palavras-chave
Filosofia do direito:	1 citação em palavra-chave
<i>First Amendment:</i>	14 citações em palavras-chave
<i>Fifth Amendment:</i>	2 citações em palavras-chave
<i>Fourth Amendment:</i>	3 citações em palavras-chave
França:	9 citações em palavras-chave
Fraude:	8 citações em palavras-chave
Guerra:	1 citação em palavra-chave
<i>Hacker:</i>	13 citações em palavras-chave
Hong Kong:	1 citação em palavra-chave
ICANN:	8 citações em palavras-chave
Internet:	42 citações em palavras-chave
Itália:	7 citações em palavras-chave
Jogo:	6 citações em palavras-chave
Jurisdição:	33 citações em palavras-chave
Lei das Licitações:	1 citação em palavra-chave
Lei Geral de Telecomunicações:	1 citação em palavra-chave
<i>Lex Mercatoria:</i>	1 citação em palavra-chave
Marketing:	1 citação em palavra-chave
Mercado de capitais:	7 citações em palavras-chave
Mercosul:	1 citação em palavra-chave
México:	2 citações em palavras-chave
Nome de domínio:	21 citações em palavras-chave
OCDE (OECD):	3 citações em palavras-chave
OMC (WTO):	2 citações em palavras-chave

OMPI (WIPO):	9 citações em palavras-chave
Pagamento eletrônico:	7 citações em palavras-chave
Países Baixos:	1 citação em palavra-chave
Perícia judicial:	1 citação em palavra-chave
Peru:	3 citações em palavras-chave
Pirataria:	6 citações em palavras-chave
Portugal:	3 citações em palavras-chave
Prestação de serviços:	10 citações em palavras-chave
Privacidade:	26 citações em palavras-chave
Prova:	6 citações em palavras-chave
Provedor de serviço:	3 citações em palavras-chave
Publicidade:	4 citações em palavras-chave
Regulação:	35 citações em palavras-chave
Reino Unido:	9 citações em palavras-chave
Responsabilidade:	15 citações em palavras-chave
<i>Service Level Agreements (SLA)</i> :	1 citação em palavra-chave
Serviços financeiros:	1 citação em palavra-chave
Sigilo:	5 citações em palavras-chave
Soberania:	18 citações em palavras-chave
Sociedade da informação:	3 citações em palavras-chave
Software:	10 citações em palavras-chave
Suécia:	1 citação em palavra-chave
Suíça:	2 citações em palavras-chave
Tecnologia da informação:	4 citações em palavras-chave
Telecomunicações:	2 citações em palavras-chave
Territorialidade:	8 citações em palavras-chave
Tributos:	4 citações em palavras-chave
TRIPS:	3 citações em palavras-chave
<i>UCC – Article 2</i> :	1 citação em palavra-chave
UNCITRAL:	2 citações em palavras-chave
União Européia:	7 citações em palavras-chave
Venezuela:	11 citações em palavras-chave

Constata-se, portanto, que a doutrina demonstrou maior preocupação com os seguintes tópicos⁴:

- comércio eletrônico:	73 citações em palavras-chave
- Internet (em geral):	42 citações em palavras-chave
- regulação:	35 citações em palavras-chave

⁴ Na presente constatação não estão incluídos os países nem os ramos do direito.

- jurisdição:	33 citações em palavras-chave
- contrato eletrônico:	26 citações em palavras-chave
- privacidade:	26 citações em palavras-chave
- base de dados:	25 citações em palavras-chave
- nome de domínio:	21 citações em palavras-chave
- conflito de lei:	18 citações em palavras-chave
- criptografia:	18 citações em palavras-chave
- soberania:	18 citações em palavras-chave
- ciberespaço:	16 citações em palavras-chave
- responsabilidade:	15 citações em palavras-chave
- assinatura eletrônica:	14 citações em palavras-chave
- <i>First Amendment</i> :	14 citações em palavras-chave
- <i>Hacker</i> :	13 citações em palavras-chave
- Prestação de serviços:	10 citações em palavras-chave
- Software:	10 citações em palavras-chave

Abaixo de 10 citações em palavras-chave, citam-se:

- 9 citações em palavras-chave:	OMPI (WIPO)
- 8 citações em palavras-chave:	fraude; ICANN; territorialidade
- 7 citações em palavras-chave:	direito mobiliário; EDI; mercado de capitais; pagamento eletrônico; União Européia
- 6 citações em palavras-chave:	anonimato; Convenção de Berna; direito informático; jogo; pirataria; prova
- 5 citações em palavras-chave:	documento eletrônico; e-mail; sigilo

- 4 citações em palavras-chave: direito bancário; direito patentário; e-banking; publicidade; tecnologia da informação; tributos
- 3 citações em palavras-chave: B2B; controle (Internet); crime informático; direito societário; EFT; *Fourth Amendment*; OCDE (OECD); provedor de serviço; sociedade da informação; TRIPS
- 2 citações em palavras-chave: administração fiscal; comunicação; Convenção de Paris; *cookies*; direito administrativo; direito à privacidade; direitos humanos; distribuição; *fifth amendment*; OMC (WTO); telecomunicações; UNCITRAL;
- 1 citação em palavra-chave: administração pública; arbitragem; BACEN; CCI (ICC); certificado eletrônico; CNUDCI; direito antitruste; direito securitário; Diretiva Européia (sobre proteção de base de dados); ECA; espionagem industrial; filosofia do direito; guerra; Lei das Licitações; Lei Geral de Telecomunicações; *Lex Mercatoria*; Marketing; Mercosul; Perícia Judicial; *Service Level Agreements* (SLA); serviços financeiros; *UCC – Article 2*

Os ramos do direito mais citados, em palavras-chave, são os seguintes:

- direito constitucional: 49 citações em palavras-chave
- direito civil: 47 citações em palavras-chave
- direito autoral: 43 citações em palavras-chave
- direito penal: 40 citações em palavras-chave
- direito da propriedade intelectual: 33 citações em palavras-chave
- direito internacional privado: 25 citações em palavras-chave
- direito tributário: 21 citações em palavras-chave
- direito do consumidor: 19 citações em palavras-chave
- direito processual civil: 18 citações em palavras-chave
- direito marcário: 18 citações em palavras-chave

- direito cibernético:	14 citações em palavras-chave
- direito comercial:	12 citações em palavras-chave
- direito internacional público:	11 citações em palavras-chave
- direito mobiliário:	7 citações em palavras-chave
- direito informático:	6 citações em palavras-chave
- direito bancário:	4 citações em palavras-chave
- direito patentário:	4 citações em palavras-chave
- direito societário:	3 citações em palavras-chave
- direito administrativo:	2 citações em palavras-chave
- direitos humanos:	2 citações em palavras-chave
- direito antitruste:	1 citação em palavra-chave
- direito securitário:	1 citação em palavra-chave
- filosofia do direito:	1 citação em palavra-chave

Os países mais citados em palavras-chave, de acordo com a bibliografia selecionada, são os seguintes:

- EUA:	166 citações em palavras-chave
- Brasil:	37 citações em palavras-chave
- Venezuela:	11 citações em palavras-chave
- França:	9 citações em palavras-chave
- Reino Unido:	9 citações em palavras-chave
- Espanha:	8 citações em palavras-chave
- Itália:	7 citações em palavras-chave
- Argentina:	6 citações em palavras-chave
- Canadá:	6 citações em palavras-chave
- Colômbia:	4 citações em palavras-chave
- Alemanha:	3 citações em palavras-chave
- Perú:	3 citações em palavras-chave
- Portugal:	3 citações em palavras-chave

- México: 2 citações em palavras-chave
- Suíça: 2 citações em palavras-chave
- Chile: 1 citação em palavra-chave
- Costa Rica: 1 citação em palavra-chave
- Equador: 1 citação em palavra-chave
- Hong Kong: 1 citação em palavra-chave
- Países Baixos: 1 citação em palavra-chave
- Suécia: 1 citação em palavra-chave

Ao todo, a bibliografia selecionada analisou artigos doutrinários de 21 países, sendo deste total 4 baseados no sistema jurídico de *common law* e 19 no sistema romano-germânico.

Conclui-se que os 10 temas mais preocupantes para a doutrina⁵, de acordo com a bibliografia selecionada, são:

- comércio eletrônico
- Internet (em geral)
- regulação
- jurisdição
- contrato eletrônico
- privacidade
- base de dados
- nome de domínio
- Conflito de lei
- Criptografia

⁵ Nesta classificação não estão incluídos os ramos do direito e os países.

Os 10 ramos do direito que foram objeto de um maior número de publicações e citações em palavras-chave são:

- direito constitucional
- direito civil
- direito autoral
- direito penal
- direito da propriedade intelectual
- direito internacional privado
- direito tributário
- direito do consumidor
- direito processual civil
- direito marcário

Já os 10 temas e ramos do direito mais preocupantes para a doutrina são:

- comércio eletrônico
- direito constitucional
- direito civil
- direito autoral e Internet (em geral)
- direito penal
- regulação
- direito da propriedade intelectual e jurisdição
- contrato eletrônico e privacidade
- base de dados e direito internacional privado
- direito tributário e nome de domínio

Este é o resultado global da pesquisa, incluindo publicações de países de *common law* e romano-germânico. Entretanto, este trabalho visa também um quadro comparativo, entre os sistemas de *common law* e romano-germânico. Assim,

examinaremos a seguir os temas que foram objeto de maior número de publicações pela doutrina dos países de *common law* para em seguida examinarmos os do sistema romano-germânico.

Os temas que foram objeto de maior interesse pela doutrina selecionada dos países de sistema de *common law* são⁶:

Anonimato:	6 citações em palavras-chave
Assinatura eletrônica:	3 citações em palavras-chave
Base de dados:	13 citações em palavras-chave
B2B:	1 citação em palavra-chave
Canadá:	5 citações em palavras-chave
Ciberespaço:	14 citações em palavras-chave
Comércio eletrônico:	35 citações em palavras-chave
Comunicação:	2 citações em palavras-chave
Conflito de lei:	13 citações em palavras-chave
Contrato eletrônico:	13 citações em palavras-chave
Controle (Internet):	2 citações em palavras-chave
Convenção de Berna:	4 citações em palavras-chave
Convenção de Paris:	2 citações em palavras-chave
Crime informático:	1 citação em palavra-chave
Criptografia:	12 citações em palavras-chave
Direito administrativo:	1 citação em palavra-chave
Direito autoral:	43 citações em palavras-chave
Direito à privacidade:	2 citações em palavras-chave
Direito bancário:	3 citações em palavras-chave
Direito cibernético:	12 citações em palavras-chave
Direito civil:	20 citações em palavras-chave
Direito comercial:	2 citações em palavras-chave
Direito constitucional:	41 citações em palavras-chave
Direito da propriedade intelectual:	27 citações em palavras-chave
Direito do consumidor:	10 citações em palavras-chave
Direito do trabalho:	1 citação em palavra-chave
Direito informático:	1 citação em palavra-chave
Direito internacional privado:	22 citações em palavras-chave
Direito internacional público:	11 citações em palavras-chave
Direito marcário:	7 citações em palavras-chave
Direito mobiliário:	6 citações em palavras-chave

⁶ Nesta seleção, foram eliminadas as palavras-chave CCI (ICC) e OMC (WTO).

Direito patentário:	4 citações em palavras-chave
Direito penal:	23 citações em palavras-chave
Direito processual civil:	10 citações em palavras-chave
Direito societário:	2 citações em palavras-chave
Direito tributário:	7 citações em palavras-chave
Distribuição:	2 citações em palavras-chave
E-banking:	3 citações em palavras-chave
EDI:	3 citações em palavras-chave
EFT:	2 citações em palavras-chave
E-mail:	4 citações em palavras-chave
Estados Unidos da América:	166 citações em palavras-chave
Filosofia do direito:	1 citação em palavra-chave
<i>First Amendment:</i>	14 citações em palavras-chave
<i>Fifth Amendment:</i>	2 citações em palavras-chave
<i>Fourth Amendment:</i>	3 citações em palavras-chave
Fraude:	4 citações em palavras-chave
Guerra:	1 citação em palavra-chave
<i>Hacker:</i>	10 citações em palavras-chave
Hong Kong:	1 citação em palavra-chave
ICANN:	7 citações em palavras-chave
Internet:	29 citações em palavras-chave
Jogo:	6 citações em palavras-chave
Jurisdição:	30 citações em palavras-chave
<i>Lex Mercatoria:</i>	1 citação em palavra-chave
Marketing:	1 citação em palavra-chave
Mercado de capitais:	6 citações em palavras-chave
Nome de domínio:	10 citações em palavras-chave
OCDE (OECD):	1 citação em palavra-chave
OMPI (WIPO):	3 citações em palavras-chave
Pagamento eletrônico:	5 citações em palavras-chave
Pirataria:	6 citações em palavras-chave
Prestação de serviços:	9 citações em palavras-chave
Privacidade:	18 citações em palavras-chave
Prova:	3 citações em palavras-chave
Provedor de serviço:	2 citações em palavras-chave
Publicidade:	3 citações em palavras-chave
Regulação:	30 citações em palavras-chave
Reino Unido:	9 citações em palavras-chave
Responsabilidade:	10 citações em palavras-chave
Serviços financeiros:	1 citação em palavra-chave
Sigilo:	4 citações em palavras-chave
Soberania:	18 citações em palavras-chave
Sociedade da informação:	3 citações em palavras-chave
Software:	6 citações em palavras-chave

Tecnologia da informação:	3 citações em palavras-chave
Telecomunicações:	1 citação em palavra-chave
Territorialidade:	8 citações em palavras-chave
Tributos:	3 citações em palavras-chave
TRIPS:	3 citações em palavras-chave
<i>UCC – Article 2:</i>	1 citação em palavra-chave

Conclui-se que os 10 temas mais preocupantes para a doutrina da *common law*⁷, de acordo com a bibliografia selecionada, são:

- Comércio eletrônico
- Regulação e jurisdição
- Internet (em geral)
- Privacidade e soberania
- *First Amendment*, ciberespaço
- Contrato eletrônico, base de dados e conflito de lei
- Criptografia
- Nome de domínio, responsabilidade e *hacker*
- Prestação de serviços
- Territorialidade

Já os 10 ramos do direito que foram objeto de um maior número de publicações e citações em palavras-chave pela doutrina da *common law* são:

- Direito autoral
- Direito constitucional
- Direito da propriedade intelectual
- Direito penal

⁷ Nesta classificação não estão incluídos os ramos do direito e os países.

-
- Direito internacional privado
 - Direito civil
 - Direito cibernético
 - Direito internacional público
 - Direito do consumidor e Direito processual civil
 - Direito tributário e Direito marcário

Por fim, os 10 temas e ramos do direito mais preocupantes para a doutrina de *common law* são:

- Direito autoral
- Direito constitucional
- Comércio eletrônico
- Regulação e Jurisdição
- Internet
- Direito da propriedade intelectual
- Direito penal
- Direito internacional privado
- Direito civil
- Soberania e Privacidade

Os temas que foram objeto de maior interesse pela doutrina selecionada dos países de sistema de romano-germânico são⁸:

⁸ Nesta seleção, foram eliminadas as palavras-chave CCI (ICC) e OMC (WTO).

Administração fiscal:	2 citações em palavras-chave
Administração pública:	1 citação em palavra-chave
Alemanha:	3 citações em palavras-chave
Arbitragem:	1 citação em palavra-chave
Argentina:	6 citações em palavras-chave
Assinatura eletrônica:	11 citações em palavras-chave
BACEN:	1 citação em palavra-chave
Base de dados:	12 citações em palavras-chave
Brasil:	37 citações em palavras-chave
B2B:	2 citações em palavras-chave
Canadá:	1 citação em palavra-chave
Certificado eletrônico:	1 citação em palavra-chave
Chile:	1 citação em palavra-chave
Ciberespaço:	2 citações em palavras-chave
CNUDCI:	1 citação em palavra-chave
Colômbia:	4 citações em palavras-chave
Comércio eletrônico:	38 citações em palavras-chave
Conflito de lei:	5 citações em palavras-chave
Contrato eletrônico:	13 citações em palavras-chave
Controle (Internet):	1 citação em palavra-chave
Convenção de Berna:	2 citações em palavras-chave
<i>Cookies</i> :	2 citações em palavras-chave
Costa Rica:	1 citação em palavra-chave
Crime informático:	2 citações em palavras-chave
Criptografia:	6 citações em palavras-chave
Direito administrativo:	1 citação em palavra-chave
Direito antitruste:	1 citação em palavra-chave
Direito bancário:	1 citação em palavra-chave
Direito cibernético:	2 citações em palavras-chave
Direito civil:	27 citações em palavras-chave
Direito comercial:	10 citações em palavras-chave
Direito constitucional:	8 citações em palavras-chave
Direito da propriedade intelectual:	6 citações em palavras-chave
Direito do consumidor:	9 citações em palavras-chave
Direito do trabalho:	2 citações em palavras-chave
Direito informático:	5 citações em palavras-chave
Direito internacional privado:	3 citações em palavras-chave
Direito marcário:	11 citações em palavras-chave
Direito mobiliário:	1 citação em palavra-chave
Direito penal:	17 citações em palavras-chave
Direito processual civil:	8 citações em palavras-chave
Direito securitário:	1 citação em palavra-chave
Direito societário:	1 citação em palavra-chave
Direito tributário:	14 citações em palavras-chave

Direitos humanos:	2 citações em palavras-chave
Diretiva Européia (sobre proteção de base de dados):	1 citação em palavra-chave
Documento eletrônico:	5 citações em palavras-chave
E-banking:	1 citações em palavras-chave
ECA:	1 citação em palavra-chave
EDI:	4 citações em palavras-chave
EFT:	1 citação em palavra-chave
E-mail:	1 citação em palavra-chave
Equador:	1 citação em palavra-chave
Espanha:	8 citações em palavras-chave
Espionagem industrial:	1 citação em palavra-chave
França:	9 citações em palavras-chave
Fraude:	4 citações em palavras-chave
Guerra:	1 citação em palavra-chave
<i>Hacker</i> :	3 citações em palavras-chave
ICANN:	1 citação em palavra-chave
Internet:	13 citações em palavras-chave
Itália:	7 citações em palavras-chave
Jurisdição:	3 citações em palavras-chave
Lei das Licitações:	1 citação em palavra-chave
Lei Geral de Telecomunicações:	1 citação em palavra-chave
Mercado de capitais:	1 citação em palavra-chave
Mercosul:	1 citação em palavra-chave
México:	2 citações em palavras-chave
Nome de domínio:	11 citações em palavras-chave
OCDE (OECD):	2 citações em palavras-chave
OMPI (WIPO):	6 citações em palavras-chave
Pagamento eletrônico:	2 citações em palavras-chave
Países Baixos:	1 citação em palavra-chave
Perícia judicial:	1 citação em palavra-chave
Peru:	3 citações em palavras-chave
Portugal:	3 citações em palavras-chave
Prestação de serviços:	1 citação em palavra-chave
Privacidade:	8 citações em palavras-chave
Prova:	3 citações em palavras-chave
Provedor de serviço:	1 citação em palavra-chave
Publicidade:	1 citação em palavra-chave
Regulação:	5 citações em palavras-chave
Responsabilidade:	5 citações em palavras-chave
<i>Service Level Agreements (SLA)</i> :	1 citação em palavra-chave
Sigilo:	1 citação em palavra-chave
Software:	4 citações em palavras-chave
Suécia:	1 citação em palavra-chave

Suíça:	2 citações em palavras-chave
Tecnologia da informação:	1 citação em palavra-chave
Telecomunicações:	1 citação em palavra-chave
Tributos:	1 citação em palavra-chave
UNCITRAL:	2 citações em palavras-chave
União Européia:	7 citações em palavras-chave
Venezuela:	11 citações em palavras-chave

Conclui-se que os 10 temas mais preocupantes para a doutrina de sistema romano-germânico⁹, de acordo com a bibliografia selecionada, são:

- Comércio eletrônico
- Internet (em geral) e contrato eletrônico
- Base de dados
- Nome de domínio e assinatura eletrônica
- Privacidade
- Criptografia e OMPI (WIPO)
- Regulação, Responsabilidade, Documento eletrônico e Conflito de lei
- EDI, Fraude e Software
- *Hacker*, Jurisdição e Prova
- Administração fiscal, Ciberespaço, Convenção de Berna, *Cookies*, Crime informático, Pagamento eletrônico e UNCITRAL

Já os 10 ramos do direito que foram objeto de um maior número de publicações e citações em palavras-chave pela doutrina romano-germânica são:

- Direito civil
- Direito penal
- Direito tributário
- Direito marcário

⁹ Nesta classificação não estão incluídos os ramos do direito e os países.

- Direito comercial
- Direito do consumidor
- Direito constitucional e Direito processual civil
- Direito da propriedade intelectual
- Direito informático
- Direito internacional privado

Por fim, os 10 temas e ramos do direito mais preocupantes para a doutrina romano-germânica são:

- Comércio eletrônico
- Direito civil
- Direito penal
- Direito tributário
- Contrato eletrônico e Internet
- Base de dados
- Assinatura eletrônica, Direito marcário e Nome de domínio
- Direito do consumidor
- Direito constitucional, Direito processual civil e Privacidade
- Criptografia, Direito da propriedade intelectual e OMPI (WIPO)

O resultado da análise comparativa entre os sistemas de *common law* e romano-germânico apresenta-se como segue:

	<i>Common law</i>	Romano-germânico	<i>Common law e Romano-germânico</i>
Temas	- Comércio eletrônico	- Comércio eletrônico	- Comércio eletrônico
	- Regulação e jurisdição	- Internet (em geral) contrato eletrônico	e - Internet (em geral)
	- Internet (em geral)	- Base de dados	- Regulação
	- Privacidade e soberania	- Nome de domínio assinatura eletrônica	e - Jurisdição
	- <i>First Amendment</i> , ciberespaço	- Privacidade	- Contrato eletrônico
	- Contrato eletrônico, base de dados e conflito de lei	- Criptografia e OMPI (WIPO)	- Privacidade
	- Criptografia	- Regulação, Responsabilidade, Documento eletrônico e Conflito de lei	- Base de dados
	- Nome de domínio, responsabilidade e <i>hacker</i>	- EDI, Fraude e Software	- Nome de domínio
	- Prestação de serviços	- <i>Hacker</i> , Jurisdição e Prova	- Conflito de lei
	- Territorialidade	- Administração fiscal, Ciberespaço, Convenção de Berna, <i>Cookies</i> , Crime informático, Pagamento eletrônico e UNCITRAL	- Criptografia

O comércio eletrônico (B2C) é, tanto para a doutrina de *common law* quanto a romano-germânica, a maior preocupação. É interessante notar que a doutrina de *common law* demonstra grande interesse pelos aspectos institucionais da Internet,

isto é, regulação, privacidade – *First Amendment* – soberania e jurisdição. Já a doutrina romano-germânica está mais atenta aos aspectos práticos e atuais do advento da Internet, ou seja, contrato eletrônico, base de dados – ou melhor a sua proteção –, nome de domínio e assinatura eletrônica. Como não poderia deixar de ser, no cômputo geral das duas doutrinas, vê-se aspectos institucionais e bastante práticos.

	<i>Common law</i>	Romano-germânico	<i>Common law</i> e Romano-germânico
Ramos do Direito	- Direito autoral	- Direito civil	- Direito constitucional
	- Direito constitucional	- Direito penal	- Direito civil
	- Direito da propriedade intelectual	- Direito tributário	- Direito autoral
	- Direito penal	- Direito marcário	- Direito penal
	- Direito internacional privado	- Direito comercial	- Direito da propriedade intelectual
	- Direito civil	- Direito do consumidor	- Direito internacional privado
	- Direito cibernético	- Direito constitucional e Direito processual civil	- Direito tributário
	- Direito internacional público	- Direito da propriedade intelectual	- Direito do consumidor
	- Direito do consumidor e Direito processual civil	- Direito informático	- Direito processual civil
	- Direito tributário e Direito marcário	- Direito internacional privado	- Direito marcário

Enquanto a doutrina de *common law* preocupa-se com a proteção dos direitos autorais na Internet, a romano-germânica interessa-se pelos aspectos do direito civil

(cf. a importância dada por ela ao tema contrato eletrônico). A preocupação com a proteção dos direitos de autor na Internet pela doutrina de *common law* é patente. A razão de tal fato é simples: o período da pesquisa corresponde à época em que surgiram as primeiras dificuldades com o Napster, MP3 etc. Os aspectos relacionados ao direito constitucional são também importantes para os doutrinadores de *common law* (cf. tema privacidade – *First Amendment*).

O direito penal, por outro lado, é bastante relevante para os sistemas romano-germânicos (cf. os temas base de dados, criptografia, assinatura eletrônica). É importante ressaltar que o direito tributário, ocupando o terceiro lugar nos países romano-germânicos, deve ser apreciado com reservas. Isto porque, na literatura brasileira, a maior parte das obras publicadas durante o período da pesquisa estava relacionada com os aspectos fiscais da Internet. E, este fato pode ter influenciado o resultado da pesquisa.

	<i>Common law</i>	Romano-germânico	<i>Common law</i> e Romano-germânico
Temas e Ramos do Direito	- Direito autoral	- Comércio eletrônico	- Comércio eletrônico
	- Direito constitucional	- Direito civil	- Direito constitucional
	- Comércio eletrônico	- Direito penal	- Direito civil
	- Regulação e Jurisdição	- Direito tributário	- Direito autoral e Internet (em geral)
	- Internet	- Contrato eletrônico e Internet	- Direito penal
	- Direito da propriedade intelectual	- Base de dados	- Regulação
	- Direito penal	- Assinatura eletrônica, Direito marcário e Nome de domínio	- Direito da propriedade intelectual e jurisdição
	- Direito internacional privado	- Direito do consumidor	- Contrato eletrônico e privacidade

-
- Direito civil
 - Soberania e Privacidade
 - Direito constitucional, Direito processual civil e Privacidade
 - Criptografia, Direito da propriedade intelectual e OMPI (WIPO)
 - Base de dados e direito internacional privado
 - Direito tributário e nome de domínio

O comércio eletrônico é o tema que surge com sendo o de maior relevância para a doutrina. Já o ramo do direito, é o constitucional. Isto, talvez, pelo fato de os Estados Unidos da América (com 166 obras selecionadas) serem um país que tradicionalmente sempre expressou grande preocupação com a proteção dos direitos do cidadão. Tal fato é claramente refletido nas preocupações da doutrina com o advento da Internet. É importante ressaltar, também, que o direito autoral, tão presente nas publicações de *common law*, perde sua força ao ser computado juntamente com os resultados dos países *romano-germânicos*. O mesmo acontece, *mutatis mutandis*, com o direito tributário.

Com o resultado assim obtido pode-se, então, partir para a elaboração de um estudo mais amplo: a influência da Internet no direito brasileiro, levando-se em conta o trabalho investigativo e comparativo já realizado e visando responder às preocupações legítimas do sistema jurídico brasileiro, através dos resultados obtidos no presente estudo.

IV. BIBLIOGRAFIA

LIVROS

BACCHETTA, M. (coord.), *Electronic commerce and the role of the WTO*, Geneva, World Trade Organization, 1998.

Palavras Chave: Comércio eletrônico
Internet
WTO (OMC)
Regulação

BARRIOS GARRIDO, G., MUÑOZ DE ALBA MEDRANO, M., e PÉREZ BUSTILLO, C., *Internet y derecho en México*, México, D.F., New York, McGraw-Hill, 1998.

Palavras Chave: México
Internet
Comércio eletrônico
Direito civil
Direito comercial

BAUM, M. S. e PERRITT, H. Jr., *Electronic contracting, publishing, and EDI law*, New York, Wiley Law Publications, 1991.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Internet
Contrato eletrônico
EDI

BAUMGARTEN, J. A., *Business & legal guide to online-Internet law*, Little Falls, NJ, Glasser LegalWorks, 1997.

Palavras Chave: Contrato eletrônico
Internet
Comércio eletrônico

Responsabilidade
Direito civil
Direito penal
B2B
Direito societário
Direito da propriedade intelectual

BEKKERS, V., KOOPS, B. J. e NOUWT, S. (ed.), *Emerging electronic highways: new challenges for politics and law*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 1996.

Palavras Chave: Direito administrativo
Internet
Direito penal
Direito civil
Contrato eletrônico
Direito tributário

BENSOUSSAN, A. (coord.), *Internet: aspects juridiques*, 2^a ed., Paris, Hermès, 1998.

Palavras Chave: França
Comércio eletrônico
Internet
Regulação
Fraude
Direito penal
Direito civil

BICK, J., *101 things you need to know about Internet law*, New York, NY, Three Rivers Press, 2000.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Publicidade
Direito do consumidor
Contrato eletrônico
Direito da propriedade intelectual
E-banking
Direito tributário
Comércio eletrônico
Conflito de lei

BOYLE, J., *Shamans, software, and spleens: law and the construction of the information society*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1996.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito autoral
Software
Sociedade da informação
Direito da propriedade intelectual

CAVAZOS, E. A., *Cyberspace and the law: your rights and duties in the on-line world*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1994.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Comércio eletrônico
Direito civil
Direito do consumidor

CAVOUKIAN, A., *Who knows: safeguarding your privacy in a networked world*, New York, McGraw-Hill, 1997.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito à privacidade
Internet
Direito constitucional
Tecnologia da informação

CHISSICK, M. e KELMAN A., *Electronic commerce: law and practice*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

Palavras Chave: Reino Unido
Comércio eletrônico
Internet
Regulação

CORASANITI, G. (coord.), *Codice per l'informatica: Internet, informatica nelle pubbliche amministrazioni, commercio elettronico, firma digitale, tutela del software, privacy, banche dati*, Milano, A. Giuffrè, 2001.

Palavras Chave: Itália
Direito administrativo
Administração pública
Assinatura eletrônica
Base de dados
Comércio eletrônico
Direito autoral
Direito civil
EFT

CRAIG, W. J., *Taxation of e-commerce: fiscal regulation of the internet*, London, Tolley, 2000.

Palavras Chave: Reino Unido
Comércio eletrônico
Direito tributário
Tributos

DELTA, G. B. e MATSUURA, J. H., *Law of the Internet*, New York, Aspen Law & Business ed., 1998.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Comércio eletrônico
Internet

DENNING D. E. e DENNING, P. J (ed.), *Internet besieged: countering cyberspace scofflaws*, New York, N.Y., ACM Press, Reading, Mass., Addison Wesley, 1998.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito penal
Internet
Comércio eletrônico

DICKIE, J., *Internet and electronic commerce law in the European Union*, Oxford, England; Portland, Or., Hart Pub., 1999.

Palavras Chave: União Européia
Comércio eletrônico
Direito comercial
Internet
Regulação

DOERNBERG, R. L. e HINNEKENS, L., *Electronic commerce and international taxation*, The Hague; Boston, Kluwer Law International, 1999.

Palavras Chave: Direito tributário
Internet
Regulação
Comércio eletrônico
Tributos

DRUCKER, S. J. e GUMPERT, G. (ed.), *Real law [at] virtual space: communication regulation in cyberspace*, Creskill, N.J., Hampton Press, 1999.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Internet
Regulação

DUFOUR, A., *Internet. Que sais-je?*, Paris, P.U.F.1995.

Palavras Chave: França
Comércio eletrônico
Internet

EDWARDS, L. e WAELDE, C. (coord.), *Law & the Internet : a framework for electronic commerce*, 2^a ed., Oxford, Portland, Or., Hart, 2000.

Palavras Chave: Reino Unido
Internet
Comércio eletrônico
Regulação
Direito da propriedade intelectual
Direito penal

Criptografia
Assinatura eletrônica
Pagamento eletrônico

FINOCCHIARO, G., *I contratti informatici*, Padova, CEDAM, 1997.

Palavras Chave: Itália
Internet
Comércio eletrônico
EDI
Base de dados
Direito civil

FRIEDEN, C., *Cyber taxation: the taxation of e-commerce*, Chicago, CCH, 2000.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Comércio eletrônico
Direito tributário
Tributos

FRIEDMAN, H. M., *Securities regulation in cyberspace*, New York, N.Y. , Bowne, 1998.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito mobiliário
Mercado de capitais
Internet

GAHTAN, A. M.; KRATZ, M. P. J. e FRASERMANN, J., *Internet law: a practical guide for legal and business professionals*, Scarborough, Ont., Carswell, 1998.

Palavras Chave: Canadá
Estados Unidos da América
Comércio eletrônico
Internet
Contrato eletrônico

GEIST, M. A., *Internet law in Canada*, North York, Ont., Captus Press, 2000.

Palavras Chave: Canadá
Comércio eletrônico
Contrato eletrônico
Internet

GRECO, M.A., *Internet e direito*, São Paulo, SP, Dialética, 2000.

Palavras Chave: Brasil
Comércio eletrônico
Internet
Direito tributário
Contrato eletrônico
Tributos

GREWLICH, K. W., *Governance in "cyberspace": access and public interest in global communications*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 1999.

Palavras Chave: Soberania
Tecnologia da informação
Comunicação
Internet
Jurisdição

HALBERT, D. J., *Intellectual property in the information age: the politics of expanding ownership rights*, Westport, Conn., Quorum, 1999.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Tecnologia da informação
Comunicação
Direito da propriedade intelectual

HARRIS, L. E., *Digital property: currency of the 21st century*, Toronto, Canada, McGraw-Hill Ryerson, 1998.

Palavras Chave: Canadá
Base de dados
Direito da propriedade intelectual

HUGENHOLTZ, B., *Copyright and electronic commerce: legal aspects of electronic copyright management*, The Hague, Boston, Kluwer Law, 2000.

Palavras Chave: Reino Unido
Direito autoral
Direito da propriedade intelectual
Contrato eletrônico
Direito civil
Responsabilidade

KAHIN, B. e NESSON, C. R. (coord.), *Borders in cyberspace: information policy and the global information infrastructure*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1997.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Soberania
Direito internacional público
Conflito de lei
Direito internacional privado
Direito cibernético
Jurisdição
Direito constitucional

KELLEHER, D., *IT law in the European Union*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

Palavras Chave: União européia
Crime informático
Direito penal
Base de dados
Direito autoral
Direito da propriedade intelectual

KOEPSSELL, D. R., *The ontology of cyberspace: philosophy, law, and the future of intellectual property*, Chicago, Open Court, 2000.

Palavras Chave: Filosofia do direito
Ciberespaço
Regulação
Direito da propriedade intelectual
Direito cibernético

LESSIG, L., *Code: and other laws of cyberspace*, New York, NY, Basic Books, 1999.

Palavras Chave: Internet
Soberania
Territorialidade
Regulação
Jurisdição
Direito cibernético

LITAN, R. E. e NISKANEN, W., *Going digital!: a guide to policy in the digital age*, Washington, D.C., Brookings Institution Press, Cato Institute, 1998.

Palavras Chave: Internet
Comércio eletrônico

LYNCH, D. C. e LUNDQUIST, L., *Digital money: the new era of Internet commerce*, New York, Wiley, 1996.

Palavras Chave: Internet
Comércio eletrônico
EFT
Pagamento eletrônico
Criptografia
Direito à privacidade

MAKEEN, M. F., *Copyright in a global information society: the scope of copyright protection under international, US, UK and French law*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2000.

Palavras Chave: França
Estados Unidos da América
Reino Unido
Direito autoral
Direito da propriedade intelectual
Direito internacional privado

PERRITT, H. Jr., *Law and the Information Superhighway*, New York, John Wiley & Sons, Inc., 1996.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito da propriedade intelectual
Direito cibernético
Internet

PICA, G., *Diritto penale delle tecnologie informatiche: computer's crimes e reati telematici, Internet, banche-dati e privacy*, Torino, UTET, 1999.

Palavras Chave: Itália
Direito da propriedade intelectual
Direito informático
Tecnologia da informação
Direito penal
Base de dados
Privacidade
Direito constitucional

PLATT, C., *Anarchy online*, New York, HarperPrism, 1996.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito penal
Internet
Crime informático
Hacker

QUIÑONES, G., *Cibernética penal. El delito computarizado*, Caracas, Epsom Venezuela, S.A., Gráficas Capitolio S.A, 1989.

Palavras Chave: Venezuela
Direito penal
Direito cibernético

SARZANA, C. e SARZANA, F., *Profili giuridici del commercio via Internet*, Milano, A. Giuffrè, 1999.

Palavras Chave: Itália
União européia

Internet
Comércio eletrônico
Direito civil
Direito comercial
Direito da propriedade intelectual

SCHOUERI, L. E. (coord.), *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001.

Palavras Chave: Brasil
Alemanha
Comércio eletrônico
Contrato eletrônico
Direito tributário
Direito do consumidor
Direito do trabalho

SHANNON, M. E., *Bits, bytes, and big brother: federal information control in the technological age*, Westport, Conn., Praeger, 1995.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Internet
Regulação
Controle

SHARP, W. G., *Cyberspace and the use of force*, Falls Church, Va., Aegis Research Corp., 1999.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito internacional público
Internet
Guerra
Ciberespaço

SMITH, G. J. H. (coord.), *Internet law and regulation*, 3^a ed., London, Sweet & Maxwell, 2000.

Palavras Chave: Reino Unido
Direito cibernético
Internet

Comércio eletrônico
Regulação

STAMATOUDI, I. e TORREMANS, P. (ed.), *Copyright in the new digital environment: the need to redesign copyright*, London, Sweet & Maxwell, 2000.

Palavras Chave: Reino Unido
Direito autoral
Direito da propriedade intelectual
Internet

TABATONI, P. (Coord.), *La protection de la vie privée dans la société d'information: impact des systèmes électroniques d'information*, Paris, P.U.F., 2000.

Palavras Chave: França
Privacidade
Direito constitucional
Comércio eletrônico

TOSI, E. (coord.), *Il codice del diritto dell'informatica e di Internet : normativa nazionale e comunitaria (con le novità relative a commercio elettronico, firma digitale, consumatori, millennium bug e intermediazione finanziaria on-line)*, Piacenza, La tribuna, 2000.

Palavras Chave: Itália
Comércio eletrônico
Internet
Direito bancário
Direito do consumidor

VACCÀ, C. (coord.), *Il commercio elettronico: il documento digitale, Internet, la pubblicità on line*, Milano, EGEA, 1999.

Palavras Chave: Itália
União Européia
Comércio eletrônico
Publicidade
Direito internacional privado
Conflito de lei
Direito do consumidor

VIVANT, M., *Les contrats du commerce électronique*, Paris, Litec, 1999.

Palavras Chave: França
Contrato eletrônico
Direito civil
Direito comercial
Comércio eletrônico

WAYNER, P., *Digital copyright protection*, Boston, Mass., AP Professional, 1997.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito autoral
Direito da propriedade intelectual
Base de dados

WILHELMSSON, T., TUOMINEN, S. e TUOMOLA, H. (ed.), *Consumer law in the information society*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2001.

Palavras Chave: Direito do consumidor
Sociedade da informação
Comércio eletrônico
Privacidade
Serviços financeiros
Responsabilidade
Direito civil
Direito da propriedade intelectual
Direito bancário

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce: EDI, E-mail and Internet. Technology, proof, and liability*, Boston, Mass., New York, Little, Brown, 1995-1996.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Comércio eletrônico
EDI
Direito civil
Responsabilidade
Prova
E-mail

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce*, New York , Aspen Law & Business, 1998.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Comércio eletrônico
EDI
Direito civil
Responsabilidade
Prova

ARTIGOS

ACEDO HECQUET, E. S. de, “España: marcas y nombres de dominio: comentario a la decisión del Centro de Mediación y Arbitraje de la OMPI: caso banesto. org y banesto.net”, *R.E.D.I.* <http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000>.

Palavras Chave: Espanha
Direito marcário
Nome de domínio
OMPI

ACKER, R., “Choice-of-law questions in cyberfraud”, in *U. CHI. LEGAL F.* 437 (1996).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Fraude
Direito penal
Conflito de lei
Direito internacional privado

AHON, E. I., “Perú: algunas reflexiones sobre el desarrollo del Internet”, in *R.E.D.I.* <http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000>.

Palavras Chave: Peru
Nome de domínio
Internet
Direito marcário

ALBUQUERQUE, R. C., “Brasil: combate à pornografia infanto-juvenil na Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 26 septiembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.26septiembredel2000).

Palavras Chave: Brasil
Direito penal
Internet
ECA

ALEXANDER, S., “The long arm of the law: from child pornography to counterfeiting to murder, investigator Frank Clark has seen it all”, in *COMPUTERWORLD*, May 6, 1996, p. 99.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito penal
Hacker

ALMEIDA C. S., “España: Intimidad un derecho en crisis. La erosión de la privacidad”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24juliodel2000).

Palavras Chave: Espanha
Criptografia
Direito penal
Privacidade
Hacker
Espionagem industrial

ALMEIDA, C. S., “España: La criptografía como derecho”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25juliodel2000).

Palavras Chave: Espanha
Direitos humanos
Criptografia
Direito constitucional

ALMEIDA, C. S., “España: Los ciberderechos no existen”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 27 octubre del 2000/](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.27octubredel2000/).

Palavras Chave: Espanha
Direitos humanos

Direito constitucional
Criptografia

ALVA MATTEUCCI, J. M., “Perú: la firma digital y su aplicación en la administración tributaria peruana: a propósito de la publicación de la Ley N° 27269 - Ley de firmas y certificados digitales”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25_agosto_del_2000).

Palavras Chave: Peru
Assinatura eletrônica
Certificado eletrônico
Criptografia
Administração fiscal

ANDREWS, E. L., “Germany's efforts to police Web are upsetting business”, *N.Y. Times*, June 6, 1997, p. A1.

Palavras Chave: Alemanha
Controle (Internet)
Regulação
Direito penal
Provedor de serviço
Responsabilidade

ANGEIRAS, L., “Tributação dos provedores de acesso à Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 227-51.

Palavras Chave: Brasil
Comércio eletrônico
Direito tributário
Lei Geral de Telecomunicações

ANGEL, J., “Legal risks of providing services on the Internet”, in 11 *COMP. L. & PRACT.* 150 (1995).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito da propriedade intelectual
Prestação de serviços

AOKI, K., “Considering multiple and overlapping sovereignties: liberalism, libertarianism, national sovereignty, ‘global’ intellectual property, and the Internet”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 443 (Spring 1998).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Soberania
Direito internacional público

ARAYA C. H., “Costa Rica: Derecho a la Privacidad y Cookies”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

Palavras Chave: Costa Rica
Cookies
Privacidade

ASKANAZI, J., “The fate of Napster: digital downloading faces an uphill battle”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0013; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/Articles/2001dltr0013>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito autoral
Responsabilidade
Direito civil

ASKANAZI, J., “The future of database protection in U.S. copyright law”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0017; <http://www.law.duke.edu/journals/DLTR/Articles/2001dltr0017>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Reino Unido
Direito autoral
Base de dados

ATHENIENSE, A., “Brazil: Auto-Aplicação do Código do Consumidor Brasileiro nas Transações de Bens Corpóreos pelo Comércio Electronico na Internet”, *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 28 noviembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.28noviembre2000).

Palavras Chave: Brasil
Comércio eletrônico

Direito do Consumidor
Conflito de lei
Jurisdição

BAK-BOYCHUK, L. H., “Internet gambling is avoiding prosecution in the United States as easy as moving the business operations offshore”, in 6 *SW. J. OF L. & TRADE AM.* 363, (1999).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Jogo
Jurisdição
Direito internacional privado

BARZALLO, J. L., “Ecuador: peligros en las resoluciones a las controversias entre marcas y nombres de Dominio”, in *R.E.D.I. [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25 agosto del 2000)*.

Palavras Chave: Equador
Nome de domínio
Direito marcário
OMPI
Direito da propriedade intelectual

BELLAN, D.V., “Comércio eletrônico e responsabilidade tributária das administradoras de cartão de crédito”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 191-209.

Palavras Chave: Brasil
Comércio eletrônico
Direito tributário

BERKOWITZ, J. A., “Business method patents: everyone wants to be a millionaire”, in 609 *PLI/PAT* 7, (June 2000).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito patentário
Comércio eletrônico
Direito processual civil

BERLANDI, B., “‘It’s our way or the highway’: American ruling cyberspace - A look back at bad policy and a look ahead at new policy”, 3 *J. TECH. L. & POLICY* 2.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito da propriedade intelectual
Pirataria
Direito penal
Direito constitucional

BENEVIDES DE CARVALHO, R., “A Internet e as relações de consumo”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 95-109.

Palavras Chave: Brasil
Comércio eletrônico
Direito do consumidor
Base de dados

BETTINGER, T., “Trademark law in cyberspace: The battle for domain names”, in 28 *INT’L REV. INDUS. PROP. & COPYRIGHT L.* 508 (1997).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito marcário
Nome de domínio

BITTENCOURT, A., “Brasil: e-commerce - uma abordagem”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

Palavras Chave: Brasil
Direito comercial
Criptografia
Comércio eletrônico

BORELLI, M., “The computer as advocate: an approach to computer-generated displays in the courtroom”, in 71 *INDIANA L. J.* 379 (Spring 1996).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito processual civil
Prova

BOYLE, J., “Intellectual property policy online: a young person’s guide”, in 10 *HARV. J. L. & TECH.* 47, 93 (1996).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito da propriedade intelectual
Direito autoral

BOYLE, J., “Foucault in cyberspace; surveillance, sovereignty, and hard-wired censors”, in 66 *U. CIN. L. REV.* 177 (1997).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Ciberespaço
Regulação
Soberania
Privacidade
Direito constitucional

BOYLE, J., “A politics of intellectual property: environmentalism for the net?”, in 47 *DUKE L. J.* 87 (1997); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?47+Duke+L.+J.+87>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito da propriedade intelectual
Direito autoral
OMPI (WIPO)

BOYLE, J., “The First Amendment and cyberspace: the Clinton years”, in 63 *LAW & CONTEMP. PROBS.* 337 (Winter/Spring 2000); <http://www.law.duke.edu/journals/lcp/articles/lcp63dWinterSpring2000p337>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito constitucional
First Amendment

BRANDRISS, I. L., “Writing in frost on a window pane: e-mail and chatting on RAM and copyright fixation”, in 43 *J. COPYRIGHT SOC’Y U.S.A.* 237, 247 (1996).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito autoral
E-mail

BRANSCOMB, A. W., “Anonymity, autonomy, and accountability: challenges to the First Amendment in cyberspaces”, in 104 *YALE L.J.* 1639, (1995).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Anonimato
First Amendment
Direito constitucional

BRIAT, M., “La fraude informatique: une approche de droit comparé”, in *Rev. de Dr. Penal et de Criminologie*, août-sept-oct, 1985, p. 130-45.

Palavras Chave: França
Direito penal
Fraude

BRILL C., “Legal protection of collections of facts”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-1-Brill>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito Autoral
Base de dados
Diretiva Européia sobre proteção de base de dados
OMPI (WIPO)

BROOKS, B. G., “Adventures in cyber-space: computer technology and the Arkansas Freedom of Information Act”, in 17 *U. ARK. LITTLE ROCK L.J.* 417, (1995).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Privacidade
Internet

BURK, D. L., “Patents in cyberspace: territoriality and infringement on global computer networks”, 68 *TULANE L. REV.* 1, (1993).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito patentário
Jurisdição
Ciberespaço

BURK, D. L., “Transborder intellectual property issues on the electronic frontier”, 6 *STAN. L. & POL'Y REV.* 9 (1994).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito da propriedade intelectual
Internet
Territorialidade

BURK, D. L., “Federalism in cyberspace”, 28 *CONN. L. REV.* 1095 (1996).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Soberania
Direito constitucional
Jurisdição
Direito internacional público

BURNSTEIN, M. R., “Conflict on the net: choice of law in transnational cyberspace”, in 29 *VAND. J. TRANSNAT'L L.* 75, 116 (1996).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Conflito de lei
Jurisdição
Ciberespaço

BYASSEE, W. S., “Business law symposium, jurisdiction of cyberspace: applying real world precedent to the virtual community”, in 30 *WAKE FOREST L. REV.* 197 (1995).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito Autoral
Jurisdição
Ciberespaço

CAFFARO, M. A., “Argentina: pericias informáticas”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32_marzo_del_2001).

Palavras Chave: Argentina
Perícia judicial
Prova
Direito processual civil

CAMMARATA, M., “Italia: il rispetto della legge non è facoltativo”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 27 octubre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.27octubre2000).

Palavras Chave: Itália
Nome de domínio
Arbitragem
Direito marcário

CAMPOS DE SOUZA, M., “Licitação e Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 265-78.

Palavras Chave: Brasil
Lei das Licitações
Direito constitucional
Internet

CANGLIALOSI, C., “The electronic underground: computer piracy and electronic bulletin boards”, in 15 *RUTGERS COMPUTER & TECH. L.J.* 265 (1989).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Hacker
Direito penal

CANHAM, J. e CAWSON, G., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Finance*, April 2000, p. 17-9.

Palavras Chave: Hong Kong
Comércio eletrônico
Base de dados
Nome de domínio
Jurisdição
Conflito de lei

CARL, C., “Software disclosure and liability under the securities acts”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0016; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0016>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Software
Direito mobiliário
Mercado de capitais

CARVAJAL CÓRDOBA, M., “Ley de comercio electrónico en Colombia. (Ley 527 de 1999)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 18 enero del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.18_enero_del_2000).

Palavras Chave: Colômbia
Comércio eletrônico
Assinatura eletrônica
UNCITRAL

CASABONA, C. M. R., “Los delitos de daños en el ambito informatico”, in *Der. Penal y Criminologia*, vol. XIII, n. 43, enero/abril, 1991, p. 45-70.

Palavras Chave: Colômbia
Direito penal
OCDE (OECD)
Direito autoral
Software

CASTILLO, P. M., “España: controversias en materia de nombres de dominio. Reglas arbitrales de resolución y resoluciones OMPI en materia de nombres de dominio: Hipercor, Banesto, Raimat, Cortefiel, Pedrodelhierro, Uralita”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24_julio_del_2000).

Palavras Chave: Espanha
Nome de domínio
Direito marcário
OMPI

CATE, F. H., “Indecency, ignorance, and intolerance: the First Amendment and the regulation of electronic expression”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 5; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/cate1.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
First Amendment
Direito constitucional

CATE, F. H., “Cybersex: regulating sexually explicit expression on the Internet”, 14 *BEHAV. SCI. & L.* 145 (1996).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito penal
Direito constitucional

CEZAROTI, G., “Breves considerações a respeito da incidência do ICMS nas operações realizadas via Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 155-73.

Palavras Chave: Brasil
Direito tributário
Comércio eletrônico
Privacidade

CHIOSSONE, T., “Las infracciones relativas a las computadoras”, in *Rev. de la Facultad de Ciencias Juridicas y Politicas*, n. 83, 1992, p. 41-56.

Palavras Chave: Venezuela
Direito penal
Direito informático
Software
Crime informático

CHRISTIE, A., “Reconceptualising copyright in the digital era”, in 1995 *EUR. INTELL. PROP. REV.* 522.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito autoral

CINQ, R. A., “Making cyberspace safe for copyright: the protection of electronic works in a Protocol to the Berne Convention”, in 18 *FORDHAM INT’L L.J.* 1258 (1995).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito autoral
Convenção de Berna

CIOCCHETTI, C., “The complexities of on-line mutual fund advertising: a summary of the relevant regulations”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0019; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0019>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Mercado de capitais
Direito mobiliário
Publicidade
Direito informático

CLARKE, M., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 36-9.

Palavras Chave: Reino Unido
Comércio eletrônico
Direito do consumidor
Base de dados

COHEN-TANUGI, L. e BEGHE, S., “How to negotiate the dot.com. maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 9-11.

Palavras Chave: França
Comércio eletrônico
Marketing
Direito do consumidor
Base de dados

COOK, W. J., “Be wary of Internet casting shadows on copyright holders”, in 96 *CHI. LAW* 60.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito autoral
Direito penal
Internet

CORREIA, M. P., “Portugal: documentos electrónicos e assinatura digital: as novas leis portuguesas”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 23 junio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.23junio2000).

Palavras Chave: Portugal
Documento eletrônico

Comércio eletrônico
Assinatura eletrônica
Direito comercial

CORREIA, M. P., “Problemas jurídicos da transferencia electrónica de dados (EDI)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 13 agosto del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.13 agosto del 1999).

Palavras Chave: Portugal
EDI
Contrato eletrônico
Direito civil
Direito processual civil

CORREIA, M. P., “Sociedade de Informação e Direito: A Assinatura Digital”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 12 julio del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.12 julio del 1999).

Palavras Chave: Portugal
Comércio eletrônico
Contrato eletrônico
Direito civil
Assinatura eletrônica

COSTA MARCHANT, D.A., e **SANTOS MARTINELLI, L.F.**, “A Internet a serviço do Fisco”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 337-50.

Palavras Chave: Brasil
Direito tributário
Autoridade fiscal

COSTÓDIO FILHO, U., “Os conflitos entre marcas e nomes de domínio de Internet no direito brasileiro”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 83-93.

Palavras Chave: Brasil
Direito marcário
Nome de domínio

COUNTS, C. L. e MARTIN, C. A., “Libel in cyberspace: a framework for addressing liability and jurisdictional issues in this new frontier”, in 59 *ALB. L. REV.* 1083 (1996).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Ciberespaço
Direito autoral
Jurisdição
Responsabilidade

CRAIG, A., “Gambling on the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-2-Craig>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Jogo
Provedor de serviços
Jurisdição
Responsabilidade
Regulação

DESSEMONTET, F., “Internet, le droit d’auteur et le droit international privé”, in *Rev. Suisse de Jurisprudence*, vol. 92, 1996, p. 285-92.

Palavras Chave: Suíça
Direito autoral
Direito internacional privado
Jurisdição
Conflito de lei

DÍAZ, F. A. V., “Algunos aspectos sobre los derechos de autor en Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 31 febrero de 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.31febrero2001).

Palavras Chave: Argentina
Direito autoral
Convenção de Berna
OMPI (WIPO)

DIOGO DE FARIA, C., “Alguns institutos de direito concorrencial aplicáveis à Internet: mercado relevante e cartel”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 57-70.

Palavras Chave: Brasil
Direito antitruste
B2B

DIOTALEVI, R. N., “Copyrighting, cyberspace: unweaving a tangled Web”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-3-Diotalevi>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito Autoral

DIRKSEN, S., “Who’s afraid of amazon.com v. barnesandnoble.com?”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0003; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0003>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito patentário

DIXON, A. N. e LAURIE C. S., “Copyright protection for the information superhighway”, in 1994 *EUR. INTELL. PROP. REV.* 465.

Palavras Chave: Direito autoral
Sociedade da informação

DODD, J. C. e HERNANDEZ, J. A., “Contracting in cyberspace”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-1-Dodd>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito comercial
Contrato eletrônico
Jurisdição
Assinatura eletrônica
Criptografia
UCC – Article 2

DONG, A., MORSCHER, L. e ORLER, A., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 32-4.

Palavras Chave: Suíça
Comércio eletrônico
Contrato eletrônico
Conflito de lei

Base de dados
Direito da propriedade intelectual
Direito tributário

DRIGO DA SILVA, E., “Aspecto espacial da incidência do ISS sobre os serviços prestados via Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 175-89.

Palavras Chave: Brasil
Direito tributário
Prestação de serviços

DLUSZTUS, P. K., “A responsabilidade na Internet conforme as leis alemãs”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 295-318.

Palavras Chave: Alemanha
Responsabilidade
Telecomunicações

ELIAS, M. S., “Argentina: Situación legal de los datos de carácter personal frente a las nuevas tecnologías”, in *R.E.D.I. [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001)*.

Palavras Chave: Argentina
Base de dados
Direito constitucional
Direito penal
Cookies

ELIAS, P. S., “Alguns aspectos da informática e suas conseqüências no direito”, in *RT*, vol. 766, 1999, p. 491-500.

Palavras Chave: Brasil
Direito penal
Privacidade
Direito autoral

ELKIN-KOREN, N., “Copyright law and social dialogue on the information superhighway: the case against copyright liability of bulletin board operators”, 13 *CARDOZO ARTS & ENT. L.J.* 345, (1995).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito autoral
Direito civil

FERNANDES, E.C., “Mercado virtual comum do sul”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 141-153.

Palavras Chave: Brasil
Mercosul
Comércio eletrônico

FIDLER, D. P., “ The Internet and the sovereign state: the role and impact of cyberspace on national and global governance”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 415 (Spring 1998).

Palavras Chave: Soberania
Direito internacional público
Ciberespaço

FOWLER, B., FRANKLIN, C. e HYDE, R., “Internet securities fraud: old trick, new medium”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0006; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0006>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Mercado de capitais
Fraude
Direito constitucional
Direito mobiliário

FOWLER, B., FRANKLIN, C. e HYDE, R., “Can you yahoo!? The internet’s digital fences”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0012; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/articles/2001dltr0012>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
França

Jurisdição
Direito constitucional
Direito internacional privado

FRANÇON, A., “Protection of artists’ moral rights on the Internet”, in *The Internet and authors’ rights*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

Palavras Chave: Direito autoral
Direito civil

FREITAS, R. L., “A Internet e a educação a distância”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 111-124.

Palavras Chave: Brasil
Prestação de serviços

FRANKLIN, C., “Virtual Las Vegas: regulate or prohibit?”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0021; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/articles/2001dltr0021>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Jogo
Internet
Direito internacional privado

FRASER, S., “The conflict between the First Amendment and Copyright Law and its impact on the Internet”, in 16 *CARDOZO ARTS & ENT. L.L.* 1, (1998).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
First Amendment
Direito constitucional
Direito autoral

FROOMKIN M. A., “Anonymity and its enmities”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 4; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/froomkin.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Criptografia
Pagamento eletrônico
Anonimato

FROOMKIN, M. A., “The constitution and encryption regulation: do we need a ‘new privacy’?”, in 3 *LEGIS. & PUB. POL’Y.* 25 (1999-2000).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Criptografia
First Amendment
Privacidade
Direito constitucional

FROOMKIN, M. A., “Wrong turn in cyberspace: using ICANN to route around the APA and the Constitution”, in 50 *DUKE L. J.* 17; <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+17>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
ICANN
Nome de domínio
Regulação
Direito constitucional

FULLER, K., “ICANN: the debate over governing the Internet”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0002; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0002>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
ICANN
Nome de domínio
Direito constitucional
Regulação

GALDINO FRAGA, A. C., “Crimes de informática. A ameaça virtual na era da informação digital”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 365-78.

Palavras Chave: Brasil
Hacker
Direito penal

GAUBIAC, Y., “Remarks about the Internet in international copyright conventions”, in *The Internet and authors' rights*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

Palavras Chave: Direito autoral
Convenção de Berna
Convenção de Paris

GELLER, P. E., “Conflicts of laws in cyberspace: rethinking international copyright in a digitally networked world”, in 20 *COLUM. LAW J.L. & ARTS* 571, (1996).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Conflito de lei
Jurisdição
Direito Autoral

GELLER, P. E., “From patchwork to network: strategies for international intellectual property in flux”, 9 *DUKE J. OF COMP. & INT'L L.* 69 (1998); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+69>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito da propriedade intelectual
TRIPS
Conflito de lei
Direito internacional privado

GIGANTE, A., “Ice Patch on the information superhighway: foreign liability for domestically created content”, in 14 *CARDOZO ARTS & ENT. L.J.* 523 (1996).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito civil
Direito internacional privado
Responsabilidade

GINSBURG, J. C., “Global use/territorial rights: private international law questions of the global information infrastructure”, in 42 *J. COPYRIGHT SOC'Y U.S.A.* 318 (1995).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Conflito de lei
Direito internacional privado
Direito autoral

GINSBURG, J. C., “Putting cars on the ‘information superhighway’: authors, exploiters, and copyright in cyberspace”, in 95 *COLUM. L. REV.* 1466 (1995).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito da propriedade intelectual
Direito autoral
Ciberespaço

GINSBURG, J. C., “Copyright without borders? Choice of forum and choice of law for copyright infringement in cyberspace”, in 15 *CARDOZO ARTS & ENT. L.J.* 153 (1997).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito autoral
Jurisdição
Conflito de lei
Direito internacional privado

GOLDSMITH, J. L., “The Internet and the abiding significance of territorial sovereignty”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 475 (Spring 1998).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Soberania
Direito internacional público
Territorialidade
Conflito de lei
Direito internacional privado

GOLDSTONE, D., “Discussing the constitutionality of regulating the export of encryption products”, in *LEGIS. & PUB. POL’Y*, vol. 3, 1999-2000, p. 39-49.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Criptografia
Fourth Amendment
Fifth Amendment
Direito constitucional

GOLINVEAUX, J., “What’s in a domain name: is ‘cybersquatting’ trademark dilution?”, 33 *U.S.F. L. REV.* 641, (1999).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito marcário
Pirataria
Nome de domínio

GOMES DOS SANTOS, L. C., “Direitos autorais na Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 351-64.

Palavras Chave: Brasil
Direito autoral
Software

GOSLING, P., “Your life in a hacker’s hands”, in *THE INDEPENDENT*, Sept. 25, 1995, p. 14.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Hackers
Privacidade

GRAHAM, J., “Cybersquatting: the latest challenge in federal trademark protection”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0009; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0009>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Pirataria
Direito marcário
Nome de domínio
Comércio eletrônico
Direito constitucional

GRATEROL, L. B., “Contratos ‘CLICK’”, in R.E.D.I. [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 14 Septiembre 1999/4](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.14Septiembre1999/4).

Palavras Chave: Venezuela
Contrato eletrônico
Direito civil

GUASCH DÍAZ, D. M., “España: la extracción de normas de Boletines Oficiales en papel y de ediciones en Internet. Algunas consideraciones jurídicas relevantes par las empresas de bases de datos”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25 agosto del 2000).

Palavras Chave: Espanha
Base de dados
Direito autoral

GUTIERREZ GODOY, A., “Colombia: naturaleza jurídica de los Web Sites comerciales en el ambito colombiano”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 26 septiembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.26 septiembre del 2000).

Palavras Chave: Colômbia
Direito comercial

GUTIERREZ GODOY, A., “Colombia: el comercio electrónico en el derecho comparado”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 20 marzo del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.20 marzo del 2000).

Palavras Chave: Colômbia
Contrato eletrônico
CNUDCI
Direito civil
Direito comercial

HALEMBECK, L.F.A., “Arranjos societários usuais em negócios de Internet” in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 9-15.

Palavras Chave: Brasil
B2B
Direito societário

HAMMOND, H. J. e MEYERHOFF, L. H., “Cutting edge issues in intellectual property law”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Meyerhoff>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito da propriedade intelectual
Privacidade

Comércio eletrônico

HARDY, T., “The proper legal regime for ‘cyberspace’”, 55 *U. PITT. L. REV.* 993, (1994).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Regulação
Jurisdição

HILÚ NETO, M., “Imposto sobre importações e bens virtuais”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 71-82.

Palavras Chave: Brasil
Direito tributário
Comércio eletrônico

HORTON, K. L., “The software copyright directive and the internet: collision on the information superhighway?”, in <http://www.jeanmonnetprogram.org/papers/96/9608ind>.

Palavras Chave: União Européia
Direito autoral
Software
Pirataria

HOWE, M., “Schoolboy hacker caused chaos at vital cancer centre”, in *Press Association Newsfile*, Feb. 24, 1993, *LEXIS*, News Library, ARCNWS File.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Hacker
Prestação de serviços
Direito penal

HUGOSON, M., “How to negotiate the dot.com maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 29-31.

Palavras Chave: Suécia
Comércio eletrônico
Nome de domínio
Direito marcário
Direito do consumidor

Direito da propriedade intelectual
Direito tributário

HYDE, B., “The first sale doctrine and digital phonorecords”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0018; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/Articles/2001dltr0018>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito autoral
Distribuição

I.C.C., “A global action plan for electronic commerce prepared by business with recommendations for governments”, in http://www.iccwbo.org/home/electronic_commerce/word_documents/SJAPFIN.doc.

Palavras Chave: Comércio eletrônico
Regulação
CCI (ICC)

JARDIM NETO, J.G., “Os produtos digitais vendidos na Internet e o ICMS”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 279-94.

Palavras Chave: Brasil
Comércio eletrônico
OCDE (OECD)
Software

JOHNSON, D. R. e POST, D., “Law and borders - the rise of law in cyberspace”, 48 *STAN. L. REV.* 1367 (1996).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Regulação
Direito cibernético
Soberania
Territorialidade

JOHNSON, D. R., “Law enforcement and the architecture of cyberspace - should the cops on the beat design the electronic street”, in http://www.eff.org/pub/Privacy/Surveillance/CALEA/cops_net_architecture_johnson.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito penal
Direito constitucional
Privacidade

JONGEN, H. e **SEELT, M.**, “How to negotiate the dot.com. maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 23-5.

Palavras Chave: Países Baixos
Comércio eletrônico
Nome de domínio
Direito marcário
Contrato eletrônico
Direito civil
Base de dados

KAMINSKI, O., “A Internet e o ciberespaço”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 30 enero del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.30_enero_del_2001).

Palavras Chave: Brasil
Ciberespaço
Internet

KARADBIL, J. F., “Casinos of the next millennium: a look into the proposed ban on internet gambling”, in 17 *ARIZ. J. INT’L & COMP. LAW* 413 (2000).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Jogo
Direito penal
Regulação

KARNOW, C. E. A., “The encrypted self: fleshing out the rights of electronic personalities”, in 13 *J. MARSHALL J. OF COMPUTER AND INFO. L.* 1 (1994).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Anonimato
Criptografia

KATSH, M. E., “Cybertime, cyberspace and cyberlaw”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 1; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/katsh.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito cibernético
Ciberespaço
Privacidade

KATSH, M. E., “Rights, camera, action: cyberspatial settings and the First Amendment”, in 104 *YALE L.J.* 1681 (1995).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
First Amendment
Ciberespaço
Direito constitucional

KRASNER, S. D., “Global communications and national power: life on the pareto frontier”, 43 *WORLD POL.* 336 (1991).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Soberania
Direito internacional público

KRAVITZ, M. R., “Personal jurisdiction and the Internet”, in *LEXIS*, Legnews Library, Clt File.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Jurisdição
Direito processual civil

KELLER, B. P., “The game’s the same: why gambling in cyberspace violates Federal Law”, 108 *YALE L. J.* 1569 (1999).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Jogo
Direito penal

KLEIN, S. e NEUMANN, T., “Architecture is policy case study: cooperative development as a means for a standards-based implementation for privacy on the Internet”, in http://www.eff.org/pub/Privacy/19990406_EFF_MS_P3P_Paper/index.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Privacidade
Comércio eletrônico
Regulação

LACAZ MARTINS, R., e MOTTA RABELLO, C. M., “Algumas considerações a respeito dos contratos de nível de serviços – SLAs”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 379-85.

Palavras Chave: Brasil
Internet
Service Level Agreements (SLA)

LAFUZE, W. L. e FRIEDRICH, V. K., “Aggressive enforcement of rights involving Internet abuses”, in 3 *COMP. L. REV. & TECH. J.* 413 (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/LaFuze>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito processual civil
Direito constitucional
Direito autoral
Direito marcário
Direito penal

LANCTOT, C. J., “Attorney-client relationships in cyberspace: the peril and the promise”, in 49 *DUKE L. J.* 147 (1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?49+Duke+L.+J.+147>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Sigilo
Prestação de serviço

LEAFFER, M., “Domain names, globalization, and Internet governance”, in 6 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 139 (Fall 1998).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Nome de domínio
Direito marcário
Pirataria
Comércio eletrônico

ICANN

LEE, T., “In rem jurisdiction in cyberspace”, in 75 *WASH. L. REV.* 97 (2000).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Jurisdição
Direito processual civil

LEMLEY, M, A., “Rights of attribution and integrity in online communications”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 2; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/lemley.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito autoral
Anonimato

LESSIG, L., “The zones of cyberspace”, in 48 *STAN. L. REV.* 1403 (1996).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Internet
Regulação
Territorialidade
Soberania

LESSIG, L., “Reading the Constitution in cyberspace”, in 45 *EMORY L.J.* 869 (1996).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito constitucional
Privacidade

LESSIG, L., “The Constitution of code: limitations on choice-based critiques of cyberspace regulation”, in 5 *COMM. L. CONSPECTUS* 181 (1997).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Regulação
Direito cibernético

LICKS O. B. e ARAUJO, J. M. Jr., “Aspectos penais dos crimes de informática no Brasil”, in *Rev. Minist. Público*, n. 33, 1994, p. 82-103.

Palavras Chave: Brasil

Direito penal
Direito informático

LIDSKY, L. B., “Silencing John Doe: defamation & discourse in cyberspace”, in 49 *DUKE L. J.* 855 (2000); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?49+Duke+L.+J.+855>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito constitucional
First Amendment

LITAN, R. E., “Law and policy in the age of the Internet”, in 50 *DUKE L. J.* 1045; <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+1045>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Regulação
Privacidade
Direito da propriedade intelectual
Direito tributário

LONG III, G. P., “Comment: who are you? Identity and anonymity in cyberspace”, in 55 *U. PITT. L. REV.* 1177 (1994).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Anonimato
Ciberespaço
First Amendment
Direito constitucional

LOOK, J., “The virtual wild, wild, west (WWW): intellectual property issues in cyberspace”, in 22 *U. ARK. LITTLE ROCK L.J.* 49 (1999).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito da propriedade intelectual
Direito autoral
Direito marcário

LOPEZ, R. S., “Chile: Comentario sobre el proyecto de ley relativo a documento y firma electrónicos”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

Palavras Chave: Chile
UNCITRAL
Documento eletrônico
Assinatura eletrônica
Direito civil

LOSCALZE, T. E. e SHAPIRO, S. J., “Internet gambling policy: prohibition versus regulation”, 7 *VILL. SPORTS & ENT. L. FORUM* 11 (2000).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Jogo
Regulação
Direito penal

LUSTBERG, L., “Current advertising, regulations and the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.* (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-2-Lustberg>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Publicidade
Regulação

MAESTRE, J. A., “El empleo de la firma electrónica en el sistema registral español: comentario a la Resolución de la Dirección General de los Registros y del Notariado, de 26 de abril de 2000”, in *R.E.D.I.* <http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000>.

Palavras Chave: Espanha
Documento eletrônico
Assinatura eletrônica
Direito civil

MAGANHOTO DONEDA, D. C., “Brasil: considerações iniciais sobre os bancos de dados informatizados e o direito à privacidade”, in *R.E.D.I.* <http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000>.

Palavras Chave: Brasil
Privacidade
Base de dados
Direito do consumidor
Direito constitucional

MAITTO DA SILVEIRA, R., “Internet e fiscalização tributária”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 387-407.

Palavras Chave: Brasil
Direito tributário
Comércio eletrônico

MALLAM, P., “Copyright and the information superhighway: some future challenge”, in 6 *ENTERTAINMENT L. REV.* 234 (1995).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito autoral
Regulação

MARCACINI, A. T. R., “O documento eletrônico como meio de prova”, in *R.E.D.I. [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 7 febrero del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.7febrero1999)*.

Palavras Chave: Brasil
Documento eletrônico
Criptografia
Assinatura eletrônica
Prova
Direito processual civil
Direito civil

MARCHANT, B. F., “On-line on the Internet: First Amendment and intellectual property uncertainties in the on-line world”, in 39 *HOW. L.J.* 477 (1996).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito autoral
First Amendment
Direito constitucional

MARKIEWICZ, J. E., “Seeking shelter from the MP3 storm: how far does the digital millennium copyright act online service provide liability reach?”, in 7. *COMM. L. CONSPECTUS* 423 (1999).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito autoral

Direito civil
Responsabilidade
Provedor de serviço

MASSE, D. G., “Le cadre juridique en droit civil québécois des transactions sur l'inforoute”, in 42 *MCGILL L.J.* 403 (1997).

Palavras Chave: Canadá
Direito civil
Comércio eletrônico
EDI
Prova
Direito processual civil

MAURER, B., “Cyberspatial sovereignties: offshore finance, digital cash, and the limits of liberalism”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 493 (Spring 1998).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Soberania
E-banking
Pagamento eletrônico
Direito bancário

MAYEWSKI, C. E., “The presence of a web site as a constitutionally permissible basis for personal jurisdiction”, in 73 *INDIANA L. J.* 379 (Winter 1997).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito do consumidor
Contrato eletrônico
Comércio eletrônico
Jurisdição
Distribuição
Direito internacional privado

MAZUR, T. A., “Securities regulation in the electronic era: private placements and the Internet”, in 75 *INDIANA L. J.* 379 (Winter 2000).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito mobiliário
Mercado de capitais

MCMANIS, C. R., “Taking TRIPS on the information superhighway: international intellectual property protection and emerging computer technology”, in 41 *VILL. L. REV.* 207 (1996).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito da propriedade intelectual
TRIPS
Direito autoral

MCNULTY, F. L., “Encryption’s importance to economic and infrastructure security”, in *DUKE J. OF COMP. & INT’L L.* 427 (Spring 1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+427>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Canadá
Criptografia
Direito penal
Comércio eletrônico

MEDRANO, G. M., “Propiedad intelectual en Internet. Aspectos del derecho de autor en el ciberespacio”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

Palavras Chave: Direito autoral
Convenção de Berna
Responsabilidade
Direito civil

MEFFORD, A., “Lex informatica: foundations of law on the Internet”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 211 (Fall 1997).

Palavras Chave: Regulação
Territorialidade
Lex mercatoria
Direito civil
Direito penal
Jurisdição
Conflito de lei
Direito internacional privado

MERCER, J. D., “Cybersquatting: blackmail on the information superhighway”, 6 *B.U. J. SCI. & TECH. L.* 11 (2000).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Pirataria
Direito penal
Direito da propriedade intelectual

MEZRICH, J. L., “Extension of copyright to fonts – Can the alphabet be next?”, in *COMP. L. REV. & Tech. J.* (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-4-Mezrich>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito autoral
Software

MIRANDA, D. P., “Defamation in cyberspace: Stratton Oakmont, Inc. v. Prodigy Services Co.”, in 5 *ALB. L.J. SCI. & TECH.* 229 (1996).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito constitucional
Direito processual civil

MISKO, F. Jr. e AMES, C. E., “Using technology in the management and trial of complex cases”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.* (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Misko>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito processual civil

MORETTO RASI, F. A., “E-banking. Perspectivas de regulamentação de operações bancárias via Internet pelo Banco Central do Brasil”, in <http://www.pinheironeto.com.br/anexo-bil630-html>.

Palavras Chave: Brasil
E-banking
BACEN

MORGAN, C., “Employer monitoring of employee electronic mail and internet use”, in 44 *MCGILL L.J.* 849 (1999).

Palavras Chave: Canadá
Direito do trabalho
Privacidade
Direito constitucional
E-mail

MOTA, S. A., “Neither dead nor forgotten: the past, present, and future of the Communications Decency Act in light of *Reno v. ACLU*”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.* (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Mota>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
First Amendment
Direito constitucional

MUELLER, M., “ICANN and Internet governance: sorting through the debris of ‘self-regulation’”, in 1 *INFO* 497 (1999).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
ICANN
Regulação
Direito constitucional

NIGRI, D. F., “Crime e informática: um novo fenômeno jurídico”, in *RTJE*, vol. 100, maio 1992, p. 41-8.

Palavras Chave: Brasil
Direito penal
Direito informático
EDI
Hacker
Fraude

NIMMER, R. T., “Licensing on the global information infrastructure: disharmony in cyberspace”, in 16 *NW. J. INT'L L. & BUS.* 224 (1995).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito da propriedade intelectual
Contrato eletrônico
Conflito de lei
Direito civil

Direito internacional privado
Direito do consumidor

NIMMER, D., “Brains and other paraphernalia of the digital age”, 10 *HARV. J.L. TECH.* 1 (1996).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito autoral

OPICE BLUM, R. M. S., “A internet e os tribunais”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 16 noviembre del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.16noviembredel1999).

Palavras Chave: Brasil
Comércio eletrônico
Nome de domínio
Direito marcário
Contrato eletrônico
Direito civil
Direito processual civil

ORIGGI, I. F., “Perú: economía digital, revolución digital y regulación jurídica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24juliodel2000).

Palavras Chave: Peru
Comércio eletrônico
Direito civil
Direito comercial
Direito internacional privado

O’ROURKE, M. A., “Proprietary rights in digital data: the future of copyright and contract law in a networked world”, in 42 *FED. B. NEWS & J.* 511 (1994).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito autoral
Base de dados

PASSA, J., “The protection of copyright on the Internet under French law”, in *The Internet and authors' rights*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

Palavras Chave: França

Direito autoral
Direito internacional privado

PAULA EDUARDO, P. F. de, e HERNANDEZ T.L., “Internet e mercado de valores mobiliários: aspectos jurídicos”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 253-64.

Palavras Chave: Brasil
Mercado de capitais
Direito mobiliário

PANURACH, P., “Money in electronic commerce: digital cash, electronic fund transfer, and e-cash”, in 39 *COMM. OF THE ACM* 45 (1996).

Palavras Chave: Direito bancário
Pagamento eletrônico
EFT

PEREIRA NETO, M., “Os documentos eletrônicos utilizados como meio de prova para a constituição de título executivo extrajudicial e judicial”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 17-36.

Palavras Chave: Brasil
Documento eletrônico
Direito processual civil
Assinatura eletrônica
Direito civil

PERRITT, H., Jr., “Dispute resolution in electronic network communities”, in 38 *VILL. L. REV.* 349 (1993).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito processual civil
Ciberespaço

PERRITT, H., Jr., “Jurisdiction in cyberspace”, in 41 *VILL. L. REV.* 1 (1996).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Jurisdição
Direito cibernético

PERRITT, H., Jr., “Cyberpayment infrastructure”, in 1996 *J. ONLINE L.* art. 6; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/perritt.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Comércio eletrônico
Criptografia
Assinatura eletrônica
E-banking
Direito civil

PERRITT, H., Jr., “The Internet as a threat to sovereignty? Thoughts on the internet's role in strengthening national and global governance”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 423 (Spring 1998).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Soberania
Direito internacional público
Direito constitucional
Jurisdição

PERRY, C. R., “Trademarks as commodities: the famous roadblock to applying trademark dilution law in cyberspace”, 32 *CONN. L. REV.* 1127 (2000).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito marcário
ICANN
Nome de domínio

PLOTKIN, M. E., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 40-3.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Comércio eletrônico
Nome de domínio
Direito da propriedade intelectual
Privacidade
Direito comercial
Direito tributário
Direito civil

POST, D. G., “Anarchy, state, and the Internet: an essay on law-making in cyberspace (article 3)”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 3; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/post.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Soberania
Jurisdição
Direito constitucional

POST, D. G., “Governing cyberspace”, in 43 *WAYNE L. REV.* 155 (1996).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Jurisdição
Regulação
Direito internacional privado

POST, D. G., “The ‘unsettled paradox’: The Internet, the State, and the consent of the governed”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 521 (Spring 1998).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Soberania
Direito constitucional
Jurisdição
Direito internacional privado

PRICE-HUIISH, C., “Efficient, effective advocacy in the ‘computer age’ demands the marriage of the work product doctrine to computerized litigation databases”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Price>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito processual civil
Base de dados
Sigilo
Prestação de serviços

QUINTERO, A. G., “Colombia: el secreto en la comunicación por correo electrónico”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25 Agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25Agosto2000).

Palavras Chave: Colômbia
Sigilo

Privacidade
E-mail
Direito penal
Direito civil

QUINTERO, H. R. P., “¿Son susceptibles de constituirse en medidas preventivas nominadas o de ejecución las computadoras u ordenadores en Venezuela?”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 04 Noviembre 1998](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.04Noviembre1998).

Palavras Chave: Venezuela
Direito processual civil
Software

QUINTERO, H. R. P., “Venezuela: nociones generales acerca de la cibernética y la iuscibernética”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 29 Diciembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.29Diciembre2000).

Palavras Chave: Venezuela
Direito cibernético
Ciberespaço

RADIN, M. J., “Humans, computers and binding commitment”, in 75 *INDIANA L. J.* 1125 (Winter 2000).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Contrato eletrônico
Direito civil

RADOWITZ, J. V., “Confidentiality fear over hospital computer link”, in *Press Association Newsfile*, July 6, 1995; *LEXIS*, News Library, CURNWS File.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Prestação de serviços
Sigilo

REED, C., “Controlling world wide web links: property rights, access rights and unfair competition”, in 6 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 167 (Fall 1998).

Palavras Chave: Estados Unidos da América

Direito autoral
Comércio eletrônico

REICHMAN, J. H. e SAMUELSON, P., “Intellectual property rights in data?”, in 50 *VAND. L. REV.* 51 (1997).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Base de dados
Direito da propriedade intelectual

REICHMAN, J. H. e UHLIR, P. F., “Database protection at the crossroads: recent developments and their impact on science and technology”, in 14 *BERKELEY TECH. L.J.* 793 (1999).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Base de dados
Direito da propriedade intelectual
Direito autoral

REIDENBURG, J., “Governing networks and rule-making in cyberspace”, in 45 *EMORY L.J.* 911 (1996).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito cibernético
Regulação

REOYO, V. M. T., “España: Derechos y deberes de los consumidores y comerciantes en el business to consumer (B2C)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No.31 febrero del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.31-febrero-del-2001).

Palavras Chave: Espanha
Comércio eletrônico
Direito do consumidor
Base de dados
Contrato eletrônico
Direito civil

RICO CARRILLO, M., “Responsabilidad civil de los intermediarios derivada del pago con tarjetas en el comercio electrónico a través de Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 17](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.17) Diciembre de 1999.

Palavras Chave: Venezuela
Responsabilidade
Direito civil
Pagamento eletrônico

RICO CARRILLO, M., “Venezuela: la oferta y la aceptación en la contratación electrónica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25) Agosto del 2000.

Palavras Chave: Venezuela
Contrato eletrônico
Direito do consumidor
Direito civil

RICO CARRILLO, M., “Validez y regulación legal del documento y la contratación electrónica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 19](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.19) febrero del 2000.

Palavras Chave: Venezuela
Contrato eletrônico
Assinatura eletrônica
EDI
Direito civil
Direito processual civil

RIEDER, C. M., “U.S. subject matter jurisdiction for copyright infringements on the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Rieder>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito autoral
Jurisdição
Convenção de Berna
E-mail

ROBINSON, G. O., “The electronic First Amendment: an essay for the new age”, in 47 *DUKE L. J.* 899 (19); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?47+Duke+L.+J.+899>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América

Direito constitucional
First Amendment
Internet

RODEMAN, S., “Evolving Internet legal concepts for CU’s”, in *Credit Union Exec. J.*, Marh/April 2000, vol. 40, p. 6-9.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Comércio eletrônico
Contrato eletrônico
Jurisdição

RODRÍGUEZ, G. S., “Venezuela: formas de pago electrónicas: regulación y oportunidades”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 20 Marzo 2000/12](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.20Marzo2000/12).

Palavras Chave: Venezuela
Pagamento eletrônico
Regulação

ROTHCHILD, J., “Protecting the digital consumer: the limits of cyberspace utopianism”, in 74 *INDIANA L. J.* 893 (Summer 1999).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Comércio eletrônico
Contrato eletrônico
Jurisdição
Direito civil
Direito do consumidor
Direito internacional privado
Fraude

ROTHFEDER, J., “Invasions of privacy”, in *PC WORLD*, Nov. 1995, p. 152.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Privacidade
Internet

SALAVERRY, P. C., “Telephone companies go to battle over the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-3-Salaverry>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Telecomunicações

SALGUEIRO, J. O. A., “Venezuela: nombres de dominio y marcas: dos sistemas de identificación con funciones similares pero claramente diferenciados entre si”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 30 Enero 2001/12](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.30Enero2001/12).

Palavras Chave: Venezuela
Nome de domínio
Direito marcário
OMPI
ICANN

SÁNCHEZ, A. A., “El delito informático. Algunas consideraciones jurídicos-penales”, in *Rev. de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas*, n. 68, Nov. 1987, p. 127-33.

Palavras Chave: Venezuela
Fraude
Direito penal
Base de dados
Direito informático

SÁNCHEZ, F. H., “Argentina: E-commerce: la nueva realidad comercial”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

Palavras Chave: Argentina
Comércio eletrônico
Assinatura eletrônica
Conflito de lei
Jurisdição
Direito internacional privado
Direito civil

SANFORD, B. W. e **LORENGER, M. J.**, “Teaching an old dog new tricks: the First Amendment in an online world”, in 28 *CONN. L. REV.* 1137, (1996) .

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Privacidade
Direito constitucional
First Amendment

SASSEN, S., “On the Internet and sovereignty”, in *5 IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 545 (Spring 1998).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Soberania
Direito internacional público
Regulação

SCHOUERI, L. E., “Imposto de renda e o comércio eletrônico”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 39-55.

Palavras Chave: Brasil
Comércio eletrônico
Direito tributário

SCHWARTZ, P. M., “The protection of privacy in health care reform”, in *48 VAND. L. REV.* 295, (1995).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Privacidade
Prestação de serviços
Hacker

SCIGLIMPAGLIA, R. J., Jr., “Computer hacking: a global offense”, in *3 PACE Y.B. INT’L L.* 199 (1991).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Hacker
Direito internacional privado
Prestação de serviços

SEDOFF, M., “Argentina: el interés legítimo de la ley de marcas Argentina y las disputas de dominios en Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24_julio_del_2000).

Palavras Chave: Argentina
Nome de domínio
Direito marcário
OMPI

SERGEANT, R. S., “A Fourth Amendment model for computer networks and data privacy”, in 81 *VA. L. REV.* 1181.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Hacker
Privacidade
Direito constitucional
Fourth Amendment

SERGIENKO, G., “United States v. Hubbell: Encryption and the Discovery of Documents”, 7 *RICH. J.L. & TECH.* 31 (Spring 2001), <http://www.richmond.edu/jolt/v7i4/article1>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Criptografia
Fifth Amendment
Direito constitucional
Direito penal

SICILIANO BORGES, A., “Preços de transferência e e-commerce”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 211-25.

Palavras Chave: Brasil
Comércio eletrônico
Direito tributário

SMITH, C. B., “Current U.S. encryption regulations: a federal law enforcement perspective”, in 3 *LEGIS. & PUB. POL’Y*, 11, 20 (1999-2000).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Criptografia
Fourth Amendment
Direito constitucional

SOBRINO, W. A. R., “Argentina: las nuevas responsabilidades legales derivadas de Internet & e-commerce y los nuevos seguros que amparan los riesgos”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

Palavras Chave: Argentina

Responsabilidade
Direito securitário
Direito civil

SPEIDEL, R. E., “Article 2 and relational sales contracts”, in 26 *LOY. L. A. L. REV.* 789 (1993).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito do consumidor

STEELE, H. L., Jr., “The prevention of non-consensual access to ‘confidential’ health-care information in cyberspace”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Steele>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Hacker
Sigilo
Prestação de serviços
Privacidade

SUSSMANN, M. A., “The critical challenges from international high-tech and computer-related crime at the millennium”, in 9 *DUKE J. OF COMP. & INT'L L.* 451 (1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+451>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
União Européia
Direito penal
OECD (OCDE)

SWIRE, P. P., “Of elephants, mice and privacy: international choice of law and the Internet”, in 32 *INT'L L.* 991 (1998).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito internacional privado
Conflito de lei

TAYLOR, J. M., “Liability of usenet moderators for defamation published by others: flinging the law of defamation into cyberspace”, in 47 *FLA. L. REV.* 247 (1995).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito constitucional
Direito processual civil
Ciberespaço

TORRES, I. V. M., “Mexico: Nuevas modalidades en el Sistema Registral: comentarios al Acuerdo que establece los lineamientos para la Operación del Registro Público de Comercio”, in *R.E.D.I. <http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000>*.

Palavras Chave: México
Direito comercial
Direito civil

TRACHTMAN, J. P., “Cyberspace, sovereignty, jurisdiction, and modernism”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 561 (Spring 1998).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Jurisdição
Soberania
Direito internacional público
Territorialidade

TROTTER, H., “The proper legal regime for 'cyberspace'”, in 55 *U. PITT. L. REV.* 993 (1994).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Anonimato
First Amendment
Direito constitucional

TROTTER, H., “The Ancient Doctrine of Trespass to Web Sites”, in 1996 *J. ONLINE L.* art. 7; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/hardy.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito autoral
Direito civil
Direito constitucional

USTARAN, E., “United Kingdom: data protection obligations for e-businesses”, in *R.E.D.I. <http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000>*.

Palavras Chave: Reino Unido
Base de dados
União Européia
Comércio eletrônico
Direito civil

VICTOR, P., “Perverts hack into hospital computers”, in *THE INDEPENDENT*, Nov. 27, 1994, p 1.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Hacker
Direito penal
Prestação de serviços

VILLELA AUTUORI, M.H., e **GREGORIN, D.**, “O teletrabalho”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 125-140.

Palavras Chave: Brasil
Direito do trabalho

VILLEN NETO, H., “Imunidade tributária e os provedores de informações via Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 319-35.

Palavras Chave: Brasil
Direito tributário
Direito constitucional

YOUST, L. R. e **KOH, H. L.**, “Management and discovery of electronically stored information”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Youst>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Base de dados
Fraude
Criptografia
Direito penal

WALLENSTEIN, S., “Beyond bond markets 2000: the electronic frontier and regulation of the capital markets for debt securities”

in 63 *LAW & CONTEMP. PROBS.* 123 (Summer 2000);
<http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?63+Law+&+Contemp.+Probs.+123>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito mobiliário
Mercado de capitais
Comércio eletrônico

WEINBERG, J., “ICANN and the problem of legitimacy”, in 50 *DUKE L. J.* 187 (2000);
<http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+187>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
ICANN
Direito constitucional
Regulação

WILLIAMSON, S. F., “The international enforcement of software copyrights and patents”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998);
<http://www2.smu.edu/csr/Williamson>.

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Direito autoral
Direito patentário
TRIPS
OMPI (WIPO)
Convenção de Berna
Convenção de Paris
Software

WU, T. S., “Cyberspace sovereignty? The Internet and the international system”, 10 *HARV. J. L. & TECH.* 647 (1997).

Palavras Chave: Soberania
Territorialidade
Direito internacional público
Direito cibernético
Controle (Internet)

ZEMBEK, R. S., “Jurisdiction and the Internet: fundamental fairness in the networked world of cyberspace, in 6 *ALB. L.J. SCI. & TECH.* 339 (1996).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
Jurisdição
Direito cibernético
Direito internacional privado

ZITTRAIN, J., “ICANN: between the public and the private: comments before Congress”, 14 *BERKELEY TECH. L.J.* 1071 (1999).

Palavras Chave: Estados Unidos da América
ICANN
Regulação
Direito constitucional
Nome de domínio

PALAVRAS-CHAVE

Administração fiscal

ALVA MATTEUCCI, J. M., “Perú: la firma digital y su aplicación en la administración tributaria peruana: a propósito de la publicación de la Ley N° 27269 - Ley de firmas y certificados digitales”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25_agosto_del_2000).

COSTA MARCHANT, D.A., e **SANTOS MARTINELLI, L.F.**, “A Internet a serviço do Fisco”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 337-50.

Administração pública

CORASANITI, G. (coord.), *Codice per l'informatica: Internet, informatica nelle pubbliche amministrazioni, commercio elettronico, firma digitale, tutela del software, privacy, banche dati*, Milano, A. Giuffrè, 2001.

Alemanha

ANDREWS, E. L., “Germany's efforts to police Web are upsetting business”, *N.Y. Times*, June 6, 1997, p. A1.

DLUSZTUS, P. K., “A responsabilidade na Internet conforme as leis alemãs”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 295-318.

SCHOUERI, L. E. (coord.), *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001.

Anonimato

BRANSCOMB, A. W., “Anonymity, autonomy, and accountability: challenges to the First Amendment in cyberspaces”, in 104 *YALE L.J.* 1639, (1995).

FROOMKIN M. A., “Anonymity and its enmities”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 4; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/froomkin.

KARNOW, C. E. A., “The encrypted self: fleshing out the rights of electronic personalities”, in 13 *J. MARSHALL J. OF COMPUTER AND INFO. L.* 1 (1994).

LEMLEY, M, A., “Rights of attribution and integrity in online communications”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 2; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/lemley.

LONG III, G. P., “Comment: who are you? Identity and anonymity in cyberspace”, in 55 *U. PITT. L. REV.* 1177 (1994).

TROTTER, H., “The proper legal regime for 'cyberspace'”, in 55 *U. PITT. L. REV.* 993 (1994).

Arbitragem

CAMMARATA, M., “Italia: il rispetto della legge non è facoltativo”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 27 octubre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.27octubre2000).

Argentina

CAFFARO, M. A., “Argentina: pericias informáticas”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

DÍAZ, F. A. V., “Algunos aspectos sobre los derechos de autor en Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 31 febrero de 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.31febrero2001).

ELIAS, M. S., “Argentina: Situación legal de los datos de carácter personal frente a las nuevas tecnologías”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

SÁNCHEZ, F. H., “Argentina: E-commerce: la nueva realidad comercial”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

SOBRINO, W. A. R., “Argentina: las nuevas responsabilidades legales derivadas de Internet & e-commerce y los nuevos seguros que amparan los riesgos”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

SEDOFF, M., “Argentina: el interés legítimo de la ley de marcas Argentina y las disputas de dominios en Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

Assinatura eletrônica

ALVA MATTEUCCI, J. M., “Perú: la firma digital y su aplicación en la administración tributaria peruana: a propósito de la publicación de la Ley N° 27269 - Ley de firmas y certificados digitales”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agosto2000).

CARVAJAL CÓRDOBA, M., “Ley de comercio electrónico en Colombia. (Ley 527 de 1999)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 18 enero del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.18enero2000).

CORASANITI, G. (coord.), *Codice per l'informatica: Internet, informatica nelle pubbliche amministrazioni, commercio elettronico, firma digitale, tutela del software, privacy, banche dati*, Milano, A. Giuffrè, 2001.

CORREIA, M. P., “Portugal: documentos electrónicos e assinatura digital: as novas leis portuguesas”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 23 junio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.23junio2000).

CORREIA, M. P., “Sociedade de Informação e Direito: A Assinatura Digital”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 12 julio del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.12julio1999).

DODD, J. C. e HERNANDEZ, J. A., “Contracting in cyberspace”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-1-Dodd>.

EDWARDS, L. e WAELDE, C. (coord.), *Law & the Internet : a framework for electronic commerce*, 2ª ed., Oxford; Portland, Or., Hart, 2000.

LOPEZ, R. S., “Chile: Comentario sobre el proyecto de ley relativo a documento y firma electrónicos”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

MAESTRE, J. A., “El empleo de la firma electrónica en el sistema registral español: comentario a la Resolución de la Dirección General de los Registros y del Notariado, de 26 de abril de 2000”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

MARCACINI, A. T. R., “O documento eletrônico como meio de prova”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 7 febrero del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.7febrero1999).

PEREIRA NETO, M., “Os documentos eletrônicos utilizados como meio de prova para a constituição de título executivo extrajudicial e judicial”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 17-36.

PERRITT, H., Jr., “Cyberpayment infrastructure”, in 1996 *J. ONLINE L.* art. 6; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/perritt.

RICO CARRILLO, M., “Validez y regulación legal del documento y la contratación electrónica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 19 febrero del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.19febrero2000).

SÁNCHEZ, F. H., “Argentina: E-commerce: la nueva realidad comercial”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

BACEN

MORETTO RASI, F. A., “E-banking. Perspectivas de regulamentação de operações bancárias via Internet pelo Banco Central do Brasil”, in <http://www.pinheironeto.com.br/anexo-bil630-html>.

Base de dados

ASKANAZI, J., “The future of database protection in U.S. copyright law”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0017; <http://www.law.duke.edu/journals/DLTR/Articles/2001dltr0017>.

BENEVIDES DE CARVALHO, R., “A Internet e as relações de consumo”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 95-109.

BRILL C., “Legal protection of collections of facts”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-1-Brill>.

CANHAM, J. e CAWSON, G., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 17-9.

CLARKE, M., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 36-9.

COHEN-TANUGI, L. e BEGHE, S., “How to negotiate the dot.com. maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 9-11.

CORASANITI, G. (coord.), *Codice per l'informatica: Internet, informatica nelle pubbliche amministrazioni, commercio elettronico, firma digitale, tutela del software, privacy, banche dati*, Milano, A. Giuffrè, 2001.

DONG, A., MORSCHER, L. e ORLER, A., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 32-4.

ELIAS, M. S., “Argentina: Situación legal de los datos de carácter personal frente a las nuevas tecnologías”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

FINOCCHIARO, G., *I contratti informatici*, Padova, CEDAM, 1997.

GUASCH DÍAZ, D. M., “España: la extracción de normas de Boletines Oficiales en papel y de ediciones en Internet. Algunas consideraciones jurídicas relevantes par las empresas de bases de datos”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agosto2000).

HARRIS, L. E., *Digital property: currency of the 21st century*, Toronto, Canada, McGraw-Hill Ryerson, 1998.

JONGEN, H. e **SEELT, M.**, “How to negotiate the dot.com. maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 23-5.

KELLEHER, D., *IT law in the European Union*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

MAGANHOTO DONEDA, D. C., “Brasil: considerações iniciais sobre os bancos de dados informatizados e o direito à privacidade”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

O’ROURKE, M. A., “Proprietary rights in digital data: the future of copyright and contract law in a networked world”, in 42 *FED. B. NEWS & J.* 511 (1994).

PICA, G., *Diritto penale delle tecnologie informatiche: computer's crimes e reati telematici, Internet, banche-dati e privacy*, Torino, UTET, 1999.

PRICE-HUIISH, C., “Efficient, effective advocacy in the ‘computer age’ demands the marriage of the work product doctrine to computerized litigation databases”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Price>.

REICHMAN, J. H. e **SAMUELSON, P.**, “Intellectual property rights in data?”, in 50 *VAND. L. REV.* 51 (1997).

REICHMAN, J. H. e **UHLIR, P. F.**, “Database protection at the crossroads: recent developments and their impact on science and technology”, in 14 *BERKELEY TECH. L.J.* 793 (1999).

REOYO, V. M. T., “España: Derechos y deberes de los consumidores y comerciantes en el business to consumer (B2C)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 31 febrero del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.31 febrero del 2001).

SÁNCHEZ, A. A., “El delito informático. Algunas consideraciones jurídicos-penales”, in *Rev. de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas*, n. 68, Nov. 1987, p. 127-33.

USTARAN, E., “United Kingdom: data protection obligations for e-businesses”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24 julio del 2000).

YOUST, L. R. e KOH, H. L., “Management and discovery of electronically stored information”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Youst>.

WAYNER, P., *Digital copyright protection*, Boston, Mass., AP Professional, 1997.

Brasil

ALBUQUERQUE, R. C., “Brasil: combate à pornografia infanto-juvenil na Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 26 septiembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.26 septiembre del 2000).

ANGEIRAS, L., “Tributação dos provedores de acesso à Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 227-51.

ATHENIENSE, A., “Brazil: Auto-Aplicação do Código do Consumidor Brasileiro nas Transações de Bens Corpóreos pelo Comércio Electronico na Internet”, *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 28 noviembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.28 noviembre del 2000).

BELLAN, D.V., “Comércio eletrônico e responsabilidade tributária das administradoras de cartão de crédito”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 191-209.

BENEVIDES DE CARVALHO, R., “A Internet e as relações de consumo”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 95-109.

BITTENCOURT, A., “Brasil: e-commerce - uma abordagem”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24 julio del 2000).

CAMPOS DE SOUZA, M., “Licitação e Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 265-78.

CEZAROTI, G., “Breves considerações a respeito da incidência do ICMS nas operações realizadas via Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 155-73.

COSTA MARCHANT, D.A., e **SANTOS MARTINELLI, L.F.**, “A Internet a serviço do Fisco”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 337-50.

COSTÓDIO FILHO, U., “Os conflitos entre marcas e nomes de domínio de Internet no direito brasileiro”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 83-93.

DIOGO DE FARIA, C., “Alguns institutos de direito concorrencial aplicáveis à Internet: mercado relevante e cartel”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 57-70.

DRIGO DA SILVA, E., “Aspecto espacial da incidência do ISS sobre os serviços prestados via Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 175-89.

ELIAS, P. S., “Alguns aspectos da informática e suas conseqüências no direito”, in *RT*, vol. 766, 1999, p. 491-500.

FERNANDES, E.C., “Mercado virtual comum do sul”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 141-153.

FREITAS, R. L., “A Internet e a educação a distância”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 111-124.

GALDINO FRAGA, A. C., “Crimes de informática. A ameaça virtual na era da informação digital”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 365-78.

GOMES DOS SANTOS, L. C., “Direitos autorais na Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 351-64.

GRECO, M.A., *Internet e direito*, São Paulo, SP, Dialética, 2000.

HALEMBECK, L.F.A., “Arranjos societários usuais em negócios de Internet” in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 9-15.

HILÚ NETO, M., “Imposto sobre importações e bens virtuais”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 71-82.

JARDIM NETO, J.G., “Os produtos digitais vendidos na Internet e o ICMS”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 279-94.

KAMINSKI, O., “A Internet e o ciberespaço”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 30 enero del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.30_enero_del_2001).

LACAZ MARTINS, R., e **MOTTA RABELLO, C. M.**, “Algumas considerações a respeito dos contratos de nível de serviços – SLAs”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 379-85.

LICKS O. B. e **ARAUJO, J. M. Jr.**, “Aspectos penais dos crimes de informática no Brasil”, in *Rev. Minist. Público*, n. 33, 1994, p. 82-103.

MAGANHOTO DONEDA, D. C., “Brasil: considerações iniciais sobre os bancos de dados informatizados e o direito à privacidade”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24_julio_del_2000).

MAITTO DA SILVEIRA, R., “Internet e fiscalização tributária”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 387-407.

MARCACINI, A. T. R., “O documento eletrônico como meio de prova”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 7 febrero del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.7_febrero_del_1999).

MORETTO RASI, F. A., “E-banking. Perspectivas de regulamentação de operações bancárias via Internet pelo Banco Central do Brasil”, in <http://www.pinheironeto.com.br/anexo-bil630-html>.

NIGRI, D. F., “Crime e informática: um novo fenômeno jurídico”, in *RTJE*, vol. 100, maio 1992, p. 41-8.

OPICE BLUM, R. M. S., “A internet e os tribunais”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 16 noviembre del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.16noviembredel1999).

PAULA EDUARDO, P. F. de, e HERNANDEZ T.L., “Internet e mercado de valores mobiliários: aspectos jurídicos”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 253-64.

PEREIRA NETO, M., “Os documentos eletrônicos utilizados como meio de prova para a constituição de título executivo extrajudicial e judicial”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 17-36.

SCHOUERI, L. E., “Imposto de renda e o comércio eletrônico”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 39-55.

SCHOUERI, L. E. (coord.), *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001.

SICILIANO BORGES, A., “Preços de transferência e e-commerce”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 211-25.

VILLELA AUTUORI, M.H., e GREGORIN, D., “O teletrabalho”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 125-140.

VILLEN NETO, H., “Imunidade tributária e os provedores de informações via Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 319-35.

B2B

BAUMGARTEN, J. A., *Business & legal guide to online-Internet law*, Little Falls, NJ, Glasser LegalWorks, 1997.

DIOGO DE FARIA, C., “Alguns institutos de direito concorrencial aplicáveis à Internet: mercado relevante e cartel”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 57-70.

HALEMBECK, L.F.A., “Arranjos societários usuais em negócios de Internet” in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 9-15.

Canadá

GAHTAN, A. M.; KRATZ, M. P. J. e FRASERMANN, J., *Internet law: a practical guide for legal and business professionals*, Scarborough, Ont., Carswell, 1998.

GEIST, M. A., *Internet law in Canada*, North York, Ont., Captus Press, 2000.

HARRIS, L. E., *Digital property: currency of the 21st century*, Toronto, Canada, McGraw-Hill Ryerson, 1998.

MASSE, D. G., “Le cadre juridique en droit civil québécois des transactions sur l'inforoute”, in 42 *MCGILL L.J.* 403 (1997).

MCNULTY, F. L., “Encryption’s importance to economic and infrastructure security”, in *DUKE J. OF COMP. & INT’L L.* 427 (Spring 1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+427>.

MORGAN, C., “Employer monitoring of employee electronic mail and internet use”, in 44 *MCGILL L.J.* 849 (1999).

CCI (ICC)

I.C.C., “A global action plan for electronic commerce prepared by business with recommendations for governments”, in http://www.iccwbo.org/home/electronic_commerce/word_documents/SJAPFIN.doc.

Certificado eletrônico

ALVA MATTEUCCI, J. M., “Perú: la firma digital y su aplicación en la administración tributaria peruana: a propósito de la publicación de la Ley N° 27269 - Ley de firmas y certificados digitales”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25_agosto_del_2000).

Chile

LOPEZ, R. S., “Chile: Comentario sobre el proyecto de ley relativo a documento y firma electrónicos”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

Ciberespaço

BOYLE, J., “Foucault in cyberspace; surveillance, sovereignty, and hard-wired censors”, in 66 *U. CIN. L. REV.* 177 (1997).

BURK, D. L., “Patents in cyberspace: territoriality and infringement on global computer networks”, 68 *TULANE L. REV.* 1, (1993).

BURNSTEIN, M. R., “Conflict on the net: choice of law in transnational cyberspace”, in 29 *VAND. J. TRANSNAT’L L.* 75, 116 (1996).

BYASSE, W. S., “Business law symposium, jurisdiction of cyberspace: applying real world precedent to the virtual community”, in 30 *WAKE FOREST L. REV.* 197 (1995).

COUNTS, C. L. e MARTIN, C. A., “Libel in cyberspace: a framework for addressing liability and jurisdictional issues in this new frontier”, in 59 *ALB. L. REV.* 1083 (1996).

FIDLER, D. P., “ The Internet and the sovereign state: the role and impact of cyberspace on national and global governance”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 415 (Spring 1998).

GINSBURG, J. C., “Putting cars on the ‘information superhighway’: authors, exploiters, and copyright in cyberspace”, in 95 *COLUM. L. REV.* 1466 (1995).

KAMINSKI, O., “A Internet e o ciberespaço”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 30 enero del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.30enero2001).

KATSH, M. E., “Cybertime, cyberspace and cyberlaw”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 1; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/katsh.

KATSH, M. E., “Rights, camera, action: cyberspatial settings and the First Amendment”, in 104 *YALE L.J.* 1681 (1995).

KOEPSSELL, D. R., *The ontology of cyberspace: philosophy, law, and the future of intellectual property*, Chicago, Open Court, 2000.

LONG III, G. P., “Comment: who are you? Identity and anonymity in cyberspace”, in 55 *U. PITT. L. REV.* 1177 (1994).

PERRITT, H., Jr., “Dispute resolution in electronic network communities”, in 38 *VILL. L. REV.* 349 (1993).

QUINTERO, H. R. P., “Venezuela: nociones generales acerca de la cibernética y la iuscibernética”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 29](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.29) Diciembre del 2000.

SHARP, W. G., *Cyberspace and the use of force*, Falls Church, Va., Aegis Research Corp., 1999.

TAYLOR, J. M., “Liability of usenet moderators for defamation published by others: flinging the law of defamation into cyberspace”, in 47 *FLA. L. REV.* 247 (1995).

CNUDCI

GUTIERREZ GODOY, A., “Colombia: el comercio electrónico en el derecho comparado”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 20](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.20) marzo del 2000.

Colômbia

CARVAJAL CÓRDOBA, M., “Ley de comercio electrónico en Colombia. (Ley 527 de 1999)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 18](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.18) enero del 2000.

CASABONA, C. M. R., “Los delitos de daños en el ámbito informático”, in *Der. Penal y Criminología*, vol. XIII, n. 43, enero/abril, 1991, p. 45-70.

GUTIERREZ GODOY, A., “Colombia: naturaleza jurídica de los Web Sites comerciales en el ambito colombiano”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 26 septiembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.26septiembredel2000).

QUINTERO, A. G., “Colombia: el secreto en la comunicaciòn por correo electrónico”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 Agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25Agostodel2000).

Comércio eletrônico

ANGEIRAS, L., “Tributação dos provedores de acesso à Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 227-51.

ATHENIENSE, A., “Brazil: Auto-Aplicação do Código do Consumidor Brasileiro nas Transações de Bens Corpóreos pelo Comércio Electronico na Internet”, *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 28 noviembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.28noviembredel2000).

BACCHETTA, M. (coord.), *Electronic commerce and the role of the WTO*, Geneva, World Trade Organization, 1998.

BARRIOS GARRIDO, G., MUÑOZ DE ALBA MEDRANO, M., e PÉREZ BUSTILLO, C., *Internet y derecho en México*, México, D.F., New York, McGraw-Hill, 1998.

BAUMGARTEN, J. A., *Business & legal guide to online-Internet law*, Little Falls, NJ, Glasser LegalWorks, 1997.

BELLAN, D.V., “Comércio eletrônico e responsabilidade tributária das administradoras de cartão de crédito”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 191-209.

BENEVIDES DE CARVALHO, R., “A Internet e as relações de consumo”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 95-109.

BENSOUSSAN, A. (coord.), *Internet: aspects juridiques*, 2^a ed., Paris, Hermès, 1998.

BERKOWITZ, J. A., “Business method patents: everyone wants to be a millionaire”, in 609 *PLI/PAT* 7, (June 2000).

BICK, J., *101 things you need to know about Internet law*, New York, NY, Three Rivers Press, 2000.

BITTENCOURT, A., “Brasil: e-commerce - uma abordagem”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

CANHAM, J. e CAWSON, G., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 17-9.

CARVAJAL CÓRDOBA, M., “Ley de comercio electrónico en Colombia. (Ley 527 de 1999)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 18 enero del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.18enero2000).

CAVAZOS, E. A., *Cyberspace and the law: your rights and duties in the on-line world*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1994.

CEZAROTI, G., “Breves considerações a respeito da incidência do ICMS nas operações realizadas via Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 155-73.

CHISSICK, M. e KELMAN A., *Electronic commerce: law and practice*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

CLARKE, M., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 36-9.

COHEN-TANUGI, L. e BEGHE, S., “How to negotiate the dot.com. maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 9-11.

CORASANITI, G. (coord.), *Codice per l'informatica: Internet, informatica nelle pubbliche amministrazioni, commercio elettronico, firma digitale, tutela del software, privacy, banche dati*, Milano, A. Giuffrè, 2001.

CORREIA, M. P., “Portugal: documentos electrónicos e assinatura digital: as novas leis portuguesas”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 23 junio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.23junio2000).

CORREIA, M. P., “Sociedade de Informação e Direito: A Assinatura Digital”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 12 julio del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.12julio1999).

CRAIG, W. J., *Taxation of e-commerce: fiscal regulation of the internet*, London, Tolley, 2000.

DELTA, G. B. e MATSUURA, J. H., *Law of the Internet*, New York, Aspen Law & Business ed., 1998.

DENNING D. E. e DENNING, P. J (ed.), *Internet besieged: countering cyberspace scofflaws*, New York, N.Y. , ACM Press, Reading, Mass., Addison Wesley, 1998.

DICKIE, J., *Internet and electronic commerce law in the European Union*, Oxford, England; Portland, Or., Hart Pub., 1999.

DOERNBERG, R. L. e HINNEKENS, L., *Electronic commerce and international taxation*, The Hague; Boston, Kluwer Law International, 1999.

DONG, A., MORSCHER, L. e ORLER, A., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 32-4.

DUFOUR, A., *Internet. Que sais-je?*, Paris, P.U.F.1995.

EDWARDS, L. e WAELDE, C. (coord.), *Law & the Internet : a framework for electronic commerce*, 2^a ed., Oxford; Portland, Or., Hart, 2000.

FERNANDES, E.C., “Mercado virtual comum do sul”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 141-153.

FINOCCHIARO, G., *I contratti informatici*, Padova, CEDAM, 1997.

FRIEDEN, C., *Cybertaxation: the taxation of e-commerce*, Chicago, CCH, 2000.

GAHTAN, A. M.; KRATZ, M. P. J. e FRASERMANN, J., *Internet law: a practical guide for legal and business professionals*, Scarborough, Ont., Carswell, 1998.

GEIST, M, A., *Internet law in Canada*, North York, Ont., Captus Press, 2000.

GRAHAM, J., “Cybersquatting: the latest challenge in federal trademark protection”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0009; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0009>.

GRECO, M.A., *Internet e direito*, São Paulo, SP, Dialética, 2000.

HAMMOND, H. J. e **MEYERHOFF, L. H.**, “Cutting edge issues in intellectual property law”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Meyerhoff>.

HILÚ NETO, M., “Imposto sobre importações e bens virtuais”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 71-82.

HUGOSON, M., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 29-31.

I.C.C., “A global action plan for electronic commerce prepared by business with recommendations for governments”, in http://www.iccwbo.org/home/electronic_commerce/word_documents/SJAPFIN.doc.

JARDIM NETO, J.G., “Os produtos digitais vendidos na Internet e o ICMS”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 279-94.

JONGEN, H. e **SEELT, M.**, “How to negotiate the dot.com. maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 23-5.

KLEIN, S. e **NEUMANN, T.**, “Architecture is policy case study: cooperative development as a means for a standards-based implementation for privacy on the Internet”, in http://www.eff.org/pub/Privacy/19990406_EFF_MS_P3P_Paper/index.

LEAFFER, M., “Domain names, globalization, and Internet governance”, in 6 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 139 (Fall 1998).

LITAN, R. E. e **NISKANEN, W.**, *Going digital!: a guide to policy in the digital age*, Washington, D.C., Brookings Institution Press, Cato Institute, 1998.

LYNCH, D. C. e LUNDQUIST, L., *Digital money: the new era of Internet commerce*, New York, Wiley, 1996.

MAITTO DA SILVEIRA, R., “Internet e fiscalização tributária”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 387-407.

MASSE, D. G., “Le cadre juridique en droit civil québécois des transactions sur l’inforoute”, in 42 *MCGILL L.J.* 403 (1997).

MAYEWSKI, C. E., “The presence of a web site as a constitutionally permissible basis for personal jurisdiction”, in 73 *INDIANA L. J.* 379 (Winter 1997).

MCNULTY, F. L., “Encryption’s importance to economic and infrastructure security”, in *DUKE J. OF COMP. & INT’L L.* 427 (Spring 1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+427>.

OPICE BLUM, R. M. S., “A internet e os tribunais”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 16 noviembre del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.16_noviembre_del_1999).

ORIGGI, I. F., “Perú: economía digital, revolución digital y regulación jurídica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24_julio_del_2000).

PERRITT, H., Jr., “Cyberpayment infrastructure”, in 1996 *J. ONLINE L.* art. 6; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/perritt.

PLOTKIN, M. E., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 40-3.

REED, C., “Controlling world wide web links: property rights, access rights and unfair competition”, in 6 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 167 (Fall 1998).

REOYO, V. M. T., “España: Derechos y deberes de los consumidores y comerciantes en el business to consumer (B2C)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 31 febrero del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.31_febrero_del_2001).

RODEMAN, S., “Evolving Internet legal concepts for CU’s”, in *Credit Union Exec. J.*, Marh/April 2000, vol. 40, p. 6-9.

ROTHCHILD, J., “Protecting the digital consumer: the limits of cyberspace utopianism”, in 74 *INDIANA L. J.* 893 (Summer 1999).

SÁNCHEZ, F. H., “Argentina: E-commerce: la nueva realidad comercial”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

SARZANA, C. e SARZANA, F., *Profili giuridici del commercio via Internet*, Milano, A. Giuffrè, 1999.

SCHOUERI, L. E. (coord.), *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001.

SCHOUERI, L. E., “Imposto de renda e o comércio eletrônico”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 39-55.

SICILIANO BORGES, A., “Preços de transferência e e-commerce”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 211-25.

SMITH, G. J. H. (coord.), *Internet law and regulation*, 3^a ed., London, Sweet & Maxwell, 2000.

TABATONI, P. (Coord.), *La protection de la vie privée dans la société d'information: impact des systèmes électroniques d'information*, Paris, P.U.F., 2000.

TOSI, E. (coord.), *Il codice del diritto dell'informatica e di Internet : normativa nazionale e comunitaria (con le novità relative a commercio elettronico, firma digitale, consumatori, millennium bug e intermediazione finanziaria on-line)*, Piacenza, La tribuna, 2000.

USTARAN, E., “United Kingdom: data protection obligations for e-businesses”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

VACCÀ, C. (coord.), *Il commercio elettronico: il documento digitale, Internet, la pubblicità on line*, Milano, EGEA, 1999.

VIVANT, M., *Les contrats du commerce électronique*, Paris, Litec, 1999.

WALLENSTEIN, S., “Beyond bond markets 2000: the electronic frontier and regulation of the capital markets for debt securities” in 63 *LAW & CONTEMP. PROBS.* 123 (Summer 2000); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?63+Law+&+Contemp.+Probs.+123>.

WILHELMSSON, T., TUOMINEN, S. e TUOMOLA, H. (ed.), *Consumer law in the information society*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2001.

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce: EDI, E-mail and Internet. Technology, proof, and liability*, Boston, Mass., New York, Little, Brown, 1995-1996.

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce*, New York , Aspen Law & Business, 1998.

Comunicação

GREWLICH, K. W., *Governance in "cyberspace": access and public interest in global communications*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 1999.

HALBERT, D. J., *Intellectual property in the information age: the politics of expanding ownership rights*, Westport, Conn., Quorum, 1999.

Conflito de lei

ACKER, R., “Choice-of-law questions in cyberfraud”, in *U. CHI. LEGAL F.* 437 (1996).

ATHENIENSE, A., “Brazil: Auto-Aplicação do Código do Consumidor Brasileiro nas Transações de Bens Corpóreos pelo Comércio Electronico na Internet”, *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 28 noviembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.28_noviembre_del_2000).

BICK, J., *101 things you need to know about Internet law*, New York, NY, Three Rivers Press, 2000.

BURNSTEIN, M. R., “Conflict on the net: choice of law in transnational cyberspace”, in 29 *VAND. J. TRANSNAT’L L.* 75, 116 (1996).

CANHAM, J. e CAWSON, G., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 17-9.

DESSEMONTET, F., “Internet, le droit d’auteur et le droit international privé”, in *Rev. Suisse de Jurisprudence*, vol. 92, 1996, p. 285-92.

DONG, A., MORSCHER, L. e ORLER, A., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 32-4.

GELLER, P. E., “Conflicts of laws in cyberspace: rethinking international copyright in a digitally networked world”, in 20 *COLUM. LAW J.L. & ARTS* 571, (1996).

GELLER, P. E., “From patchwork to network: strategies for international intellectual property in flux”, 9 *DUKE J. OF COMP. & INT’L L.* 69 (1998); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+69>.

GINSBURG, J. C., “Global use/territorial rights: private international law questions of the global information infrastructure”, in 42 *J. COPYRIGHT SOC’Y U.S.A.* 318 (1995).

GINSBURG, J. C., “Copyright without borders? Choice of forum and choice of law for copyright infringement in cyberspace”, in 15 *CARDOZO ARTS & ENT. L.J.* 153 (1997).

GOLDSMITH, J. L., “The Internet and the abiding significance of territorial sovereignty”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 475 (Spring 1998).

KAHIN, B. e NESSON, C. R. (coord.), *Borders in cyberspace: information policy and the global information infrastructure*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1997.

MEFFORD, A., “Lex informatica: foundations of law on the Internet”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 211 (Fall 1997).

NIMMER, R. T., “Licensing on the global information infrastructure: disharmony in cyberspace”, in 16 *NW. J. INT’L L. & BUS.* 224 (1995).

SÁNCHEZ, F. H., “Argentina: E-commerce: la nueva realidad comercial”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

SWIRE, P. P., “Of elephants, mice and privacy: international choice of law and the Internet”, in 32 *INT'L L.* 991 (1998).

VACCÀ, C. (coord.), *Il commercio elettronico: il documento digitale, Internet, la pubblicità on line*, Milano, EGEA, 1999.

Contrato eletrônico

BAUM, M. S. e PERRITT, H. Jr., *Electronic contracting, publishing, and EDI law*, New York, Wiley Law Publications, 1991.

BAUMGARTEN, J. A., *Business & legal guide to online-Internet law*, Little Falls, NJ, Glasser LegalWorks, 1997.

BEKKERS, V., KOOPS, B.-J. e NOUWT, S. (ed.), *Emerging electronic highways: new challenges for politics and law*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 1996.

BICK, J., *101 things you need to know about Internet law*, New York, NY, Three Rivers Press, 2000.

CORREIA, M. P., “Problemas jurídicos da transferencia electrónica de dados (EDI)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 13 agosto del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.13 agosto del 1999).

CORREIA, M. P., “Sociedade de Informação e Direito: A Assinatura Digital”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 12 julio del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.12 julio del 1999).

DODD, J. C. e HERNANDEZ, J. A., “Contracting in cyberspace”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-1-Dodd>.

DONG, A., MORSCHER, L. e ORLER, A., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 32-4.

GAHTAN, A. M.; KRATZ, M. P. J. e FRASERMANN, J., *Internet law: a practical guide for legal and business professionals*, Scarborough, Ont., Carswell, 1998.

GEIST, M. A., *Internet law in Canada*, North York, Ont., Captus Press, 2000.

GRATEROL, L. B., “Contratos ‘CLICK’”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 14 Septiembre 1999/4](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.14Septiembre1999/4).

GRECO, M.A., *Internet e direito*, São Paulo, SP, Dialética, 2000.

GUTIERREZ GODOY, A., “Colombia: el comercio electrónico en el derecho comparado”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 20 marzo del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.20marzo2000).

HUGENHOLTZ, B., *Copyright and electronic commerce: legal aspects of electronic copyright management*, The Hague, Boston, Kluwer Law, 2000.

JONGEN, H. e **SEELT, M.**, “How to negotiate the dot.com. maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 23-5.

MAYEWSKI, C. E., “The presence of a web site as a constitutionally permissible basis for personal jurisdiction”, in 73 *INDIANA L. J.* 379 (Winter 1997).

NIMMER, R. T., “Licensing on the global information infrastructure: disharmony in cyberspace”, in 16 *NW. J. INT’L L. & BUS.* 224 (1995).

OPICE BLUM, R. M. S., “A internet e os tribunais”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 16 noviembre del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.16noviembre1999).

RADIN, M. J., “Humans, computers and binding commitment”, in 75 *INDIANA L. J.* 1125 (Winter 2000).

REOYO, V. M. T., “España: Derechos y deberes de los consumidores y comerciantes en el business to consumer (B2C)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 31 febrero del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.31febrero2001).

RICO CARRILLO, M., “Venezuela: la oferta y la aceptación en la contratación electrónica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 Agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25Agosto2000).

RICO CARRILLO, M., “Validez y regulación legal del documento y la contratación electrónica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 19 febrero del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.19febrero2000).

RODEMAN, S., “Evolving Internet legal concepts for CU’s”, in *Credit Union Exec. J.*, Marh/April 2000, vol. 40, p. 6-9.

ROTHCHILD, J., “Protecting the digital consumer: the limits of cyberspace utopianism”, in 74 *INDIANA L. J.* 893 (Summer 1999).

SCHOUERI, L. E. (coord.), *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001.

VIVANT, M., *Les contrats du commerce électronique*, Paris, Litec, 1999.

Controle (Internet)

ANDREWS, E. L., “Germany's efforts to police Web are upsetting business”, *N.Y. Times*, June 6, 1997, p. A1.

SHANNON, M. E., *Bits, bytes, and big brother: federal information control in the technological age*, Westport, Conn., Praeger, 1995.

WU, T. S., “Cyberspace sovereignty? The Internet and the international system”, 10 *HARV. J. L. & TECH.* 647 (1997).

Convenção de Berna

CINQ, R. A., “Making cyberspace safe for copyright: the protection of electronic works in a Protocol to the Berne Convention”, in 18 *FORDHAM INT’L L.J.* 1258 (1995).

DÍAZ, F. A. V., “Algunos aspectos sobre los derechos de autor en Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 31 febrero de 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.31febrero2001).

GAUBIAC, Y., “Remarks about the Internet in international copyright conventions”, in *The Internet and authors' rights*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

MEDRANO, G. M., “Propiedad intelectual en Internet. Aspectos del derecho de autor en el ciberespacio”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

RIEDER, C. M., “U.S. subject matter jurisdiction for copyright infringements on the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Rieder>.

WILLIAMSON, S. F., “The international enforcement of software copyrights and patents”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Williamson>.

Convenção de Paris

GAUBIAC, Y., “Remarks about the Internet in international copyright conventions”, in *The Internet and authors' rights*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

WILLIAMSON, S. F., “The international enforcement of software copyrights and patents”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Williamson>.

Cookies

ARAYA C. H., “Costa Rica: Derecho a la Privacidad y Cookies”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

ELIAS, M. S., “Argentina: Situación legal de los datos de carácter personal frente a las nuevas tecnologías”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

Costa Rica

ARAYA C. H., “Costa Rica: Derecho a la Privacidad y Cookies”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

Crime informático

CHIOSSONE, T., “Las infracciones relativas a las computadoras”, in *Rev. de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas*, n. 83, 1992, p. 41-56.

KELLEHER, D., *IT law in the European Union*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

PLATT, C., *Anarchy online*, New York, HarperPrism, 1996.

Criptografia

ALMEIDA C. S., “España: Intimidad un derecho en crisis. La erosión de la privacidad”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000/).

ALMEIDA, C. S., “España: La criptografía como derecho”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25julio2000/).

ALMEIDA, C. S., “España: Los ciberderechos no existen”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 27 octubre del 2000/](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.27octubre2000/).

ALVA MATTEUCCI, J. M., “Perú: la firma digital y su aplicación en la administración tributaria peruana: a propósito de la publicación de la Ley N° 27269 - Ley de firmas y certificados digitales”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agosto2000/).

BITTENCOURT, A., “Brasil: e-commerce - uma abordagem”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000/).

DODD, J. C. e HERNANDEZ, J. A., “Contracting in cyberspace”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-1-Dodd>.

EDWARDS, L. e WAELDE, C. (coord.), *Law & the Internet : a framework for electronic commerce*, 2ª ed., Oxford, Portland, Or., Hart, 2000.

FROOMKIN M. A., “Anonymity and its enmities”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 4; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/froomkin.

FROOMKIN, M. A., “The constitution and encryption regulation: do we need a ‘new privacy’?”, in 3 *LEGIS. & PUB. POL’Y*. 25 (1999-2000).

GOLDSTONE, D., “Discussing the constitutionality of regulating the export of encryption products”, in *LEGIS. & PUB. POL’Y*, vol. 3, 1999-2000, p. 39-49.

KARNOW, C. E. A., “The encrypted self: fleshing out the rights of electronic personalities”, in 13 *J. MARSHALL J. OF COMPUTER AND INFO. L.* 1 (1994).

LYNCH, D. C. e LUNDQUIST, L., *Digital money: the new era of Internet commerce*, New York, Wiley, 1996.

MARCACINI, A. T. R., “O documento eletrônico como meio de prova”, in *R.E.D.I.* <http://publicaciones.derecho.org/redi/No.7febrero1999>.

MCNULTY, F. L., “Encryption’s importance to economic and infrastructure security”, in *DUKE J. OF COMP. & INT’L L.* 427 (Spring 1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+427>.

PERRITT, H., Jr., “Cyberpayment infrastructure”, in 1996 *J. ONLINE L.* art. 6; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/perritt.

SERGIENKO, G., “United States v. Hubbell: Encryption and the Discovery of Documents”, 7 *RICH. J.L. & TECH.* 31 (Spring 2001), <http://www.richmond.edu/jolt/v7i4/article1>.

SMITH, C. B., “Current U.S. encryption regulations: a federal law enforcement perspective”, in 3 *LEGIS. & PUB. POL’Y*, 11, 20 (1999-2000).

YOUST, L. R. e KOH, H. L., “Management and discovery of electronically stored information”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Youst>.

Direito administrativo

BEKKERS, V., KOOPS, B.-J. e NOUWT, S. (ed.), *Emerging electronic highways: new challenges for politics and law*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 1996.

CORASANITI, G. (coord.), *Codice per l'informatica: Internet, informatica nelle pubbliche amministrazioni, commercio elettronico, firma digitale, tutela del software, privacy, banche dati*, Milano, A. Giuffrè, 2001.

Direito antitruste

DIOGO DE FARIA, C., “Alguns institutos de direito concorrencial aplicáveis à Internet: mercado relevante e cartel”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 57-70.

Direito autoral

ASKANAZI, J., “The fate of Napster: digital downloading faces an uphill battle”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0013; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/Articles/2001dltr0013>.

ASKANAZI, J., “The future of database protection in U.S. copyright law”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0017; <http://www.law.duke.edu/journals/DLTR/Articles/2001dltr0017>.

BOYLE, J., *Shamans, software, and spleens: law and the construction of the information society*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1996.

BOYLE, J., “Intellectual property policy online: a young person’s guide”, in 10 *HARV. J. L. & TECH.* 47, 93 (1996).

BOYLE, J., “A politics of intellectual property: environmentalism for the net?”, in 47 *DUKE L. J.* 87 (1997); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?47+Duke+L.+J.+87>.

BRANDRISS, I. L., “Writing in frost on a window pane: e-mail and chatting on RAM and copyright fixation”, in 43 *J. COPYRIGHT SOC’Y U.S.A.* 237, 247 (1996).

BRILL C., “Legal protection of collections of facts”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-1-Brill>.

BYASSE, W. S., “Business law symposium, jurisdiction of cyberspace: applying real world precedent to the virtual community”, in 30 *WAKE FOREST L. REV.* 197 (1995).

CASABONA, C. M. R., “Los delitos de daños en el ambito informatico”, in *Der. Penal y Criminologia*, vol. XIII, n. 43, enero/abril, 1991, p. 45-70.

CHRISTIE, A., “Reconceptualising copyright in the digital era”, in 1995 *EUR. INTELL. PROP. REV.* 522.

CINQ, R. A., “Making cyberspace safe for copyright: the protection of electronic works in a Protocol to the Berne Convention”, in 18 *FORDHAM INT’L L.J.* 1258 (1995).

COOK, W. J., “Be wary of Internet casting shadows on copyright holders”, in 96 *CHI. LAW* 60.

CORASANITI, G. (coord.), *Codice per l’informatica: Internet, informatica nelle pubbliche amministrazioni, commercio elettronico, firma digitale, tutela del software, privacy, banche dati*, Milano, A. Giuffrè, 2001.

COUNTS, C. L. e MARTIN, C. A., “Libel in cyberspace: a framework for addressing liability and jurisdictional issues in this new frontier”, in 59 *ALB. L. REV.* 1083 (1996).

DESSEMONTET, F., “Internet, le droit d’auteur et le droit international privé”, in *Rev. Suisse de Jurisprudence*, vol. 92, 1996, p. 285-92.

DÍAZ, F. A. V., “Algunos aspectos sobre los derechos de autor en Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 31 febrero de 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.31febrero2001).

DIOTALEVI, R. N., “Copyrighting, cyberspace: unweaving a tangled Web”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-3-Diotalevi>.

DIXON, A. N. e LAURIE C. S., “Copyright protection for the information superhighway”, in 1994 *EUR. INTELL. PROP. REV.* 465.

ELIAS, P. S., “Alguns aspectos da informática e suas conseqüências no direito”, in *RT*, vol. 766, 1999, p. 491-500.

ELKIN-KOREN, N., “Copyright law and social dialogue on the information superhighway: the case against copyright liability of bulletin board operators”, 13 *CARDOZO ARTS & ENT. L.J.* 345, (1995).

FRANÇON, A., “Protection of artists’ moral rights on the Internet”, in *The Internet and authors’ rights*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

FRASER, S., “The conflict between the First Amendment and Copyright Law and its impact on the Internet”, in 16 *CARDOZO ARTS & ENT. L.L.* 1, (1998).

GAUBIAC, Y., “Remarks about the Internet in international copyright conventions”, in *The Internet and authors’ rights*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

GELLER, P. E., “Conflicts of laws in cyberspace: rethinking international copyright in a digitally networked world”, in 20 *COLUM. LAW J.L. & ARTS* 571, (1996).

GINSBURG, J. C., “Global use/territorial rights: private international law questions of the global information infrastructure”, in 42 *J. COPYRIGHT SOC’Y U.S.A.* 318 (1995).

GINSBURG, J. C., “Putting cars on the ‘information superhighway’: authors, exploiters, and copyright in cyberspace”, in 95 *COLUM. L. REV.* 1466 (1995).

GINSBURG, J. C., “Copyright without borders? Choice of forum and choice of law for copyright infringement in cyberspace”, in 15 *CARDOZO ARTS & ENT. L.J.* 153 (1997).

GOMES DOS SANTOS, L. C., “Direitos autorais na Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 351-64.

GUASCH DÍAZ, D. M., “España: la extracción de normas de Boletines Oficiales en papel y de ediciones en Internet. Algunas consideraciones jurídicas relevantes par las

empresas de bases de datos”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25 agosto del 2000).

HORTON, K. L., “The software copyright directive and the internet: collision on the information superhighway?”, in <http://www.jeanmonnetprogram.org/papers/96/9608ind>.

HUGENHOLTZ, B., *Copyright and electronic commerce: legal aspects of electronic copyright management*, The Hague, Boston, Kluwer Law, 2000.

HYDE, B., “The first sale doctrine and digital phonorecords”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0018; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/Articles/2001dltr0018>.

KELLEHER, D., *IT law in the European Union*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

LAFUZE, W. L. e **FRIEDRICH, V. K.**, “Aggressive enforcement of rights involving Internet abuses”, in 3 *COMP. L. REV. & TECH. J.* 413 (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/LaFuze>.

LEMLEY, M. A., “Rights of attribution and integrity in online communications”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 2; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/lemley.

LOOK, J., “The virtual wild, wild, west (WWW): intellectual property issues in cyberspace”, in 22 *U. ARK. LITTLE ROCK L.J.* 49 (1999).

MAKEEN, M. F., *Copyright in a global information society: the scope of copyright protection under international, US, UK and French law*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2000.

MALLAM, P., “Copyright and the information superhighway: some future challenge”, in 6 *ENTERTAINMENT L. REV.* 234 (1995).

MARCHANT, B. F., “On-line on the Internet: First Amendment and intellectual property uncertainties in the on-line world”, in 39 *HOW. L.J.* 477 (1996).

MARKIEWICZ, J. E., “Seeking shelter from the MP3 storm: how far does the digital millennium copyright act online service provide liability reach?”, in 7. *COMM. L. CONSPECTUS* 423 (1999).

MCMANIS, C. R., “Taking TRIPS on the information superhighway: international intellectual property protection and emerging computer technology”, in 41 *VILL. L. REV.* 207 (1996).

MEDRANO, G. M., “Propiedad intelectual en Internet. Aspectos del derecho de autor en el ciberespacio”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

MEZRICH, J. L., “Extension of copyright to fonts – Can the alphabet be next?”, in *COMP. L. REV. & Tech. J.* (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-4-Mezrich>.

NIMMER, D., “Brains and other paraphernalia of the digital age”, 10 *HARV. J.L. TECH.* 1 (1996).

O’ROURKE, M. A., “Proprietary rights in digital data: the future of copyright and contract law in a networked world”, in 42 *FED. B. NEWS & J.* 511 (1994).

PASSA, J., “The protection of copyright on the Internet under French law”, in *The Internet and authors' rights*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

REED, C., “Controlling world wide web links: property rights, access rights and unfair competition”, in 6 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 167 (Fall 1998).

REICHMAN, J. H. e UHLIR, P. F., “Database protection at the crossroads: recent developments and their impact on science and technology”, in 14 *BERKELEY TECH. L.J.* 793 (1999).

RIEDER, C. M., “U.S. subject matter jurisdiction for copyright infringements on the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Rieder>.

TROTTER, H., “The Ancient Doctrine of Trespass to Web Sites”, in 1996 *J. ONLINE L.* art. 7; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/hardy.

WAYNER, P., *Digital copyright protection*, Boston, Mass., AP Professional, 1997.

WILLIAMSON, S. F., “The international enforcement of software copyrights and patents”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Williamson>.

Direito à privacidade

CAVOUKIAN, A., *Who knows: safeguarding your privacy in a networked world*, New York, McGraw-Hill, 1997.

LYNCH, D. C. e LUNDQUIST, L., *Digital money: the new era of Internet commerce*, New York, Wiley, 1996.

Direito bancário

MAURER, B., “Cyberspatial sovereignties: offshore finance, digital cash, and the limits of liberalism”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 493 (Spring 1998).

PANURACH, P., “Money in electronic commerce: digital cash, electronic fund transfer, and e-cash”, in 39 *COMM. OF THE ACM* 45 (1996).

TOSI, E. (coord.), *Il codice del diritto dell'informatica e di Internet : normativa nazionale e comunitaria (con le novità relative a commercio elettronico, firma digitale, consumatori, millennium bug e intermediazione finanziaria on-line)*, Piacenza, La tribuna, 2000.

WILHELMSSON, T., TUOMINEN, S. e TUOMOLA, H. (ed.), *Consumer law in the information society*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2001.

Direito cibernético

JOHNSON, D. R. e POST, D., “Law and borders - the rise of law in cyberspace”, 48 *STAN. L. REV.* 1367 (1996).

KAHIN, B. e NESSON, C. R. (coord.), *Borders in cyberspace: information policy and the global information infrastructure*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1997.

KOEPSELL, D. R., *The ontology of cyberspace: philosophy, law, and the future of intellectual property*, Chicago, Open Court, 2000.

KATSH, M. E., “Cybertime, cyberspace and cyberlaw”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 1; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/katsh.

LESSIG, L., “The Constitution of code: limitations on choice-based critiques of cyberspace regulation”, in 5 *COMM. L. CONSPECTUS* 181 (1997).

LESSIG, L., *Code: and other laws of cyberspace*, New York, NY, Basic Books, 1999.

PERRITT, H. Jr., *Law and the Information Superhighway*, New York, John Wiley & Sons, Inc., 1996.

PERRITT, H., Jr., “Jurisdiction in cyberspace”, in 41 *VILL. L. REV.* 1 (1996).

QUIÑONES, G., *Cibernética penal. El delito computarizado*, Caracas, Epsón Venezuela, S.A., Gráficas Capitolio S.A, 1989.

QUINTERO, H. R. P., “Venezuela: nociones generales acerca de la cibernética y la iuscibernética”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 29](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.29) Diciembre del 2000.

REIDENBURG, J., “Governing networks and rule-making in cyberspace”, in 45 *EMORY L.J.* 911 (1996).

SMITH, G. J. H. (coord.), *Internet law and regulation*, 3^a ed., London, Sweet & Maxwell, 2000.

WU, T. S., “Cyberspace sovereignty? The Internet and the international system”, 10 *HARV. J. L. & TECH.* 647 (1997).

ZEMBEK, R. S., “Jurisdiction and the Internet: fundamental fairness in the networked world of cyberspace”, in 6 *ALB. L.J. SCI. & TECH.* 339 (1996).

Direito civil

ASKANAZI, J., “The fate of Napster: digital downloading faces an uphill battle”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0013; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/Articles/2001dltr0013>.

BARRIOS GARRIDO, G., MUÑOZ DE ALBA MEDRANO, M., e PÉREZ BUSTILLO, C., *Internet y derecho en México*, México, D.F., New York, McGraw-Hill, 1998.

BAUMGARTEN, J. A., *Business & legal guide to online-Internet law*, Little Falls, NJ, Glasser LegalWorks, 1997.

BEKKERS, V., KOOPS, B.-J. e NOUWT, S. (ed.), *Emerging electronic highways: new challenges for politics and law*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 1996.

BENSOUSSAN, A. (coord.), *Internet: aspects juridiques*, 2^a ed., Paris, Hermès, 1998.

CAVAZOS, E. A., *Cyberspace and the law: your rights and duties in the on-line world*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1994.

CORASANITI, G. (coord.), *Codice per l'informatica: Internet, informatica nelle pubbliche amministrazioni, commercio elettronico, firma digitale, tutela del software, privacy, banche dati*, Milano, A. Giuffrè, 2001.

CORREIA, M. P., “Problemas jurídicos da transferencia electrónica de dados (EDI)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 13 agosto del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.13 agosto del 1999).

CORREIA, M. P., “Sociedade de Informação e Direito: A Assinatura Digital”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 12 julio del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.12 julio del 1999).

ELKIN-KOREN, N., “Copyright law and social dialogue on the information superhighway: the case against copyright liability of bulletin board operators”, 13 *CARDOZO ARTS & ENT. L.J.* 345, (1995).

FINOCCHIARO, G., *I contratti informatici*, Padova, CEDAM, 1997.

FRANÇON, A., “Protection of artists’ moral rights on the Internet”, in *The Internet and authors’ rights*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

GIGANTE, A., “Ice Patch on the information superhighway: foreign liability for domestically created content”, in 14 *CARDOZO ARTS & ENT. L.J.* 523 (1996).

GRATEROL, L. B., “Contratos ‘CLICK’”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 14 Septiembre 1999/4](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.14Septiembre1999/4).

GUTIERREZ GODOY, A., “Colombia: el comercio electrónico en el derecho comparado”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 20 marzo del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.20marzo2000).

HUGENHOLTZ, B., *Copyright and electronic commerce: legal aspects of electronic copyright management*, The Hague, Boston, Kluwer Law, 2000.

JONGEN, H. e SEELT, M., “How to negotiate the dot.com. maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 23-5.

LOPEZ, R. S., “Chile: Comentario sobre el proyecto de ley relativo a documento y firma electrónicos”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

MAESTRE, J. A., “El empleo de la firma electrónica en el sistema registral español: comentario a la Resolución de la Dirección General de los Registros y del Notariado, de 26 de abril de 2000”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

MARCACINI, A. T. R., “O documento eletrônico como meio de prova”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 7 febrero del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.7febrero1999).

MARKIEWICZ, J. E., “Seeking shelter from the MP3 storm: how far does the digital millennium copyright act online service provide liability reach?”, in 7. *COMM. L. CONSPECTUS* 423 (1999).

MASSE, D. G., “Le cadre juridique en droit civil québécois des transactions sur l’inforoute”, in 42 *MCGILL L.J.* 403 (1997).

MEDRANO, G. M., “Propiedad intelectual en Internet. Aspectos del derecho de autor en el ciberespacio”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

MEFFORD, A., “Lex informatica: foundations of law on the Internet”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 211 (Fall 1997).

NIMMER, R. T., “Licensing on the global information infrastructure: disharmony in cyberspace”, in 16 *NW. J. INT'L L. & BUS.* 224 (1995).

OPICE BLUM, R. M. S., “A internet e os tribunais”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 16 noviembre del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.16noviembre1999).

ORIGGI, I. F., “Perú: economía digital, revolución digital y regulación jurídica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

PEREIRA NETO, M., “Os documentos eletrônicos utilizados como meio de prova para a constituição de título executivo extrajudicial e judicial”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 17-36.

PERRITT, H., Jr., “Cyberpayment infrastructure”, in 1996 *J. ONLINE L.* art. 6; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/perritt.

PLOTKIN, M. E., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 40-3.

QUINTERO, A. G., “Colombia: el secreto en la comunicación por correo electrónico”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 Agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25Agosto2000).

REOYO, V. M. T., “España: Derechos y deberes de los consumidores y comerciantes en el business to consumer (B2C)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 31 febrero del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.31febrero2001).

RICO CARRILLO, M., “Responsabilidad civil de los intermediarios derivada del pago con tarjetas en el comercio electrónico a través de Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 17 Diciembre de 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.17Diciembre1999).

RICO CARRILLO, M., “Venezuela: la oferta y la aceptación en la contratación electrónica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 Agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25Agosto2000).

RICO CARRILLO, M., “Validez y regulación legal del documento y la contratación electrónica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 19 febrero del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.19febrero2000).

ROTHCHILD, J., “Protecting the digital consumer: the limits of cyberspace utopianism”, in 74 *INDIANA L. J.* 893 (Summer 1999).

SÁNCHEZ, F. H., “Argentina: E-commerce: la nueva realidad comercial”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

RADIN, M. J., “Humans, computers and binding commitment”, in 75 *INDIANA L. J.* 1125 (Winter 2000).

SARZANA, C. e SARZANA, F., *Profili giuridici del commercio via Internet*, Milano, A. Giuffrè, 1999.

SOBRINO, W. A. Roberto, “Argentina: las nuevas responsabilidades legales derivadas de Internet & e-commerce y los nuevos seguros que amparan los riesgos”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

TORRES, I. V. M., “Mexico: Nuevas modalidades en el Sistema Registral: comentarios al Acuerdo que establece los lineamientos para la Operación del Registro Público de Comercio”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

TROTTER, H., “The Ancient Doctrine of Trespass to Web Sites”, in 1996 *J. ONLINE L.* art. 7; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/hardy.

USTARAN, E., “United Kingdom: data protection obligations for e-businesses”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

VIVANT, M., *Les contrats du commerce électronique*, Paris, Litec, 1999.

WILHELMSSON, T., TUOMINEN, S. e TUOMOLA, H. (ed.), *Consumer law in the information society*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2001.

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce: EDI, E-mail and Internet. Technology, proof, and liability*, Boston, Mass., New York, Little, Brown, 1995-1996.

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce*, New York, Aspen Law & Business, 1998.

Direito comercial

BARRIOS GARRIDO, G., MUÑOZ DE ALBA MEDRANO, M., e PÉREZ BUSTILLO, C., *Internet y derecho en México*, México, D.F., New York, McGraw-Hill, 1998.

BITTENCOURT, A., “Brasil: e-commerce - uma abordagem”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

CORREIA, M. P., “Portugal: documentos electrónicos e assinatura digital: as novas leis portuguesas”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 23 junio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.23junio2000).

DICKIE, J., *Internet and electronic commerce law in the European Union*, Oxford, England; Portland, Or., Hart Pub., 1999.

DODD, J. C. e HERNANDEZ, J. A., “Contracting in cyberspace”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-1-Dodd>.

GUTIERREZ GODOY, A., “Colombia: naturaleza jurídica de los Web Sites comerciales en el ambito colombiano”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 26 septiembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.26septiembre2000).

GUTIERREZ GODOY, A., “Colombia: el comercio electrónico en el derecho comparado”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 20 marzo del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.20marzo2000).

ORIGGI, I. F., “Perú: economía digital, revolución digital y regulación jurídica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

PLOTKIN, M. E., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 40-3.

SARZANA, C. e SARZANA, F., *Profili giuridici del commercio via Internet*, Milano, A. Giuffrè, 1999.

TORRES, I. V. M., “Mexico: Nuevas modalidades en el Sistema Registral: comentarios al Acuerdo que establece los lineamientos para la Operación del Registro Público de Comercio”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

VIVANT, M., *Les contrats du commerce électronique*, Paris, Litec, 1999.

Direito constitucional

ALMEIDA, C. S., “España: La criptografía como derecho”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25julio2000).

ALMEIDA, C. S., “España: Los ciberderechos no existen”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 27 octubre del 2000/](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.27octubre2000/).

BERLANDI, B., “‘It’s our way or the highway’: American ruling cyberspace - A look back at bad policy and a look ahead at new policy”, 3 *J. TECH. L. & POLICY* 2.

BOYLE, J., “Foucault in cyberspace; surveillance, sovereignty, and hard-wired censors”, in 66 *U. CIN. L. REV.* 177 (1997).

BOYLE, J., “The First Amendment and cyberspace: the Clinton years”, in 63 *LAW & CONTEMP. PROBS.* 337 (Winter/Spring 2000); <http://www.law.duke.edu/journals/lcp/articles/lcp63dWinterSpring2000p337>.

BRANSCOMB, A. W., “Anonymity, autonomy, and accountability: challenges to the First Amendment in cyberspaces”, in 104 *YALE L.J.* 1639, (1995).

BURK, D. L., “Federalism in cyberspace”, 28 *CONN. L. REV.* 1095 (1996).

CAMPOS DE SOUZA, M., “Licitação e Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 265-78.

CATE, F. H., “Indecency, ignorance, and intolerance: the First Amendment and the regulation of electronic expression”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 5; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/cate1.

CATE, F. H., “Cybersex: regulating sexually explicit expression on the Internet”, 14 *BEHAV. SCI. & L.* 145 (1996).

CAVOUKIAN, A., *Who knows: safeguarding your privacy in a networked world*, New York, McGraw-Hill, 1997.

ELIAS, M. S., “Argentina: Situación legal de los datos de carácter personal frente a las nuevas tecnologías”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

FOWLER, B., FRANKLIN, C. e HYDE, R., “Internet securities fraud: old trick, new medium”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0006; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0006>.

FOWLER, B., FRANKLIN, C. e HYDE, R., “Can you yahoo!? The internet’s digital fences”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0012; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/articles/2001dltr0012>.

FRASER, S., “The conflict between the First Amendment and Copyright Law and its impact on the Internet”, in 16 *CARDOZO ARTS & ENT. L.L.* 1, (1998).

FROOMKIN, M. A., “The constitution and encryption regulation: do we need a ‘new privacy’?”, in 3 *LEGIS. & PUB. POL’Y.* 25 (1999-2000).

FROOMKIN, M. A., “Wrong turn in cyberspace: using ICANN to route around the APA and the Constitution”, in 50 *DUKE L. J.* 17; <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+17>.

FULLER, K., “ICANN: the debate over governing the Internet”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0002; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0002>.

GOLDSTONE, D., “Discussing the constitutionality of regulating the export of encryption products”, in *LEGIS. & PUB. POL’Y*, vol. 3, 1999-2000, p. 39-49.

GRAHAM, J., “Cybersquatting: the latest challenge in federal trademark protection”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0009; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0009>.

JOHNSON, D. R., “Law enforcement and the architecture of cyberspace - should the cops on the beat design the electronic street”, in http://www.eff.org/pub/Privacy/Surveillance/CALEA/cops_net_architecture_johnson.

KAHIN, B. e NESSON, C. R. (coord.), *Borders in cyberspace: information policy and the global information infrastructure*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1997.

KATSH, M. E., “Rights, camera, action: cyberspatial settings and the First Amendment”, in 104 *YALE L.J.* 1681 (1995).

LAFUZE, W. L. e FRIEDRICH, V. K., “Aggressive enforcement of rights involving Internet abuses”, in 3 *COMP. L. REV. & TECH. J.* 413 (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/LaFuze>.

LESSIG, L., “Reading the Constitution in cyberspace”, in 45 *EMORY L.J.* 869 (1996).

LIDSKY, L. B., “Silencing John Doe: defamation & discourse in cyberspace”, in 49 *DUKE L. J.* 855 (2000); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?49+Duke+L.+J.+855>.

LONG III, G. P., “Comment: who are you? Identity and anonymity in cyberspace”, in 55 *U. PITT. L. REV.* 1177 (1994).

MAGANHOTO DONEDA, D. C., “Brasil: considerações iniciais sobre os bancos de dados informatizados e o direito à privacidade”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

MARCHANT, B. F., “On-line on the Internet: First Amendment and intellectual property uncertainties in the on-line world”, in 39 *HOW. L.J.* 477 (1996).

MIRANDA, D. P., “Defamation in cyberspace: Stratton Oakmont, Inc. v. Prodigy Services Co.”, in 5 *ALB. L.J. SCI. & TECH.* 229 (1996).

MORGAN, C., “Employer monitoring of employee electronic mail and internet use”, in 44 *MCGILL L.J.* 849 (1999).

MOTA, S. A., “Neither dead nor forgotten: the past, present, and future of the Communications Decency Act in light of *Reno v. ACLU*”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.* (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Mota>.

MUELLER, M., “ICANN and Internet governance: sorting through the debris of ‘self-regulation’”, in 1 *INFO* 497 (1999).

PERRITT, H., Jr., “The Internet as a threat to sovereignty? Thoughts on the internet's role in strengthening national and global governance”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 423 (Spring 1998).

PICA, G., *Diritto penale delle tecnologie informatiche: computer's crimes e reati telematici, Internet, banche-dati e privacy*, Torino, UTET, 1999.

POST, D. G., “Anarchy, state, and the Internet: an essay on law-making in cyberspace (article 3)”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 3; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/post.

POST, D. G., “The ‘unsettled paradox’: The Internet, the State, and the consent of the governed”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 521 (Spring 1998).

ROBINSON, G. O., “The electronic First Amendment: an essay for the new age”, in 47 *DUKE L. J.* 899 (19); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?47+Duke+L.+J.+899>.

SANFORD, B. W. e LORENGER, M. J., “Teaching an old dog new tricks: the First Amendment in an online world”, in 28 *CONN. L. REV.* 1137, (1996).

SERGEANT, R. S., “A Fourth Amendment model for computer networks and data privacy”, in 81 *VA. L. REV.* 1181.

SERGIENKO, G., “United States v. Hubbell: Encryption and the Discovery of Documents”, 7 *RICH. J.L. & TECH.* 31 (Spring 2001), <http://www.richmond.edu/jolt/v7i4/article1>.

SMITH, C. B., “Current U.S. encryption regulations: a federal law enforcement perspective”, in 3 *LEGIS. & PUB. POL’Y*, 11, 20 (1999-2000).

TABATONI, P. (Coord.), *La protection de la vie privée dans la société d’information: impact des systèmes électroniques d’information*, Paris, P.U.F., 2000.

TAYLOR, J. M., “Liability of usenet moderators for defamation published by others: flinging the law of defamation into cyberspace”, in 47 *FLA. L. REV.* 247 (1995).

TROTTER, H., “The proper legal regime for 'cyberspace'”, in 55 *U. PITT. L. REV.* 993 (1994).

TROTTER, H., “The Ancient Doctrine of Trespass to Web Sites”, in 1996 *J. ONLINE L.* art. 7; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/hardy.

VILLEN NETO, H., “Imunidade tributária e os provedores de informações via Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 319-35.

WEINBERG, J., “ICANN and the problem of legitimacy”, in 50 *DUKE L. J.* 187 (2000); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+187>.

ZITTRAIN, J., “ICANN: between the public and the private: comments before Congress”, 14 *BERKELEY TECH. L.J.* 1071 (1999).

Direito da propriedade intelectual

ANGEL, J., “Legal risks of providing services on the Internet”, in 11 *COMP. L. & PRACT.* 150 (1995).

BARZALLO, J. L., “Ecuador: peligros en las resoluciones a las controversias entre marcas y nombres de Dominio”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25 agosto del 2000).

BAUMGARTEN, J. A., *Business & legal guide to online-Internet law*, Little Falls, NJ, Glasser LegalWorks, 1997.

BERLANDI, B., “‘It’s our way or the highway’: American ruling cyberspace - A look back at bad policy and a look ahead at new policy”, 3 *J. TECH. L. & POLICY* 2.

BICK, J., *101 things you need to know about Internet law*, New York, NY, Three Rivers Press, 2000.

BOYLE, J., *Shamans, software, and spleens: law and the construction of the information society*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1996.

BOYLE, J., “Intellectual property policy online: a young person’s guide”, in 10 *HARV. J. L. & TECH.* 47, 93 (1996).

BOYLE, J., “A politics of intellectual property: environmentalism for the net?”, in 47 *DUKE L. J.* 87 (1997); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?47+Duke+L.+J.+87>.

BURK, D. L., “Transborder intellectual property issues on the electronic frontier”, 6 *STAN. L. & POL’Y REV.* 9 (1994).

DONG, A., MORSCHER, L. e ORLER, A., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 32-4.

EDWARDS, L. e WAELDE, C. (coord.), *Law & the Internet : a framework for electronic commerce*, 2^a ed., Oxford; Portland, Or., Hart, 2000.

GELLER, P. E., “From patchwork to network: strategies for international intellectual property in flux”, 9 *DUKE J. OF COMP. & INT’L L.* 69 (1998); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+69>.

GINSBURG, J. C., “Putting cars on the ‘information superhighway’: authors, exploiters, and copyright in cyberspace”, in 95 *COLUM. L. REV.* 1466 (1995).

HALBERT, D. J., *Intellectual property in the information age: the politics of expanding ownership rights*, Westport, Conn., Quorum, 1999.

HAMMOND, H. J. e MEYERHOFF, L. H., “Cutting edge issues in intellectual property law”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Meyerhoff>.

HARRIS, L. E., *Digital property: currency of the 21st century*, Toronto, Canada, McGraw-Hill Ryerson, 1998.

HUGENHOLTZ, B., *Copyright and electronic commerce: legal aspects of electronic copyright management*, The Hague, Boston, Kluwer Law, 2000.

HUGOSON, M., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 29-31.

KELLEHER, D., *IT law in the European Union*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

KOEPSSELL, D. R., *The ontology of cyberspace: philosophy, law, and the future of intellectual property*, Chicago, Open Court, 2000.

LITAN, R. E., “Law and policy in the age of the Internet”, in 50 *DUKE L. J.* 1045; <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+1045>.

LOOK, J., “The virtual wild, wild, west (WWW): intellectual property issues in cyberspace”, in 22 *U. ARK. LITTLE ROCK L.J.* 49 (1999).

MAKEEN, M. F., *Copyright in a global information society: the scope of copyright protection under international, US, UK and French law*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2000.

MCMANIS, C. R., “Taking TRIPS on the information superhighway: international intellectual property protection and emerging computer technology”, in 41 *VILL. L. REV.* 207 (1996).

MERCER, J. D., “Cybersquatting: blackmail on the information superhighway”, 6 *B.U. J. SCI. & TECH. L.* 11 (2000).

NIMMER, R. T., “Licensing on the global information infrastructure: disharmony in cyberspace”, in 16 *NW. J. INT'L L. & BUS.* 224 (1995).

PERRITT, H. Jr., *Law and the Information Superhighway*, New York, John Wiley & Sons, Inc., 1996.

PLOTKIN, M. E., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 40-3.

PICA, G., *Diritto penale delle tecnologie informatiche: computer's crimes e reati telematici, Internet, banche-dati e privacy*, Torino, UTET, 1999.

REICHMAN, J. H. e UHLIR, P. F., “Database protection at the crossroads: recent developments and their impact on science and technology”, in 14 *BERKELEY TECH. L.J.* 793 (1999).

SARZANA, C. e SARZANA, F., *Profili giuridici del commercio via Internet*, Milano, A. Giuffrè, 1999.

WAYNER, P., *Digital copyright protection*, Boston, Mass., AP Professional, 1997.

WILHELMSSON, T., TUOMINEN, S. e TUOMOLA, H. (ed.), *Consumer law in the information society*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2001.

Direito do consumidor

ATHENIENSE, A., “Brazil: Auto-Aplicação do Código do Consumidor Brasileiro nas Transações de Bens Corpóreos pelo Comércio Electronico na Internet”, *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 28 noviembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.28noviembredel2000).

BENEVIDES DE CARVALHO, R., “A Internet e as relações de consumo”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 95-109.

BICK, J., *101 things you need to know about Internet law*, New York, NY, Three Rivers Press, 2000.

CAVAZOS, E. A., *Cyberspace and the law: your rights and duties in the on-line world*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1994.

CLARKE, M., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 36-9.

COHEN-TANUGI, L. e BEGHE, S., “How to negotiate the dot.com. maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 9-11.

HUGOSON, M., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 29-31.

MAGANHOTO DONEDA, D. C., “Brasil: considerações iniciais sobre os bancos de dados informatizados e o direito à privacidade”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

MAYEWSKI, C. E., “The presence of a web site as a constitutionally permissible basis for personal jurisdiction”, in 73 *INDIANA L. J.* 379 (Winter 1997).

NIMMER, R. T., “Licensing on the global information infrastructure: disharmony in cyberspace”, in 16 *NW. J. INT'L L. & BUS.* 224 (1995).

REICHMAN, J. H. e SAMUELSON, P., “Intellectual property rights in data?”, in 50 *VAND. L. REV.* 51 (1997).

REOYO, V. M. T., “España: Derechos y deberes de los consumidores y comerciantes en el business to consumer (B2C)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 31 febrero del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.31febrero2001).

RICO CARRILLO, M., “Venezuela: la oferta y la aceptación en la contratación electrónica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 Agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25Agosto2000).

ROTHCHILD, J., “Protecting the digital consumer: the limits of cyberspace utopianism”, in 74 *INDIANA L. J.* 893 (Summer 1999).

SCHOUERI, L. E. (coord.), *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001.

SPEIDEL, R. E., “Article 2 and relational sales contracts”, in 26 *LOY. L. A. L. REV.* 789 (1993).

TOSI, E. (coord.), *Il codice del diritto dell'informatica e di Internet : normativa nazionale e comunitaria (con le novità relative a commercio elettronico, firma digitale,*

consumatori, millennium bug e intermediazione finanziaria on-line), Piacenza, La tribuna, 2000.

VACCÀ, C. (coord.), *Il commercio elettronico: il documento digitale, Internet, la pubblicità on line*, Milano, EGEA, 1999.

WILHELMSSON, T., TUOMINEN, S. e TUOMOLA, H. (ed.), *Consumer law in the information society*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2001.

Direito do trabalho

MORGAN, C., “Employer monitoring of employee electronic mail and internet use”, in 44 *MCGILL L.J.* 849 (1999).

SCHOUERI, L. E. (coord.), *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001.

VILLELA AUTUORI, M.H., e **GREGORIN, D.**, “O teletrabalho”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 125-140.

Direito informático

CHIOSSONE, T., “Las infracciones relativas a las computadoras”, in *Rev. de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas*, n. 83, 1992, p. 41-56.

CIOCCHETTI, C., “The complexities of on-line mutual fund advertising: a summary of the relevant regulations”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0019; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0019>.

LICKS O. B. e **ARAÚJO, J. M. Jr.**, “Aspectos penais dos crimes de informática no Brasil”, in *Rev. Minist. Público*, n. 33, 1994, p. 82-103.

NIGRI, D. F., “Crime e informática: um novo fenômeno jurídico”, in *RTJE*, vol. 100, maio 1992, p. 41-8.

PICA, G., *Diritto penale delle tecnologie informatiche: computer's crimes e reati telematici, Internet, banche-dati e privacy*, Torino, UTET, 1999.

SÁNCHEZ, A. A., “El delito informático. Algunas consideraciones jurídicos-penales”, in *Rev. de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas*, n. 68, Nov. 1987, p. 127-33.

Direito internacional privado

ACKER, R., “Choice-of-law questions in cyberfraud”, in *U. CHI. LEGAL F.* 437 (1996).

BAK-BOYCHUK, L. H., “Internet gambling is avoiding prosecution in the United States as easy as moving the business operations offshore”, in *6 SW. J. OF L. & TRADE AM.* 363, (1999).

DESSEMONTET, F., “Internet, le droit d’auteur et le droit international privé”, in *Rev. Suisse de Jurisprudence*, vol. 92, 1996, p. 285-92.

FOWLER, B., FRANKLIN, C. e HYDE, R., “Can you yahoo!? The internet’s digital fences”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0012; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/articles/2001dltr0012>.

FRANKLIN, C., “Virtual Las Vegas: regulate or prohibit?”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0021; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/articles/2001dltr0021>.

GELLER, P. E., “From patchwork to network: strategies for international intellectual property in flux”, 9 *DUKE J. OF COMP. & INT’L L.* 69 (1998); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+69>.

GIGANTE, A., “Ice Patch on the information superhighway: foreign liability for domestically created content”, in 14 *CARDOZO ARTS & ENT. L.J.* 523 (1996).

GINSBURG, J. C., “Global use/territorial rights: private international law questions of the global information infrastructure”, in 42 *J. COPYRIGHT SOC’Y U.S.A.* 318 (1995).

GINSBURG, J. C., “Copyright without borders? Choice of forum and choice of law for copyright infringement in cyberspace”, in 15 *CARDOZO ARTS & ENT. L.J.* 153 (1997).

GOLDSMITH, J. L., “The Internet and the abiding significance of territorial sovereignty”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 475 (Spring 1998).

KAHIN, B. e NESSON, C. R. (coord.), *Borders in cyberspace: information policy and the global information infrastructure*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1997.

MAKEEN, M. F., *Copyright in a global information society: the scope of copyright protection under international, US, UK and French law*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2000.

MAYEWSKI, C. E., “The presence of a web site as a constitutionally permissible basis for personal jurisdiction”, in 73 *INDIANA L. J.* 379 (Winter 1997).

MEFFORD, A., “Lex informatica: foundations of law on the Internet”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 211 (Fall 1997).

NIMMER, R. T., “Licensing on the global information infrastructure: disharmony in cyberspace”, in 16 *NW. J. INT’L L. & BUS.* 224 (1995).

ORIGGI, I. F., “Perú: economía digital, revolución digital y regulación jurídica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

PASSA, J., “The protection of copyright on the Internet under French law”, in *The Internet and authors' rights*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

POST, D. G., “Governing cyberspace”, in 43 *WAYNE L. REV.* 155 (1996).

POST, D. G., “The ‘unsettled paradox’: The Internet, the State, and the consent of the governed”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 521 (Spring 1998).

ROTHCHILD, J., “Protecting the digital consumer: the limits of cyberspace utopianism”, in 74 *INDIANA L. J.* 893 (Summer 1999).

SÁNCHEZ, F. H., “Argentina: E-commerce: la nueva realidad comercial”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

SCIGLIMPAGLIA, R. J., Jr., “Computer hacking: a global offense”, in 3 *PACE Y.B. INT’L L.* 199 (1991).

SWIRE, P. P., “Of elephants, mice and privacy: international choice of law and the Internet”, in 32 *INT’L L.* 991 (1998).

VACCÀ, C. (coord.), *Il commercio elettronico: il documento digitale, Internet, la pubblicità on line*, Milano, EGEA, 1999.

ZEMBEK, R. S., “Jurisdiction and the Internet: fundamental fairness in the networked world of cyberspace”, in 6 *ALB. L.J. SCI. & TECH.* 339 (1996).

Direito internacional público

AOKI, K., “Considering multiple and overlapping sovereignties: liberalism, libertarianism, national sovereignty, ‘global’ intellectual property, and the Internet”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 443 (Spring 1998).

BURK, D. L., “Federalism in cyberspace”, 28 *CONN. L. REV.* 1095 (1996).

FIDLER, D. P., “The Internet and the sovereign state: the role and impact of cyberspace on national and global governance”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 415 (Spring 1998).

GOLDSMITH, J. L., “The Internet and the abiding significance of territorial sovereignty”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 475 (Spring 1998).

KAHIN, B. e NESSON, C. R. (coord.), *Borders in cyberspace: information policy and the global information infrastructure*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1997.

KRASNER, S. D., “Global communications and national power: life on the pareto frontier”, 43 *WORLD POL.* 336 (1991).

PERRITT, H., Jr., “The Internet as a threat to sovereignty? Thoughts on the internet's role in strengthening national and global governance”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 423 (Spring 1998).

SASSEN, S., “On the Internet and sovereignty”, in *5 IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 545 (Spring 1998).

SHARP, W. G., *Cyberspace and the use of force*, Falls Church, Va., Aegis Research Corp., 1999.

TRACHTMAN, J. P., “Cyberspace, sovereignty, jurisdiction, and modernism”, in *5 IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 561 (Spring 1998).

WU, T. S., “Cyberspace sovereignty? The Internet and the international system”, *10 HARV. J. L. & TECH.* 647 (1997).

Direito marcário

ACEDO HECQUET, E. S. de, “España: marcas y nombres de dominio: comentario a la decisión del Centro de Mediación y Arbitraje de la OMPI: caso banesto. org y banesto.net”, *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

AHON, E. I., “Perú: algunas reflexiones sobre el desarrollo del Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agosto2000).

BARZALLO, J. L., “Ecuador: peligros en las resoluciones a las controversias entre marcas y nombres de Dominio”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agosto2000).

BETTINGER, T., “Trademark law in cyberspace: The battle for domain names”, in *28 INT’L REV. INDUS. PROP. & COPYRIGHT L.* 508 (1997).

CAMMARATA, M., “Italia: il rispetto della legge non è facoltativo”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 27 octubre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.27octubre2000).

CASTILLO, P. M., “España: controversias en materia de nombres de dominio. Reglas arbitrales de resolución y resoluciones OMPI en materia de nombres de dominio: Hipercor, Banesto, Raimat, Cortefiel, Pedrodelhierro, Uralita”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

COSTÓDIO FILHO, U., “Os conflitos entre marcas e nomes de domínio de Internet no direito brasileiro”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 83-93.

GOLINVEAUX, J., “What’s in a domain name: is ‘cybersquatting’ trademark dilution?”, 33 *U.S.F. L. REV.* 641, (1999).

GRAHAM, J., “Cybersquatting: the latest challenge in federal trademark protection”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0009; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0009>.

HUGOSON, M., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 29-31.

JONGEN, H. e SEELT, M., “How to negotiate the dot.com. maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 23-5.

LAFUZE, W. L. e FRIEDRICH, V. K., “Aggressive enforcement of rights involving Internet abuses”, in 3 *COMP. L. REV. & TECH. J.* 413 (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/LaFuze>.

LEAFFER, M., “Domain names, globalization, and Internet governance”, in 6 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 139 (Fall 1998).

LOOK, J., “The virtual wild, wild, west (WWW): intellectual property issues in cyberspace”, in 22 *U. ARK. LITTLE ROCK L.J.* 49 (1999).

OPICE BLUM, R. M. S., “A internet e os tribunais”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 16 noviembre del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.16_noviembre_del_1999).

PERRY, C. R., “Trademarks as commodities: the famous roadblock to applying trademark dilution law in cyberspace”, 32 *CONN. L. REV.* 1127 (2000).

SALGUEIRO, J. O. A., “Venezuela: nombres de dominio y marcas: dos sistemas de identificación con funciones similares pero claramente diferenciados entre si”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 30 Enero 2001/12](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.30_Enero_2001/12).

SEDOFF, M., “Argentina: el interés legítimo de la ley de marcas Argentina y las disputas de dominios en Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio%20del%202000).

Direito mobiliário

CARL, C., “Software disclosure and liability under the securities acts”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0016; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0016>.

CIOCCHETTI, C., “The complexities of on-line mutual fund advertising: a summary of the relevant regulations”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0019; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0019>.

FOWLER, B., FRANKLIN, C. e HYDE, R., “Internet securities fraud: old trick, new medium”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0006; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0006>.

FRIEDEN, C., *Cybertaxation: the taxation of e-commerce*, Chicago, CCH, 2000.

MAZUR, T. A., “Securities regulation in the electronic era: private placements and the Internet”, in 75 *INDIANA L. J.* 379 (Winter 2000).

PAULA EDUARDO, P. F. de, e HERNANDEZ T.L., “Internet e mercado de valores mobiliários: aspectos jurídicos”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 253-64.

WALLENSTEIN, S., “Beyond bond markets 2000: the electronic frontier and regulation of the capital markets for debt securities” in 63 *LAW & CONTEMP. PROBS.* 123 (Summer 2000); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?63+Law+&+Contemp.+Probs.+123>.

Direito patentário

BERKOWITZ, J. A., “Business method patents: everyone wants to be a millionaire”, in 609 *PLI/PAT* 7, (June 2000).

BURK, D. L., “Patents in cyberspace: territoriality and infringement on global computer networks”, 68 *TULANE L. REV.* 1, (1993).

DIRKSEN, S., “Who’s afraid of amazon.com v. barnesandnoble.com?”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0003; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0003>.

WILLIAMSON, S. F., “The international enforcement of software copyrights and patents”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Williamson>.

Direito penal

ACKER, R., “Choice-of-law questions in cyberfraud”, in *U. CHI. LEGAL F.* 437 (1996).

ALBUQUERQUE, R. C., “Brasil: combate à pornografia infanto-juvenil na Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 26 septiembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.26septiembredel2000).

ALEXANDER, S., “The long arm of the law: from child pornography to counterfeiting to murder, investigator Frank Clark has seen it all”, in *COMPUTERWORLD*, May 6, 1996, p. 99.

ALMEIDA C. S., “España: Intimidad un derecho en crisis. La erosión de la privacidad”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24juliodel2000).

ANDREWS, E. L., “Germany's efforts to police Web are upsetting business”, *N.Y. Times*, June 6, 1997, p. A1.

BAUMGARTEN, J. A., *Business & legal guide to online-Internet law*, Little Falls, NJ, Glasser LegalWorks, 1997.

BENSOUSSAN, A. (coord.), *Internet: aspects juridiques*, 2^a ed., Paris, Hermès, 1998.

BERLANDI, B., “‘It’s our way or the highway’: American ruling cyberspace - A look back at bad policy and a look ahead at new policy”, 3 *J. TECH. L. & POLICY* 2.

BRIAT, M., “La fraude informatique: une approche de droit comparé”, in *Rev. de Dr. Penal et de Criminologie*, août-sept-oct, 1985, p. 130-45.

CANGLIALOSI, C., “The electronic underground: computer piracy and electronic bulletin boards”, in 15 *RUTGERS COMPUTER & TECH. L.J.* 265 (1989).

CASABONA, C. M. R., “Los delitos de daños en el ambito informatico”, in *Der. Penal y Criminologia*, vol. XIII, n. 43, enero/abril, 1991, p. 45-70.

CATE, F. H., “Cybersex: regulating sexually explicit expression on the Internet”, 14 *BEHAV. SCI. & L.* 145 (1996).

CHIOSSONE, T., “Las infracciones relativas a las computadoras”, in *Rev. de la Facultad de Ciencias Juridicas y Politicas*, n. 83, 1992, p. 41-56.

COOK, W. J., “Be wary of Internet casting shadows on copyright holders”, in 96 *CHI. LAW* 60.

DENNING D. E. e DENNING, P. J (ed.), *Internet besieged: countering cyberspace scofflaws*, New York, N.Y. , ACM Press, Reading, Mass., Addison Wesley, 1998.

EDWARDS, L. e WAELDE, C. (coord.), *Law & the Internet : a framework for electronic commerce*, 2ª ed., Oxford; Portland, Or., Hart, 2000.

ELIAS, M. S., “Argentina: Situación legal de los datos de carácter personal frente a las nuevas tecnologías”, in *R.E.D.I. <http://publicaciones.derecho.org/redi/>No. 32 marzo del 2001*.

ELIAS, P. S., “Alguns aspectos da informática e suas conseqüências no direito”, in *RT*, vol. 766, 1999, p. 491-500.

GALDINO FRAGA, A. C., “Crimes de informática. A ameaça virtual na era da informação digital”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 365-78.

HOWE, M., “Schoolboy hacker caused chaos at vital cancer centre”, in *Press Association Newsfile*, Feb. 24, 1993, *LEXIS*, News Library, ARCNWS File.

JOHNSON, D. R., “Law enforcement and the architecture of cyberspace - should the cops on the beat design the electronic street”, in http://www.eff.org/pub/Privacy/Surveillance/CALEA/cops_net_architecture_johnson.

KARADBIL, J. F., “Casinos of the next millennium: a look into the proposed ban on internet gambling”, in 17 *ARIZ. J. INT’L & COMP. LAW* 413 (2000).

KELLEHER, D., *IT law in the European Union*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

KELLER, B. P., “The game’s the same: why gambling in cyberspace violates Federal Law”, 108 *YALE L. J.* 1569 (1999).

LAFUZE, W. L. e **FRIEDRICH, V. K.**, “Aggressive enforcement of rights involving Internet abuses”, in 3 *COMP. L. REV. & TECH. J.* 413 (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/LaFuze>.

LICKS O. B. e **ARAUJO, J. M. Jr.**, “Aspectos penais dos crimes de informática no Brasil”, in *Rev. Minist. Público*, n. 33, 1994, p. 82-103.

LOSCALZE, T. E. e **SHAPIRO, S. J.**, “Internet gambling policy: prohibition versus regulation”, 7 *VILL. SPORTS & ENT. L. FORUM* 11 (2000).

MCNULTY, F. L., “Encryption’s importance to economic and infrastructure security”, in *DUKE J. OF COMP. & INT’L L.* 427 (Spring 1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+427>.

MEFFORD, A., “Lex informatica: foundations of law on the Internet”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 211 (Fall 1997).

MERCER, J. D., “Cybersquatting: blackmail on the information superhighway”, 6 *B.U. J. SCI. & TECH. L.* 11 (2000).

NIGRI, D. F., “Crime e informática: um novo fenômeno jurídico”, in *RTJE*, vol. 100, maio 1992, p. 41-8.

PICA, G., *Diritto penale delle tecnologie informatiche: computer's crimes e reati telematici, Internet, banche-dati e privacy*, Torino, UTET, 1999.

PLATT, C., *Anarchy online*, New York, HarperPrism, 1996.

QUIÑONES, G., *Cibernética penal. El delito computarizado*, Caracas, Epsom Venezuela, S.A., Gráficas Capitolio S.A, 1989.

QUINTERO, A. G., “Colombia: el secreto en la comunicación por correo electrónico”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 Agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25Agosto2000).

SÁNCHEZ, A. A., “El delito informático. Algunas consideraciones jurídicos-penales”, in *Rev. de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas*, n. 68, Nov. 1987, p. 127-33.

SERGIENKO, G., “United States v. Hubbell: Encryption and the Discovery of Documents”, 7 *RICH. J.L. & TECH.* 31 (Spring 2001), <http://www.richmond.edu/jolt/v7i4/article1>.

SUSSMANN, M. A., “The critical challenges from international high-tech and computer-related crime at the millennium”, in 9 *DUKE J. OF COMP. & INT'L L.* 451 (1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+451>.

VICTOR, P., “Perverts hack into hospital computers”, in *THE INDEPENDENT*, Nov. 27, 1994, p 1.

YOUST, L. R. e KOH, H. L., “Management and discovery of electronically stored information”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Youst>.

Direito processual civil

BERKOWITZ, J. A., “Business method patents: everyone wants to be a millionaire”, in 609 *PLI/PAT* 7, (June 2000).

BORELLI, M., “The computer as advocate: an approach to computer-generated displays in the courtroom”, in 71 *INDIANA L. J.* 379 (Spring 1996).

CAFFARO, M. A., “Argentina: pericias informáticas”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

CORREIA, M. P., “Problemas jurídicos da transferencia electrónica de dados (EDI)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 13 agosto del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.13 agosto del 1999).

KRAVITZ, M. R., “Personal jurisdiction and the Internet”, in *LEXIS*, Legnews Library, Clt File.

LAFUZE, W. L. e **FRIEDRICH, V. K.**, “Aggressive enforcement of rights involving Internet abuses”, in 3 *COMP. L. REV. & TECH. J.* 413 (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/LaFuze>.

LEE, T., “In rem jurisdiction in cyberspace”, in 75 *WASH. L. REV.* 97 (2000).

MARCACINI, A. T. R., “O documento eletrônico como meio de prova”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 7 febrero del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.7 febrero del 1999).

MASSE, D. G., “Le cadre juridique en droit civil québécois des transactions sur l'inforoute”, in 42 *MCGILL L.J.* 403 (1997).

MIRANDA, D. P., “Defamation in cyberspace: Stratton Oakmont, Inc. v. Prodigy Services Co.”, in 5 *ALB. L.J. SCI. & TECH.* 229 (1996).

MISKO, F. Jr. e **AMES, C. E.**, “Using technology in the management and trial of complex cases”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.* (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Misko>.

OPICE BLUM, R. M. S., “A internet e os tribunais”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 16 noviembre del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.16 noviembre del 1999).

PEREIRA NETO, M., “Os documentos eletrônicos utilizados como meio de prova para a constituição de título executivo extrajudicial e judicial”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 17-36.

PERRITT, H., Jr., “Dispute resolution in electronic network communities”, in 38 *VILL. L. REV.* 349 (1993).

PRICE-HUIISH, C., “Efficient, effective advocacy in the ‘computer age’ demands the marriage of the work product doctrine to computerized litigation databases”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Price>.

QUINTERO, H. R. P., “¿Son susceptibles de constituirse en medidas preventivas nominadas o de ejecución las computadoras u ordenadores en Venezuela?”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 04 Noviembre 1998](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.04Noviembre1998).

RICO CARRILLO, M., “Validez y regulación legal del documento y la contratación electrónica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 19 febrero del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.19febrero2000).

TAYLOR, J. M., “Liability of usenet moderators for defamation published by others: flinging the law of defamation into cyberspace”, in 47 *FLA. L. REV.* 247 (1995).

Direito securitário

SOBRINO, W. A. Roberto, “Argentina: las nuevas responsabilidades legales derivadas de Internet & e-commerce y los nuevos seguros que amparan los riesgos”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

Direito societário

BAUMGARTEN, J. A., *Business & legal guide to online-Internet law*, Little Falls, NJ, Glasser LegalWorks, 1997.

BEKKERS, V., KOOPS, B.-J. e NOUWT, S. (ed.), *Emerging electronic highways: new challenges for politics and law*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 1996.

HALEMBECK, L.F.A., “Arranjos societários usuais em negócios de Internet” in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 9-15.

Direito tributário

ANGEIRAS, L., “Tributação dos provedores de acesso à Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 227-51.

BEKKERS, V., KOOPS, B.-J. e NOUWT, S. (ed.), *Emerging electronic highways: new challenges for politics and law*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 1996.

BELLAN, D.V., “Comércio eletrônico e responsabilidade tributária das administradoras de cartão de crédito”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 191-209.

BICK, J., *101 things you need to know about Internet law*, New York, NY, Three Rivers Press, 2000.

CEZAROTI, G., “Breves considerações a respeito da incidência do ICMS nas operações realizadas via Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 155-73.

COSTA MARCHANT, D.A., e **SANTOS MARTINELLI, L.F.**, “A Internet a serviço do Fisco”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 337-50.

CRAIG, W. J., *Taxation of e-commerce: fiscal regulation of the internet*, London, Tolley, 2000.

DOERNBERG, R. L. e HINNEKENS, L., *Electronic commerce and international taxation*, The Hague; Boston, Kluwer Law International, 1999.

DONG, A., MORSCHER, L. e ORLER, A., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 32-4.

DRIGO DA SILVA, E., “Aspecto espacial da incidência do ISS sobre os serviços prestados via Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 175-89.

FRIEDEN, C., *Cybertaxation: the taxation of e-commerce*, Chicago, CCH, 2000.

GRECO, M.A., *Internet e direito*, São Paulo, SP, Dialética, 2000.

HILÚ NETO, M., “Imposto sobre importações e bens virtuais”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 71-82.

HUGOSON, M., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 29-31.

LITAN, R. E., “Law and policy in the age of the Internet”, in 50 *DUKE L. J.* 1045; <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+1045>.

MAITTO DA SILVEIRA, R., “Internet e fiscalização tributária”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 387-407.

PLOTKIN, M. E., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 40-3.

SCHOUERI, L. E., “Imposto de renda e o comércio eletrônico”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 39-55.

SCHOUERI, L. E. (coord.), *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001.

SICILIANO BORGES, A., “Preços de transferência e e-commerce”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 211-25.

VILLEN NETO, H., “Imunidade tributária e os provedores de informações via Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 319-35.

Direitos humanos

ALMEIDA, C. S., “España: La criptografía como derecho”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25julio2000/).

ALMEIDA, C. S., “España: Los ciberderechos no existen”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 27 octubre del 2000/](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.27octubre2000/).

Diretiva Européia sobre proteção de base de dados

BRILL C., “Legal protection of collections of facts”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-1-Brill>.

Distribuição

HYDE, B., “The first sale doctrine and digital phonorecords”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0018; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/Articles/2001dltr0018>.

MAYEWSKI, C. E., “The presence of a web site as a constitutionally permissible basis for personal jurisdiction”, in 73 *INDIANA L. J.* 379 (Winter 1997).

Documento eletrônico

CORREIA, M. P., “Portugal: documentos electrónicos e assinatura digital: as novas leis portuguesas”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 23 junio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.23junio2000).

LOPEZ, R. S., “Chile: Comentario sobre el proyecto de ley relativo a documento y firma electrónicos”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

MAESTRE, J. A., “El empleo de la firma electrónica en el sistema registral español: comentario a la Resolución de la Dirección General de los Registros y del Notariado, de 26 de abril de 2000”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

MARCACINI, A. T. R., “O documento eletrônico como meio de prova”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 7 febrero del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.7febrero1999).

PEREIRA NETO, M., “Os documentos eletrônicos utilizados como meio de prova para a constituição de título executivo extrajudicial e judicial”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 17-36.

E-banking

BICK, J., *101 things you need to know about Internet law*, New York, NY, Three Rivers Press, 2000.

MAURER, B., “Cyberspatial sovereignties: offshore finance, digital cash, and the limits of liberalism”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 493 (Spring 1998).

MORETTO RASI, F. A., “E-banking. Perspectivas de regulamentação de operações bancárias via Internet pelo Banco Central do Brasil”, in <http://www.pinheironeto.com.br/anexo-bil630-html>.

PERRITT, H., Jr., “Cyberpayment infrastructure”, in 1996 *J. ONLINE L.* art. 6; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/perritt.

ECA

ALBUQUERQUE, R. C., “Brasil: combate à pornografia infanto-juvenil na Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 26 septiembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.26septiembredel2000).

EDI

BAUM, M. S. e PERRITT, H. Jr., *Electronic contracting, publishing, and EDI law*, New York, Wiley Law Publications, 1991.

CORREIA, M. P., “Problemas jurídicos da transferencia electrónica de dados (EDI)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 13 agosto del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.13agostodel1999).

FINOCCHIARO, G., *I contratti informatici*, Padova, CEDAM, 1997.

MASSE, D. G., “Le cadre juridique en droit civil québécois des transactions sur l'inforoute”, in 42 *MCGILL L.J.* 403 (1997).

NIGRI, D. F., “Crime e informática: um novo fenômeno jurídico”, in *RTJE*, vol. 100, maio 1992, p. 41-8.

RICO CARRILLO, M., “Validez y regulación legal del documento y la contratación electrónica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 19 febrero del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.19febrero2000).

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce: EDI, E-mail and Internet. Technology, proof, and liability*, Boston, Mass., New York, Little, Brown, 1995-1996.

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce*, New York , Aspen Law & Business, 1998.

EFT

CORASANITI, G. (coord.), *Codice per l'informatica: Internet, informatica nelle pubbliche amministrazioni, commercio elettronico, firma digitale, tutela del software, privacy, banche dati*, Milano, A. Giuffrè, 2001.

LYNCH, D. C. e LUNDQUIST, L., *Digital money: the new era of Internet commerce*, New York, Wiley, 1996.

PANURACH, P., “Money in electronic commerce: digital cash, electronic fund transfer, and e-cash”, in 39 *COMM. OF THE ACM* 45 (1996).

E-mail

BRANDRISS, I. L., “Writing in frost on a window pane: e-mail and chatting on RAM and copyright fixation”, in 43 *J. COPYRIGHT SOC'Y U.S.A.* 237, 247 (1996).

MORGAN, C., “Employer monitoring of employee electronic mail and internet use”, in 44 *MCGILL L.J.* 849 (1999).

RIEDER, C. M., “U.S. subject matter jurisdiction for copyright infringements on the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Rieder>.

QUINTERO, A. G., “Colombia: el secreto en la comunicación por correo electrónico”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 Agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25Agosto2000).

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce: EDI, E-mail and Internet. Technology, proof, and liability*, Boston, Mass., New York, Little, Brown, 1995-1996.

Ecuador

BARZALLO, J. L., “Ecuador: peligros en las resoluciones a las controversias entre marcas y nombres de Dominio”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agosto2000).

Espanha

ACEDO HECQUET, E. S. de, “España: marcas y nombres de dominio: comentario a la decisión del Centro de Mediación y Arbitraje de la OMPI: caso banesto.org y banesto.net”, *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

ALMEIDA C. S., “España: Intimidad un derecho en crisis. La erosión de la privacidad”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

ALMEIDA, C. S., “España: La criptografía como derecho”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25julio2000).

ALMEIDA, C. S., “España: Los ciberderechos no existen”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 27 octubre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.27octubre2000).

CASTILLO, P. M., “España: controversias en materia de nombres de dominio. Reglas arbitrales de resolución y resoluciones OMPI en materia de nombres de dominio: Hipercor, Banesto, Raimat, Cortefiel, Pedrodelhierro, Uralita”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

GUASCH DÍAZ, D. M., “España: la extracción de normas de Boletines Oficiales en papel y de ediciones en Internet. Algunas consideraciones jurídicas relevantes par las empresas de bases de datos”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agosto2000).

MAESTRE, J. A., “El empleo de la firma electrónica en el sistema registral español: comentario a la Resolución de la Dirección General de los Registros y del Notariado, de 26 de abril de 2000”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

REOYO, V. M. T., “España: Derechos y deberes de los consumidores y comerciantes en el business to consumer (B2C)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 31 febrero del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.31febrero2001).

Espionagem industrial

ALMEIDA C. S., “España: Intimidad un derecho en crisis. La erosión de la privacidad”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

Estados Unidos da América

ACKER, R., “Choice-of-law questions in cyberfraud”, in *U. CHI. LEGAL F.* 437 (1996).

ALEXANDER, S., “The long arm of the law: from child pornography to counterfeiting to murder, investigator Frank Clark has seen it all”, in *COMPUTERWORLD*, May 6, 1996, p. 99.

ANGEL, J., “Legal risks of providing services on the Internet”, in 11 *COMP. L. & PRACT.* 150 (1995).

AOKI, K., “Considering multiple and overlapping sovereignties: liberalism, libertarianism, national sovereignty, ‘global’ intellectual property, and the Internet”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 443 (Spring 1998).

ASKANAZI, J., “The fate of Napster: digital downloading faces an uphill battle”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0013; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/Articles/2001dltr0013>.

ASKANAZI, J., “The future of database protection in U.S. copyright law”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0017; <http://www.law.duke.edu/journals/DLTR/Articles/2001dltr0017>.

BAK-BOYCHUK, L. H., “Internet gambling is avoiding prosecution in the United States as easy as moving the business operations offshore”, in 6 *SW. J. OF L. & TRADE AM.* 363, (1999).

BAUM, M. S. e **PERRITT, H. Jr.**, *Electronic contracting, publishing, and EDI law*, New York, Wiley Law Publications, 1991.

BERKOWITZ, J. A., “Business method patents: everyone wants to be a millionaire”, in 609 *PLI/PAT* 7, (June 2000).

BERLANDI, B., “‘It’s our way or the highway’: American ruling cyberspace - A look back at bad policy and a look ahead at new policy”, 3 *J. TECH. L. & POLICY* 2.

BETTINGER, T., “Trademark law in cyberspace: The battle for domain names”, in 28 *INT’L REV. INDUS. PROP. & COPYRIGHT L.* 508 (1997).

BICK, J., *101 things you need to know about Internet law*, New York, NY, Three Rivers Press, 2000.

BRILL C., “Legal protection of collections of facts”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-1-Brill>.

BORELLI, M., “The computer as advocate: an approach to computer-generated displays in the courtroom”, in 71 *INDIANA L. J.* 379 (Spring 1996).

BOYLE, J., *Shamans, software, and spleens: law and the construction of the information society*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1996.

BOYLE, J., “Intellectual property policy online: a young person’s guide”, in 10 *HARV. J. L. & TECH.* 47, 93 (1996).

BOYLE, J., “Foucault in cyberspace; surveillance, sovereignty, and hard-wired censors”, in 66 *U. CIN. L. REV.* 177 (1997).

BOYLE, J., “A politics of intellectual property: environmentalism for the net?”, in 47 *DUKE L. J.* 87 (1997); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?47+Duke+L.+J.+87>.

BOYLE, J., “The First Amendment and cyberspace: the Clinton years”, in 63 *LAW & CONTEMP. PROBS.* 337 (Winter/Spring 2000); <http://www.law.duke.edu/journals/lcp/articles/lcp63dWinterSpring2000p337>.

BRANDRISS, I. L., “Writing in frost on a window pane: e-mail and chatting on RAM and copyright fixation”, in 43 *J. COPYRIGHT SOC'Y U.S.A.* 237, 247 (1996).

BRANSCOMB, A. W., “Anonymity, autonomy, and accountability: challenges to the First Amendment in cyberspaces”, in 104 *YALE L.J.* 1639, (1995).

BROOKS, B. G., “Adventures in cyber-space: computer technology and the Arkansas Freedom of Information Act”, in 17 *U. ARK. LITTLE ROCK L.J.* 417, (1995).

BURK, D. L., “Patents in cyberspace: territoriality and infringement on global computer networks”, 68 *TULANE L. REV.* 1, (1993).

BURK, D. L., “Transborder intellectual property issues on the electronic frontier”, 6 *STAN. L. & POL'Y REV.* 9 (1994).

BURK, D. L., “Federalism in cyberspace”, 28 *CONN. L. REV.* 1095 (1996).

BURNSTEIN, M. R., “Conflict on the net: choice of law in transnational cyberspace”, in 29 *VAND. J. TRANSNAT'L L.* 75, 116 (1996).

BYASSE, W. S., “Business law symposium, jurisdiction of cyberspace: applying real world precedent to the virtual community”, in 30 *WAKE FOREST L. REV.* 197 (1995).

CANGLIALOSI, C., “The electronic underground: computer piracy and electronic bulletin boards”, in 15 *RUTGERS COMPUTER & TECH. L.J.* 265 (1989).

CARL, C., “Software disclosure and liability under the securities acts”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0016; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0016>.

CATE, F. H., “Indecency, ignorance, and intolerance: the First Amendment and the regulation of electronic expression”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 5; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/cate1.

CATE, F. H., “Cybersex: regulating sexually explicit expression on the Internet”, 14 *BEHAV. SCI. & L.* 145 (1996).

CAVAZOS, E. A., *Cyberspace and the law: your rights and duties in the on-line world*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1994.

CAVOUKIAN, A., *Who knows: safeguarding your privacy in a networked world*, New York, McGraw-Hill, 1997.

CHRISTIE, A., “Reconceptualising copyright in the digital era”, in 1995 *EUR. INTELL. PROP. REV.* 522.

CINQ, R. A., “Making cyberspace safe for copyright: the protection of electronic works in a Protocol to the Berne Convention”, in 18 *FORDHAM INT’L L.J.* 1258 (1995).

CIOCCHETTI, C., “The complexities of on-line mutual fund advertising: a summary of the relevant regulations”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0019; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0019>.

COOK, W. J., “Be wary of Internet casting shadows on copyright holders”, in 96 *CHI. LAW* 60.

COUNTS, C. L. e **MARTIN, C. A.**, “Libel in cyberspace: a framework for addressing liability and jurisdictional issues in this new frontier”, in 59 *ALB. L. REV.* 1083 (1996).

CRAIG, A., “Gambling on the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-2-Craig>.

DELTA, G. B. e **MATSUURA, J. H.**, *Law of the Internet*, New York, Aspen Law & Business ed., 1998.

DENNING D. E. e **DENNING, P. J (ed.)**, *Internet besieged: countering cyberspace scofflaws*, New York, N.Y. , ACM Press, Reading, Mass., Addison Wesley, 1998.

DIOTALEVI, R. N., “Copyrighting, cyberspace: unweaving a tangled Web”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-3-Diotalevi>.

DIRKSEN, S., “Who’s afraid of amazon.com v. barnesandnoble.com?”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0003; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0003>.

DODD, J. C. e HERNANDEZ, J. A., “Contracting in cyberspace”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-1-Dodd>.

DRUCKER, S. J. e GUMPERT, G. (ed.), *Real law [at] virtual space: communication regulation in cyberspace*, Creskill, N.J., Hampton Press, 1999.

ELKIN-KOREN, N., “Copyright law and social dialogue on the information superhighway: the case against copyright liability of bulletin board operators”, 13 *CARDOZO ARTS & ENT. L.J.* 345, (1995).

FOWLER, B., FRANKLIN, C. e HYDE, R., “Internet securities fraud: old trick, new medium”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0006; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0006>.

FOWLER, B., FRANKLIN, C. e HYDE, R., “Can you yahoo!? The internet’s digital fences”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0012; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/articles/2001dltr0012>.

FRANKLIN, C., “Virtual Las Vegas: regulate or prohibit?”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0021; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/articles/2001dltr0021>.

FRASER, S., “The conflict between the First Amendment and Copyright Law and its impact on the Internet”, in 16 *CARDOZO ARTS & ENT. L.L.* 1, (1998).

FRIEDEN, C., *Cybertaxation: the taxation of e-commerce*, Chicago, CCH, 2000.

FROOMKIN M. A., “Anonymity and its enmities”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 4; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/froomkin.

FROOMKIN, M. A., “The constitution and encryption regulation: do we need a ‘new privacy’?”, in 3 *LEGIS. & PUB. POL’Y.* 25 (1999-2000).

FROOMKIN, M. A., “Wrong turn in cyberspace: using ICANN to route around the APA and the Constitution”, in 50 *DUKE L. J.* 17; <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+17>.

FULLER, K., “ICANN: the debate over governing the Internet”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0002; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0002>.

GAHTAN, A. M.; KRATZ, M. P. J. e FRASERMANN, J., *Internet law: a practical guide for legal and business professionals*, Scarborough, Ont., Carswell, 1998.

GELLER, P. E., “Conflicts of laws in cyberspace: rethinking international copyright in a digitally networked world”, in 20 *COLUM. LAW J.L. & ARTS* 571, (1996).

GELLER, P. E., “From patchwork to network: strategies for international intellectual property in flux”, 9 *DUKE J. OF COMP. & INT’L L.* 69 (1998); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+69>.

GIGANTE, A., “Ice Patch on the information superhighway: foreign liability for domestically created content”, in 14 *CARDOZO ARTS & ENT. L.J.* 523 (1996).

GINSBURG, J. C., “Global use/territorial rights: private international law questions of the global information infrastructure”, in 42 *J. COPYRIGHT SOC’Y U.S.A.* 318 (1995).

GINSBURG, J. C., “Putting cars on the ‘information superhighway’: authors, exploiters, and copyright in cyberspace”, in 95 *COLUM. L. REV.* 1466 (1995).

GINSBURG, J. C., “Copyright without borders? Choice of forum and choice of law for copyright infringement in cyberspace”, in 15 *CARDOZO ARTS & ENT. L.J.* 153 (1997).

GOLDSMITH, J. L., “The Internet and the abiding significance of territorial sovereignty”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 475 (Spring 1998).

GOLDSTONE, D., “Discussing the constitutionality of regulating the export of encryption products”, in *LEGIS. & PUB. POL’Y*, vol. 3, 1999-2000, p. 39-49.

GOLINVEAUX, J., “What’s in a domain name: is ‘cybersquatting’ trademark dilution?”, 33 *U.S.F. L. REV.* 641, (1999).

GOSLING, P., “Your life in a hacker’s hands”, in THE INDEPENDENT, Sept. 25, 1995, p. 14.

GRAHAM, J., “Cybersquatting: the latest challenge in federal trademark protection”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0009; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0009>.

HALBERT, D. J., *Intellectual property in the information age: the politics of expanding ownership rights*, Westport, Conn., Quorum, 1999.

HAMMOND, H. J. e MEYERHOFF, L. H., “Cutting edge issues in intellectual property law”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Meyerhoff>.

HARDY, T., “The proper legal regime for ‘cyberspace’”, 55 *U. PITT. L. REV.* 993, (1994).

HOWE, M., “Schoolboy hacker caused chaos at vital cancer centre”, in *Press Association Newsfile*, Feb. 24, 1993, *LEXIS*, News Library, ARCNWS File.

HYDE, B., “The first sale doctrine and digital phonorecords”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0018; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/Articles/2001dltr0018>.

JOHNSON, D. R. e POST, D., “Law and borders - the rise of law in cyberspace”, 48 *STAN. L. REV.* 1367 (1996).

JOHNSON, D. R., “Law enforcement and the architecture of cyberspace - should the cops on the beat design the electronic street”, in http://www.eff.org/pub/Privacy/Surveillance/CALEA/cops_net_architecture_johnson.

KAHIN, B. e NESSON, C. R. (coord.), *Borders in cyberspace: information policy and the global information infrastructure*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1997.

KARADBIL, J. F., “Casinos of the next millennium: a look into the proposed ban on internet gambling”, in 17 *ARIZ. J. INT’L & COMP. LAW* 413 (2000).

KARNOW, C. E. A., “The encrypted self: fleshing out the rights of electronic personalities”, in 13 *J. MARSHALL J. OF COMPUTER AND INFO. L.* 1 (1994).

KATSH, M. E., “Cybertime, cyberspace and cyberlaw”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 1; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/katsh.

KATSH, M. E., “Rights, camera, action: cyberspatial settings and the First Amendment”, in 104 *YALE L.J.* 1681 (1995).

KRASNER, S. D., “Global communications and national power: life on the pareto frontier”, 43 *WORLD POL.* 336 (1991).

KRAVITZ, M. R., “Personal jurisdiction and the Internet”, in *LEXIS*, Legnews Library, Clt File.

KELLER, B. P., “The game’s the same: why gambling in cyberspace violates Federal Law”, 108 *YALE L. J.* 1569 (1999).

KLEIN, S. e **NEUMANN, T.**, “Architecture is policy case study: cooperative development as a means for a standards-based implementation for privacy on the Internet”, in http://www.eff.org/pub/Privacy/19990406_EFF_MS_P3P_Paper/index.

LAFUZE, W. L. e **FRIEDRICH, V. K.**, “Aggressive enforcement of rights involving Internet abuses”, in 3 *COMP. L. REV. & TECH. J.* 413 (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/LaFuze>.

LANCTOT, C. J., “Attorney-client relationships in cyberspace: the peril and the promise”, in 49 *DUKE L. J.* 147 (1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?49+Duke+L.+J.+147>.

LEAFFER, M., “Domain names, globalization, and Internet governance”, in 6 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 139 (Fall 1998).

LEE, T., “In rem jurisdiction in cyberspace”, in 75 *WASH. L. REV.* 97 (2000).

LEMLEY, M. A., “Rights of attribution and integrity in online communications”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 2; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/lemley.

- LESSIG, L.**, “The zones of cyberspace”, in 48 *STAN. L. REV.* 1403 (1996).
- LESSIG, L.**, “Reading the Constitution in cyberspace”, in 45 *EMORY L.J.* 869 (1996).
- LESSIG, L.**, “The Constitution of code: limitations on choice-based critiques of cyberspace regulation”, in 5 *COMM. L. CONSPECTUS* 181 (1997).
- LIDSKY, L. B.**, “Silencing John Doe: defamation & discourse in cyberspace”, in 49 *DUKE L. J.* 855 (2000); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?49+Duke+L.+J.+855>.
- LITAN, R. E.**, “Law and policy in the age of the Internet”, in 50 *DUKE L. J.* 1045; <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+1045>.
- LONG III, G. P.**, “Comment: who are you? Identity and anonymity in cyberspace”, in 55 *U. PITT. L. REV.* 1177 (1994).
- LOOK, J.**, “The virtual wild, wild, west (WWW): intellectual property issues in cyberspace”, in 22 *U. ARK. LITTLE ROCK L.J.* 49 (1999).
- LOSCALZE, T. E. e SHAPIRO, S. J.**, “Internet gambling policy: prohibition versus regulation”, 7 *VILL. SPORTS & ENT. L. FORUM* 11 (2000).
- LUSTBERG, L.**, “Current advertising, regulations and the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.* (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-2-Lustberg>.
- MAKEEN, M. F.**, *Copyright in a global information society: the scope of copyright protection under international, US, UK and French law*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2000.
- MALLAM, P.**, “Copyright and the information superhighway: some future challenge”, in 6 *ENTERTAINMENT L. REV.* 234 (1995).
- MARCHANT, B. F.**, “On-line on the Internet: First Amendment and intellectual property uncertainties in the on-line world”, in 39 *HOW. L.J.* 477 (1996).

MARKIEWICZ, J. E., “Seeking shelter from the MP3 storm: how far does the digital millennium copyright act online service provide liability reach?”, in 7. *COMM. L. CONSPPECTUS* 423 (1999).

MAURER, B., “Cyberspatial sovereignties: offshore finance, digital cash, and the limits of liberalism”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 493 (Spring 1998).

MAYEWSKI, C. E., “The presence of a web site as a constitutionally permissible basis for personal jurisdiction”, in 73 *INDIANA L. J.* 379 (Winter 1997).

MAZUR, T. A., “Securities regulation in the electronic era: private placements and the Internet”, in 75 *INDIANA L. J.* 379 (Winter 2000).

MCMANIS, C. R., “Taking TRIPS on the information superhighway: international intellectual property protection and emerging computer technology”, in 41 *VILL. L. REV.* 207 (1996).

MCNULTY, F. L., “Encryption’s importance to economic and infrastructure security”, in *DUKE J. OF COMP. & INT’L L.* 427 (Spring 1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+427>.

MERCER, J. D., “Cybersquatting: blackmail on the information superhighway”, 6 *B.U. J. SCI. & TECH. L.* 11 (2000).

MEZRICH, J. L., “Extension of copyright to fonts – Can the alphabet be next?”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.* (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-4-Mezrich>.

MIRANDA, D. P., “Defamation in cyberspace: Stratton Oakmont, Inc. v. Prodigy Services Co.”, in 5 *ALB. L.J. SCI. & TECH.* 229 (1996).

MISKO, F. Jr. e AMES, C. E., “Using technology in the management and trial of complex cases”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.* (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Misko>.

MOTA, S. A., “Neither dead nor forgotten: the past, present, and future of the Communications Decency Act in light of Reno v. ACLU”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.* (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Mota>.

MUELLER, M., “ICANN and Internet governance: sorting through the debris of ‘self-regulation’”, in 1 *INFO* 497 (1999).

NIMMER, R. T., “Licensing on the global information infrastructure: disharmony in cyberspace”, in 16 *NW. J. INT’L L. & BUS.* 224 (1995).

NIMMER, D., “Brains and other paraphernalia of the digital age”, 10 *HARV. J.L. TECH.* 1 (1996).

O’ROURKE, M. A., “Proprietary rights in digital data: the future of copyright and contract law in a networked world”, in 42 *FED. B. NEWS & J.* 511 (1994).

PERRITT, H., Jr., “Dispute resolution in electronic network communities”, in 38 *VILL. L. REV.* 349 (1993).

PERRITT, H., Jr., “Jurisdiction in cyberspace”, in 41 *VILL. L. REV.* 1 (1996).

PERRITT, H., Jr., “Cyberpayment infrastructure”, in 1996 *J. ONLINE L.* art. 6; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/perritt.

PERRITT, H. Jr., *Law and the Information Superhighway*, New York, John Wiley & Sons, Inc., 1996.

PERRITT, H. Jr., “The Internet as a threat to sovereignty? Thoughts on the internet’s role in strengthening national and global governance”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 423 (Spring 1998).

PERRY, C. R., “Trademarks as commodities: the famous roadblock to applying trademark dilution law in cyberspace”, 32 *CONN. L. REV.* 1127 (2000).

PLATT, C., *Anarchy online*, New York, HarperPrism, 1996.

PLOTKIN, M. E., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 40-3.

POST, D. G., “Anarchy, state, and the Internet: an essay on law-making in cyberspace (article 3)”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 3; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/post.

POST, D. G., “Governing cyberspace”, in 43 *WAYNE L. REV.* 155 (1996).

POST, D. G., “The ‘unsettled paradox’: The Internet, the State, and the consent of the governed”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 521 (Spring 1998).

PRICE-HUISS, C., “Efficient, effective advocacy in the ‘computer age’ demands the marriage of the work product doctrine to computerized litigation databases”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Price>.

RADIN, M. J., “Humans, computers and binding commitment”, in 75 *INDIANA L. J.* 1125 (Winter 2000).

RADOWITZ, J. V., “Confidentiality fear over hospital computer link”, in *Press Association Newsfile*, July 6, 1995; *LEXIS*, News Library, CURNWS File.

REED, C., “Controlling world wide web links: property rights, access rights and unfair competition”, in 6 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 167 (Fall 1998).

REICHMAN, J. H. e SAMUELSON, P., “Intellectual property rights in data?”, in 50 *VAND. L. REV.* 51 (1997).

REICHMAN, J. H. e UHLIR, P. F., “Database protection at the crossroads: recent developments and their impact on science and technology”, in 14 *BERKELEY TECH. L.J.* 793 (1999).

REIDENBURG, J., “Governing networks and rule-making in cyberspace”, in 45 *EMORY L.J.* 911 (1996).

RIEDER, C. M., “U.S. subject matter jurisdiction for copyright infringements on the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Rieder>.

ROBINSON, G. O., “The electronic First Amendment: an essay for the new age”, in 47 *DUKE L. J.* 899 (19); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?47+Duke+L.+J.+899>.

RODEMAN, S., “Evolving Internet legal concepts for CU’s”, in *Credit Union Exec. J.*, Marh/April 2000, vol. 40, p. 6-9.

ROTHCHILD, J., “Protecting the digital consumer: the limits of cyberspace utopianism”, in 74 *INDIANA L. J.* 893 (Summer 1999).

ROTHFEDER, J., “Invasions of privacy”, in *PC WORLD*, Nov. 1995, p. 152.

SALAVERRY, P. C., “Telephone companies go to battle over the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-3-Salaverry>.

SANFORD, B. W. e LORENGER, M. J., “Teaching an old dog new tricks: the First Amendment in an online world”, in 28 *CONN. L. REV.* 1137, (1996).

SASSEN, S., “On the Internet and sovereignty”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 545 (Spring 1998).

SCHWARTZ, P. M., “The protection of privacy in health care reform”, in 48 *VAND. L. REV.* 295, (1995).

SCIGLIMPAGLIA, R. J., Jr., “Computer hacking: a global offense”, in 3 *PACE Y.B. INT’L L.* 199 (1991).

SERGENT, R. S., “A Fourth Amendment model for computer networks and data privacy”, in 81 *VA. L. REV.* 1181.

SERGIENKO, G., “United States v. Hubbell: Encryption and the Discovery of Documents”, 7 *RICH. J.L. & TECH.* 31 (Spring 2001), <http://www.richmond.edu/jolt/v7i4/article1>.

SHANNON, M. E., *Bits, bytes, and big brother: federal information control in the technological age*, Westport, Conn., Praeger, 1995.

SHARP, W. G., *Cyberspace and the use of force*, Falls Church, Va., Aegis Research Corp., 1999.

SMITH, C. B., “Current U.S. encryption regulations: a federal law enforcement perspective”, in 3 *LEGIS. & PUB. POL’Y*, 11, 20 (1999-2000).

SPEIDEL, R. E., “Article 2 and relational sales contracts”, in 26 *LOY. L. A. L. REV.* 789 (1993).

STEELE, H. L., Jr., “The prevention of non-consensual access to ‘confidential’ health-care information in cyberspace”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Steele>.

SUSSMANN, M. A., “The critical challenges from international high-tech and computer-related crime at the millennium”, in 9 *DUKE J. OF COMP. & INT’L L.* 451 (1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+451>.

SWIRE, P. P., “Of elephants, mice and privacy: international choice of law and the Internet”, in 32 *INT’L L.* 991 (1998).

TAYLOR, J. M., “Liability of usenet moderators for defamation published by others: flinging the law of defamation into cyberspace”, in 47 *FLA. L. REV.* 247 (1995).

TRACHTMAN, J. P., “Cyberspace, sovereignty, jurisdiction, and modernism”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 561 (Spring 1998).

TROTTER, H., “The proper legal regime for ‘cyberspace’”, in 55 *U. PITT. L. REV.* 993 (1994).

TROTTER, H., “The Ancient Doctrine of Trespass to Web Sites”, in 1996 *J. ONLINE L.* art. 7; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/hardy.

VICTOR, P., “Perverts hack into hospital computers”, in *THE INDEPENDENT*, Nov. 27, 1994, p 1.

YOUST, L. R. e KOH, H. L., “Management and discovery of electronically stored information”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Youst>.

WALLENSTEIN, S., “Beyond bond markets 2000: the electronic frontier and regulation of the capital markets for debt securities” in 63 *LAW & CONTEMP. PROBS.* 123 (Summer 2000); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?63+Law+&+Contemp.+Probs.+123>.

WAYNER, P., *Digital copyright protection*, Boston, Mass., AP Professional, 1997.

WEINBERG, J., “ICANN and the problem of legitimacy”, in 50 *DUKE L. J.* 187 (2000); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+187>.

WILLIAMSON, S. F., “The international enforcement of software copyrights and patents”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Williamson>.

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce: EDI, E-mail and Internet. Technology, proof, and liability*, Boston, Mass., New York, Little, Brown, 1995-1996.

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce*, New York , Aspen Law & Business, 1998.

ZEMBEK, R. S., “Jurisdiction and the Internet: fundamental fairness in the networked world of cyberspace, in 6 *ALB. L.J. SCI. & TECH.* 339 (1996).

ZITTRAIN, J., “ICANN: between the public and the private: comments before Congress”, 14 *BERKELEY TECH. L.J.* 1071 (1999).

Filosofia do direito

KOEPSSELL, D. R., *The ontology of cyberspace: philosophy, law, and the future of intellectual property*, Chicago, Open Court, 2000.

First Amendment

BOYLE, J., “The First Amendment and cyberspace: the Clinton years”, in 63 *LAW & CONTEMP. PROBS.* 337 (Winter/Spring 2000); <http://www.law.duke.edu/journals/lcp/articles/lcp63dWinterSpring2000p337>.

BRANSCOMB, A. W., “Anonymity, autonomy, and accountability: challenges to the First Amendment in cyberspaces”, in 104 *YALE L.J.* 1639, (1995).

CATE, F. H., “Indecency, ignorance, and intolerance: the First Amendment and the regulation of electronic expression”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 5; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/cate1.

CRAIG, A., “Gambling on the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-2-Craig>.

FRASER, S., “The conflict between the First Amendment and Copyright Law and its impact on the Internet”, in 16 *CARDOZO ARTS & ENT. L.L.* 1, (1998).

FROOMKIN, M. A., “The constitution and encryption regulation: do we need a ‘new privacy’?”, in 3 *LEGIS. & PUB. POL’Y.* 25 (1999-2000).

KATSH, M. E., “Rights, camera, action: cyberspatial settings and the First Amendment”, in 104 *YALE L.J.* 1681 (1995).

LIDSKY, L. B., “Silencing John Doe: defamation & discourse in cyberspace”, in 49 *DUKE L. J.* 855 (2000); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?49+Duke+L.+J.+855>.

LONG III, G. P., “Comment: who are you? Identity and anonymity in cyberspace”, in 55 *U. PITT. L. REV.* 1177 (1994).

MARCHANT, B. F., “On-line on the Internet: First Amendment and intellectual property uncertainties in the on-line world”, in 39 *HOW. L.J.* 477 (1996).

MOTA, S. A., “Neither dead nor forgotten: the past, present, and future of the Communications Decency Act in light of Reno v. ACLU”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.* (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Mota>.

ROBINSON, G. O., “The electronic First Amendment: an essay for the new age”, in 47 *DUKE L. J.* 899 (19); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?47+Duke+L.+J.+899>.

SANFORD, B. W. e **LORENGER, M. J.**, “Teaching an old dog new tricks: the First Amendment in an online world”, in 28 *CONN. L. REV.* 1137, (1996) .

TROTTER, H., “The proper legal regime for 'cyberspace'”, in 55 *U. PITT. L. REV.* 993 (1994).

Fifth Amendment

GOLDSTONE, D., “Discussing the constitutionality of regulating the export of encryption products”, in *LEGIS. & PUB. POL'Y*, vol. 3, 1999-2000, p. 39-49.

SERGIENKO, G., “United States v. Hubbell: Encryption and the Discovery of Documents”, 7 *RICH. J.L. & TECH.* 31 (Spring 2001), <http://www.richmond.edu/jolt/v7i4/article1>.

Fourth Amendment

GOLDSTONE, D., “Discussing the constitutionality of regulating the export of encryption products”, in *LEGIS. & PUB. POL'Y*, vol. 3, 1999-2000, p. 39-49.

SERGENT, R. S., “A Fourth Amendment model for computer networks and data privacy”, in 81 *VA. L. REV.* 1181.

SMITH, C. B., “Current U.S. encryption regulations: a federal law enforcement perspective”, in 3 *LEGIS. & PUB. POL'Y*, 11, 20 (1999-2000).

França

BENSOUSSAN, A. (coord.), *Internet: aspects juridiques*, 2^a ed., Paris, Hermès, 1998.

BRIAT, M., “La fraude informatique: une approche de droit comparé”, in *Rev. de Dr. Penal et de Criminologie*, août-sept-oct, 1985, p. 130-45.

COHEN-TANUGI, L. e BEGHE, S., “How to negotiate the dot.com. maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 9-11.

DUFOUR, A., *Internet. Que sais-je?*, Paris, P.U.F.1995.

FOWLER, B., FRANKLIN, C. e HYDE, R., “Can you yahoo!? The internet’s digital fences”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0012; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/articles/2001dltr0012>.

MAKEEN, M. F., *Copyright in a global information society: the scope of copyright protection under international, US, UK and French law*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2000.

PASSA, J., “The protection of copyright on the Internet under French law”, in *The Internet and authors' rights*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

TABATONI, P. (Coord.), *La protection de la vie privée dans la société d'information: impact des systèmes électroniques d'information*, Paris, P.U.F., 2000.

VIVANT, M., *Les contrats du commerce électronique*, Paris, Litec, 1999.

Fraude

ACKER, R., “Choice-of-law questions in cyberfraud”, in *U. CHI. LEGAL F.* 437 (1996).

BENSOUSSAN, A. (coord.), *Internet: aspects juridiques*, 2^a ed., Paris, Hermès, 1998.

BRIAT, M., “La fraude informatique: une approche de droit comparé”, in *Rev. de Dr. Penal et de Criminologie*, août-sept-oct, 1985, p. 130-45.

FOWLER, B., FRANKLIN, C. e HYDE, R., “Internet securities fraud: old trick, new medium”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0006; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0006>.

NIGRI, D. F., “Crime e informática: um novo fenômeno jurídico”, in *RTJE*, vol. 100, maio 1992, p. 41-8.

ROTHCHILD, J., “Protecting the digital consumer: the limits of cyberspace utopianism”, in 74 *INDIANA L. J.* 893 (Summer 1999).

SÁNCHEZ, A. A., “El delito informático. Algunas consideraciones jurídicos-penales”, in *Rev. de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas*, n. 68, Nov. 1987, p. 127-33.

YOUST, L. R. e KOH, H. L., “Management and discovery of electronically stored information”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Youst>.

Guerra

SHARP, W. G., *Cyberspace and the use of force*, Falls Church, Va., Aegis Research Corp., 1999.

Hacker

ALEXANDER, S., “The long arm of the law: from child pornography to counterfeiting to murder, investigator Frank Clark has seen it all”, in *COMPUTERWORLD*, May 6, 1996, p. 99.

ALMEIDA C. S., “España: Intimidad un derecho en crisis. La erosión de la privacidad”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

CANGLIALOSI, C., “The electronic underground: computer piracy and electronic bulletin boards”, in 15 *RUTGERS COMPUTER & TECH. L.J.* 265 (1989).

GALDINO FRAGA, A. C., “Crimes de informática. A ameaça virtual na era da informação digital”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 365-78.

GOSLING, P., “Your life in a hacker’s hands”, in *THE INDEPENDENT*, Sept. 25, 1995, p. 14.

HOWE, M., “Schoolboy hacker caused chaos at vital cancer centre”, in *Press Association Newsfile*, Feb. 24, 1993, *LEXIS*, News Library, ARCNWS File.

NIGRI, D. F., “Crime e informática: um novo fenômeno jurídico”, in *RTJE*, vol. 100, maio 1992, p. 41-8.

PLATT, C., *Anarchy online*, New York, HarperPrism, 1996.

SCHWARTZ, P. M., “The protection of privacy in health care reform”, in 48 *VAND. L. REV.* 295, (1995).

SCIGLIMPAGLIA, R. J., Jr., “Computer hacking: a global offense”, in 3 *PACE Y.B. INT’L L.* 199 (1991).

SERGEANT, R. S., “A Fourth Amendment model for computer networks and data privacy”, in 81 *VA. L. REV.* 1181.

STEELE, H. L., Jr., “The prevention of non-consensual access to ‘confidential’ health-care information in cyberspace”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Steele>.

VICTOR, P., “Perverts hack into hospital computers”, in *THE INDEPENDENT*, Nov. 27, 1994, p 1.

Hong Kong

CANHAM, J. e CAWSON, G., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 17-9.

ICANN

FROOMKIN, M. A., “Wrong turn in cyberspace: using ICANN to route around the APA and the Constitution”, in 50 *DUKE L. J.* 17; <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+17>.

FULLER, K., “ICANN: the debate over governing the Internet”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0002; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0002>.

LEAFFER, M., “Domain names, globalization, and Internet governance”, in 6 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 139 (Fall 1998).

MUELLER, M., “ICANN and Internet governance: sorting through the debris of ‘self-regulation’”, in 1 *INFO* 497 (1999).

PERRY, C. R., “Trademarks as commodities: the famous roadblock to applying trademark dilution law in cyberspace”, 32 *CONN. L. REV.* 1127 (2000).

SALGUEIRO, J. O. A., “Venezuela: nombres de dominio y marcas: dos sistemas de identificación con funciones similares pero claramente diferenciados entre si”, in *R.E.D.I.* <http://publicaciones.derecho.org/redi/No.30Enero2001/12>.

WEINBERG, J., “ICANN and the problem of legitimacy”, in 50 *DUKE L. J.* 187 (2000); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+187>.

ZITTRAIN, J., “ICANN: between the public and the private: comments before Congress”, 14 *BERKELEY TECH. L.J.* 1071 (1999).

Internet

AHON, E. I., “Perú: algunas reflexiones sobre el desarrollo del Internet”, in *R.E.D.I.* <http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agosto2000>.

ALBUQUERQUE, R. C., “Brasil: combate à pornografia infanto-juvenil na Internet”, in *R.E.D.I.* <http://publicaciones.derecho.org/redi/No.26septiembre2000>.

BACCHETTA, M. (coord.), *Electronic commerce and the role of the WTO*, Geneva, World Trade Organization, 1998.

BARRIOS GARRIDO, G., MUÑOZ DE ALBA MEDRANO, M., e PÉREZ BUSTILLO, C., *Internet y derecho en México*, México, D.F., New York, McGraw-Hill, 1998.

BAUM, M. S. e PERRITT, H. Jr., *Electronic contracting, publishing, and EDI law*, New York, Wiley Law Publications, 1991.

BAUMGARTEN, J. A., *Business & legal guide to online-Internet law*, Little Falls, NJ, Glasser LegalWorks, 1997.

BEKKERS, V., KOOPS, B.-J. e NOUWT, S. (ed.), *Emerging electronic highways: new challenges for politics and law*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 1996.

BENSOUSSAN, A. (coord.), *Internet: aspects juridiques*, 2^a ed., Paris, Hermès, 1998.

BROOKS, B. G., “Adventures in cyber-space: computer technology and the Arkansas Freedom of Information Act”, in 17 *U. ARK. LITTLE ROCK L.J.* 417, (1995).

BURK, D. L., “Transborder intellectual property issues on the electronic frontier”, 6 *STAN. L. & POL'Y REV.* 9 (1994).

CAMPOS DE SOUZA, M., “Licitação e Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 265-78.

CAVOUKIAN, A., *Who knows: safeguarding your privacy in a networked world*, New York, McGraw-Hill, 1997.

CHISSICK, M. e KELMAN A., *Electronic commerce: law and practice*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

COOK, W. J., “Be wary of Internet casting shadows on copyright holders”, in 96 *CHI. LAW* 60.

DELTA, G. B. e MATSUURA, J. H., *Law of the Internet*, New York, Aspen Law & Business ed., 1998.

DENNING D. E. e DENNING, P. J (ed.), *Internet besieged: countering cyberspace scofflaws*, New York, N.Y. , ACM Press, Reading, Mass., Addison Wesley, 1998.

DICKIE, J., *Internet and electronic commerce law in the European Union*, Oxford, England; Portland, Or., Hart Pub., 1999.

DOERNBERG, R. L. e HINNEKENS, L., *Electronic commerce and international taxation*, The Hague; Boston, Kluwer Law International, 1999.

DRUCKER, S. J. e GUMPERT, G. (ed.), *Real law [at] virtual space: communication regulation in cyberspace*, Creskill, N.J., Hampton Press, 1999.

DUFOUR, A., *Internet. Que sais-je?*, Paris, P.U.F.1995.

FINOCCHIARO, G., *I contratti informatici*, Padova, CEDAM, 1997.

FRANKLIN, C., “Virtual Las Vegas: regulate or prohibit?”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0021; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/articles/2001dltr0021>.

FRIEDEN, C., *Cybertaxation: the taxation of e-commerce*, Chicago, CCH, 2000.

GAHTAN, A. M.; KRATZ, M. P. J. e FRASERMANN, J., *Internet law: a practical guide for legal and business professionals*, Scarborough, Ont., Carswell, 1998.

GEIST, M, A., *Internet law in Canada*, North York, Ont., Captus Press, 2000.

GRECO, M.A., *Internet e direito*, São Paulo, SP, Dialética, 2000.

GREWLICH, K. W., *Governance in "cyberspace": access and public interest in global communications*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 1999.

KAMINSKI, O., “A Internet e o ciberespaço”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 30 enero del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.30_enero_del_2001).

LACAZ MARTINS, R., e **MOTTA RABELLO, C. M.**, “Algumas considerações a respeito dos contratos de nível de serviços – SLAs”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 379-85.

LESSIG, L., “The zones of cyberspace”, in 48 *STAN. L. REV.* 1403 (1996).

LESSIG, L., *Code: and other laws of cyberspace*, New York, NY, Basic Books, 1999.

LITAN, R. E. e **NISKANEN, W.**, *Going digital!: a guide to policy in the digital age*, Washington, D.C., Brookings Institution Press, Cato Institute, 1998.

LYNCH, D. C. e **LUNDQUIST, L.**, *Digital money: the new era of Internet commerce*, New York, Wiley, 1996.

PERRITT, H. Jr., *Law and the Information Superhighway*, New York, John Wiley & Sons, Inc., 1996.

PLATT, C., *Anarchy online*, New York, HarperPrism, 1996.

ROBINSON, G. O., “The electronic First Amendment: an essay for the new age”, in 47 *DUKE L. J.* 899 (19); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?47+Duke+L.+J.+899>.

ROTHFEDER, J., “Invasions of privacy”, in *PC WORLD*, Nov. 1995, p. 152.

SARZANA, C. e **SARZANA, F.**, *Profili giuridici del commercio via Internet*, Milano, A. Giuffrè, 1999.

SHANNON, M. E., *Bits, bytes, and big brother: federal information control in the technological age*, Westport, Conn., Praeger, 1995.

SHARP, W. G., *Cyberspace and the use of force*, Falls Church, Va., Aegis Research Corp., 1999.

SMITH, G. J. H. (coord.), *Internet law and regulation*, 3^a ed., London, Sweet & Maxwell, 2000.

TOSI, E. (coord.), *Il codice del diritto dell'informatica e di Internet : normativa nazionale e comunitaria (con le novità relative a commercio elettronico, firma digitale, consumatori, millennium bug e intermediazione finanziaria on-line)*, Piacenza, La tribuna, 2000.

Itália

CAMMARATA, M., “Italia: il rispetto della legge non è facoltativo”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 27 octubre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.27octubre2000).

CORASANITI, G. (coord.), *Codice per l'informatica: Internet, informatica nelle pubbliche amministrazioni, commercio elettronico, firma digitale, tutela del software, privacy, banche dati*, Milano, A. Giuffrè, 2001.

FINOCCHIARO, G., *I contratti informatici*, Padova, CEDAM, 1997.

PICA, G., *Diritto penale delle tecnologie informatiche: computer's crimes e reati telematici, Internet, banche-dati e privacy*, Torino, UTET, 1999.

SARZANA, C. e SARZANA, F., *Profili giuridici del commercio via Internet*, Milano, A. Giuffrè, 1999.

TOSI, E. (coord.), *Il codice del diritto dell'informatica e di Internet : normativa nazionale e comunitaria (con le novità relative a commercio elettronico, firma digitale, consumatori, millennium bug e intermediazione finanziaria on-line)*, Piacenza, La tribuna, 2000.

VACCÀ, C. (coord.), *Il commercio elettronico: il documento digitale, Internet, la pubblicità on line*, Milano, EGEA, 1999.

Jogo

BAK-BOYCHUK, L. H., “Internet gambling is avoiding prosecution in the United States as easy as moving the business operations offshore”, in *6 SW. J. OF L. & TRADE AM.* 363, (1999).

CRAIG, A., “Gambling on the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-2-Craig>.

FRANKLIN, C., “Virtual Las Vegas: regulate or prohibit?”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0021; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/articles/2001dltr0021>.

KARADBIL, J. F., “Casinos of the next millennium: a look into the proposed ban on internet gambling”, in 17 *ARIZ. J. INT’L & COMP. LAW* 413 (2000).

KELLER, B. P., “The game’s the same: why gambling in cyberspace violates Federal Law”, 108 *YALE L. J.* 1569 (1999).

LOSCALZE, T. E. e SHAPIRO, S. J., “Internet gambling policy: prohibition versus regulation”, 7 *VILL. SPORTS & ENT. L. FORUM* 11 (2000).

Jurisdição

ATHENIENSE, A., “Brazil: Auto-Aplicação do Código do Consumidor Brasileiro nas Transações de Bens Corpóreos pelo Comércio Electronico na Internet”, *R.E.D.I.* <http://publicaciones.derecho.org/redi/No.28noviembredel2000>.

BAK-BOYCHUK, L. H., “Internet gambling is avoiding prosecution in the United States as easy as moving the business operations offshore”, in 6 *SW. J. OF L. & TRADE AM.* 363, (1999).

BURK, D. L., “Patents in cyberspace: territoriality and infringement on global computer networks”, 68 *TULANE L. REV.* 1, (1993).

BURK, D. L., “Federalism in cyberspace”, 28 *CONN. L. REV.* 1095 (1996).

BURNSTEIN, M. R., “Conflict on the net: choice of law in transnational cyberspace”, in 29 *VAND. J. TRANSNAT’L L.* 75, 116 (1996).

BYASSE, W. S., “Business law symposium, jurisdiction of cyberspace: applying real world precedent to the virtual community”, in 30 *WAKE FOREST L. REV.* 197 (1995).

CANHAM, J. e CAWSON, G., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 17-9.

COUNTS, C. L. e MARTIN, C. A., “Libel in cyberspace: a framework for addressing liability and jurisdictional issues in this new frontier”, in 59 *ALB. L. REV.* 1083 (1996).

CRAIG, A., “Gambling on the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-2-Craig>.

DESSEMONTET, F., “Internet, le droit d’auteur et le droit international privé”, in *Rev. Suisse de Jurisprudence*, vol. 92, 1996, p. 285-92.

DODD, J. C. e HERNANDEZ, J. A., “Contracting in cyberspace”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-1-Dodd>.

FOWLER, B., FRANKLIN, C. e HYDE, R., “Can you yahoo!? The internet’s digital fences”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0012; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/articles/2001dltr0012>.

GELLER, P. E., “Conflicts of laws in cyberspace: rethinking international copyright in a digitally networked world”, in 20 *COLUM. LAW J.L. & ARTS* 571, (1996).

GINSBURG, J. C., “Copyright without borders? Choice of forum and choice of law for copyright infringement in cyberspace”, in 15 *CARDOZO ARTS & ENT. L.J.* 153 (1997).

GREWLICH, K. W., *Governance in "cyberspace": access and public interest in global communications*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 1999.

HARDY, T., “The proper legal regime for ‘cyberspace’”, 55 *U. PITT. L. REV.* 993, (1994).

KAHIN, B. e NESSON, C. R. (coord.), *Borders in cyberspace: information policy and the global information infrastructure*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1997.

KRAVITZ, M. R., “Personal jurisdiction and the Internet”, in *LEXIS*, Legnews Library, Clt File.

- LEE, T.**, “In rem jurisdiction in cyberspace”, in 75 *WASH. L. REV.* 97 (2000).
- LESSIG, L.**, *Code: and other laws of cyberspace*, New York, NY, Basic Books, 1999.
- MAYEWSKI, C. E.**, “The presence of a web site as a constitutionally permissible basis for personal jurisdiction”, in 73 *INDIANA L. J.* 379 (Winter 1997).
- MEFFORD, A.**, “Lex informatica: foundations of law on the Internet”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 211 (Fall 1997).
- PERRITT, H., Jr.**, “Jurisdiction in cyberspace”, in 41 *VILL. L. REV.* 1 (1996).
- PERRITT, H., Jr.**, “The Internet as a threat to sovereignty? Thoughts on the internet's role in strengthening national and global governance”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 423 (Spring 1998).
- POST, D. G.**, “Anarchy, state, and the Internet: an essay on law-making in cyberspace (article 3)”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 3; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/post.
- POST, D. G.**, “Governing cyberspace”, in 43 *WAYNE L. REV.* 155 (1996).
- POST, D. G.**, “The ‘unsettled paradox’: The Internet, the State, and the consent of the governed”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 521 (Spring 1998).
- RIEDER, C. M.**, “U.S. subject matter jurisdiction for copyright infringements on the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Rieder>.
- RODEMAN, S.**, “Evolving Internet legal concepts for CU’s”, in *Credit Union Exec. J.*, Marh/April 2000, vol. 40, p. 6-9.
- ROTHCHILD, J.**, “Protecting the digital consumer: the limits of cyberspace utopianism”, in 74 *INDIANA L. J.* 893 (Summer 1999).
- SÁNCHEZ, F. H.**, “Argentina: E-commerce: la nueva realidad comercial”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

TRACHTMAN, J. P., “Cyberspace, sovereignty, jurisdiction, and modernism”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 561 (Spring 1998).

ZEMBEK, R. S., “Jurisdiction and the Internet: fundamental fairness in the networked world of cyberspace, in 6 *ALB. L.J. SCI. & TECH.* 339 (1996).

Lei das Licitações

CAMPOS DE SOUZA, M., “Licitação e Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 265-78.

Lei Geral de Telecomunicações

ANGEIRAS, L., “Tributação dos provedores de acesso à Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 227-51.

Lex Mercatoria

MEFFORD, A., “Lex informatica: foundations of law on the Internet”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 211 (Fall 1997).

Marketing

COHEN-TANUGI, L. e BEGHE, S., “How to negotiate the dot.com. maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 9-11.

Mercado de capitais

CARL, C., “Software disclosure and liability under the securities acts”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0016; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0016>.

CIOCCHETTI, C., “The complexities of on-line mutual fund advertising: a summary of the relevant regulations”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0019; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0019>.

FOWLER, B., FRANKLIN, C. e HYDE, R., “Internet securities fraud: old trick, new medium”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0006; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0006>.

FRIEDEN, C., *Cybertaxation: the taxation of e-commerce*, Chicago, CCH, 2000.

MAZUR, T. A., “Securities regulation in the electronic era: private placements and the Internet”, in 75 *INDIANA L. J.* 379 (Winter 2000).

PAULA EDUARDO, P. F. de, e HERNANDEZ T.L., “Internet e mercado de valores mobiliários: aspectos jurídicos”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 253-64.

WALLENSTEIN, S., “Beyond bond markets 2000: the electronic frontier and regulation of the capital markets for debt securities” in 63 *LAW & CONTEMP. PROBS.* 123 (Summer 2000); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?63+Law+&+Contemp.+Probs.+123>.

Mercosul

FERNANDES, E.C., “Mercado virtual comum do sul”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 141-153.

México

BARRIOS GARRIDO, G., MUÑOZ DE ALBA MEDRANO, M., e PÉREZ BUSTILLO, C., *Internet y derecho en México*, México, D.F., New York, McGraw-Hill, 1998.

TORRES, I. V. M., “Mexico: Nuevas modalidades en el Sistema Registral: comentarios al Acuerdo que establece los lineamientos para la Operación del Registro Público de Comercio”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

Nome de domínio

ACEDO HECQUET, E. S. de, “España: marcas y nombres de dominio: comentario a la decisión del Centro de Mediación y Arbitraje de la OMPI: caso banesto. org y banesto.net”, *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

AHON, E. I., “Perú: algunas reflexiones sobre el desarrollo del Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agosto2000).

BARZALLO, J. L., “Ecuador: peligros en las resoluciones a las controversias entre marcas y nombres de Dominio”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agosto2000).

BETTINGER, T., “Trademark law in cyberspace: The battle for domain names”, in 28 *INT’L REV. INDUS. PROP. & COPYRIGHT L.* 508 (1997).

CAMMARATA, M., “Italia: il rispetto della legge non è facoltativo”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 27 octubre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.27octubre2000).

CANHAM, J. e CAWSON, G., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 17-9.

CASTILLO, P. M., “España: controversias en materia de nombres de dominio. Reglas arbitrales de resolución y resoluciones OMPI en materia de nombres de dominio: Hipercor, Banesto, Raimat, Cortefiel, Pedrodelhierro, Uralita”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

COSTÓDIO FILHO, U., “Os conflitos entre marcas e nomes de domínio de Internet no direito brasileiro”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 83-93.

FROOMKIN, M. A., “Wrong turn in cyberspace: using ICANN to route around the APA and the Constitution”, in 50 *DUKE L. J.* 17; <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+17>.

FULLER, K., “ICANN: the debate over governing the Internet”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0002; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0002>.

GOLINVEAUX, J., “What’s in a domain name: is ‘cybersquatting’ trademark dilution?”, 33 *U.S.F. L. REV.* 641, (1999).

GRAHAM, J., “Cybersquatting: the latest challenge in federal trademark protection”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0009; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0009>.

HUGOSON, M., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 29-31.

JONGEN, H. e SEELT, M., “How to negotiate the dot.com. maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 23-5.

LEAFFER, M., “Domain names, globalization, and Internet governance”, in 6 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 139 (Fall 1998).

OPICE BLUM, R. M. S., “A internet e os tribunais”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 16 noviembre del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.16_noviembre_del_1999).

PERRY, C. R., “Trademarks as commodities: the famous roadblock to applying trademark dilution law in cyberspace”, 32 *CONN. L. REV.* 1127 (2000).

PLOTKIN, M. E., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 40-3.

SALGUEIRO, J. O. A., “Venezuela: nombres de dominio y marcas: dos sistemas de identificación con funciones similares pero claramente diferenciados entre si”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 30 Enero 2001/12](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.30_Enero_2001/12).

SEDOFF, M., “Argentina: el interés legítimo de la ley de marcas Argentina y las disputas de dominios en Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

ZITTRAIN, J., “ICANN: between the public and the private: comments before Congress”, 14 *BERKELEY TECH. L.J.* 1071 (1999).

OCDE (OECD)

CASABONA, C. M. R., “Los delitos de daños en el ambito informatico”, in *Der. Penal y Criminologia*, vol. XIII, n. 43, enero/abril, 1991, p. 45-70.

JARDIM NETO, J.G., “Os produtos digitais vendidos na Internet e o ICMS”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 279-94.

SUSSMANN, M. A., “The critical challenges from international high-tech and computer-related crime at the millennium”, in 9 *DUKE J. OF COMP. & INT'L L.* 451 (1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+451>.

OMC (WTO)

BACCHETTA, M. (coord.), *Electronic commerce and the role of the WTO*, Geneva, World Trade Organization, 1998.

BEKKERS, V., KOOPS, B.-J. e NOUWT, S. (ed.), *Emerging electronic highways: new challenges for politics and law*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 1996.

OMPI (WIPO)

ACEDO HECQUET, E. S. de, “España: marcas y nombres de dominio: comentario a la decisión del Centro de Mediación y Arbitraje de la OMPI: caso banesto. org y banesto.net”, *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

BARZALLO, J. L., “Ecuador: peligros en las resoluciones a las controversias entre marcas y nombres de Dominio”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25 agosto del 2000).

BOYLE, J., “A politics of intellectual property: environmentalism for the net?”, in 47 *DUKE L. J.* 87 (1997); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?47+Duke+L.+J.+87>.

BRILL C., “Legal protection of collections of facts”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-1-Brill>.

CASTILLO, P. M., “España: controversias en materia de nombres de dominio. Reglas arbitrales de resolución y resoluciones OMPI en materia de nombres de dominio: Hipercor, Banesto, Raimat, Cortefiel, Pedrodelhierro, Uralita”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24 julio del 2000).

DÍAZ, F. A. V., “Algunos aspectos sobre los derechos de autor en Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 31 febrero de 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.31 febrero de 2001).

SALGUEIRO, J. O. A., “Venezuela: nombres de dominio y marcas: dos sistemas de identificación con funciones similares pero claramente diferenciados entre si”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 30 Enero 2001/12](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.30 Enero 2001/12).

SEDOFF, M., “Argentina: el interés legítimo de la ley de marcas Argentina y las disputas de dominios en Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24 julio del 2000).

WILLIAMSON, S. F., “The international enforcement of software copyrights and patents”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Williamson>.

Pagamento eletrônico

EDWARDS, L. e WAELDE, C. (coord.), *Law & the Internet : a framework for electronic commerce*, 2^a ed., Oxford; Portland, Or., Hart, 2000.

LYNCH, D. C. e LUNDQUIST, L., *Digital money: the new era of Internet commerce*, New York, Wiley, 1996.

FROOMKIN M. A., “Anonymity and its enmities”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 4; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/froomkin.

MAURER, B., “Cyberspatial sovereignties: offshore finance, digital cash, and the limits of liberalism”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 493 (Spring 1998).

PANURACH, P., “Money in electronic commerce: digital cash, electronic fund transfer, and e-cash”, in 39 *COMM. OF THE ACM* 45 (1996).

RICO CARRILLO, M., “Responsabilidad civil de los intermediarios derivada del pago con tarjetas en el comercio electrónico a través de Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 17 Diciembre de 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.17Diciembrede1999).

RODRÍGUEZ, G. S., “Venezuela: formas de pago electrónicas: regulación y oportunidades”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 20 Marzo 2000/12](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.20Marzo2000/12).

Países Baixos

JONGEN, H. e SEELT, M., “How to negotiate the dot.com. maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 23-5.

Perícia judicial

CAFFARO, M. A., “Argentina: pericias informáticas”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzodel2001).

Peru

AHON, E. I., “Perú: algunas reflexiones sobre el desarrollo del Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agostodel2000).

ALVA MATTEUCCI, J. M., “Perú: la firma digital y su aplicación en la administración tributaria peruana: a propósito de la publicación de la Ley N° 27269 - Ley de firmas y certificados digitales”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25 agosto del 2000).

ORIGGI, I. F., “Perú: economía digital, revolución digital y regulación jurídica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24 julio del 2000).

Pirataria

BERLANDI, B., “‘It’s our way or the highway’: American ruling cyberspace - A look back at bad policy and a look ahead at new policy”, 3 *J. TECH. L. & POLICY* 2.

GOLINVEAUX, J., “What’s in a domain name: is ‘cybersquatting’ trademark dilution?”, 33 *U.S.F. L. REV.* 641, (1999).

GRAHAM, J., “Cybersquatting: the latest challenge in federal trademark protection”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0009; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0009>.

HORTON, K. L., “The software copyright directive and the internet: collision on the information superhighway?”, in <http://www.jeanmonnetprogram.org/papers/96/9608ind>.

LEAFFER, M., “Domain names, globalization, and Internet governance”, in 6 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 139 (Fall 1998).

MERCER, J. D., “Cybersquatting: blackmail on the information superhighway”, 6 *B.U. J. SCI. & TECH. L.* 11 (2000).

Portugal

CORREIA, M. P., “Portugal: documentos electrónicos e assinatura digital: as novas leis portuguesas”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 23 junio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.23 junio del 2000).

CORREIA, M. P., “Problemas jurídicos da transferencia electrónica de dados (EDI)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 13 agosto del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.13agosto1999).

CORREIA, M. P., “Sociedade de Informação e Direito: A Assinatura Digital”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 12 julio del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.12julio1999).

Prestação de serviços

ANGEL, J., “Legal risks of providing services on the Internet”, in 11 *COMP. L. & PRACT.* 150 (1995).

DRIGO DA SILVA, E., “Aspecto espacial da incidência do ISS sobre os serviços prestados via Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 175-89.

FREITAS, R. L., “A Internet e a educação a distância”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 111-124.

HOWE, M., “Schoolboy hacker caused chaos at vital cancer centre”, in *Press Association Newsfile*, Feb. 24, 1993, *LEXIS*, News Library, ARCNWS File.

LANCTOT, C. J., “Attorney-client relationships in cyberspace: the peril and the promise”, in 49 *DUKE L. J.* 147 (1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?49+Duke+L.+J.+147>.

PRICE-HUIISH, C., “Efficient, effective advocacy in the ‘computer age’ demands the marriage of the work product doctrine to computerized litigation databases”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Price>.

RADOWITZ, J. V., “Confidentiality fear over hospital computer link”, in *Press Association Newsfile*, July 6, 1995; *LEXIS*, News Library, CURNWS File.

SCHWARTZ, P. M., “The protection of privacy in health care reform”, in 48 *VAND. L. REV.* 295, (1995).

SCIGLIMPAGLIA, R. J., Jr., “Computer hacking: a global offense”, in *3 PACE Y.B. INT’L L.* 199 (1991).

STEELE, H. L., Jr., “The prevention of non-consensual access to ‘confidential’ health-care information in cyberspace”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1997); <http://ww2.smu.edu/csr/Steele>.

VICTOR, P., “Perverts hack into hospital computers”, in *THE INDEPENDENT*, Nov. 27, 1994, p 1.

Privacidade

ALMEIDA C. S., “Espanha: Intimidad un derecho en crisis. La erosión de la privacidad”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

ARAYA C. H., “Costa Rica: Derecho a la Privacidad y Cookies”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

BOYLE, J., “Foucault in cyberspace; surveillance, sovereignty, and hard-wired censors”, in *66 U. CIN. L. REV.* 177 (1997).

BROOKS, B. G., “Adventures in cyber-space: computer technology and the Arkansas Freedom of Information Act”, in *17 U. ARK. LITTLE ROCK L.J.* 417, (1995).

CEZAROTI, G., “Breves considerações a respeito da incidência do ICMS nas operações realizadas via Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 155-73.

ELIAS, P. S., “Alguns aspectos da informática e suas conseqüências no direito”, in *RT*, vol. 766, 1999, p. 491-500.

FROOMKIN, M. A., “The constitution and encryption regulation: do we need a ‘new privacy’?”, in *3 LEGIS. & PUB. POL’Y.* 25 (1999-2000).

GOSLING, P., “Your life in a hacker’s hands”, in *THE INDEPENDENT*, Sept. 25, 1995, p. 14.

HAMMOND, H. J. e **MEYERHOFF, L. H.**, “Cutting edge issues in intellectual property law”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Meyerhoff>.

JOHNSON, D. R., “Law enforcement and the architecture of cyberspace - should the cops on the beat design the electronic street”, in http://www.eff.org/pub/Privacy/Surveillance/CALEA/cops_net_architecture_johnson.

KATSH, M. E., “Cybertime, cyberspace and cyberlaw”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 1; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/katsh.

KLEIN, S. e **NEUMANN, T.**, “Architecture is policy case study: cooperative development as a means for a standards-based implementation for privacy on the Internet”, in http://www.eff.org/pub/Privacy/19990406_EFF_MS_P3P_Paper/index.

LESSIG, L., “Reading the Constitution in cyberspace”, in 45 *EMORY L.J.* 869 (1996).

LITAN, R. E., “Law and policy in the age of the Internet”, in 50 *DUKE L. J.* 1045; <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+1045>.

MAGANHOTO DONEDA, D. C., “Brasil: considerações iniciais sobre os bancos de dados informatizados e o direito à privacidade”, in *R.E.D.I.* <http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000>.

MORGAN, C., “Employer monitoring of employee electronic mail and internet use”, in 44 *MCGILL L.J.* 849 (1999).

PLOTKIN, M. E., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 40-3.

PICA, G., *Diritto penale delle tecnologie informatiche: computer's crimes e reati telematici, Internet, banche-dati e privacy*, Torino, UTET, 1999.

QUINTERO, A. G., “Colombia: el secreto en la comunicación por correo electrónico”, in *R.E.D.I.* <http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25Agosto2000>.

ROTHFEDER, J., “Invasions of privacy”, in *PC WORLD*, Nov. 1995, p. 152.

SANFORD, B. W. e LORENGER, M. J., “Teaching an old dog new tricks: the First Amendment in an online world”, in 28 *CONN. L. REV.* 1137, (1996).

SCHWARTZ, P. M., “The protection of privacy in health care reform”, in 48 *VAND. L. REV.* 295, (1995).

SERGEANT, R. S., “A Fourth Amendment model for computer networks and data privacy”, in 81 *VA. L. REV.* 1181.

STEELE, H. L., Jr., “The prevention of non-consensual access to ‘confidential’ health-care information in cyberspace”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Steele>.

TABATONI, P. (Coord.), *La protection de la vie privée dans la société d'information: impact des systèmes électroniques d'information*, Paris, P.U.F., 2000.

WILHELMSSON, T., TUOMINEN, S. e TUOMOLA, H. (ed.), *Consumer law in the information society*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2001.

Prova

BORELLI, M., “The computer as advocate: an approach to computer-generated displays in the courtroom”, in 71 *INDIANA L. J.* 379 (Spring 1996).

CAFFARO, M. A., “Argentina: pericias informáticas”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

MARCACINI, A. T. R., “O documento eletrônico como meio de prova”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 7 febrero del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.7febrero1999).

MASSE, D. G., “Le cadre juridique en droit civil québécois des transactions sur l'inforoute”, in 42 *MCGILL L.J.* 403 (1997).

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce: EDI, E-mail and Internet. Technology, proof, and liability*, Boston, Mass., New York, Little, Brown, 1995-1996.

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce*, New York , Aspen Law & Business, 1998.

Provedor de serviço

ANDREWS, E. L., “Germany's efforts to police Web are upsetting business”, *N.Y. Times*, June 6, 1997, p. A1.

CRAIG, A., “Gambling on the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-2-Craig>.

MARKIEWICZ, J. E., “Seeking shelter from the MP3 storm: how far does the digital millennium copyright act online service provide liability reach?”, in *7. COMM. L. CONSPPECTUS* 423 (1999).

Publicidade

BICK, J., *101 things you need to know about Internet law*, New York, NY, Three Rivers Press, 2000.

CIOCCHETTI, C., “The complexities of on-line mutual fund advertising: a summary of the relevant regulations”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0019; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0019>.

LUSTBERG, L., “Current advertising, regulations and the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.* (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-2-Lustberg>.

VACCÀ, C. (coord.), *Il commercio elettronico: il documento digitale, Internet, la pubblicità on line*, Milano, EGEA, 1999.

Regulação

ANDREWS, E. L., “Germany's efforts to police Web are upsetting business”, *N.Y. Times*, June 6, 1997, p. A1.

BACCHETTA, M. (coord.), *Electronic commerce and the role of the WTO*, Geneva, World Trade Organization, 1998.

BENSOUSSAN, A. (coord.), *Internet: aspects juridiques*, 2^a ed., Paris, Hermès, 1998.

BOYLE, J., “Foucault in cyberspace; surveillance, sovereignty, and hard-wired censors”, in 66 *U. CIN. L. REV.* 177 (1997).

CHISSICK, M. e KELMAN A., *Electronic commerce: law and practice*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

CRAIG, A., “Gambling on the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-2-Craig>.

DICKIE, J., *Internet and electronic commerce law in the European Union*, Oxford, England; Portland, Or., Hart Pub., 1999.

DOERNBERG, R. L. e HINNEKENS, L., *Electronic commerce and international taxation*, The Hague; Boston, Kluwer Law International, 1999.

DRUCKER, S. J. e GUMPERT, G. (ed.), *Real law [at] virtual space: communication regulation in cyberspace*, Creskill, N.J., Hampton Press, 1999.

EDWARDS, L. e WAELDE, C. (coord.), *Law & the Internet : a framework for electronic commerce*, 2^a ed., Oxford; Portland, Or., Hart, 2000.

FROOMKIN, M. A., “Wrong turn in cyberspace: using ICANN to route around the APA and the Constitution”, in 50 *DUKE L. J.* 17; <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+17>.

FULLER, K., “ICANN: the debate over governing the Internet”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0002; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0002>.

HARDY, T., “The proper legal regime for ‘cyberspace’”, 55 *U. PITT. L. REV.* 993, (1994).

I.C.C., “A global action plan for electronic commerce prepared by business with recommendations for governments”, in http://www.iccwbo.org/home/electronic_commerce/word_documents/SJAPFIN.doc.

JOHNSON, D. R. e POST, D., “Law and borders - the rise of law in cyberspace”, 48 *STAN. L. REV.* 1367 (1996).

KARADBIL, J. F., “Casinos of the next millennium: a look into the proposed ban on internet gambling”, in 17 *ARIZ. J. INT’L & COMP. LAW* 413 (2000).

KLEIN, S. e NEUMANN, T., “Architecture is policy case study: cooperative development as a means for a standards-based implementation for privacy on the Internet”, in http://www.eff.org/pub/Privacy/19990406_EFF_MS_P3P_Paper/index.

KOEPSSELL, D. R., *The ontology of cyberspace: philosophy, law, and the future of intellectual property*, Chicago, Open Court, 2000.

LESSIG, L., “The zones of cyberspace”, in 48 *STAN. L. REV.* 1403 (1996).

LESSIG, L., *Code: and other laws of cyberspace*, New York, NY, Basic Books, 1999.

LESSIG, L., “The Constitution of code: limitations on choice-based critiques of cyberspace regulation”, in 5 *COMM. L. CONSPECTUS* 181 (1997).

LITAN, R. E., “Law and policy in the age of the Internet”, in 50 *DUKE L. J.* 1045; <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+1045>.

LOSCALZE, T. E. e SHAPIRO, S. J., “Internet gambling policy: prohibition versus regulation”, 7 *VILL. SPORTS & ENT. L. FORUM* 11 (2000).

LUSTBERG, L., “Current advertising, regulations and the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.* (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-2-Lustberg>.

MALLAM, P., “Copyright and the information superhighway: some future challenge”, in 6 *ENTERTAINMENT L. REV.* 234 (1995).

MEFFORD, A., “Lex informatica: foundations of law on the Internet”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 211 (Fall 1997).

MUELLER, M., “ICANN and Internet governance: sorting through the debris of ‘self-regulation’”, in 1 *INFO* 497 (1999).

POST, D. G., “Governing cyberspace”, in 43 *WAYNE L. REV.* 155 (1996).

REIDENBURG, J., “Governing networks and rule-making in cyberspace”, in 45 *EMORY L.J.* 911 (1996).

RODRÍGUEZ, G. S., “Venezuela: formas de pago electrónicas: regulación y oportunidades”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 20 Marzo 2000/12](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.20Marzo2000/12).

SASSEN, S., “On the Internet and sovereignty”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 545 (Spring 1998).

SHANNON, M. E., *Bits, bytes, and big brother: federal information control in the technological age*, Westport, Conn., Praeger, 1995.

SMITH, G. J. H. (coord.), *Internet law and regulation*, 3^a ed., London, Sweet & Maxwell, 2000.

WEINBERG, J., “ICANN and the problem of legitimacy”, in 50 *DUKE L. J.* 187 (2000); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+187>.

ZITTRAIN, J., “ICANN: between the public and the private: comments before Congress”, 14 *BERKELEY TECH. L.J.* 1071 (1999).

Reino Unido

ASKANAZI, J., “The future of database protection in U.S. copyright law”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0017; <http://www.law.duke.edu/journals/DLTR/Articles/2001dltr0017>.

CHISSICK, M. e KELMAN A., *Electronic commerce: law and practice*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

CLARKE, M., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 36-9.

CRAIG, W. J., *Taxation of e-commerce: fiscal regulation of the internet*, London, Tolley, 2000.

EDWARDS, L. e WAELDE, C. (coord.), *Law & the Internet : a framework for electronic commerce*, 2ª ed., Oxford; Portland, Or., Hart, 2000.

HUGENHOLTZ, B., *Copyright and electronic commerce: legal aspects of electronic copyright management*, The Hague, Boston, Kluwer Law, 2000.

MAKEEN, M. F., *Copyright in a global information society: the scope of copyright protection under international, US, UK and French law*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2000.

SMITH, G. J. H. (coord.), *Internet law and regulation*, 3ª ed., London, Sweet & Maxwell, 2000.

USTARAN, E., “United Kingdom: data protection obligations for e-businesses”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

Responsabilidade

ANDREWS, E. L., “Germany's efforts to police Web are upsetting business”, *N.Y. Times*, June 6, 1997, p. A1.

ASKANAZI, J., “The fate of Napster: digital downloading faces an uphill battle”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0013; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/Articles/2001dltr0013>.

BAUMGARTEN, J. A., *Business & legal guide to online-Internet law*, Little Falls, NJ, Glasser LegalWorks, 1997.

COUNTS, C. L. e MARTIN, C. A., “Libel in cyberspace: a framework for addressing liability and jurisdictional issues in this new frontier”, in 59 *ALB. L. REV.* 1083 (1996).

CRAIG, A., “Gambling on the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-2-Craig>.

DLUSZTUS, P. K., “A responsabilidade na Internet conforme as leis alemãs”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 295-318.

GIGANTE, A., “Ice Patch on the information superhighway: foreign liability for domestically created content”, in 14 *CARDOZO ARTS & ENT. L.J.* 523 (1996).

HUGENHOLTZ, B., *Copyright and electronic commerce: legal aspects of electronic copyright management*, The Hague, Boston, Kluwer Law, 2000.

MARKIEWICZ, J. E., “Seeking shelter from the MP3 storm: how far does the digital millennium copyright act online service provide liability reach?”, in 7. *COMM. L. CONSPECTUS* 423 (1999).

MEDRANO, G. M., “Propiedad intelectual en Internet. Aspectos del derecho de autor en el ciberespacio”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

RICO CARRILLO, M., “Responsabilidad civil de los intermediarios derivada del pago con tarjetas en el comercio electrónico a través de Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 17 Diciembre de 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.17Diciembre1999).

SOBRINO, W. A. R., “Argentina: las nuevas responsabilidades legales derivadas de Internet & e-commerce y los nuevos seguros que amparan los riesgos”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

WILHELMSSON, T., TUOMINEN, S. e TUOMOLA, H. (ed.), *Consumer law in the information society*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2001.

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce: EDI, E-mail and Internet. Technology, proof, and liability*, Boston, Mass., New York, Little, Brown, 1995-1996.

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce*, New York , Aspen Law & Business, 1998.

Service Level Agreements (SLA)

LACAZ MARTINS, R., e **MOTTA RABELLO, C. M.**, “Algumas considerações a respeito dos contratos de nível de serviços – SLAs”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 379-85.

Serviços financeiros

WILHELMSSON, T., **TUOMINEN, S.** e **TUOMOLA, H. (ed.)**, *Consumer law in the information society*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2001.

Sigilo

LANCTOT, C. J., “Attorney-client relationships in cyberspace: the peril and the promise”, in 49 *DUKE L. J.* 147 (1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?49+Duke+L.+J.+147>.

PRICE-HUISS, C., “Efficient, effective advocacy in the ‘computer age’ demands the marriage of the work product doctrine to computerized litigation databases”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Price>.

QUINTERO, A. G., “Colombia: el secreto en la comunicaciòn por correo electrónico”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 Agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25Agosto2000).

RADOWITZ, J. V., “Confidentiality fear over hospital computer link”, in *Press Association Newsfile*, July 6, 1995; *LEXIS*, News Library, CURNWS File.

STEELE, H. L., Jr., “The prevention of non-consensual access to ‘confidential’ health-care information in cyberspace”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Steele>.

Soberania

AOKI, K., “Considering multiple and overlapping sovereignties: liberalism, libertarianism, national sovereignty, ‘global’ intellectual property, and the Internet”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 443 (Spring 1998).

BOYLE, J., “Foucault in cyberspace; surveillance, sovereignty, and hard-wired censors”, in 66 *U. CIN. L. REV.* 177 (1997).

BURK, D. L., “Federalism in cyberspace”, 28 *CONN. L. REV.* 1095 (1996).

FIDLER, D. P., “ The Internet and the sovereign state: the role and impact of cyberspace on national and global governance”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 415 (Spring 1998).

GOLDSMITH, J. L., “The Internet and the abiding significance of territorial sovereignty”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 475 (Spring 1998).

GREWLICH, K. W., *Governance in "cyberspace": access and public interest in global communications*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 1999.

JOHNSON, D. R. e POST, D., “Law and borders - the rise of law in cyberspace”, 48 *STAN. L. REV.* 1367 (1996).

KAHIN, B. e NESSON, C. R. (coord.), *Borders in cyberspace: information policy and the global information infrastructure*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1997.

KRASNER, S. D., “Global communications and national power: life on the pareto frontier”, 43 *WORLD POL.* 336 (1991).

LESSIG, L., “The zones of cyberspace”, in 48 *STAN. L. REV.* 1403 (1996).

LESSIG, L., *Code: and other laws of cyberspace*, New York, NY, Basic Books, 1999.

MAURER, B., “Cyberspatial sovereignties: offshore finance, digital cash, and the limits of liberalism”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 493 (Spring 1998).

PERRITT, H., Jr., “The Internet as a threat to sovereignty? Thoughts on the internet's role in strengthening national and global governance”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 423 (Spring 1998).

POST, D. G., “Anarchy, state, and the Internet: an essay on law-making in cyberspace (article 3)”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 3; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/post.

POST, D. G., “The ‘unsettled paradox’: The Internet, the State, and the consent of the governed”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 521 (Spring 1998).

SASSEN, S., “On the Internet and sovereignty”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 545 (Spring 1998).

TRACHTMAN, J. P., “Cyberspace, sovereignty, jurisdiction, and modernism”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 561 (Spring 1998).

WU, T. S., “Cyberspace sovereignty? The Internet and the international system”, 10 *HARV. J. L. & TECH.* 647 (1997).

Sociedade da informação

BOYLE, J., *Shamans, software, and spleens: law and the construction of the information society*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1996.

DIXON, A. N. e LAURIE C. S., “Copyright protection for the information superhighway”, in 1994 *EUR. INTELL. PROP. REV.* 465.

WILHELMSSON, T., TUOMINEN, S. e TUOMOLA, H. (ed.), *Consumer law in the information society*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2001.

Software

BOYLE, J., *Shamans, software, and spleens: law and the construction of the information society*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1996.

CARL, C., “Software disclosure and liability under the securities acts”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0016; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0016>.

CASABONA, C. M. R., “Los delitos de daños en el ambito informatico”, in *Der. Penal y Criminologia*, vol. XIII, n. 43, enero/abril, 1991, p. 45-70.

CHIOSSONE, T., “Las infracciones relativas a las computadoras”, in *Rev. de la Facultad de Ciencias Juridicas y Politicas*, n. 83, 1992, p. 41-56.

GOMES DOS SANTOS, L. C., “Direitos autorais na Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 351-64.

HORTON, K. L., “The software copyright directive and the internet: collision on the information superhighway?”, in <http://www.jeanmonnetprogram.org/papers/96/9608ind>.

JARDIM NETO, J.G., “Os produtos digitais vendidos na Internet e o ICMS”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 279-94.

MEZRICH, J. L., “Extension of copyright to fonts – Can the alphabet be next?”, in *COMP. L. REV. & Tech. J.* (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-4-Mezrich>.

QUINTERO, H. R. P., “¿Son susceptibles de constituirse en medidas preventivas nominadas o de ejecución las computadoras u ordenadores en Venezuela?”, in *R.E.D.I.* <http://publicaciones.derecho.org/redi/No.04Noviembre1998>.

WILLIAMSON, S. F., “The international enforcement of software copyrights and patents”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Williamson>.

Suécia

HUGOSON, M., “How to negotiate the dot.com maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 29-31.

Suíça

DESSEMONTET, F., “Internet, le droit d’auteur et le droit international privé”, in *Rev. Suisse de Jurisprudence*, vol. 92, 1996, p. 285-92.

DONG, A., MORSCHER, L. e ORLER, A., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 32-4.

Tecnologia da informação

CAVOUKIAN, A., *Who knows: safeguarding your privacy in a networked world*, New York, McGraw-Hill, 1997.

GREWLICH, K. W., *Governance in "cyberspace": access and public interest in global communications*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 1999.

HALBERT, D. J., *Intellectual property in the information age: the politics of expanding ownership rights*, Westport, Conn., Quorum, 1999.

PICA, G., *Diritto penale delle tecnologie informatiche: computer's crimes e reati telematici, Internet, banche-dati e privacy*, Torino, UTET, 1999.

Telecomunicações

DLUSZTUS, P. K., “A responsabilidade na Internet conforme as leis alemãs”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 295-318.

SALAVERRY, P. C., “Telephone companies go to battle over the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-3-Salaverry>.

Territorialidade

BURK, D. L., “Transborder intellectual property issues on the electronic frontier”, 6 *STAN. L. & POL'Y REV.* 9 (1994).

GOLDSMITH, J. L., “The Internet and the abiding significance of territorial sovereignty”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 475 (Spring 1998).

JOHNSON, D. R. e POST, D., “Law and borders - the rise of law in cyberspace”, 48 *STAN. L. REV.* 1367 (1996).

LESSIG, L., “The zones of cyberspace”, in 48 *STAN. L. REV.* 1403 (1996).

LESSIG, L., *Code: and other laws of cyberspace*, New York, NY, Basic Books, 1999.

MEFFORD, A., “Lex informatica: foundations of law on the Internet”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 211 (Fall 1997).

TRACHTMAN, J. P., “Cyberspace, sovereignty, jurisdiction, and modernism”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 561 (Spring 1998).

WU, T. S., “Cyberspace sovereignty? The Internet and the international system”, 10 *HARV. J. L. & TECH.* 647 (1997).

Tributos

CRAIG, W. J., *Taxation of e-commerce: fiscal regulation of the internet*, London, Tolley, 2000.

DOERNBERG, R. L. e HINNEKENS, L., *Electronic commerce and international taxation*, The Hague; Boston, Kluwer Law International, 1999.

FRIEDEN, C., *Cybertaxation: the taxation of e-commerce*, Chicago, CCH, 2000.

GRECO, M.A., *Internet e direito*, São Paulo, SP, Dialética, 2000.

TRIPS

GELLER, P. E., “From patchwork to network: strategies for international intellectual property in flux”, 9 *DUKE J. OF COMP. & INT’L L.* 69 (1998); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+69>.

MCMANIS, C. R., “Taking TRIPS on the information superhighway: international intellectual property protection and emerging computer technology”, in 41 *VILL. L. REV.* 207 (1996).

WILLIAMSON, S. F., “The international enforcement of software copyrights and patents”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Williamson>.

UCC – Article 2

DODD, J. C. e HERNANDEZ, J. A., “Contracting in cyberspace”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-1-Dodd>.

UNCITRAL

CARVAJAL CÓRDOBA, M., “Ley de comercio electrónico en Colombia. (Ley 527 de 1999)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 18 enero del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.18_enero_del_2000).

LOPEZ, R. S., “Chile: Comentario sobre el proyecto de ley relativo a documento y firma electrónicos”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24_julio_del_2000).

União Européia

DICKIE, J., *Internet and electronic commerce law in the European Union*, Oxford, England; Portland, Or., Hart Pub., 1999.

KELLEHER, D., *IT law in the European Union*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

HORTON, K. L., “The software copyright directive and the internet: collision on the information superhighway?”, in <http://www.jeanmonnetprogram.org/papers/96/9608ind>.

SARZANA, C. e SARZANA, F., *Profili giuridici del commercio via Internet*, Milano, A. Giuffrè, 1999.

SUSSMANN, M. A., “The critical challenges from international high-tech and computer-related crime at the millennium”, in 9 *DUKE J. OF COMP. & INT’L L.* 451 (1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+451>.

USTARAN, E., “United Kingdom: data protection obligations for e-businesses”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

VACCÀ, C. (coord.), *Il commercio elettronico: il documento digitale, Internet, la pubblicità on line*, Milano, EGEA, 1999.

Venezuela

CHIOSSONE, T., “Las infracciones relativas a las computadoras”, in *Rev. de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas*, n. 83, 1992, p. 41-56.

GRATEROL, L. B., “Contratos ‘CLICK’”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 14 Septiembre 1999/4](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.14Septiembre1999/4).

QUIÑONES, G., *Cibernética penal. El delito computarizado*, Caracas, Epsion Venezuela, S.A., Gráficas Capitolio S.A, 1989.

QUINTERO, H. R. P., “¿Son susceptibles de constituirse en medidas preventivas nominadas o de ejecución las computadoras u ordenadores en Venezuela?”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 04 Noviembre 1998](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.04Noviembre1998).

QUINTERO, H. R. P., “Venezuela: nociones generales acerca de la cibernética y la iuscibernética”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 29 Diciembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.29Diciembre2000).

RICO CARRILLO, M., “Responsabilidad civil de los intermediarios derivada del pago con tarjetas en el comercio electrónico a través de Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 17](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.17) Diciembre de 1999.

RICO CARRILLO, M., “Venezuela: la oferta y la aceptación en la contratación electrónica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25) Agosto del 2000.

RICO CARRILLO, M., “Validez y regulación legal del documento y la contratación electrónica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 19](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.19) febrero del 2000.

RODRÍGUEZ, G. S., “Venezuela: formas de pago electrónicas: regulación y oportunidades”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 20](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.20) Marzo 2000/12.

SÁNCHEZ, A. A., “El delito informático. Algunas consideraciones jurídicos-penales”, in *Rev. de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas*, n. 68, Nov. 1987, p. 127-33.

SALGUEIRO, J. O. A., “Venezuela: nombres de dominio y marcas: dos sistemas de identificación con funciones similares pero claramente diferenciados entre sí”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 30](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.30) Enero 2001/12.

PALAVRAS-CHAVE (RELACIONANDO APENAS A LITERATURA DE PAÍSES DE *COMMON LAW*)

Anonimato

BRANSCOMB, A. W., “Anonymity, autonomy, and accountability: challenges to the First Amendment in cyberspaces”, in 104 *YALE L.J.* 1639, (1995).

FROOMKIN M. A., “Anonymity and its enemies”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 4; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/froomkin.

KARNOW, C. E. A., “The encrypted self: fleshing out the rights of electronic personalities”, in 13 *J. MARSHALL J. OF COMPUTER AND INFO. L.* 1 (1994).

LEMLEY, M. A., “Rights of attribution and integrity in online communications”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 2; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/lemley.

LONG III, G. P., “Comment: who are you? Identity and anonymity in cyberspace”, in 55 *U. PITT. L. REV.* 1177 (1994).

TROTTER, H., “The proper legal regime for 'cyberspace'”, in 55 *U. PITT. L. REV.* 993 (1994).

Assinatura eletrônica

DODD, J. C. e HERNANDEZ, J. A., “Contracting in cyberspace”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-1-Dodd>.

EDWARDS, L. e WAELDE, C. (coord.), *Law & the Internet : a framework for electronic commerce*, 2^a ed., Oxford; Portland, Or., Hart, 2000.

PERRITT, H., Jr., “Cyberpayment infrastructure”, in 1996 *J. ONLINE L.* art. 6; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/perritt.

Base de dados

ASKANAZI, J., “The future of database protection in U.S. copyright law”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0017; <http://www.law.duke.edu/journals/DLTR/Articles/2001dltr0017>.

BRILL C., “Legal protection of collections of facts”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-1-Brill>.

CANHAM, J. e CAWSON, G., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 17-9.

CLARKE, M., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 36-9.

COHEN-TANUGI, L. e BEGHE, S., “How to negotiate the dot.com. maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 9-11.

HARRIS, L. E., *Digital property: currency of the 21st century*, Toronto, Canada, McGraw-Hill Ryerson, 1998.

O’ROURKE, M. A., “Proprietary rights in digital data: the future of copyright and contract law in a networked world”, in 42 *FED. B. NEWS & J.* 511 (1994).

PRICE-HUISS, C., “Efficient, effective advocacy in the ‘computer age’ demands the marriage of the work product doctrine to computerized litigation databases”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Price>.

REICHMAN, J. H. e SAMUELSON, P., “Intellectual property rights in data?”, in 50 *VAND. L. REV.* 51 (1997).

REICHMAN, J. H. e UHLIR, P. F., “Database protection at the crossroads: recent developments and their impact on science and technology”, in 14 *BERKELEY TECH. L.J.* 793 (1999).

USTARAN, E., “United Kingdom: data protection obligations for e-businesses”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

YOUST, L. R. e KOH, H. L., “Management and discovery of electronically stored information”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Youst>.

WAYNER, P., *Digital copyright protection*, Boston, Mass., AP Professional, 1997.

B2B

BAUMGARTEN, J. A., *Business & legal guide to online-Internet law*, Little Falls, NJ, Glasser LegalWorks, 1997.

Canadá

GAHTAN, A. M.; KRATZ, M. P. J. e FRASERMANN, J., *Internet law: a practical guide for legal and business professionals*, Scarborough, Ont., Carswell, 1998.

GEIST, M. A., *Internet law in Canada*, North York, Ont., Captus Press, 2000.

HARRIS, L. E., *Digital property: currency of the 21st century*, Toronto, Canada, McGraw-Hill Ryerson, 1998.

MCNULTY, F. L., “Encryption’s importance to economic and infrastructure security”, in *DUKE J. OF COMP. & INT’L L.* 427 (Spring 1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+427>.

MORGAN, C., “Employer monitoring of employee electronic mail and internet use”, in 44 *MCGILL L.J.* 849 (1999).

Ciberespaço

BOYLE, J., “Foucault in cyberspace; surveillance, sovereignty, and hard-wired censors”, in 66 *U. CIN. L. REV.* 177 (1997).

BURK, D. L., “Patents in cyberspace: territoriality and infringement on global computer networks”, 68 *TULANE L. REV.* 1, (1993).

BURNSTEIN, M. R., “Conflict on the net: choice of law in transnational cyberspace”, in 29 *VAND. J. TRANSNAT’L L.* 75, 116 (1996).

BYASSE, W. S., “Business law symposium, jurisdiction of cyberspace: applying real world precedent to the virtual community”, in 30 *WAKE FOREST L. REV.* 197 (1995).

COUNTS, C. L. e MARTIN, C. A., “Libel in cyberspace: a framework for addressing liability and jurisdictional issues in this new frontier”, in 59 *ALB. L. REV.* 1083 (1996).

FIDLER, D. P., “ The Internet and the sovereign state: the role and impact of cyberspace on national and global governance”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 415 (Spring 1998).

GINSBURG, J. C., “Putting cars on the ‘information superhighway’: authors, exploiters, and copyright in cyberspace”, in 95 *COLUM. L. REV.* 1466 (1995).

KATSH, M. E., “Cybertime, cyberspace and cyberlaw”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 1; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/katsh.

KATSH, M. E., “Rights, camera, action: cyberspatial settings and the First Amendment”, in 104 *YALE L.J.* 1681 (1995).

KOEPSSELL, D. R., *The ontology of cyberspace: philosophy, law, and the future of intellectual property*, Chicago, Open Court, 2000.

LONG III, G. P., “Comment: who are you? Identity and anonymity in cyberspace”, in 55 *U. PITT. L. REV.* 1177 (1994).

PERRITT, H., Jr., “Dispute resolution in electronic network communities”, in 38 *VILL. L. REV.* 349 (1993).

SHARP, W. G., *Cyberspace and the use of force*, Falls Church, Va., Aegis Research Corp., 1999.

TAYLOR, J. M., “Liability of usenet moderators for defamation published by others: flinging the law of defamation into cyberspace”, in 47 *FLA. L. REV.* 247 (1995).

Comércio eletrônico

BAUMGARTEN, J. A., *Business & legal guide to online-Internet law*, Little Falls, NJ, Glasser LegalWorks, 1997.

BERKOWITZ, J. A., “Business method patents: everyone wants to be a millionaire”, in 609 *PLI/PAT* 7, (June 2000).

BICK, J., *101 things you need to know about Internet law*, New York, NY, Three Rivers Press, 2000.

CANHAM, J. e **CAWSON, G.**, “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 17-9.

CAVAZOS, E. A., *Cyberspace and the law: your rights and duties in the on-line world*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1994.

CHISSICK, M. e **KELMAN A.**, *Electronic commerce: law and practice*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

CLARKE, M., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 36-9.

COHEN-TANUGI, L. e **BEGHE, S.**, “How to negotiate the dot.com. maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 9-11.

CRAIG, W. J., *Taxation of e-commerce: fiscal regulation of the internet*, London, Tolley, 2000.

DELTA, G. B. e **MATSUURA, J. H.**, *Law of the Internet*, New York, Aspen Law & Business ed., 1998.

DENNING D. E. e **DENNING, P. J (ed.)**, *Internet besieged: countering cyberspace scofflaws*, New York, N.Y. , ACM Press, Reading, Mass., Addison Wesley, 1998.

DOERNBERG, R. L. e **HINNEKENS, L.**, *Electronic commerce and international taxation*, The Hague; Boston, Kluwer Law International, 1999.

EDWARDS, L. e **WAELEDE, C. (coord.)**, *Law & the Internet : a framework for electronic commerce*, 2^a ed., Oxford; Portland, Or., Hart, 2000.

FRIEDEN, C., *Cybertaxation: the taxation of e-commerce*, Chicago, CCH, 2000.

GAHTAN, A. M.; KRATZ, M. P. J. e **FRASERMANN, J.**, *Internet law: a practical guide for legal and business professionals*, Scarborough, Ont., Carswell, 1998.

GEIST, M. A., *Internet law in Canada*, North York, Ont., Captus Press, 2000.

GRAHAM, J., “Cybersquatting: the latest challenge in federal trademark protection”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0009; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0009>.

HAMMOND, H. J. e MEYERHOFF, L. H., “Cutting edge issues in intellectual property law”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Meyerhoff>.

KLEIN, S. e NEUMANN, T., “Architecture is policy case study: cooperative development as a means for a standards-based implementation for privacy on the Internet”, in http://www.eff.org/pub/Privacy/19990406_EFF_MS_P3P_Paper/index.

LEAFFER, M., “Domain names, globalization, and Internet governance”, in 6 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 139 (Fall 1998).

LITAN, R. E. e NISKANEN, W., *Going digital!: a guide to policy in the digital age*, Washington, D.C., Brookings Institution Press, Cato Institute, 1998.

LYNCH, D. C. e LUNDQUIST, L., *Digital money: the new era of Internet commerce*, New York, Wiley, 1996.

MAYEWSKI, C. E., “The presence of a web site as a constitutionally permissible basis for personal jurisdiction”, in 73 *INDIANA L. J.* 379 (Winter 1997).

MCNULTY, F. L., “Encryption’s importance to economic and infrastructure security”, in *DUKE J. OF COMP. & INT’L L.* 427 (Spring 1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+427>.

PERRITT, H., Jr., “Cyberpayment infrastructure”, in 1996 *J. ONLINE L.* art. 6; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/perritt.

PLOTKIN, M. E., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 40-3.

REED, C., “Controlling world wide web links: property rights, access rights and unfair competition”, in 6 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 167 (Fall 1998).

RODEMAN, S., “Evolving Internet legal concepts for CU’s”, in *Credit Union Exec. J.*, Marh/April 2000, vol. 40, p. 6-9.

ROTHCHILD, J., “Protecting the digital consumer: the limits of cyberspace utopianism”, in 74 *INDIANA L. J.* 893 (Summer 1999).

SMITH, G. J. H. (coord.), *Internet law and regulation*, 3^a ed., London, Sweet & Maxwell, 2000.

USTARAN, E., “United Kingdom: data protection obligations for e-businesses”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

WALLENSTEIN, S., “Beyond bond markets 2000: the electronic frontier and regulation of the capital markets for debt securities” in 63 *LAW & CONTEMP. PROBS.* 123 (Summer 2000); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?63+Law+&+Contemp.+Probs.+123>.

WILHELMSSON, T., TUOMINEN, S. e TUOMOLA, H. (ed.), *Consumer law in the information society*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2001.

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce: EDI, E-mail and Internet. Technology, proof, and liability*, Boston, Mass., New York, Little, Brown, 1995-1996.

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce*, New York , Aspen Law & Business, 1998.

Comunicação

GREWLICH, K. W., *Governance in "cyberspace": access and public interest in global communications*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 1999.

HALBERT, D. J., *Intellectual property in the information age: the politics of expanding ownership rights*, Westport, Conn., Quorum, 1999.

Conflito de lei

ACKER, R., “Choice-of-law questions in cyberfraud”, in *U. CHI. LEGAL F.* 437 (1996).

BICK, J., *101 things you need to know about Internet law*, New York, NY, Three Rivers Press, 2000.

BURNSTEIN, M. R., “Conflict on the net: choice of law in transnational cyberspace”, in *29 VAND. J. TRANSNAT’L L.* 75, 116 (1996).

CANHAM, J. e CAWSON, G., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 17-9.

GELLER, P. E., “Conflicts of laws in cyberspace: rethinking international copyright in a digitally networked world”, in *20 COLUM. LAW J.L. & ARTS* 571, (1996).

GELLER, P. E., “From patchwork to network: strategies for international intellectual property in flux”, *9 DUKE J. OF COMP. & INT’L L.* 69 (1998); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+69>.

GINSBURG, J. C., “Global use/territorial rights: private international law questions of the global information infrastructure”, in *42 J. COPYRIGHT SOC’Y U.S.A.* 318 (1995).

GINSBURG, J. C., “Copyright without borders? Choice of forum and choice of law for copyright infringement in cyberspace”, in *15 CARDOZO ARTS & ENT. L.J.* 153 (1997).

GOLDSMITH, J. L., “The Internet and the abiding significance of territorial sovereignty”, in *5 IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 475 (Spring 1998).

KAHIN, B. e NESSON, C. R. (coord.), *Borders in cyberspace: information policy and the global information infrastructure*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1997.

MEFFORD, A., “Lex informatica: foundations of law on the Internet”, in *5 IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 211 (Fall 1997).

NIMMER, R. T., “Licensing on the global information infrastructure: disharmony in cyberspace”, in *16 NW. J. INT’L L. & BUS.* 224 (1995).

SWIRE, P. P., “Of elephants, mice and privacy: international choice of law and the Internet”, in 32 *INT'L L.* 991 (1998).

Contrato eletrônico

BAUM, M. S. e PERRITT, H. Jr., *Electronic contracting, publishing, and EDI law*, New York, Wiley Law Publications, 1991.

BAUMGARTEN, J. A., *Business & legal guide to online-Internet law*, Little Falls, NJ, Glasser LegalWorks, 1997.

BEKKERS, V., KOOPS, B.-J. e NOUWT, S. (ed.), *Emerging electronic highways: new challenges for politics and law*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 1996.

BICK, J., *101 things you need to know about Internet law*, New York, NY, Three Rivers Press, 2000.

DODD, J. C. e HERNANDEZ, J. A., “Contracting in cyberspace”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-1-Dodd>.

GAHTAN, A. M.; KRATZ, M. P. J. e FRASERMANN, J., *Internet law: a practical guide for legal and business professionals*, Scarborough, Ont., Carswell, 1998.

GEIST, M, A., *Internet law in Canada*, North York, Ont., Captus Press, 2000.

HUGENHOLTZ, B., *Copyright and electronic commerce: legal aspects of electronic copyright management*, The Hague, Boston, Kluwer Law, 2000.

MAYEWSKI, C. E., “The presence of a web site as a constitutionally permissible basis for personal jurisdiction”, in 73 *INDIANA L. J.* 379 (Winter 1997).

NIMMER, R. T., “Licensing on the global information infrastructure: disharmony in cyberspace”, in 16 *NW. J. INT'L L. & BUS.* 224 (1995).

RADIN, M. J., “Humans, computers and binding commitment”, in 75 *INDIANA L. J.* 1125 (Winter 2000).

RODEMAN, S., “Evolving Internet legal concepts for CU’s”, in *Credit Union Exec. J.*, Marh/April 2000, vol. 40, p. 6-9.

ROTHCHILD, J., “Protecting the digital consumer: the limits of cyberspace utopianism”, in 74 *INDIANA L. J.* 893 (Summer 1999).

Controle (Internet)

SHANNON, M. E., *Bits, bytes, and big brother: federal information control in the technological age*, Westport, Conn., Praeger, 1995.

WU, T. S., “Cyberspace sovereignty? The Internet and the international system”, 10 *HARV. J. L. & TECH.* 647 (1997).

Convenção de Berna

CINQ, R. A., “Making cyberspace safe for copyright: the protection of electronic works in a Protocol to the Berne Convention”, in 18 *FORDHAM INT’L L.J.* 1258 (1995).

GAUBIAC, Y., “Remarks about the Internet in international copyright conventions”, in *The Internet and authors' rights*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

RIEDER, C. M., “U.S. subject matter jurisdiction for copyright infringements on the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Rieder>.

WILLIAMSON, S. F., “The international enforcement of software copyrights and patents”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Williamson>.

Convenção de Paris

GAUBIAC, Y., “Remarks about the Internet in international copyright conventions”, in *The Internet and authors' rights*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

WILLIAMSON, S. F., “The international enforcement of software copyrights and patents”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Williamson>.

Crime informático

PLATT, C., *Anarchy online*, New York, HarperPrism, 1996.

Criptografia

DODD, J. C. e HERNANDEZ, J. A., “Contracting in cyberspace”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-1-Dodd>.

EDWARDS, L. e WAELDE, C. (coord.), *Law & the Internet : a framework for electronic commerce*, 2^a ed., Oxford, Portland, Or., Hart, 2000.

FROOMKIN M. A., “Anonymity and its enmities”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 4; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/froomkin.

FROOMKIN, M. A., “The constitution and encryption regulation: do we need a ‘new privacy’?”, in 3 *LEGIS. & PUB. POL’Y.* 25 (1999-2000).

GOLDSTONE, D., “Discussing the constitutionality of regulating the export of encryption products”, in *LEGIS. & PUB. POL’Y*, vol. 3, 1999-2000, p. 39-49.

KARNOW, C. E. A., “The encrypted self: fleshing out the rights of electronic personalities”, in 13 *J. MARSHALL J. OF COMPUTER AND INFO. L.* 1 (1994).

LYNCH, D. C. e LUNDQUIST, L., *Digital money: the new era of Internet commerce*, New York, Wiley, 1996.

MCNULTY, F. L., “Encryption’s importance to economic and infrastructure security”, in *DUKE J. OF COMP. & INT’L L.* 427 (Spring 1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+427>.

PERRITT, H., Jr., “Cyberpayment infrastructure”, in 1996 *J. ONLINE L.* art. 6; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/perritt.

SERGIENKO, G., “United States v. Hubbell: Encryption and the Discovery of Documents”, 7 *RICH. J.L. & TECH.* 31 (Spring 2001), <http://www.richmond.edu/jolt/v7i4/article1>.

SMITH, C. B., “Current U.S. encryption regulations: a federal law enforcement perspective”, in 3 *LEGIS. & PUB. POL’Y*, 11, 20 (1999-2000).

YOUST, L. R. e KOH, H. L., “Management and discovery of electronically stored information”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Youst>.

Direito administrativo

BEKKERS, V., KOOPS, B.-J. e NOUWT, S. (ed.), *Emerging electronic highways: new challenges for politics and law*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 1996.

Direito autoral

ASKANAZI, J., “The fate of Napster: digital downloading faces an uphill battle”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0013; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/Articles/2001dltr0013>.

ASKANAZI, J., “The future of database protection in U.S. copyright law”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0017; <http://www.law.duke.edu/journals/DLTR/Articles/2001dltr0017>.

BOYLE, J., *Shamans, software, and spleens: law and the construction of the information society*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1996.

BOYLE, J., “Intellectual property policy online: a young person’s guide”, in 10 *HARV. J. L. & TECH.* 47, 93 (1996).

BOYLE, J., “A politics of intellectual property: environmentalism for the net?”, in 47 *DUKE L. J.* 87 (1997); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?47+Duke+L.+J.+87>.

BRANDRISS, I. L., “Writing in frost on a window pane: e-mail and chatting on RAM and copyright fixation”, in 43 *J. COPYRIGHT SOC’Y U.S.A.* 237, 247 (1996).

BRILL C., “Legal protection of collections of facts”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-1-Brill>.

BYASSE, W. S., “Business law symposium, jurisdiction of cyberspace: applying real world precedent to the virtual community”, in 30 *WAKE FOREST L. REV.* 197 (1995).

CHRISTIE, A., “Reconceptualising copyright in the digital era”, in 1995 *EUR. INTELL. PROP. REV.* 522.

CINQ, R. A., “Making cyberspace safe for copyright: the protection of electronic works in a Protocol to the Berne Convention”, in 18 *FORDHAM INT’L L.J.* 1258 (1995).

COOK, W. J., “Be wary of Internet casting shadows on copyright holders”, in 96 *CHI. LAW* 60.

COUNTS, C. L. e MARTIN, C. A., “Libel in cyberspace: a framework for addressing liability and jurisdictional issues in this new frontier”, in 59 *ALB. L. REV.* 1083 (1996).

DIOTALEVI, R. N., “Copyrighting, cyberspace: unweaving a tangled Web”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-3-Diotalevi>.

DIXON, A. N. e LAURIE C. S., “Copyright protection for the information superhighway”, in 1994 *EUR. INTELL. PROP. REV.* 465.

ELKIN-KOREN, N., “Copyright law and social dialogue on the information superhighway: the case against copyright liability of bulletin board operators”, 13 *CARDOZO ARTS & ENT. L.J.* 345, (1995).

FRANÇON, A., “Protection of artists’ moral rights on the Internet”, in *The Internet and authors’ rights*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

FRASER, S., “The conflict between the First Amendment and Copyright Law and its impact on the Internet”, in 16 *CARDOZO ARTS & ENT. L.L.* 1, (1998).

GAUBIAC, Y., “Remarks about the Internet in international copyright conventions”, in *The Internet and authors’ rights*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

GELLER, P. E., “Conflicts of laws in cyberspace: rethinking international copyright in a digitally networked world”, in 20 *COLUM. LAW J.L. & ARTS* 571, (1996).

GINSBURG, J. C., “Global use/territorial rights: private international law questions of the global information infrastructure”, in 42 *J. COPYRIGHT SOC’Y U.S.A.* 318 (1995).

GINSBURG, J. C., “Putting cars on the ‘information superhighway’: authors, exploiters, and copyright in cyberspace”, in 95 *COLUM. L. REV.* 1466 (1995).

GINSBURG, J. C., “Copyright without borders? Choice of forum and choice of law for copyright infringement in cyberspace”, in 15 *CARDOZO ARTS & ENT. L.J.* 153 (1997).

HORTON, K. L., “The software copyright directive and the internet: collision on the information superhighway?”, in <http://www.jeanmonnetprogram.org/papers/96/9608ind>.

HUGENHOLTZ, B., *Copyright and electronic commerce: legal aspects of electronic copyright management*, The Hague, Boston, Kluwer Law, 2000.

HYDE, B., “The first sale doctrine and digital phonorecords”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0018; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/Articles/2001dltr0018>.

LAFUZE, W. L. e FRIEDRICH, V. K., “Aggressive enforcement of rights involving Internet abuses”, in 3 *COMP. L. REV. & TECH. J.* 413 (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/LaFuze>.

LEMLEY, M. A., “Rights of attribution and integrity in online communications”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 2; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/lemley.

LOOK, J., “The virtual wild, wild, west (WWW): intellectual property issues in cyberspace”, in 22 *U. ARK. LITTLE ROCK L.J.* 49 (1999).

MAKEEN, M. F., *Copyright in a global information society: the scope of copyright protection under international, US, UK and French law*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2000.

MALLAM, P., “Copyright and the information superhighway: some future challenge”, in 6 *ENTERTAINMENT L. REV.* 234 (1995).

MARCHANT, B. F., “On-line on the Internet: First Amendment and intellectual property uncertainties in the on-line world”, in 39 *HOW. L.J.* 477 (1996).

MARKIEWICZ, J. E., “Seeking shelter from the MP3 storm: how far does the digital millennium copyright act online service provide liability reach?”, in 7. *COMM. L. CONSPPECTUS* 423 (1999).

MCMANIS, C. R., “Taking TRIPS on the information superhighway: international intellectual property protection and emerging computer technology”, in 41 *VILL. L. REV.* 207 (1996).

MEZRICH, J. L., “Extension of copyright to fonts – Can the alphabet be next?”, in *COMP. L. REV. & Tech. J.* (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-4-Mezrich>.

NIMMER, D., “Brains and other paraphernalia of the digital age”, 10 *HARV. J.L. TECH.* 1 (1996).

O’ROURKE, M. A., “Proprietary rights in digital data: the future of copyright and contract law in a networked world”, in 42 *FED. B. NEWS & J.* 511 (1994).

PASSA, J., “The protection of copyright on the Internet under French law”, in *The Internet and authors' rights*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

REED, C., “Controlling world wide web links: property rights, access rights and unfair competition”, in 6 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 167 (Fall 1998).

REICHMAN, J. H. e UHLIR, P. F., “Database protection at the crossroads: recent developments and their impact on science and technology”, in 14 *BERKELEY TECH. L.J.* 793 (1999).

RIEDER, C. M., “U.S. subject matter jurisdiction for copyright infringements on the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Rieder>.

TROTTER, H., “The Ancient Doctrine of Trespass to Web Sites”, in 1996 *J. ONLINE L.* art. 7; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/hardy.

WAYNER, P., *Digital copyright protection*, Boston, Mass., AP Professional, 1997.

WILLIAMSON, S. F., “The international enforcement of software copyrights and patents”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Williamson>.

Direito à privacidade

CAVOUKIAN, A., *Who knows: safeguarding your privacy in a networked world*, New York, McGraw-Hill, 1997.

LYNCH, D. C. e LUNDQUIST, L., *Digital money: the new era of Internet commerce*, New York, Wiley, 1996.

Direito bancário

MAURER, B., “Cyberspatial sovereignties: offshore finance, digital cash, and the limits of liberalism”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 493 (Spring 1998).

PANURACH, P., “Money in electronic commerce: digital cash, electronic fund transfer, and e-cash”, in 39 *COMM. OF THE ACM* 45 (1996).

WILHELMSSON, T., TUOMINEN, S. e TUOMOLA, H. (ed.), *Consumer law in the information society*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2001.

Direito cibernético

JOHNSON, D. R. e POST, D., “Law and borders - the rise of law in cyberspace”, 48 *STAN. L. REV.* 1367 (1996).

KAHIN, B. e NESSON, C. R. (coord.), *Borders in cyberspace: information policy and the global information infrastructure*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1997.

KOEPSSELL, D. R., *The ontology of cyberspace: philosophy, law, and the future of intellectual property*, Chicago, Open Court, 2000.

KATSH, M. E., “Cybertime, cyberspace and cyberlaw”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 1; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/katsh.

LESSIG, L., “The Constitution of code: limitations on choice-based critiques of cyberspace regulation”, in 5 *COMM. L. CONSPECTUS* 181 (1997).

LESSIG, L., *Code: and other laws of cyberspace*, New York, NY, Basic Books, 1999.

PERRITT, H. Jr., *Law and the Information Superhighway*, New York, John Wiley & Sons, Inc., 1996.

PERRITT, H., Jr., “Jurisdiction in cyberspace”, in 41 *VILL. L. REV.* 1 (1996).

REIDENBURG, J., “Governing networks and rule-making in cyberspace”, in 45 *EMORY L.J.* 911 (1996).

SMITH, G. J. H. (coord.), *Internet law and regulation*, 3^a ed., London, Sweet & Maxwell, 2000.

WU, T. S., “Cyberspace sovereignty? The Internet and the international system”, 10 *HARV. J. L. & TECH.* 647 (1997).

ZEMBEK, R. S., “Jurisdiction and the Internet: fundamental fairness in the networked world of cyberspace, in 6 *ALB. L.J. SCI. & TECH.* 339 (1996).

Direito civil

ASKANAZI, J., “The fate of Napster: digital downloading faces an uphill battle”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0013; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/Articles/2001dltr0013>.

BAUMGARTEN, J. A., *Business & legal guide to online-Internet law*, Little Falls, NJ, Glasser LegalWorks, 1997.

BEKKERS, V., KOOPS, B.-J. e NOUWT, S. (ed.), *Emerging electronic highways: new challenges for politics and law*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 1996.

CAVAZOS, E. A., *Cyberspace and the law: your rights and duties in the on-line world*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1994.

ELKIN-KOREN, N., “Copyright law and social dialogue on the information superhighway: the case against copyright liability of bulletin board operators”, 13 *CARDOZO ARTS & ENT. L.J.* 345, (1995).

FRANÇON, A., “Protection of artists’ moral rights on the Internet”, in *The Internet and authors’ rights*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

GIGANTE, A., “Ice Patch on the information superhighway: foreign liability for domestically created content”, in 14 *CARDOZO ARTS & ENT. L.J.* 523 (1996).

HUGENHOLTZ, B., *Copyright and electronic commerce: legal aspects of electronic copyright management*, The Hague, Boston, Kluwer Law, 2000.

MARKIEWICZ, J. E., “Seeking shelter from the MP3 storm: how far does the digital millennium copyright act online service provide liability reach?”, in 7. *COMM. L. CONSPECTUS* 423 (1999).

MEFFORD, A., “Lex informatica: foundations of law on the Internet”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 211 (Fall 1997).

NIMMER, R. T., “Licensing on the global information infrastructure: disharmony in cyberspace”, in 16 *NW. J. INT'L L. & BUS.* 224 (1995).

PERRITT, H., Jr., “Cyberpayment infrastructure”, in 1996 *J. ONLINE L.* art. 6; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/perritt.

PLOTKIN, M. E., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 40-3.

ROTHCHILD, J., “Protecting the digital consumer: the limits of cyberspace utopianism”, in 74 *INDIANA L. J.* 893 (Summer 1999).

RADIN, M. J., “Humans, computers and binding commitment”, in 75 *INDIANA L. J.* 1125 (Winter 2000).

TROTTER, H., “The Ancient Doctrine of Trespass to Web Sites”, in 1996 *J. ONLINE L.* art. 7; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/hardy.

USTARAN, E., “United Kingdom: data protection obligations for e-businesses”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

WILHELMSSON, T., TUOMINEN, S. e TUOMOLA, H. (ed.), *Consumer law in the information society*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2001.

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce: EDI, E-mail and Internet. Technology, proof, and liability*, Boston, Mass., New York, Little, Brown, 1995-1996.

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce*, New York, Aspen Law & Business, 1998.

Direito comercial

DODD, J. C. e HERNANDEZ, J. A., “Contracting in cyberspace”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-1-Dodd>.

PLOTKIN, M. E., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 40-3.

Direito constitucional

BERLANDI, B., “‘It’s our way or the highway’: American ruling cyberspace - A look back at bad policy and a look ahead at new policy”, 3 *J. TECH. L. & POLICY* 2.

BOYLE, J., “Foucault in cyberspace; surveillance, sovereignty, and hard-wired censors”, in 66 *U. CIN. L. REV.* 177 (1997).

BOYLE, J., “The First Amendment and cyberspace: the Clinton years”, in 63 *LAW & CONTEMP. PROBS.* 337 (Winter/Spring 2000); <http://www.law.duke.edu/journals/lcp/articles/lcp63dWinterSpring2000p337>.

BRANSCOMB, A. W., “Anonymity, autonomy, and accountability: challenges to the First Amendment in cyberspaces”, in 104 *YALE L.J.* 1639, (1995).

BURK, D. L., “Federalism in cyberspace”, 28 *CONN. L. REV.* 1095 (1996).

CATE, F. H., “Indecency, ignorance, and intolerance: the First Amendment and the regulation of electronic expression”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 5; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/cate1.

CATE, F. H., “Cybersex: regulating sexually explicit expression on the Internet”, 14 *BEHAV. SCI. & L.* 145 (1996).

CAVOUKIAN, A., *Who knows: safeguarding your privacy in a networked world*, New York, McGraw-Hill, 1997.

FOWLER, B., FRANKLIN, C. e HYDE, R., “Internet securities fraud: old trick, new medium”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0006; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0006>.

FOWLER, B., FRANKLIN, C. e HYDE, R., “Can you yahoo!? The internet’s digital fences”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0012; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/articles/2001dltr0012>.

FRASER, S., “The conflict between the First Amendment and Copyright Law and its impact on the Internet”, in 16 *CARDOZO ARTS & ENT. L.L.* 1, (1998).

FROOMKIN, M. A., “The constitution and encryption regulation: do we need a ‘new privacy’?”, in 3 *LEGIS. & PUB. POL’Y.* 25 (1999-2000).

FROOMKIN, M. A., “Wrong turn in cyberspace: using ICANN to route around the APA and the Constitution”, in 50 *DUKE L. J.* 17; <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+17>.

FULLER, K., “ICANN: the debate over governing the Internet”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0002; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0002>.

GOLDSTONE, D., “Discussing the constitutionality of regulating the export of encryption products”, in *LEGIS. & PUB. POL’Y*, vol. 3, 1999-2000, p. 39-49.

GRAHAM, J., “Cybersquatting: the latest challenge in federal trademark protection”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0009; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0009>.

JOHNSON, D. R., “Law enforcement and the architecture of cyberspace - should the cops on the beat design the electronic street”, in http://www.eff.org/pub/Privacy/Surveillance/CALEA/cops_net_architecture_johnson.

KAHIN, B. e NESSON, C. R. (coord.), *Borders in cyberspace: information policy and the global information infrastructure*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1997.

KATSH, M. E., “Rights, camera, action: cyberspatial settings and the First Amendment”, in 104 *YALE L.J.* 1681 (1995).

LAFUZE, W. L. e FRIEDRICH, V. K., “Aggressive enforcement of rights involving Internet abuses”, in 3 *COMP. L. REV. & TECH. J.* 413 (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/LaFuze>.

LESSIG, L., “Reading the Constitution in cyberspace”, in 45 *EMORY L.J.* 869 (1996).

LIDSKY, L. B., “Silencing John Doe: defamation & discourse in cyberspace”, in 49 *DUKE L. J.* 855 (2000); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?49+Duke+L.+J.+855>.

LONG III, G. P., “Comment: who are you? Identity and anonymity in cyberspace”, in 55 *U. PITT. L. REV.* 1177 (1994).

MARCHANT, B. F., “On-line on the Internet: First Amendment and intellectual property uncertainties in the on-line world”, in 39 *HOW. L.J.* 477 (1996).

MIRANDA, D. P., “Defamation in cyberspace: Stratton Oakmont, Inc. v. Prodigy Services Co.”, in 5 *ALB. L.J. SCI. & TECH.* 229 (1996).

MORGAN, C., “Employer monitoring of employee electronic mail and internet use”, in 44 *MCGILL L.J.* 849 (1999).

MOTA, S. A., “Neither dead nor forgotten: the past, present, and future of the Communications Decency Act in light of Reno v. ACLU”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.* (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Mota>.

MUELLER, M., “ICANN and Internet governance: sorting through the debris of ‘self-regulation’”, in 1 *INFO* 497 (1999).

PERRITT, H., Jr., “The Internet as a threat to sovereignty? Thoughts on the internet's role in strengthening national and global governance”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 423 (Spring 1998).

POST, D. G., “Anarchy, state, and the Internet: an essay on law-making in cyberspace (article 3)”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 3; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/post.

POST, D. G., “The ‘unsettled paradox’: The Internet, the State, and the consent of the governed”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 521 (Spring 1998).

ROBINSON, G. O., “The electronic First Amendment: an essay for the new age”, in 47 *DUKE L. J.* 899 (19); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?47+Duke+L.+J.+899>.

SANFORD, B. W. e LORENGER, M. J., “Teaching an old dog new tricks: the First Amendment in an online world”, in 28 *CONN. L. REV.* 1137, (1996).

SERGEANT, R. S., “A Fourth Amendment model for computer networks and data privacy”, in 81 *VA. L. REV.* 1181.

SERGIENKO, G., “United States v. Hubbell: Encryption and the Discovery of Documents”, 7 *RICH. J.L. & TECH.* 31 (Spring 2001), <http://www.richmond.edu/jolt/v7i4/article1>.

SMITH, C. B., “Current U.S. encryption regulations: a federal law enforcement perspective”, in 3 *LEGIS. & PUB. POL’Y*, 11, 20 (1999-2000).

TAYLOR, J. M., “Liability of usenet moderators for defamation published by others: flinging the law of defamation into cyberspace”, in 47 *FLA. L. REV.* 247 (1995).

TROTTER, H., “The proper legal regime for ‘cyberspace’”, in 55 *U. PITT. L. REV.* 993 (1994).

TROTTER, H., “The Ancient Doctrine of Trespass to Web Sites”, in 1996 *J. ONLINE L.* art. 7; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/hardy.

WEINBERG, J., “ICANN and the problem of legitimacy”, in 50 *DUKE L. J.* 187 (2000); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+187>.

ZITTRAIN, J., “ICANN: between the public and the private: comments before Congress”, 14 *BERKELEY TECH. L.J.* 1071 (1999).

Direito da propriedade intelectual

ANGEL, J., “Legal risks of providing services on the Internet”, in 11 *COMP. L. & PRACT.* 150 (1995).

BAUMGARTEN, J. A., *Business & legal guide to online-Internet law*, Little Falls, NJ, Glasser LegalWorks, 1997.

BERLANDI, B., “‘It’s our way or the highway’: American ruling cyberspace - A look back at bad policy and a look ahead at new policy”, 3 *J. TECH. L. & POLICY* 2.

BICK, J., *101 things you need to know about Internet law*, New York, NY, Three Rivers Press, 2000.

BOYLE, J., *Shamans, software, and spleens: law and the construction of the information society*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1996.

BOYLE, J., “Intellectual property policy online: a young person’s guide”, in 10 *HARV. J. L. & TECH.* 47, 93 (1996).

BOYLE, J., “A politics of intellectual property: environmentalism for the net?”, in 47 *DUKE L. J.* 87 (1997); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?47+Duke+L.+J.+87>.

BURK, D. L., “Transborder intellectual property issues on the electronic frontier”, 6 *STAN. L. & POL’Y REV.* 9 (1994).

EDWARDS, L. e WAELDE, C. (coord.), *Law & the Internet : a framework for electronic commerce*, 2^a ed., Oxford; Portland, Or., Hart, 2000.

GELLER, P. E., “From patchwork to network: strategies for international intellectual property in flux”, 9 *DUKE J. OF COMP. & INT’L L.* 69 (1998); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+69>.

GINSBURG, J. C., “Putting cars on the ‘information superhighway’: authors, exploiters, and copyright in cyberspace”, in 95 *COLUM. L. REV.* 1466 (1995).

HALBERT, D. J., *Intellectual property in the information age: the politics of expanding ownership rights*, Westport, Conn., Quorum, 1999.

HAMMOND, H. J. e **MEYERHOFF, L. H.**, “Cutting edge issues in intellectual property law”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Meyerhoff>.

HARRIS, L. E., *Digital property: currency of the 21st century*, Toronto, Canada, McGraw-Hill Ryerson, 1998.

HUGENHOLTZ, B., *Copyright and electronic commerce: legal aspects of electronic copyright management*, The Hague, Boston, Kluwer Law, 2000.

KOEPSSELL, D. R., *The ontology of cyberspace: philosophy, law, and the future of intellectual property*, Chicago, Open Court, 2000.

LITAN, R. E., “Law and policy in the age of the Internet”, in 50 *DUKE L. J.* 1045; <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+1045>.

LOOK, J., “The virtual wild, wild, west (WWW): intellectual property issues in cyberspace”, in 22 *U. ARK. LITTLE ROCK L.J.* 49 (1999).

MAKEEN, M. F., *Copyright in a global information society: the scope of copyright protection under international, US, UK and French law*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2000.

MCMANIS, C. R., “Taking TRIPS on the information superhighway: international intellectual property protection and emerging computer technology”, in 41 *VILL. L. REV.* 207 (1996).

MERCER, J. D., “Cybersquatting: blackmail on the information superhighway”, 6 *B.U. J. SCI. & TECH. L.* 11 (2000).

NIMMER, R. T., “Licensing on the global information infrastructure: disharmony in cyberspace”, in 16 *NW. J. INT'L L. & BUS.* 224 (1995).

PERRITT, H. Jr., *Law and the Information Superhighway*, New York, John Wiley & Sons, Inc., 1996.

PLOTKIN, M. E., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 40-3.

REICHMAN, J. H. e UHLIR, P. F., “Database protection at the crossroads: recent developments and their impact on science and technology”, in 14 *BERKELEY TECH. L.J.* 793 (1999).

WAYNER, P., *Digital copyright protection*, Boston, Mass., AP Professional, 1997.

WILHELMSSON, T., TUOMINEN, S. e TUOMOLA, H. (ed.), *Consumer law in the information society*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2001.

Direito do consumidor

BICK, J., *101 things you need to know about Internet law*, New York, NY, Three Rivers Press, 2000.

CAVAZOS, E. A., *Cyberspace and the law: your rights and duties in the on-line world*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1994.

CLARKE, M., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 36-9.

COHEN-TANUGI, L. e BEGHE, S., “How to negotiate the dot.com. maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 9-11.

MAYEWSKI, C. E., “The presence of a web site as a constitutionally permissible basis for personal jurisdiction”, in 73 *INDIANA L. J.* 379 (Winter 1997).

NIMMER, R. T., “Licensing on the global information infrastructure: disharmony in cyberspace”, in 16 *NW. J. INT'L L. & BUS.* 224 (1995).

REICHMAN, J. H. e SAMUELSON, P., “Intellectual property rights in data?”, in 50 *VAND. L. REV.* 51 (1997).

ROTHCHILD, J., “Protecting the digital consumer: the limits of cyberspace utopianism”, in 74 *INDIANA L. J.* 893 (Summer 1999).

SPEIDEL, R. E., “Article 2 and relational sales contracts”, in 26 *LOY. L. A. L. REV.* 789 (1993).

WILHELMSSON, T., TUOMINEN, S. e TUOMOLA, H. (ed.), *Consumer law in the information society*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2001.

Direito do trabalho

MORGAN, C., “Employer monitoring of employee electronic mail and internet use”, in 44 *MCGILL L.J.* 849 (1999).

Direito informático

CIOCCHETTI, C., “The complexities of on-line mutual fund advertising: a summary of the relevant regulations”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0019; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0019>.

Direito internacional privado

ACKER, R., “Choice-of-law questions in cyberfraud”, in *U. CHI. LEGAL F.* 437 (1996).

BAK-BOYCHUK, L. H., “Internet gambling is avoiding prosecution in the United States as easy as moving the business operations offshore”, in 6 *SW. J. OF L. & TRADE AM.* 363, (1999).

DESSEMONTET, F., “Internet, le droit d’auteur et le droit international privé”, in *Rev. Suisse de Jurisprudence*, vol. 92, 1996, p. 285-92.

FOWLER, B., FRANKLIN, C. e HYDE, R., “Can you yahoo!?! The internet’s digital fences”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0012; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/articles/2001dltr0012>.

FRANKLIN, C., “Virtual Las Vegas: regulate or prohibit?”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0021; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/articles/2001dltr0021>.

GELLER, P. E., “From patchwork to network: strategies for international intellectual property in flux”, 9 *DUKE J. OF COMP. & INT’L L.* 69 (1998); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+69>.

GIGANTE, A., “Ice Patch on the information superhighway: foreign liability for domestically created content”, in 14 *CARDOZO ARTS & ENT. L.J.* 523 (1996).

GINSBURG, J. C., “Global use/territorial rights: private international law questions of the global information infrastructure”, in 42 *J. COPYRIGHT SOC’Y U.S.A.* 318 (1995).

GINSBURG, J. C., “Copyright without borders? Choice of forum and choice of law for copyright infringement in cyberspace”, in 15 *CARDOZO ARTS & ENT. L.J.* 153 (1997).

GOLDSMITH, J. L., “The Internet and the abiding significance of territorial sovereignty”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 475 (Spring 1998).

KAHIN, B. e NESSON, C. R. (coord.), *Borders in cyberspace: information policy and the global information infrastructure*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1997.

MAKEEN, M. F., *Copyright in a global information society: the scope of copyright protection under international, US, UK and French law*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2000.

MAYEWSKI, C. E., “The presence of a web site as a constitutionally permissible basis for personal jurisdiction”, in 73 *INDIANA L. J.* 379 (Winter 1997).

MEFFORD, A., “Lex informatica: foundations of law on the Internet”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 211 (Fall 1997).

NIMMER, R. T., “Licensing on the global information infrastructure: disharmony in cyberspace”, in 16 *NW. J. INT’L L. & BUS.* 224 (1995).

PASSA, J., “The protection of copyright on the Internet under French law”, in *The Internet and authors' rights*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

POST, D. G., “Governing cyberspace”, in 43 *WAYNE L. REV.* 155 (1996).

POST, D. G., “The ‘unsettled paradox’: The Internet, the State, and the consent of the governed”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 521 (Spring 1998).

ROTHCHILD, J., “Protecting the digital consumer: the limits of cyberspace utopianism”, in 74 *INDIANA L. J.* 893 (Summer 1999).

SCIGLIMPAGLIA, R. J., Jr., “Computer hacking: a global offense”, in 3 *PACE Y.B. INT’L L.* 199 (1991).

SWIRE, P. P., “Of elephants, mice and privacy: international choice of law and the Internet”, in 32 *INT’L L.* 991 (1998).

ZEMBEK, R. S., “Jurisdiction and the Internet: fundamental fairness in the networked world of cyberspace”, in 6 *ALB. L.J. SCI. & TECH.* 339 (1996).

Direito internacional público

AOKI, K., “Considering multiple and overlapping sovereignties: liberalism, libertarianism, national sovereignty, ‘global’ intellectual property, and the Internet”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 443 (Spring 1998).

BURK, D. L., “Federalism in cyberspace”, 28 *CONN. L. REV.* 1095 (1996).

FIDLER, D. P., “The Internet and the sovereign state: the role and impact of cyberspace on national and global governance”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 415 (Spring 1998).

GOLDSMITH, J. L., “The Internet and the abiding significance of territorial sovereignty”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 475 (Spring 1998).

KAHIN, B. e NESSON, C. R. (coord.), *Borders in cyberspace: information policy and the global information infrastructure*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1997.

KRASNER, S. D., “Global communications and national power: life on the pareto frontier”, 43 *WORLD POL.* 336 (1991).

PERRITT, H., Jr., “The Internet as a threat to sovereignty? Thoughts on the internet's role in strengthening national and global governance”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 423 (Spring 1998).

SASSEN, S., “On the Internet and sovereignty”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 545 (Spring 1998).

SHARP, W. G., *Cyberspace and the use of force*, Falls Church, Va., Aegis Research Corp., 1999.

TRACHTMAN, J. P., “Cyberspace, sovereignty, jurisdiction, and modernism”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 561 (Spring 1998).

WU, T. S., “Cyberspace sovereignty? The Internet and the international system”, 10 *HARV. J. L. & TECH.* 647 (1997).

Direito marcário

BETTINGER, T., “Trademark law in cyberspace: The battle for domain names”, in 28 *INT'L REV. INDUS. PROP. & COPYRIGHT L.* 508 (1997).

GOLINVEAUX, J., “What's in a domain name: is ‘cybersquatting’ trademark dilution?”, 33 *U.S.F. L. REV.* 641, (1999).

GRAHAM, J., “Cybersquatting: the latest challenge in federal trademark protection”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0009; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0009>.

LAFUZE, W. L. e FRIEDRICH, V. K., “Aggressive enforcement of rights involving Internet abuses”, in 3 *COMP. L. REV. & TECH. J.* 413 (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/LaFuze>.

LEAFFER, M., “Domain names, globalization, and Internet governance”, in 6 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 139 (Fall 1998).

LOOK, J., “The virtual wild, wild, west (WWW): intellectual property issues in cyberspace”, in 22 *U. ARK. LITTLE ROCK L.J.* 49 (1999).

PERRY, C. R., “Trademarks as commodities: the famous roadblock to applying trademark dilution law in cyberspace”, 32 *CONN. L. REV.* 1127 (2000).

Direito mobiliário

CARL, C., “Software disclosure and liability under the securities acts”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0016; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0016>.

CIOCCHETTI, C., “The complexities of on-line mutual fund advertising: a summary of the relevant regulations”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0019; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0019>.

FOWLER, B., FRANKLIN, C. e HYDE, R., “Internet securities fraud: old trick, new medium”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0006; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0006>.

FRIEDEN, C., *Cybertaxation: the taxation of e-commerce*, Chicago, CCH, 2000.

MAZUR, T. A., “Securities regulation in the electronic era: private placements and the Internet”, in 75 *INDIANA L. J.* 379 (Winter 2000).

WALLENSTEIN, S., “Beyond bond markets 2000: the electronic frontier and regulation of the capital markets for debt securities” in 63 *LAW & CONTEMP. PROBS.* 123 (Summer 2000); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?63+Law+&+Contemp.+Probs.+123>.

Direito patentário

BERKOWITZ, J. A., “Business method patents: everyone wants to be a millionaire”, in 609 *PLI/PAT* 7, (June 2000).

BURK, D. L., “Patents in cyberspace: territoriality and infringement on global computer networks”, 68 *TULANE L. REV.* 1, (1993).

DIRKSEN, S., “Who’s afraid of amazon.com v. barnesandnoble.com?”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0003; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0003>.

WILLIAMSON, S. F., “The international enforcement of software copyrights and patents”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Williamson>.

Direito penal

ACKER, R., “Choice-of-law questions in cyberfraud”, in *U. CHI. LEGAL F.* 437 (1996).

ALEXANDER, S., “The long arm of the law: from child pornography to counterfeiting to murder, investigator Frank Clark has seen it all”, in *COMPUTERWORLD*, May 6, 1996, p. 99.

BAUMGARTEN, J. A., *Business & legal guide to online-Internet law*, Little Falls, NJ, Glasser LegalWorks, 1997.

BERLANDI, B., “‘It’s our way or the highway’: American ruling cyberspace - A look back at bad policy and a look ahead at new policy”, 3 *J. TECH. L. & POLICY* 2.

CANGLIALOSI, C., “The electronic underground: computer piracy and electronic bulletin boards”, in 15 *RUTGERS COMPUTER & TECH. L.J.* 265 (1989).

CATE, F. H., “Cybersex: regulating sexually explicit expression on the Internet”, 14 *BEHAV. SCI. & L.* 145 (1996).

COOK, W. J., “Be wary of Internet casting shadows on copyright holders”, in 96 *CHI. LAW* 60.

DENNING D. E. e DENNING, P. J (ed.), *Internet besieged: countering cyberspace scofflaws*, New York, N.Y. , ACM Press, Reading, Mass., Addison Wesley, 1998.

EDWARDS, L. e WAELDE, C. (coord.), *Law & the Internet : a framework for electronic commerce*, 2^a ed., Oxford; Portland, Or., Hart, 2000.

HOWE, M., “Schoolboy hacker caused chaos at vital cancer centre”, in *Press Association Newsfile*, Feb. 24, 1993, *LEXIS*, News Library, ARCNWS File.

JOHNSON, D. R., “Law enforcement and the architecture of cyberspace - should the cops on the beat design the electronic street”, in http://www.eff.org/pub/Privacy/Surveillance/CALEA/cops_net_architecture_johnson.

KARADBIL, J. F., “Casinos of the next millennium: a look into the proposed ban on internet gambling”, in 17 *ARIZ. J. INT’L & COMP. LAW* 413 (2000).

KELLER, B. P., “The game’s the same: why gambling in cyberspace violates Federal Law”, 108 *YALE L. J.* 1569 (1999).

LAFUZE, W. L. e FRIEDRICH, V. K., “Aggressive enforcement of rights involving Internet abuses”, in 3 *COMP. L. REV. & TECH. J.* 413 (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/LaFuze>.

LOSCALZE, T. E. e SHAPIRO, S. J., “Internet gambling policy: prohibition versus regulation”, 7 *VILL. SPORTS & ENT. L. FORUM* 11 (2000).

MCNULTY, F. L., “Encryption’s importance to economic and infrastructure security”, in *DUKE J. OF COMP. & INT’L L.* 427 (Spring 1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+427>.

MEFFORD, A., “Lex informatica: foundations of law on the Internet”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 211 (Fall 1997).

MERCER, J. D., “Cybersquatting: blackmail on the information superhighway”, 6 *B.U. J. SCI. & TECH. L.* 11 (2000).

PLATT, C., *Anarchy online*, New York, HarperPrism, 1996.

SERGIENKO, G., “United States v. Hubbell: Encryption and the Discovery of Documents”, 7 *RICH. J.L. & TECH.* 31 (Spring 2001), <http://www.richmond.edu/jolt/v7i4/article1>.

SUSSMANN, M. A., “The critical challenges from international high-tech and computer-related crime at the millennium”, in 9 *DUKE J. OF COMP. & INT'L L.* 451 (1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+451>.

VICTOR, P., “Perverts hack into hospital computers”, in *THE INDEPENDENT*, Nov. 27, 1994, p 1.

YOUST, L. R. e KOH, H. L., “Management and discovery of electronically stored information”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Youst>.

Direito processual civil

BERKOWITZ, J. A., “Business method patents: everyone wants to be a millionaire”, in 609 *PLI/PAT* 7, (June 2000).

BORELLI, M., “The computer as advocate: an approach to computer-generated displays in the courtroom”, in 71 *INDIANA L. J.* 379 (Spring 1996).

KRAVITZ, M. R., “Personal jurisdiction and the Internet”, in *LEXIS*, Legnews Library, Clt File.

LAFUZE, W. L. e FRIEDRICH, V. K., “Aggressive enforcement of rights involving Internet abuses”, in 3 *COMP. L. REV. & TECH. J.* 413 (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/LaFuze>.

LEE, T., “In rem jurisdiction in cyberspace”, in 75 *WASH. L. REV.* 97 (2000).

MIRANDA, D. P., “Defamation in cyberspace: Stratton Oakmont, Inc. v. Prodigy Services Co.”, in 5 *ALB. L.J. SCI. & TECH.* 229 (1996).

MISKO, F. Jr. e AMES, C. E., “Using technology in the management and trial of complex cases”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.* (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Misko>.

PERRITT, H., Jr., “Dispute resolution in electronic network communities”, in 38 *VILL. L. REV.* 349 (1993).

PRICE-HUISS, C., “Efficient, effective advocacy in the ‘computer age’ demands the marriage of the work product doctrine to computerized litigation databases”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Price>.

TAYLOR, J. M., “Liability of usenet moderators for defamation published by others: flinging the law of defamation into cyberspace”, in 47 *FLA. L. REV.* 247 (1995).

Direito societário

BAUMGARTEN, J. A., *Business & legal guide to online-Internet law*, Little Falls, NJ, Glasser LegalWorks, 1997.

*

BEKKERS, V., KOOPS, B.-J. e NOUWT, S. (ed.), *Emerging electronic highways: new challenges for politics and law*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 1996.

Direito tributário

BEKKERS, V., KOOPS, B.-J. e NOUWT, S. (ed.), *Emerging electronic highways: new challenges for politics and law*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 1996.

BICK, J., *101 things you need to know about Internet law*, New York, NY, Three Rivers Press, 2000.

CRAIG, W. J., *Taxation of e-commerce: fiscal regulation of the internet*, London, Tolley, 2000.

DOERNBERG, R. L. e HINNEKENS, L., *Electronic commerce and international taxation*, The Hague; Boston, Kluwer Law International, 1999.

FRIEDEN, C., *Cybertaxation: the taxation of e-commerce*, Chicago, CCH, 2000.

LITAN, R. E., “Law and policy in the age of the Internet”, in 50 *DUKE L. J.* 1045; <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+1045>.

PLOTKIN, M. E., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 40-3.

Distribuição

HYDE, B., “The first sale doctrine and digital phonorecords”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0018; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/Articles/2001dltr0018>.

MAYEWSKI, C. E., “The presence of a web site as a constitutionally permissible basis for personal jurisdiction”, in 73 *INDIANA L. J.* 379 (Winter 1997).

E-banking

BICK, J., *101 things you need to know about Internet law*, New York, NY, Three Rivers Press, 2000.

MAURER, B., “Cyberspatial sovereignties: offshore finance, digital cash, and the limits of liberalism”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 493 (Spring 1998).

PERRITT, H., Jr., “Cyberpayment infrastructure”, in 1996 *J. ONLINE L.* art. 6; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/perritt.

EDI

BAUM, M. S. e PERRITT, H. Jr., *Electronic contracting, publishing, and EDI law*, New York, Wiley Law Publications, 1991.

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce: EDI, E-mail and Internet. Technology, proof, and liability*, Boston, Mass., New York, Little, Brown, 1995-1996.

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce*, New York , Aspen Law & Business, 1998.

EFT

LYNCH, D. C. e LUNDQUIST, L., *Digital money: the new era of Internet commerce*, New York, Wiley, 1996.

PANURACH, P., “Money in electronic commerce: digital cash, electronic fund transfer, and e-cash”, in 39 *COMM. OF THE ACM* 45 (1996).

E-mail

BRANDRISS, I. L., “Writing in frost on a window pane: e-mail and chatting on RAM and copyright fixation”, in 43 *J. COPYRIGHT SOC’Y U.S.A.* 237, 247 (1996).

MORGAN, C., “Employer monitoring of employee electronic mail and internet use”, in 44 *MCGILL L.J.* 849 (1999).

RIEDER, C. M., “U.S. subject matter jurisdiction for copyright infringements on the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Rieder>.

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce: EDI, E-mail and Internet. Technology, proof, and liability*, Boston, Mass., New York, Little, Brown, 1995-1996.

Estados Unidos da América

ACKER, R., “Choice-of-law questions in cyberfraud”, in *U. CHI. LEGAL F.* 437 (1996).

ALEXANDER, S., “The long arm of the law: from child pornography to counterfeiting to murder, investigator Frank Clark has seen it all”, in *COMPUTERWORLD*, May 6, 1996, p. 99.

ANGEL, J., “Legal risks of providing services on the Internet”, in 11 *COMP. L. & PRACT.* 150 (1995).

AOKI, K., “Considering multiple and overlapping sovereignties: liberalism, libertarianism, national sovereignty, ‘global’ intellectual property, and the Internet”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 443 (Spring 1998).

ASKANAZI, J., “The fate of Napster: digital downloading faces an uphill battle”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0013; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/Articles/2001dltr0013>.

ASKANAZI, J., “The future of database protection in U.S. copyright law”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0017; <http://www.law.duke.edu/journals/DLTR/Articles/2001dltr0017>.

BAK-BOYCHUK, L. H., “Internet gambling is avoiding prosecution in the United States as easy as moving the business operations offshore”, in 6 *SW. J. OF L. & TRADE AM.* 363, (1999).

BAUM, M. S. e **PERRITT, H. Jr.**, *Electronic contracting, publishing, and EDI law*, New York, Wiley Law Publications, 1991.

BERKOWITZ, J. A., “Business method patents: everyone wants to be a millionaire”, in 609 *PLI/PAT* 7, (June 2000).

BERLANDI, B., “‘It’s our way or the highway’: American ruling cyberspace - A look back at bad policy and a look ahead at new policy”, 3 *J. TECH. L. & POLICY* 2.

BETTINGER, T., “Trademark law in cyberspace: The battle for domain names”, in 28 *INT’L REV. INDUS. PROP. & COPYRIGHT L.* 508 (1997).

BICK, J., *101 things you need to know about Internet law*, New York, NY, Three Rivers Press, 2000.

BRILL C., “Legal protection of collections of facts”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-1-Brill>.

BORELLI, M., “The computer as advocate: an approach to computer-generated displays in the courtroom”, in 71 *INDIANA L. J.* 379 (Spring 1996).

BOYLE, J., *Shamans, software, and spleens: law and the construction of the information society*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1996.

BOYLE, J., “Intellectual property policy online: a young person’s guide”, in 10 *HARV. J. L. & TECH.* 47, 93 (1996).

BOYLE, J., “Foucault in cyberspace; surveillance, sovereignty, and hard-wired censors”, in 66 *U. CIN. L. REV.* 177 (1997).

BOYLE, J., “A politics of intellectual property: environmentalism for the net?”, in 47 *DUKE L. J.* 87 (1997); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?47+Duke+L.+J.+87>.

BOYLE, J., “The First Amendment and cyberspace: the Clinton years”, in 63 *LAW & CONTEMP. PROBS.* 337 (Winter/Spring 2000); <http://www.law.duke.edu/journals/lcp/articles/lcp63dWinterSpring2000p337>.

BRANDRISS, I. L., “Writing in frost on a window pane: e-mail and chatting on RAM and copyright fixation”, in 43 *J. COPYRIGHT SOC’Y U.S.A.* 237, 247 (1996).

BRANSCOMB, A. W., “Anonymity, autonomy, and accountability: challenges to the First Amendment in cyberspaces”, in 104 *YALE L.J.* 1639, (1995).

BROOKS, B. G., “Adventures in cyber-space: computer technology and the Arkansas Freedom of Information Act”, in 17 *U. ARK. LITTLE ROCK L.J.* 417, (1995).

BURK, D. L., “Patents in cyberspace: territoriality and infringement on global computer networks”, 68 *TULANE L. REV.* 1, (1993).

BURK, D. L., “Transborder intellectual property issues on the electronic frontier”, 6 *STAN. L. & POL'Y REV.* 9 (1994).

BURK, D. L., “Federalism in cyberspace”, 28 *CONN. L. REV.* 1095 (1996).

BURNSTEIN, M. R., “Conflict on the net: choice of law in transnational cyberspace”, in 29 *VAND. J. TRANSNAT'L L.* 75, 116 (1996).

BYASSE, W. S., “Business law symposium, jurisdiction of cyberspace: applying real world precedent to the virtual community”, in 30 *WAKE FOREST L. REV.* 197 (1995).

CANGLIALOSI, C., “The electronic underground: computer piracy and electronic bulletin boards”, in 15 *RUTGERS COMPUTER & TECH. L.J.* 265 (1989).

CARL, C., “Software disclosure and liability under the securities acts”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0016; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0016>.

CATE, F. H., “Indecency, ignorance, and intolerance: the First Amendment and the regulation of electronic expression”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 5; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/cate1.

CATE, F. H., “Cybersex: regulating sexually explicit expression on the Internet”, 14 *BEHAV. SCI. & L.* 145 (1996).

CAVAZOS, E. A., *Cyberspace and the law: your rights and duties in the on-line world*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1994.

CAVOUKIAN, A., *Who knows: safeguarding your privacy in a networked world*, New York, McGraw-Hill, 1997.

CHRISTIE, A., “Reconceptualising copyright in the digital era”, in 1995 *EUR. INTELL. PROP. REV.* 522.

CINQ, R. A., “Making cyberspace safe for copyright: the protection of electronic works in a Protocol to the Berne Convention”, in 18 *FORDHAM INT’L L.J.* 1258 (1995).

CIOCCHETTI, C., “The complexities of on-line mutual fund advertising: a summary of the relevant regulations”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0019; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0019>.

COOK, W. J., “Be wary of Internet casting shadows on copyright holders”, in 96 *CHI. LAW* 60.

COUNTS, C. L. e MARTIN, C. A., “Libel in cyberspace: a framework for addressing liability and jurisdictional issues in this new frontier”, in 59 *ALB. L. REV.* 1083 (1996).

CRAIG, A., “Gambling on the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-2-Craig>.

DELTA, G. B. e MATSUURA, J. H., *Law of the Internet*, New York, Aspen Law & Business ed., 1998.

DENNING D. E. e DENNING, P. J (ed.), *Internet besieged: countering cyberspace scofflaws*, New York, N.Y. , ACM Press, Reading, Mass., Addison Wesley, 1998.

DIOTALEVI, R. N., “Copyrighting, cyberspace: unweaving a tangled Web”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-3-Diotalevi>.

DIRKSEN. S., “Who’s afraid of amazon.com v. barnesandnoble.com?”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0003; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0003>.

DODD, J. C. e HERNANDEZ, J. A., “Contracting in cyberspace”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-1-Dodd>.

DRUCKER, S. J. e GUMPERT, G. (ed.), *Real law [at] virtual space: communication regulation in cyberspace*, Creskill, N.J., Hampton Press, 1999.

ELKIN-KOREN, N., “Copyright law and social dialogue on the information superhighway: the case against copyright liability of bulletin board operators”, 13 *CARDOZO ARTS & ENT. L.J.* 345, (1995).

FOWLER, B., FRANKLIN, C. e HYDE, R., “Internet securities fraud: old trick, new medium”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0006; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0006>.

FOWLER, B., FRANKLIN, C. e HYDE, R., “Can you yahoo!? The internet’s digital fences”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0012; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/articles/2001dltr0012>.

FRANKLIN, C., “Virtual Las Vegas: regulate or prohibit?”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0021; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/articles/2001dltr0021>.

FRASER, S., “The conflict between the First Amendment and Copyright Law and its impact on the Internet”, in 16 *CARDOZO ARTS & ENT. L.L.* 1, (1998).

FRIEDEN, C., *Cybertaxation: the taxation of e-commerce*, Chicago, CCH, 2000.

FROOMKIN M. A., “Anonymity and its enmities”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 4; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/froomkin.

FROOMKIN, M. A., “The constitution and encryption regulation: do we need a ‘new privacy’?”, in 3 *LEGIS. & PUB. POL’Y.* 25 (1999-2000).

FROOMKIN, M. A., “Wrong turn in cyberspace: using ICANN to route around the APA and the Constitution”, in 50 *DUKE L. J.* 17; <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+17>.

FULLER, K., “ICANN: the debate over governing the Internet”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0002; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0002>.

GAHTAN, A. M.; KRATZ, M. P. J. e FRASERMANN, J., *Internet law: a practical guide for legal and business professionals*, Scarborough, Ont., Carswell, 1998.

GELLER, P. E., “Conflicts of laws in cyberspace: rethinking international copyright in a digitally networked world”, in 20 *COLUM. LAW J.L. & ARTS* 571, (1996).

GELLER, P. E., “From patchwork to network: strategies for international intellectual property in flux”, 9 *DUKE J. OF COMP. & INT’L L.* 69 (1998); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+69>.

GIGANTE, A., “Ice Patch on the information superhighway: foreign liability for domestically created content”, in 14 *CARDOZO ARTS & ENT. L.J.* 523 (1996).

GINSBURG, J. C., “Global use/territorial rights: private international law questions of the global information infrastructure”, in 42 *J. COPYRIGHT SOC’Y U.S.A.* 318 (1995).

GINSBURG, J. C., “Putting cars on the ‘information superhighway’: authors, exploiters, and copyright in cyberspace”, in 95 *COLUM. L. REV.* 1466 (1995).

GINSBURG, J. C., “Copyright without borders? Choice of forum and choice of law for copyright infringement in cyberspace”, in 15 *CARDOZO ARTS & ENT. L.J.* 153 (1997).

GOLDSMITH, J. L., “The Internet and the abiding significance of territorial sovereignty”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 475 (Spring 1998).

GOLDSTONE, D., “Discussing the constitutionality of regulating the export of encryption products”, in *LEGIS. & PUB. POL’Y*, vol. 3, 1999-2000, p. 39-49.

GOLINVEAUX, J., “What’s in a domain name: is ‘cybersquatting’ trademark dilution?”, 33 *U.S.F. L. REV.* 641, (1999).

GOSLING, P., “Your life in a hacker’s hands”, in *THE INDEPENDENT*, Sept. 25, 1995, p. 14.

GRAHAM, J., “Cybersquatting: the latest challenge in federal trademark protection”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0009; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0009>.

HALBERT, D. J., *Intellectual property in the information age: the politics of expanding ownership rights*, Westport, Conn., Quorum, 1999.

HAMMOND, H. J. e **MEYERHOFF, L. H.**, “Cutting edge issues in intellectual property law”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Meyerhoff>.

HARDY, T., “The proper legal regime for ‘cyberspace’”, 55 *U. PITT. L. REV.* 993, (1994).

HOWE, M., “Schoolboy hacker caused chaos at vital cancer centre”, in *Press Association Newsfile*, Feb. 24, 1993, *LEXIS*, News Library, ARCNWS File.

HYDE, B., “The first sale doctrine and digital phonorecords”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0018; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/Articles/2001dltr0018>.

JOHNSON, D. R. e **POST, D.**, “Law and borders - the rise of law in cyberspace”, 48 *STAN. L. REV.* 1367 (1996).

JOHNSON, D. R., “Law enforcement and the architecture of cyberspace - should the cops on the beat design the electronic street”, in http://www.eff.org/pub/Privacy/Surveillance/CALEA/cops_net_architecture_johnson.

KAHIN, B. e **NESSON, C. R. (coord.)**, *Borders in cyberspace: information policy and the global information infrastructure*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1997.

KARADBIL, J. F., “Casinos of the next millennium: a look into the proposed ban on internet gambling”, in 17 *ARIZ. J. INT’L & COMP. LAW* 413 (2000).

KARNOW, C. E. A., “The encrypted self: fleshing out the rights of electronic personalities”, in 13 *J. MARSHALL J. OF COMPUTER AND INFO. L.* 1 (1994).

KATSH, M. E., “Cybertime, cyberspace and cyberlaw”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 1; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/katsh.

KATSH, M. E., “Rights, camera, action: cyberspatial settings and the First Amendment”, in 104 *YALE L.J.* 1681 (1995).

KRASNER, S. D., “Global communications and national power: life on the pareto frontier”, 43 *WORLD POL.* 336 (1991).

KRAVITZ, M. R., “Personal jurisdiction and the Internet”, in *LEXIS*, Legnews Library, Clt File.

KELLER, B. P., “The game’s the same: why gambling in cyberspace violates Federal Law”, 108 *YALE L. J.* 1569 (1999).

KLEIN, S. e NEUMANN, T., “Architecture is policy case study: cooperative development as a means for a standards-based implementation for privacy on the Internet”, in http://www.eff.org/pub/Privacy/19990406_EFF_MS_P3P_Paper/index.

LAFUZE, W. L. e FRIEDRICH, V. K., “Aggressive enforcement of rights involving Internet abuses”, in 3 *COMP. L. REV. & TECH. J.* 413 (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/LaFuze>.

LANCTOT, C. J., “Attorney-client relationships in cyberspace: the peril and the promise”, in 49 *DUKE L. J.* 147 (1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?49+Duke+L.+J.+147>.

LEAFFER, M., “Domain names, globalization, and Internet governance”, in 6 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 139 (Fall 1998).

LEE, T., “In rem jurisdiction in cyberspace”, in 75 *WASH. L. REV.* 97 (2000).

LEMLEY, M. A., “Rights of attribution and integrity in online communications”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 2; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/lemley.

LESSIG, L., “The zones of cyberspace”, in 48 *STAN. L. REV.* 1403 (1996).

LESSIG, L., “Reading the Constitution in cyberspace”, in 45 *EMORY L.J.* 869 (1996).

LESSIG, L., “The Constitution of code: limitations on choice-based critiques of cyberspace regulation”, in 5 *COMM. L. CONSPECTUS* 181 (1997).

LIDSKY, L. B., “Silencing John Doe: defamation & discourse in cyberspace”, in 49 *DUKE L. J.* 855 (2000); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?49+Duke+L.+J.+855>.

LITAN, R. E., “Law and policy in the age of the Internet”, in 50 *DUKE L. J.* 1045; <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+1045>.

LONG III, G. P., “Comment: who are you? Identity and anonymity in cyberspace”, in 55 *U. PITT. L. REV.* 1177 (1994).

LOOK, J., “The virtual wild, wild, west (WWW): intellectual property issues in cyberspace”, in 22 *U. ARK. LITTLE ROCK L.J.* 49 (1999).

LOSCALZE, T. E. e SHAPIRO, S. J., “Internet gambling policy: prohibition versus regulation”, 7 *VILL. SPORTS & ENT. L. FORUM* 11 (2000).

LUSTBERG, L., “Current advertising, regulations and the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.* (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-2-Lustberg>.

MAKEEN, M. F., *Copyright in a global information society: the scope of copyright protection under international, US, UK and French law*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2000.

MALLAM, P., “Copyright and the information superhighway: some future challenge”, in 6 *ENTERTAINMENT L. REV.* 234 (1995).

MARCHANT, B. F., “On-line on the Internet: First Amendment and intellectual property uncertainties in the on-line world”, in 39 *HOW. L.J.* 477 (1996).

MARKIEWICZ, J. E., “Seeking shelter from the MP3 storm: how far does the digital millennium copyright act online service provide liability reach?”, in 7. *COMM. L. CONSPECTUS* 423 (1999).

MAURER, B., “Cyberspatial sovereignties: offshore finance, digital cash, and the limits of liberalism”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 493 (Spring 1998).

MAYEWSKI, C. E., “The presence of a web site as a constitutionally permissible basis for personal jurisdiction”, in 73 *INDIANA L. J.* 379 (Winter 1997).

MAZUR, T. A., “Securities regulation in the electronic era: private placements and the Internet”, in 75 *INDIANA L. J.* 379 (Winter 2000).

MCMANIS, C. R., “Taking TRIPS on the information superhighway: international intellectual property protection and emerging computer technology”, in 41 *VILL. L. REV.* 207 (1996).

MCNULTY, F. L., “Encryption’s importance to economic and infrastructure security”, in *DUKE J. OF COMP. & INT’L L.* 427 (Spring 1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+427>.

MERCER, J. D., “Cybersquatting: blackmail on the information superhighway”, 6 *B.U. J. SCI. & TECH. L.* 11 (2000).

MEZRICH, J. L., “Extension of copyright to fonts – Can the alphabet be next?”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.* (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-4-Mezrich>.

MIRANDA, D. P., “Defamation in cyberspace: Stratton Oakmont, Inc. v. Prodigy Services Co.”, in 5 *ALB. L.J. SCI. & TECH.* 229 (1996).

MISKO, F. Jr. e AMES, C. E., “Using technology in the management and trial of complex cases”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.* (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Misko>.

MOTA, S. A., “Neither dead nor forgotten: the past, present, and future of the Communications Decency Act in light of Reno v. ACLU”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.* (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Mota>.

MUELLER, M., “ICANN and Internet governance: sorting through the debris of ‘self-regulation’”, in 1 *INFO* 497 (1999).

NIMMER, R. T., “Licensing on the global information infrastructure: disharmony in cyberspace”, in 16 *NW. J. INT’L L. & BUS.* 224 (1995).

NIMMER, D., “Brains and other paraphernalia of the digital age”, 10 *HARV. J.L. TECH.* 1 (1996).

O’ROURKE, M. A., “Proprietary rights in digital data: the future of copyright and contract law in a networked world”, in 42 *FED. B. NEWS & J.* 511 (1994).

PERRITT, H., Jr., “Dispute resolution in electronic network communities”, in 38 *VILL. L. REV.* 349 (1993).

PERRITT, H., Jr., “Jurisdiction in cyberspace”, in 41 *VILL. L. REV.* 1 (1996).

PERRITT, H., Jr., “Cyberpayment infrastructure”, in 1996 *J. ONLINE L.* art. 6; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/perritt.

PERRITT, H. Jr., *Law and the Information Superhighway*, New York, John Wiley & Sons, Inc., 1996.

PERRITT, H. Jr., “The Internet as a threat to sovereignty? Thoughts on the internet's role in strengthening national and global governance”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 423 (Spring 1998).

PERRY, C. R., “Trademarks as commodities: the famous roadblock to applying trademark dilution law in cyberspace”, 32 *CONN. L. REV.* 1127 (2000).

PLATT, C., *Anarchy online*, New York, HarperPrism, 1996.

PLOTKIN, M. E., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 40-3.

POST, D. G., “Anarchy, state, and the Internet: an essay on law-making in cyberspace (article 3)”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 3; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/post.

POST, D. G., “Governing cyberspace”, in 43 *WAYNE L. REV.* 155 (1996).

POST, D. G., “The ‘unsettled paradox’: The Internet, the State, and the consent of the governed”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 521 (Spring 1998).

PRICE-HUIISH, C., “Efficient, effective advocacy in the ‘computer age’ demands the marriage of the work product doctrine to computerized litigation databases”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Price>.

RADIN, M. J., “Humans, computers and binding commitment”, in 75 *INDIANA L. J.* 1125 (Winter 2000).

RADOWITZ, J. V., “Confidentiality fear over hospital computer link”, in *Press Association Newsfile*, July 6, 1995; *LEXIS*, News Library, CURNWS File.

REED, C., “Controlling world wide web links: property rights, access rights and unfair competition”, in 6 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 167 (Fall 1998).

REICHMAN, J. H. e SAMUELSON, P., “Intellectual property rights in data?”, in 50 *VAND. L. REV.* 51 (1997).

REICHMAN, J. H. e UHLIR, P. F., “Database protection at the crossroads: recent developments and their impact on science and technology”, in 14 *BERKELEY TECH. L.J.* 793 (1999).

REIDENBURG, J., “Governing networks and rule-making in cyberspace”, in 45 *EMORY L.J.* 911 (1996).

RIEDER, C. M., “U.S. subject matter jurisdiction for copyright infringements on the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Rieder>.

ROBINSON, G. O., “The electronic First Amendment: an essay for the new age”, in 47 *DUKE L. J.* 899 (19); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?47+Duke+L.+J.+899>.

RODEMAN, S., “Evolving Internet legal concepts for CU’s”, in *Credit Union Exec. J.*, Marh/April 2000, vol. 40, p. 6-9.

ROTHCHILD, J., “Protecting the digital consumer: the limits of cyberspace utopianism”, in 74 *INDIANA L. J.* 893 (Summer 1999).

ROTHFEDER, J., “Invasions of privacy”, in *PC WORLD*, Nov. 1995, p. 152.

SALAVERRY, P. C., “Telephone companies go to battle over the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-3-Salaverry>.

SANFORD, B. W. e LORENGER, M. J., “Teaching an old dog new tricks: the First Amendment in an online world”, in 28 *CONN. L. REV.* 1137, (1996).

SASSEN, S., “On the Internet and sovereignty”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 545 (Spring 1998).

SCHWARTZ, P. M., “The protection of privacy in health care reform”, in 48 *VAND. L. REV.* 295, (1995).

SCIGLIMPAGLIA, R. J., Jr., “Computer hacking: a global offense”, in 3 *PACE Y.B. INT’L L.* 199 (1991).

SERGEANT, R. S., “A Fourth Amendment model for computer networks and data privacy”, in 81 *VA. L. REV.* 1181.

SERGIENKO, G., “United States v. Hubbell: Encryption and the Discovery of Documents”, 7 *RICH. J.L. & TECH.* 31 (Spring 2001), <http://www.richmond.edu/jolt/v7i4/article1>.

SHANNON, M. E., *Bits, bytes, and big brother: federal information control in the technological age*, Westport, Conn., Praeger, 1995.

SHARP, W. G., *Cyberspace and the use of force*, Falls Church, Va., Aegis Research Corp., 1999.

SMITH, C. B., “Current U.S. encryption regulations: a federal law enforcement perspective”, in 3 *LEGIS. & PUB. POL’Y*, 11, 20 (1999-2000).

SPEIDEL, R. E., “Article 2 and relational sales contracts”, in 26 *LOY. L. A. L. REV.* 789 (1993).

STEELE, H. L., Jr., “The prevention of non-consensual access to ‘confidential’ health-care information in cyberspace”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Steele>.

SUSSMANN, M. A., “The critical challenges from international high-tech and computer-related crime at the millennium”, in 9 *DUKE J. OF COMP. & INT'L L.* 451 (1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+451>.

SWIRE, P. P., “Of elephants, mice and privacy: international choice of law and the Internet”, in 32 *INT'L L.* 991 (1998).

TAYLOR, J. M., “Liability of usenet moderators for defamation published by others: flinging the law of defamation into cyberspace”, in 47 *FLA. L. REV.* 247 (1995).

TRACHTMAN, J. P., “Cyberspace, sovereignty, jurisdiction, and modernism”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 561 (Spring 1998).

TROTTER, H., “The proper legal regime for 'cyberspace'”, in 55 *U. PITT. L. REV.* 993 (1994).

TROTTER, H., “The Ancient Doctrine of Trespass to Web Sites”, in 1996 *J. ONLINE L.* art. 7; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/hardy.

VICTOR, P., “Perverts hack into hospital computers”, in *THE INDEPENDENT*, Nov. 27, 1994, p 1.

YOUST, L. R. e KOH, H. L., “Management and discovery of electronically stored information”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Youst>.

WALLENSTEIN, S., “Beyond bond markets 2000: the electronic frontier and regulation of the capital markets for debt securities” in 63 *LAW & CONTEMP. PROBS.* 123 (Summer 2000); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?63+Law+&+Contemp.+Probs.+123>.

WAYNER, P., *Digital copyright protection*, Boston, Mass., AP Professional, 1997.

WEINBERG, J., “ICANN and the problem of legitimacy”, in 50 *DUKE L. J.* 187 (2000); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+187>.

WILLIAMSON, S. F., “The international enforcement of software copyrights and patents”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Williamson>.

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce: EDI, E-mail and Internet. Technology, proof, and liability*, Boston, Mass., New York, Little, Brown, 1995-1996.

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce*, New York , Aspen Law & Business, 1998.

ZEMBEK, R. S., “Jurisdiction and the Internet: fundamental fairness in the networked world of cyberspace, in 6 *ALB. L.J. SCI. & TECH.* 339 (1996).

ZITTRAIN, J., “ICANN: between the public and the private: comments before Congress”, 14 *BERKELEY TECH. L.J.* 1071 (1999).

Filosofia do direito

KOEPSSELL, D. R., *The ontology of cyberspace: philosophy, law, and the future of intellectual property*, Chicago, Open Court, 2000.

First Amendment

BOYLE, J., “The First Amendment and cyberspace: the Clinton years”, in 63 *LAW & CONTEMP. PROBS.* 337 (Winter/Spring 2000); <http://www.law.duke.edu/journals/lcp/articles/lcp63dWinterSpring2000p337>.

BRANSCOMB, A. W., “Anonymity, autonomy, and accountability: challenges to the First Amendment in cyberspaces”, in 104 *YALE L.J.* 1639, (1995).

CATE, F. H., “Indecency, ignorance, and intolerance: the First Amendment and the regulation of electronic expression”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 5; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/cate1.

CRAIG, A., “Gambling on the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-2-Craig>.

FRASER, S., “The conflict between the First Amendment and Copyright Law and its impact on the Internet”, in 16 *CARDOZO ARTS & ENT. L.L.* 1, (1998).

FROOMKIN, M. A., “The constitution and encryption regulation: do we need a ‘new privacy’?”, in 3 *LEGIS. & PUB. POL’Y.* 25 (1999-2000).

KATSH, M. E., “Rights, camera, action: cyberspatial settings and the First Amendment”, in 104 *YALE L.J.* 1681 (1995).

LIDSKY, L. B., “Silencing John Doe: defamation & discourse in cyberspace”, in 49 *DUKE L. J.* 855 (2000); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?49+Duke+L.+J.+855>.

LONG III, G. P., “Comment: who are you? Identity and anonymity in cyberspace”, in 55 *U. PITT. L. REV.* 1177 (1994).

MARCHANT, B. F., “On-line on the Internet: First Amendment and intellectual property uncertainties in the on-line world”, in 39 *HOW. L.J.* 477 (1996).

MOTA, S. A., “Neither dead nor forgotten: the past, present, and future of the Communications Decency Act in light of Reno v. ACLU”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.* (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Mota>.

ROBINSON, G. O., “The electronic First Amendment: an essay for the new age”, in 47 *DUKE L. J.* 899 (19); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?47+Duke+L.+J.+899>.

SANFORD, B. W. e LORENGER, M. J., “Teaching an old dog new tricks: the First Amendment in an online world”, in 28 *CONN. L. REV.* 1137, (1996) .

TROTTER, H., “The proper legal regime for 'cyberspace’”, in 55 *U. PITT. L. REV.* 993 (1994).

Fifth Amendment

GOLDSTONE, D., “Discussing the constitutionality of regulating the export of encryption products”, in *LEGIS. & PUB. POL’Y*, vol. 3, 1999-2000, p. 39-49.

SERGIENKO, G., “United States v. Hubbell: Encryption and the Discovery of Documents”, 7 *RICH. J.L. & TECH.* 31 (Spring 2001), <http://www.richmond.edu/jolt/v7i4/article1>.

Fourth Amendment

GOLDSTONE, D., “Discussing the constitutionality of regulating the export of encryption products”, in *LEGIS. & PUB. POL’Y*, vol. 3, 1999-2000, p. 39-49.

SERGEANT, R. S., “A Fourth Amendment model for computer networks and data privacy”, in 81 *VA. L. REV.* 1181.

SMITH, C. B., “Current U.S. encryption regulations: a federal law enforcement perspective”, in 3 *LEGIS. & PUB. POL’Y*, 11, 20 (1999-2000).

Fraude

ACKER, R., “Choice-of-law questions in cyberfraud”, in *U. CHI. LEGAL F.* 437 (1996).

FOWLER, B., FRANKLIN, C. e HYDE, R., “Internet securities fraud: old trick, new medium”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0006; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0006>.

ROTHCHILD, J., “Protecting the digital consumer: the limits of cyberspace utopianism”, in 74 *INDIANA L. J.* 893 (Summer 1999).

YOUST, L. R. e KOH, H. L., “Management and discovery of electronically stored information”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Youst>.

Guerra

SHARP, W. G., *Cyberspace and the use of force*, Falls Church, Va., Aegis Research Corp., 1999.

Hacker

ALEXANDER, S., “The long arm of the law: from child pornography to counterfeiting to murder, investigator Frank Clark has seen it all”, in *COMPUTERWORLD*, May 6, 1996, p. 99.

CANGLIALOSI, C., “The electronic underground: computer piracy and electronic bulletin boards”, in 15 *RUTGERS COMPUTER & TECH. L.J.* 265 (1989).

GOSLING, P., “Your life in a hacker’s hands”, in *THE INDEPENDENT*, Sept. 25, 1995, p. 14.

HOWE, M., “Schoolboy hacker caused chaos at vital cancer centre”, in *Press Association Newsfile*, Feb. 24, 1993, *LEXIS*, News Library, ARCNWS File.

PLATT, C., *Anarchy online*, New York, HarperPrism, 1996.

SCHWARTZ, P. M., “The protection of privacy in health care reform”, in 48 *VAND. L. REV.* 295, (1995).

SCIGLIMPAGLIA, R. J., Jr., “Computer hacking: a global offense”, in 3 *PACE Y.B. INT’L L.* 199 (1991).

SERGEANT, R. S., “A Fourth Amendment model for computer networks and data privacy”, in 81 *VA. L. REV.* 1181.

STEELE, H. L., Jr., “The prevention of non-consensual access to ‘confidential’ health-care information in cyberspace”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Steele>.

VICTOR, P., “Perverts hack into hospital computers”, in *THE INDEPENDENT*, Nov. 27, 1994, p 1.

Hong Kong

CANHAM, J. e CAWSON, G., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 17-9.

ICANN

FROOMKIN, M. A., “Wrong turn in cyberspace: using ICANN to route around the APA and the Constitution”, in 50 *DUKE L. J.* 17; <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+17>.

FULLER, K., “ICANN: the debate over governing the Internet”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0002; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0002>.

LEAFFER, M., “Domain names, globalization, and Internet governance”, in 6 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 139 (Fall 1998).

MUELLER, M., “ICANN and Internet governance: sorting through the debris of ‘self-regulation’”, in 1 *INFO* 497 (1999).

PERRY, C. R., “Trademarks as commodities: the famous roadblock to applying trademark dilution law in cyberspace”, 32 *CONN. L. REV.* 1127 (2000).

WEINBERG, J., “ICANN and the problem of legitimacy”, in 50 *DUKE L. J.* 187 (2000); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+187>.

ZITTRAIN, J., “ICANN: between the public and the private: comments before Congress”, 14 *BERKELEY TECH. L.J.* 1071 (1999).

Internet

BAUM, M. S. e PERRITT, H. Jr., *Electronic contracting, publishing, and EDI law*, New York, Wiley Law Publications, 1991.

BAUMGARTEN, J. A., *Business & legal guide to online-Internet law*, Little Falls, NJ, Glasser LegalWorks, 1997.

BEKKERS, V., KOOPS, B.-J. e NOUWT, S. (ed.), *Emerging electronic highways: new challenges for politics and law*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 1996.

BROOKS, B. G., “Adventures in cyber-space: computer technology and the Arkansas Freedom of Information Act”, in 17 *U. ARK. LITTLE ROCK L.J.* 417, (1995).

BURK, D. L., “Transborder intellectual property issues on the electronic frontier”, 6 *STAN. L. & POL'Y REV.* 9 (1994).

CAVOUKIAN, A., *Who knows: safeguarding your privacy in a networked world*, New York, McGraw-Hill, 1997.

CHISSICK, M. e KELMAN A., *Electronic commerce: law and practice*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

COOK, W. J., “Be wary of Internet casting shadows on copyright holders”, in 96 *CHI. LAW* 60.

DELTA, G. B. e MATSUURA, J. H., *Law of the Internet*, New York, Aspen Law & Business ed., 1998.

DENNING D. E. e DENNING, P. J (ed.), *Internet besieged: countering cyberspace scofflaws*, New York, N.Y. , ACM Press, Reading, Mass., Addison Wesley, 1998.

DICKIE, J., *Internet and electronic commerce law in the European Union*, Oxford, England; Portland, Or., Hart Pub., 1999.

DOERNBERG, R. L. e HINNEKENS, L., *Electronic commerce and international taxation*, The Hague; Boston, Kluwer Law International, 1999.

DRUCKER, S. J. e GUMPERT, G. (ed.), *Real law [at] virtual space: communication regulation in cyberspace*, Creskill, N.J., Hampton Press, 1999.

FRANKLIN, C., “Virtual Las Vegas: regulate or prohibit?”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0021; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/articles/2001dltr0021>.

FRIEDEN, C., *Cybertaxation: the taxation of e-commerce*, Chicago, CCH, 2000.

GAHTAN, A. M.; KRATZ, M. P. J. e FRASERMANN, J., *Internet law: a practical guide for legal and business professionals*, Scarborough, Ont., Carswell, 1998.

GEIST, M. A., *Internet law in Canada*, North York, Ont., Captus Press, 2000.

GREWLICH, K. W., *Governance in "cyberspace": access and public interest in global communications*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 1999.

LESSIG, L., “The zones of cyberspace”, in 48 *STAN. L. REV.* 1403 (1996).

LESSIG, L., *Code: and other laws of cyberspace*, New York, NY, Basic Books, 1999.

LITAN, R. E. e NISKANEN, W., *Going digital!: a guide to policy in the digital age*, Washington, D.C., Brookings Institution Press, Cato Institute, 1998.

LYNCH, D. C. e LUNDQUIST, L., *Digital money: the new era of Internet commerce*, New York, Wiley, 1996.

PERRITT, H. Jr., *Law and the Information Superhighway*, New York, John Wiley & Sons, Inc., 1996.

PLATT, C., *Anarchy online*, New York, HarperPrism, 1996.

ROBINSON, G. O., “The electronic First Amendment: an essay for the new age”, in 47 *DUKE L. J.* 899 (19); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?47+Duke+L.+J.+899>.

ROTHFEDER, J., “Invasions of privacy”, in *PC WORLD*, Nov. 1995, p. 152.

SHANNON, M. E., *Bits, bytes, and big brother: federal information control in the technological age*, Westport, Conn., Praeger, 1995.

SHARP, W. G., *Cyberspace and the use of force*, Falls Church, Va., Aegis Research Corp., 1999.

SMITH, G. J. H. (coord.), *Internet law and regulation*, 3^a ed., London, Sweet & Maxwell, 2000.

Jogo

BAK-BOYCHUK, L. H., “Internet gambling is avoiding prosecution in the United States as easy as moving the business operations offshore”, in 6 *SW. J. OF L. & TRADE AM.* 363, (1999).

CRAIG, A., “Gambling on the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-2-Craig>.

FRANKLIN, C., “Virtual Las Vegas: regulate or prohibit?”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0021; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/articles/2001dltr0021>.

KARADBIL, J. F., “Casinos of the next millennium: a look into the proposed ban on internet gambling”, in 17 *ARIZ. J. INT’L & COMP. LAW* 413 (2000).

KELLER, B. P., “The game’s the same: why gambling in cyberspace violates Federal Law”, 108 *YALE L. J.* 1569 (1999).

LOSCALZE, T. E. e SHAPIRO, S. J., “Internet gambling policy: prohibition versus regulation”, 7 *VILL. SPORTS & ENT. L. FORUM* 11 (2000).

Jurisdição

BAK-BOYCHUK, L. H., “Internet gambling is avoiding prosecution in the United States as easy as moving the business operations offshore”, in 6 *SW. J. OF L. & TRADE AM.* 363, (1999).

BURK, D. L., “Patents in cyberspace: territoriality and infringement on global computer networks”, 68 *TULANE L. REV.* 1, (1993).

BURK, D. L., “Federalism in cyberspace”, 28 *CONN. L. REV.* 1095 (1996).

BURNSTEIN, M. R., “Conflict on the net: choice of law in transnational cyberspace”, in 29 *VAND. J. TRANSNAT’L L.* 75, 116 (1996).

BYASSE, W. S., “Business law symposium, jurisdiction of cyberspace: applying real world precedent to the virtual community”, in 30 *WAKE FOREST L. REV.* 197 (1995).

CANHAM, J. e CAWSON, G., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 17-9.

COUNTS, C. L. e MARTIN, C. A., “Libel in cyberspace: a framework for addressing liability and jurisdictional issues in this new frontier”, in 59 *ALB. L. REV.* 1083 (1996).

CRAIG, A., “Gambling on the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-2-Craig>.

DODD, J. C. e HERNANDEZ, J. A., “Contracting in cyberspace”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-1-Dodd>.

FOWLER, B., FRANKLIN, C. e HYDE, R., “Can you yahoo!?! The internet’s digital fences”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0012; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/articles/2001dltr0012>.

GELLER, P. E., “Conflicts of laws in cyberspace: rethinking international copyright in a digitally networked world”, in 20 *COLUM. LAW J.L. & ARTS* 571, (1996).

GINSBURG, J. C., “Copyright without borders? Choice of forum and choice of law for copyright infringement in cyberspace”, in 15 *CARDOZO ARTS & ENT. L.J.* 153 (1997).

GREWLICH, K. W., *Governance in "cyberspace": access and public interest in global communications*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 1999.

HARDY, T., “The proper legal regime for ‘cyberspace’”, 55 *U. PITT. L. REV.* 993, (1994).

KAHIN, B. e NESSON, C. R. (coord.), *Borders in cyberspace: information policy and the global information infrastructure*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1997.

KRAVITZ, M. R., “Personal jurisdiction and the Internet”, in *LEXIS*, Legnews Library, Clt File.

LEE, T., “In rem jurisdiction in cyberspace”, in 75 *WASH. L. REV.* 97 (2000).

LESSIG, L., *Code: and other laws of cyberspace*, New York, NY, Basic Books, 1999.

MAYEWSKI, C. E., “The presence of a web site as a constitutionally permissible basis for personal jurisdiction”, in 73 *INDIANA L. J.* 379 (Winter 1997).

MEFFORD, A., “Lex informatica: foundations of law on the Internet”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 211 (Fall 1997).

PERRITT, H., Jr., “Jurisdiction in cyberspace”, in 41 *VILL. L. REV.* 1 (1996).

PERRITT, H., Jr., “The Internet as a threat to sovereignty? Thoughts on the internet's role in strengthening national and global governance”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 423 (Spring 1998).

POST, D. G., “Anarchy, state, and the Internet: an essay on law-making in cyberspace (article 3)”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 3; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/post.

POST, D. G., “Governing cyberspace”, in 43 *WAYNE L. REV.* 155 (1996).

POST, D. G., “The ‘unsettled paradox’: The Internet, the State, and the consent of the governed”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 521 (Spring 1998).

RIEDER, C. M., “U.S. subject matter jurisdiction for copyright infringements on the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Rieder>.

RODEMAN, S., “Evolving Internet legal concepts for CU’s”, in *Credit Union Exec. J.*, Marh/April 2000, vol. 40, p. 6-9.

ROTHCHILD, J., “Protecting the digital consumer: the limits of cyberspace utopianism”, in 74 *INDIANA L. J.* 893 (Summer 1999).

TRACHTMAN, J. P., “Cyberspace, sovereignty, jurisdiction, and modernism”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 561 (Spring 1998).

ZEMBEK, R. S., “Jurisdiction and the Internet: fundamental fairness in the networked world of cyberspace, in 6 *ALB. L.J. SCI. & TECH.* 339 (1996).

Lex Mercatoria

MEFFORD, A., “Lex informatica: foundations of law on the Internet”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 211 (Fall 1997).

Marketing

COHEN-TANUGI, L. e BEGHE, S., “How to negotiate the dot.com. maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 9-11.

Mercado de capitais

CARL, C., “Software disclosure and liability under the securities acts”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0016; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0016>.

CIOCCHETTI, C., “The complexities of on-line mutual fund advertising: a summary of the relevant regulations”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0019; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0019>.

FOWLER, B., FRANKLIN, C. e HYDE, R., “Internet securities fraud: old trick, new medium”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0006; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0006>.

FRIEDEN, C., *Cybertaxation: the taxation of e-commerce*, Chicago, CCH, 2000.

MAZUR, T. A., “Securities regulation in the electronic era: private placements and the Internet”, in 75 *INDIANA L. J.* 379 (Winter 2000).

WALLENSTEIN, S., “Beyond bond markets 2000: the electronic frontier and regulation of the capital markets for debt securities” in 63 *LAW & CONTEMP. PROBS.* 123 (Summer 2000); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?63+Law+&+Contemp.+Probs.+123>.

Nome de domínio

BETTINGER, T., “Trademark law in cyberspace: The battle for domain names”, in 28 *INT’L REV. INDUS. PROP. & COPYRIGHT L.* 508 (1997).

CANHAM, J. e CAWSON, G., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 17-9.

FROOMKIN, M. A., “Wrong turn in cyberspace: using ICANN to route around the APA and the Constitution”, in 50 *DUKE L. J.* 17; <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+17>.

FULLER, K., “ICANN: the debate over governing the Internet”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0002; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0002>.

GOLINVEAUX, J., “What’s in a domain name: is ‘cybersquatting’ trademark dilution?”, 33 *U.S.F. L. REV.* 641, (1999).

GRAHAM, J., “Cybersquatting: the latest challenge in federal trademark protection”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0009; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0009>.

LEAFFER, M., “Domain names, globalization, and Internet governance”, in 6 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 139 (Fall 1998).

PERRY, C. R., “Trademarks as commodities: the famous roadblock to applying trademark dilution law in cyberspace”, 32 *CONN. L. REV.* 1127 (2000).

PLOTKIN, M. E., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 40-3.

ZITTRAIN, J., “ICANN: between the public and the private: comments before Congress”, 14 *BERKELEY TECH. L.J.* 1071 (1999).

OCDE (OECD)

SUSSMANN, M. A., “The critical challenges from international high-tech and computer-related crime at the millennium”, in 9 *DUKE J. OF COMP. & INT'L L.* 451 (1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+451>.

OMPI (WIPO)

BOYLE, J., “A politics of intellectual property: environmentalism for the net?”, in 47 *DUKE L. J.* 87 (1997); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?47+Duke+L.+J.+87>.

BRILL C., “Legal protection of collections of facts”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-1-Brill>.

WILLIAMSON, S. F., “The international enforcement of software copyrights and patents”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Williamson>.

Pagamento eletrônico

EDWARDS, L. e WAELDE, C. (coord.), *Law & the Internet : a framework for electronic commerce*, 2^a ed., Oxford; Portland, Or., Hart, 2000.

LYNCH, D. C. e LUNDQUIST, L., *Digital money: the new era of Internet commerce*, New York, Wiley, 1996.

FROOMKIN M. A., “Anonymity and its enmities”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 4; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/froomkin.

MAURER, B., “Cyberspatial sovereignties: offshore finance, digital cash, and the limits of liberalism”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 493 (Spring 1998).

PANURACH, P., “Money in electronic commerce: digital cash, electronic fund transfer, and e-cash”, in 39 *COMM. OF THE ACM* 45 (1996).

Pirataria

BERLANDI, B., “‘It’s our way or the highway’: American ruling cyberspace - A look back at bad policy and a look ahead at new policy”, 3 *J. TECH. L. & POLICY* 2.

GOLINVEAUX, J., “What’s in a domain name: is ‘cybersquatting’ trademark dilution?”, 33 *U.S.F. L. REV.* 641, (1999).

GRAHAM, J., “Cybersquatting: the latest challenge in federal trademark protection”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0009; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0009>.

HORTON, K. L., “The software copyright directive and the internet: collision on the information superhighway?”, in <http://www.jeanmonnetprogram.org/papers/96/9608ind>.

LEAFFER, M., “Domain names, globalization, and Internet governance”, in 6 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 139 (Fall 1998).

MERCER, J. D., “Cybersquatting: blackmail on the information superhighway”, 6 *B.U. J. SCI. & TECH. L.* 11 (2000).

Prestação de serviços

ANGEL, J., “Legal risks of providing services on the Internet”, in 11 *COMP. L. & PRACT.* 150 (1995).

HOWE, M., “Schoolboy hacker caused chaos at vital cancer centre”, in *Press Association Newsfile*, Feb. 24, 1993, *LEXIS*, News Library, ARCNWS File.

LANCTOT, C. J., “Attorney-client relationships in cyberspace: the peril and the promise”, in 49 *DUKE L. J.* 147 (1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?49+Duke+L.+J.+147>.

PRICE-HUIISH, C., “Efficient, effective advocacy in the ‘computer age’ demands the marriage of the work product doctrine to computerized litigation databases”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Price>.

RADOWITZ, J. V., “Confidentiality fear over hospital computer link”, in *Press Association Newsfile*, July 6, 1995; *LEXIS*, News Library, CURNWS File.

SCHWARTZ, P. M., “The protection of privacy in health care reform”, in 48 *VAND. L. REV.* 295, (1995).

SCIGLIMPAGLIA, R. J., Jr., “Computer hacking: a global offense”, in 3 *PACE Y.B. INT’L L.* 199 (1991).

STEELE, H. L., Jr., “The prevention of non-consensual access to ‘confidential’ health-care information in cyberspace”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Steele>.

VICTOR, P., “Perverts hack into hospital computers”, in *THE INDEPENDENT*, Nov. 27, 1994, p 1.

Privacidade

BOYLE, J., “Foucault in cyberspace; surveillance, sovereignty, and hard-wired sensors”, in 66 *U. CIN. L. REV.* 177 (1997).

BROOKS, B. G., “Adventures in cyber-space: computer technology and the Arkansas Freedom of Information Act”, in 17 *U. ARK. LITTLE ROCK L.J.* 417, (1995).

FROOMKIN, M. A., “The constitution and encryption regulation: do we need a ‘new privacy’?”, in 3 *LEGIS. & PUB. POL’Y.* 25 (1999-2000).

GOSLING, P., “Your life in a hacker’s hands”, in *THE INDEPENDENT*, Sept. 25, 1995, p. 14.

HAMMOND, H. J. e **MEYERHOFF, L. H.**, “Cutting edge issues in intellectual property law”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Meyerhoff>.

JOHNSON, D. R., “Law enforcement and the architecture of cyberspace - should the cops on the beat design the electronic street”, in http://www.eff.org/pub/Privacy/Surveillance/CALEA/cops_net_architecture_johnson.

KATSH, M. E., “Cybertime, cyberspace and cyberlaw”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 1; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/katsh.

KLEIN, S. e **NEUMANN, T.**, “Architecture is policy case study: cooperative development as a means for a standards-based implementation for privacy on the Internet”, in http://www.eff.org/pub/Privacy/19990406_EFF_MS_P3P_Paper/index.

LESSIG, L., “Reading the Constitution in cyberspace”, in 45 *EMORY L.J.* 869 (1996).

LITAN, R. E., “Law and policy in the age of the Internet”, in 50 *DUKE L. J.* 1045; <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+1045>.

MORGAN, C., “Employer monitoring of employee electronic mail and internet use”, in 44 *MCGILL L.J.* 849 (1999).

PLOTKIN, M. E., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 40-3.

ROTHFEDER, J., “Invasions of privacy”, in *PC WORLD*, Nov. 1995, p. 152.

SANFORD, B. W. e LORENGER, M. J., “Teaching an old dog new tricks: the First Amendment in an online world”, in 28 *CONN. L. REV.* 1137, (1996).

SCHWARTZ, P. M., “The protection of privacy in health care reform”, in 48 *VAND. L. REV.* 295, (1995).

SERGEANT, R. S., “A Fourth Amendment model for computer networks and data privacy”, in 81 *VA. L. REV.* 1181.

STEELE, H. L., Jr., “The prevention of non-consensual access to ‘confidential’ health-care information in cyberspace”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Steele>.

WILHELMSSON, T., TUOMINEN, S. e TUOMOLA, H. (ed.), *Consumer law in the information society*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2001.

Prova

BORELLI, M., “The computer as advocate: an approach to computer-generated displays in the courtroom”, in 71 *INDIANA L. J.* 379 (Spring 1996).

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce: EDI, E-mail and Internet. Technology, proof, and liability*, Boston, Mass., New York, Little, Brown, 1995-1996.

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce*, New York , Aspen Law & Business, 1998.

Provedor de serviço

CRAIG, A., “Gambling on the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-2-Craig>.

MARKIEWICZ, J. E., “Seeking shelter from the MP3 storm: how far does the digital millennium copyright act online service provide liability reach?”, in *7. COMM. L. CONSPECTUS* 423 (1999).

Publicidade

BICK, J., *101 things you need to know about Internet law*, New York, NY, Three Rivers Press, 2000.

CIOCCHETTI, C., “The complexities of on-line mutual fund advertising: a summary of the relevant regulations”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0019; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0019>.

LUSTBERG, L., “Current advertising, regulations and the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.* (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-2-Lustberg>.

Regulação

BOYLE, J., “Foucault in cyberspace; surveillance, sovereignty, and hard-wired censors”, in *66 U. CIN. L. REV.* 177 (1997).

CHISSICK, M. e KELMAN A., *Electronic commerce: law and practice*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

CRAIG, A., “Gambling on the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-2-Craig>.

DICKIE, J., *Internet and electronic commerce law in the European Union*, Oxford, England; Portland, Or., Hart Pub., 1999.

DOERNBERG, R. L. e HINNEKENS, L., *Electronic commerce and international taxation*, The Hague; Boston, Kluwer Law International, 1999.

DRUCKER, S. J. e GUMPERT, G. (ed.), *Real law [at] virtual space: communication regulation in cyberspace*, Creskill, N.J., Hampton Press, 1999.

EDWARDS, L. e WAELDE, C. (coord.), *Law & the Internet : a framework for electronic commerce*, 2^a ed., Oxford; Portland, Or., Hart, 2000.

FROOMKIN, M. A., “Wrong turn in cyberspace: using ICANN to route around the APA and the Constitution”, in 50 *DUKE L. J.* 17; <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+17>.

FULLER, K., “ICANN: the debate over governing the Internet”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0002; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0002>.

HARDY, T., “The proper legal regime for ‘cyberspace’”, 55 *U. PITT. L. REV.* 993, (1994).

JOHNSON, D. R. e POST, D., “Law and borders - the rise of law in cyberspace”, 48 *STAN. L. REV.* 1367 (1996).

KARADBIL, J. F., “Casinos of the next millennium: a look into the proposed ban on internet gambling”, in 17 *ARIZ. J. INT’L & COMP. LAW* 413 (2000).

KLEIN, S. e NEUMANN, T., “Architecture is policy case study: cooperative development as a means for a standards-based implementation for privacy on the Internet”, in http://www.eff.org/pub/Privacy/19990406_EFF_MS_P3P_Paper/index.

KOEPSSELL, D. R., *The ontology of cyberspace: philosophy, law, and the future of intellectual property*, Chicago, Open Court, 2000.

LESSIG, L., “The zones of cyberspace”, in 48 *STAN. L. REV.* 1403 (1996).

LESSIG, L., *Code: and other laws of cyberspace*, New York, NY, Basic Books, 1999.

LESSIG, L., “The Constitution of code: limitations on choice-based critiques of cyberspace regulation”, in 5 *COMM. L. CONSPECTUS* 181 (1997).

LITAN, R. E., “Law and policy in the age of the Internet”, in 50 *DUKE L. J.* 1045; <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+1045>.

LOSCALZE, T. E. e SHAPIRO, S. J., “Internet gambling policy: prohibition versus regulation”, 7 *VILL. SPORTS & ENT. L. FORUM* 11 (2000).

LUSTBERG, L., “Current advertising, regulations and the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.* (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-2-Lustberg>.

MALLAM, P., “Copyright and the information superhighway: some future challenge”, in 6 *ENTERTAINMENT L. REV.* 234 (1995).

MEFFORD, A., “Lex informatica: foundations of law on the Internet”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 211 (Fall 1997).

MUELLER, M., “ICANN and Internet governance: sorting through the debris of ‘self-regulation’”, in 1 *INFO* 497 (1999).

POST, D. G., “Governing cyberspace”, in 43 *WAYNE L. REV.* 155 (1996).

REIDENBURG, J., “Governing networks and rule-making in cyberspace”, in 45 *EMORY L.J.* 911 (1996).

SASSEN, S., “On the Internet and sovereignty”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 545 (Spring 1998).

SHANNON, M. E., *Bits, bytes, and big brother: federal information control in the technological age*, Westport, Conn., Praeger, 1995.

SMITH, G. J. H. (coord.), *Internet law and regulation*, 3^a ed., London, Sweet & Maxwell, 2000.

WEINBERG, J., “ICANN and the problem of legitimacy”, in 50 *DUKE L. J.* 187 (2000); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?50+Duke+L.+J.+187>.

ZITTRAIN, J., “ICANN: between the public and the private: comments before Congress”, 14 *BERKELEY TECH. L.J.* 1071 (1999).

Reino Unido

ASKANAZI, J., “The future of database protection in U.S. copyright law”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0017; <http://www.law.duke.edu/journals/DLTR/Articles/2001dltr0017>.

CHISSICK, M. e KELMAN A., *Electronic commerce: law and practice*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

CLARKE, M., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 36-9.

CRAIG, W. J., *Taxation of e-commerce: fiscal regulation of the internet*, London, Tolley, 2000.

EDWARDS, L. e WAELDE, C. (coord.), *Law & the Internet : a framework for electronic commerce*, 2^a ed., Oxford; Portland, Or., Hart, 2000.

HUGENHOLTZ, B., *Copyright and electronic commerce: legal aspects of electronic copyright management*, The Hague, Boston, Kluwer Law, 2000.

MAKEEN, M. F., *Copyright in a global information society: the scope of copyright protection under international, US, UK and French law*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2000.

SMITH, G. J. H. (coord.), *Internet law and regulation*, 3^a ed., London, Sweet & Maxwell, 2000.

USTARAN, E., “United Kingdom: data protection obligations for e-businesses”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

Responsabilidade

ASKANAZI, J., “The fate of Napster: digital downloading faces an uphill battle”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0013; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/Articles/2001dltr0013>.

BAUMGARTEN, J. A., *Business & legal guide to online-Internet law*, Little Falls, NJ, Glasser LegalWorks, 1997.

COUNTS, C. L. e MARTIN, C. A., “Libel in cyberspace: a framework for addressing liability and jurisdictional issues in this new frontier”, in 59 *ALB. L. REV.* 1083 (1996).

CRAIG, A., “Gambling on the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-2-Craig>.

GIGANTE, A., “Ice Patch on the information superhighway: foreign liability for domestically created content”, in 14 *CARDOZO ARTS & ENT. L.J.* 523 (1996).

HUGENHOLTZ, B., *Copyright and electronic commerce: legal aspects of electronic copyright management*, The Hague, Boston, Kluwer Law, 2000.

MARKIEWICZ, J. E., “Seeking shelter from the MP3 storm: how far does the digital millennium copyright act online service provide liability reach?”, in 7. *COMM. L. CONSPECTUS* 423 (1999).

WILHELMSSON, T., TUOMINEN, S. e TUOMOLA, H. (ed.), *Consumer law in the information society*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2001.

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce: EDI, E-mail and Internet. Technology, proof, and liability*, Boston, Mass., New York, Little, Brown, 1995-1996.

WRIGHT, B., *The law of electronic commerce*, New York , Aspen Law & Business, 1998.

Serviços financeiros

WILHELMSSON, T., TUOMINEN, S. e TUOMOLA, H. (ed.), *Consumer law in the information society*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2001.

Sigilo

LANCTOT, C. J., “Attorney-client relationships in cyberspace: the peril and the promise”, in 49 *DUKE L. J.* 147 (1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?49+Duke+L.+J.+147>.

PRICE-HUISH, C., “Efficient, effective advocacy in the ‘computer age’ demands the marriage of the work product doctrine to computerized litigation databases”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Price>.

RADOWITZ, J. V., “Confidentiality fear over hospital computer link”, in *Press Association Newsfile*, July 6, 1995; *LEXIS*, News Library, CURNWS File.

STEELE, H. L., Jr., “The prevention of non-consensual access to ‘confidential’ health-care information in cyberspace”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1997); <http://www2.smu.edu/csr/Steele>.

Soberania

AOKI, K., “Considering multiple and overlapping sovereignties: liberalism, libertarianism, national sovereignty, ‘global’ intellectual property, and the Internet”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 443 (Spring 1998).

BOYLE, J., “Foucault in cyberspace; surveillance, sovereignty, and hard-wired censors”, in 66 *U. CIN. L. REV.* 177 (1997).

BURK, D. L., “Federalism in cyberspace”, 28 *CONN. L. REV.* 1095 (1996).

FIDLER, D. P., “ The Internet and the sovereign state: the role and impact of cyberspace on national and global governance”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 415 (Spring 1998).

GOLDSMITH, J. L., “The Internet and the abiding significance of territorial sovereignty”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 475 (Spring 1998).

GREWLICH, K. W., *Governance in "cyberspace": access and public interest in global communications*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 1999.

JOHNSON, D. R. e POST, D., “Law and borders - the rise of law in cyberspace”, 48 *STAN. L. REV.* 1367 (1996).

KAHIN, B. e NESSON, C. R. (coord.), *Borders in cyberspace: information policy and the global information infrastructure*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1997.

KRASNER, S. D., “Global communications and national power: life on the pareto frontier”, 43 *WORLD POL.* 336 (1991).

LESSIG, L., “The zones of cyberspace”, in 48 *STAN. L. REV.* 1403 (1996).

LESSIG, L., *Code: and other laws of cyberspace*, New York, NY, Basic Books, 1999.

MAURER, B., “Cyberspatial sovereignties: offshore finance, digital cash, and the limits of liberalism”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 493 (Spring 1998).

PERRITT, H., Jr., “The Internet as a threat to sovereignty? Thoughts on the internet's role in strengthening national and global governance”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 423 (Spring 1998).

POST, D. G., “Anarchy, state, and the Internet: an essay on law-making in cyberspace (article 3)”, in 1995 *J. ONLINE L.* art. 3; http://www.wm.edu/law/publications/jol/95_96/post.

POST, D. G., “The ‘unsettled paradox’: The Internet, the State, and the consent of the governed”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 521 (Spring 1998).

SASSEN, S., “On the Internet and sovereignty”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 545 (Spring 1998).

TRACHTMAN, J. P., “Cyberspace, sovereignty, jurisdiction, and modernism”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 561 (Spring 1998).

WU, T. S., “Cyberspace sovereignty? The Internet and the international system”, 10 *HARV. J. L. & TECH.* 647 (1997).

Sociedade da informação

BOYLE, J., *Shamans, software, and spleens: law and the construction of the information society*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1996.

DIXON, A. N. e LAURIE C. S., “Copyright protection for the information superhighway”, in 1994 *EUR. INTELL. PROP. REV.* 465.

WILHELMSSON, T., TUOMINEN, S. e TUOMOLA, H. (ed.), *Consumer law in the information society*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2001.

Software

BOYLE, J., *Shamans, software, and spleens: law and the construction of the information society*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1996.

CARL, C., “Software disclosure and liability under the securities acts”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0016; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/ARTICLES/2001dltr0016>.

HORTON, K. L., “The software copyright directive and the internet: collision on the information superhighway?”, in <http://www.jeanmonnetprogram.org/papers/96/9608ind>.

MEZRICH, J. L., “Extension of copyright to fonts – Can the alphabet be next?”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.* (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-4-Mezrich>.

QUINTERO, H. R. P., “¿Son susceptibles de constituirse en medidas preventivas nominadas o de ejecución las computadoras u ordenadores en Venezuela?”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 04 Noviembre 1998](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.04Noviembre1998).

WILLIAMSON, S. F., “The international enforcement of software copyrights and patents”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Williamson>.

Tecnologia da informação

CAVOUKIAN, A., *Who knows: safeguarding your privacy in a networked world*, New York, McGraw-Hill, 1997.

GREWLICH, K. W., *Governance in "cyberspace": access and public interest in global communications*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 1999.

HALBERT, D. J., *Intellectual property in the information age: the politics of expanding ownership rights*, Westport, Conn., Quorum, 1999.

Telecomunicações

SALAVERRY, P. C., “Telephone companies go to battle over the Internet”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-3-Salaverry>.

Territorialidade

BURK, D. L., “Transborder intellectual property issues on the electronic frontier”, 6 *STAN. L. & POL'Y REV.* 9 (1994).

GOLDSMITH, J. L., “The Internet and the abiding significance of territorial sovereignty”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 475 (Spring 1998).

JOHNSON, D. R. e POST, D., “Law and borders - the rise of law in cyberspace”, 48 *STAN. L. REV.* 1367 (1996).

LESSIG, L., “The zones of cyberspace”, in 48 *STAN. L. REV.* 1403 (1996).

LESSIG, L., *Code: and other laws of cyberspace*, New York, NY, Basic Books, 1999.

MEFFORD, A., “Lex informatica: foundations of law on the Internet”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 211 (Fall 1997).

TRACHTMAN, J. P., “Cyberspace, sovereignty, jurisdiction, and modernism”, in 5 *IND. J. OF GLOBAL LEGAL STUD.* 561 (Spring 1998).

WU, T. S., “Cyberspace sovereignty? The Internet and the international system”, 10 *HARV. J. L. & TECH.* 647 (1997).

Tributos

CRAIG, W. J., *Taxation of e-commerce: fiscal regulation of the internet*, London, Tolley, 2000.

DOERNBERG, R. L. e HINNEKENS, L., *Electronic commerce and international taxation*, The Hague; Boston, Kluwer Law International, 1999.

FRIEDEN, C., *Cybertaxation: the taxation of e-commerce*, Chicago, CCH, 2000.

TRIPS

GELLER, P. E., “From patchwork to network: strategies for international intellectual property in flux”, 9 *DUKE J. OF COMP. & INT'L L.* 69 (1998); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+69>.

MCMANIS, C. R., “Taking TRIPS on the information superhighway: international intellectual property protection and emerging computer technology”, in 41 *VILL. L. REV.* 207 (1996).

WILLIAMSON, S. F., “The international enforcement of software copyrights and patents”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Winter 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Williamson>.

UCC – Article 2

DODD, J. C. e **HERNANDEZ, J. A.**, “Contracting in cyberspace”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Summer 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Sum98-1-Dodd>.

PALAVRAS-CHAVE (RELACIONANDO APENAS A LITERATURA DE PAÍSES ROMANO-GERMÂNICOS)

Administração fiscal

ALVA MATTEUCCI, J. M., “Perú: la firma digital y su aplicación en la administración tributaria peruana: a propósito de la publicación de la Ley N° 27269 - Ley de firmas y certificados digitales”, in *R.E.D.I.* <http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25 agosto del 2000>.

COSTA MARCHANT, D.A., e **SANTOS MARTINELLI, L.F.**, “A Internet a serviço do Fisco”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 337-50.

Administração pública

CORASANITI, G. (coord.), *Codice per l'informatica: Internet, informatica nelle pubbliche amministrazioni, commercio elettronico, firma digitale, tutela del software, privacy, banche dati*, Milano, A. Giuffrè, 2001.

Alemanha

ANDREWS, E. L., “Germany's efforts to police Web are upsetting business”, *N.Y. Times*, June 6, 1997, p. A1.

DLUSZTUS, P. K., “A responsabilidade na Internet conforme as leis alemãs”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 295-318.

SCHOUERI, L. E. (coord.), *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001.

Arbitragem

CAMMARATA, M., “Italia: il rispetto della legge non è facoltativo”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 27 octubre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.27octubre2000).

Argentina

CAFFARO, M. A., “Argentina: pericias informáticas”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

DÍAZ, F. A. V., “Algunos aspectos sobre los derechos de autor en Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 31 febrero de 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.31febrero2001).

ELIAS, M. S., “Argentina: Situación legal de los datos de carácter personal frente a las nuevas tecnologías”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

SÁNCHEZ, F. H., “Argentina: E-commerce: la nueva realidad comercial”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

SOBRINO, W. A. R., “Argentina: las nuevas responsabilidades legales derivadas de Internet & e-commerce y los nuevos seguros que amparan los riesgos”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

SEDOFF, M., “Argentina: el interés legítimo de la ley de marcas Argentina y las disputas de dominios en Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000.](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000)

Assinatura eletrônica

ALVA MATTEUCCI, J. M., “Perú: la firma digital y su aplicación en la administración tributaria peruana: a propósito de la publicación de la Ley N° 27269 - Ley de firmas y certificados digitales”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000.](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agosto2000)

CARVAJAL CÓRDOBA, M., “Ley de comercio electrónico en Colombia. (Ley 527 de 1999)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 18 enero del 2000.](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.18enero2000)

CORASANITI, G. (coord.), *Codice per l'informatica: Internet, informatica nelle pubbliche amministrazioni, commercio elettronico, firma digitale, tutela del software, privacy, banche dati*, Milano, A. Giuffrè, 2001.

CORREIA, M. P., “Portugal: documentos electrónicos e assinatura digital: as novas leis portuguesas”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 23 junio del 2000.](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.23junio2000)

CORREIA, M. P., “Sociedade de Informação e Direito: A Assinatura Digital”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 12 julio del 1999.](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.12julio1999)

LOPEZ, R. S., “Chile: Comentario sobre el proyecto de ley relativo a documento y firma electrónicos”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000.](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000)

MAESTRE, J. A., “El empleo de la firma electrónica en el sistema registral español: comentario a la Resolución de la Dirección General de los Registros y del Notariado, de 26 de abril de 2000”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000.](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000)

MARCACINI, A. T. R., “O documento eletrônico como meio de prova”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 7 febrero del 1999.](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.7febrero1999)

PEREIRA NETO, M., “Os documentos eletrônicos utilizados como meio de prova para a constituição de título executivo extrajudicial e judicial”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 17-36.

RICO CARRILLO, M., “Validez y regulación legal del documento y la contratación electrónica”, in *R.E.D.I. [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 19 febrero del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.19febrero2000)*.

SÁNCHEZ, F. H., “Argentina: E-commerce: la nueva realidad comercial”, in *R.E.D.I. [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001)*.

BACEN

MORETTO RASI, F. A., “E-banking. Perspectivas de regulamentação de operações bancárias via Internet pelo Banco Central do Brasil”, in <http://www.pinheironeto.com.br/anexo-bil630-html>.

Base de dados

BENEVIDES DE CARVALHO, R., “A Internet e as relações de consumo”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 95-109.

CORASANITI, G. (coord.), *Codice per l'informatica: Internet, informatica nelle pubbliche amministrazioni, commercio elettronico, firma digitale, tutela del software, privacy, banche dati*, Milano, A. Giuffrè, 2001.

DONG, A., MORSCHER, L. e ORLER, A., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 32-4.

ELIAS, M. S., “Argentina: Situación legal de los datos de carácter personal frente a las nuevas tecnologías”, in *R.E.D.I. [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001)*.

FINOCCHIARO, G., *I contratti informatici*, Padova, CEDAM, 1997.

GUASCH DÍAZ, D. M., “España: la extracción de normas de Boletines Oficiales en papel y de ediciones en Internet. Algunas consideraciones jurídicas relevantes par las empresas de bases de datos”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agosto2000).

JONGEN, H. e SEELT, M., “How to negotiate the dot.com. maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 23-5.

KELLEHER, D., *IT law in the European Union*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

MAGANHOTO DONEDA, D. C., “Brasil: considerações iniciais sobre os bancos de dados informatizados e o direito à privacidade”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

PICA, G., *Diritto penale delle tecnologie informatiche: computer's crimes e reati telematici, Internet, banche-dati e privacy*, Torino, UTET, 1999.

REOYO, V. M. T., “España: Derechos y deberes de los consumidores y comerciantes en el business to consumer (B2C)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 31 febrero del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.31febrero2001).

SÁNCHEZ, A. A., “El delito informatico. Algunas consideraciones jurídicos-penales”, in *Rev. de la Facultad de Ciencias Juridicas y Politicas*, n. 68, Nov. 1987, p. 127-33.

Brasil

ALBUQUERQUE, R. C., “Brasil: combate à pornografia infanto-juvenil na Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 26 septiembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.26septiembre2000).

ANGEIRAS, L., “Tributação dos provedores de acesso à Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 227-51.

ATHENIENSE, A., “Brazil: Auto-Aplicação do Código do Consumidor Brasileiro nas Transações de Bens Corpóreos pelo Comércio Electronico na Internet”, *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 28 noviembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.28noviembre2000).

BELLAN, D.V., “Comércio eletrônico e responsabilidade tributária das administradoras de cartão de crédito”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 191-209.

BENEVIDES DE CARVALHO, R., “A Internet e as relações de consumo”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 95-109.

BITTENCOURT, A., “Brasil: e-commerce - uma abordagem”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

CAMPOS DE SOUZA, M., “Licitação e Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 265-78.

CEZAROTI, G., “Breves considerações a respeito da incidência do ICMS nas operações realizadas via Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 155-73.

COSTA MARCHANT, D.A., e **SANTOS MARTINELLI, L.F.**, “A Internet a serviço do Fisco”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 337-50.

COSTÓDIO FILHO, U., “Os conflitos entre marcas e nomes de domínio de Internet no direito brasileiro”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 83-93.

DIOGO DE FARIA, C., “Alguns institutos de direito concorrencial aplicáveis à Internet: mercado relevante e cartel”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 57-70.

DRIGO DA SILVA, E., “Aspecto espacial da incidência do ISS sobre os serviços prestados via Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 175-89.

ELIAS, P. S., “Alguns aspectos da informática e suas conseqüências no direito”, in *RT*, vol. 766, 1999, p. 491-500.

FERNANDES, E.C., “Mercado virtual comum do sul”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 141-153.

FREITAS, R. L., “A Internet e a educação a distância”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 111-124.

GALDINO FRAGA, A. C., “Crimes de informática. A ameaça virtual na era da informação digital”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 365-78.

GOMES DOS SANTOS, L. C., “Direitos autorais na Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 351-64.

GRECO, M.A., *Internet e direito*, São Paulo, SP, Dialética, 2000.

HALEMBECK, L.F.A., “Arranjos societários usuais em negócios de Internet” in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 9-15.

HILÚ NETO, M., “Imposto sobre importações e bens virtuais”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 71-82.

JARDIM NETO, J.G., “Os produtos digitais vendidos na Internet e o ICMS”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 279-94.

KAMINSKI, O., “A Internet e o ciberespaço”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 30 enero del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.30_enero_del_2001).

LACAZ MARTINS, R., e **MOTTA RABELLO, C. M.**, “Algumas considerações a respeito dos contratos de nível de serviços – SLAs”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 379-85.

LICKS O. B. e **ARAÚJO, J. M. Jr.**, “Aspectos penais dos crimes de informática no Brasil”, in *Rev. Minist. Público*, n. 33, 1994, p. 82-103.

MAGANHOTO DONEDA, D. C., “Brasil: considerações iniciais sobre os bancos de dados informatizados e o direito à privacidade”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24_julio_del_2000).

MAITTO DA SILVEIRA, R., “Internet e fiscalização tributária”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 387-407.

MARCACINI, A. T. R., “O documento eletrônico como meio de prova”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 7 febrero del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.7febrero1999).

MORETTO RASI, F. A., “E-banking. Perspectivas de regulamentação de operações bancárias via Internet pelo Banco Central do Brasil”, in <http://www.pinheironeto.com.br/anexo-bil630.html>.

NIGRI, D. F., “Crime e informática: um novo fenômeno jurídico”, in *RTJE*, vol. 100, maio 1992, p. 41-8.

OPICE BLUM, R. M. S., “A internet e os tribunais”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 16 noviembre del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.16noviembre1999).

PAULA EDUARDO, P. F. de, e HERNANDEZ T.L., “Internet e mercado de valores mobiliários: aspectos jurídicos”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 253-64.

PEREIRA NETO, M., “Os documentos eletrônicos utilizados como meio de prova para a constituição de título executivo extrajudicial e judicial”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 17-36.

SCHOUERI, L. E., “Imposto de renda e o comércio eletrônico”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 39-55.

SCHOUERI, L. E. (coord.), *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001.

SICILIANO BORGES, A., “Preços de transferência e e-commerce”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 211-25.

VILLELA AUTUORI, M.H., e **GREGORIN, D.**, “O teletrabalho”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 125-140.

VILLEN NETO, H., “Imunidade tributária e os provedores de informações via Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 319-35.

B2B

DIOGO DE FARIA, C., “Alguns institutos de direito concorrencial aplicáveis à Internet: mercado relevante e cartel”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 57-70.

HALEMBECK, L.F.A., “Arranjos societários usuais em negócios de Internet” in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 9-15.

Certificado eletrônico

ALVA MATTEUCCI, J. M., “Perú: la firma digital y su aplicación en la administración tributaria peruana: a propósito de la publicación de la Ley N° 27269 - Ley de firmas y certificados digitales”, in *R.E.D.I. [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25 agosto del 2000)*.

Chile

LOPEZ, R. S., “Chile: Comentario sobre el proyecto de ley relativo a documento y firma electrónicos”, in *R.E.D.I. [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24 julio del 2000)*.

Ciberespaço

KAMINSKI, O., “A Internet e o ciberespço”, in *R.E.D.I. [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 30 enero del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.30 enero del 2001)*.

QUINTERO, H. R. P., “Venezuela: nociones generales acerca de la cibernética y la iuscibernética”, in *R.E.D.I. [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 29 Diciembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.29 Diciembre del 2000)*.

CNUDCI

GUTIERREZ GODOY, A., “Colombia: el comercio electrónico en el derecho comparado”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 20 marzo del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.20marzo2000).

Colômbia

CARVAJAL CÓRDOBA, M., “Ley de comercio electrónico en Colombia. (Ley 527 de 1999)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 18 enero del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.18enero2000).

CASABONA, C. M. R., “Los delitos de daños en el ambito informatico”, in *Der. Penal y Criminologia*, vol. XIII, n. 43, enero/abril, 1991, p. 45-70.

GUTIERREZ GODOY, A., “Colombia: naturaleza jurídica de los Web Sites comerciales en el ambito colombiano”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 26 septiembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.26septiembre2000).

QUINTERO, A. G., “Colombia: el secreto en la comunicaciòn por correo electrónico”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 Agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25Agosto2000).

Comércio eletrônico

ANGEIRAS, L., “Tributação dos provedores de acesso à Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 227-51.

ATHENIENSE, A., “Brazil: Auto-Aplicação do Código do Consumidor Brasileiro nas Transações de Bens Corpóreos pelo Comércio Electronico na Internet”, *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 28 noviembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.28noviembre2000).

BARRIOS GARRIDO, G., MUÑOZ DE ALBA MEDRANO, M., e PÉREZ BUSTILLO, C., *Internet y derecho en México*, México, D.F., New York, McGraw-Hill, 1998.

BELLAN, D.V., “Comércio eletrônico e responsabilidade tributária das administradoras de cartão de crédito”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 191-209.

BENEVIDES DE CARVALHO, R., “A Internet e as relações de consumo”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 95-109.

BENSOUSSAN, A. (coord.), *Internet: aspects juridiques*, 2^a ed., Paris, Hermès, 1998.

BITTENCOURT, A., “Brasil: e-commerce - uma abordagem”, in *R.E.D.I. http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000*.

CARVAJAL CÓRDOBA, M., “Ley de comercio electrónico en Colombia. (Ley 527 de 1999)”, in *R.E.D.I. http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 18 enero del 2000*.

CEZAROTI, G., “Breves considerações a respeito da incidência do ICMS nas operações realizadas via Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 155-73.

CORASANITI, G. (coord.), *Codice per l'informatica: Internet, informatica nelle pubbliche amministrazioni, commercio elettronico, firma digitale, tutela del software, privacy, banche dati*, Milano, A. Giuffrè, 2001.

CORREIA, M. P., “Portugal: documentos electrónicos e assinatura digital: as novas leis portuguesas”, in *R.E.D.I. http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 23 junio del 2000*.

CORREIA, M. P., “Sociedade de Informação e Direito: A Assinatura Digital”, in *R.E.D.I. http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 12 julio del 1999*.

DICKIE, J., *Internet and electronic commerce law in the European Union*, Oxford, England; Portland, Or., Hart Pub., 1999.

DONG, A., MORSCHER, L. e ORLER, A., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 32-4.

DUFOUR, A., *Internet. Que sais-je?*, Paris, P.U.F.1995.

FERNANDES, E.C., “Mercado virtual comum do sul”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 141-153.

FINOCCHIARO, G., *I contratti informatici*, Padova, CEDAM, 1997.

GRECO, M.A., *Internet e direito*, São Paulo, SP, Dialética, 2000.

HILÚ NETO, M., “Imposto sobre importações e bens virtuais”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 71-82.

HUGOSON, M., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 29-31.

JARDIM NETO, J.G., “Os produtos digitais vendidos na Internet e o ICMS”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 279-94.

JONGEN, H. e SEELT, M., “How to negotiate the dot.com. maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 23-5.

MAITTO DA SILVEIRA, R., “Internet e fiscalização tributária”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 387-407.

MASSE, D. G., “Le cadre juridique en droit civil québécois des transactions sur l'inforoute”, in 42 *MCGILL L.J.* 403 (1997).

OPICE BLUM, R. M. S., “A internet e os tribunais”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 16 noviembre del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.16_noviembre_del_1999).

ORIGGI, I. F., “Perú: economía digital, revolución digital y regulación jurídica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24_julio_del_2000).

REOYO, V. M. T., “España: Derechos y deberes de los consumidores y comerciantes en el business to consumer (B2C)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 31 febrero del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.31_febrero_del_2001).

SÁNCHEZ, F. H., “Argentina: E-commerce: la nueva realidad comercial”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32_marzo_del_2001).

SARZANA, C. e SARZANA, F., *Profili giuridici del commercio via Internet*, Milano, A. Giuffrè, 1999.

SCHOUERI, L. E. (coord.), *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001.

SCHOUERI, L. E., “Imposto de renda e o comércio eletrônico”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 39-55.

SICILIANO BORGES, A., “Preços de transferência e e-commerce”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 211-25.

TABATONI, P. (Coord.), *La protection de la vie privée dans la société d'information: impact des systèmes électroniques d'information*, Paris, P.U.F., 2000.

TOSI, E. (coord.), *Il codice del diritto dell'informatica e di Internet : normativa nazionale e comunitaria (con le novità relative a commercio elettronico, firma digitale, consumatori, millennium bug e intermediazione finanziaria on-line)*, Piacenza, La tribuna, 2000.

VACCÀ, C. (coord.), *Il commercio elettronico: il documento digitale, Internet, la pubblicità on line*, Milano, EGEA, 1999.

VIVANT, M., *Les contrats du commerce électronique*, Paris, Litec, 1999.

Conflito de lei

ATHENIENSE, A., “Brazil: Auto-Aplicação do Código do Consumidor Brasileiro nas Transações de Bens Corpóreos pelo Comércio Electronico na Internet”, *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 28 noviembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.28noviembredel2000).

DESSEMONTET, F., “Internet, le droit d’auteur et le droit international privé”, in *Rev. Suisse de Jurisprudence*, vol. 92, 1996, p. 285-92.

DONG, A., MORSCHER, L. e ORLER, A., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 32-4.

SÁNCHEZ, F. H., “Argentina: E-commerce: la nueva realidad comercial”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

VACCÀ, C. (coord.), *Il commercio elettronico: il documento digitale, Internet, la pubblicità on line*, Milano, EGEA, 1999.

Contrato eletrônico

CORREIA, M. P., “Problemas jurídicos da transferencia electrónica de dados (EDI)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 13 agosto del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.13agosto1999).

CORREIA, M. P., “Sociedade de Informação e Direito: A Assinatura Digital”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 12 julio del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.12julio1999).

DONG, A., MORSCHER, L. e ORLER, A., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 32-4.

GRATEROL, L. B., “Contratos ‘CLICK’”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 14 Septiembre 1999/4](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.14septiembre1999/4).

GRECO, M.A., *Internet e direito*, São Paulo, SP, Dialética, 2000.

GUTIERREZ GODOY, A., “Colombia: el comercio electrónico en el derecho comparado”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 20 marzo del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.20marzo2000).

OPICE BLUM, R. M. S., “A internet e os tribunais”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 16 noviembre del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.16noviembre1999).

REOYO, V. M. T., “España: Derechos y deberes de los consumidores y comerciantes en el business to consumer (B2C)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 31 febrero del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.31febrero2001).

RICO CARRILLO, M., “Venezuela: la oferta y la aceptación en la contratación electrónica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 Agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agosto2000).

RICO CARRILLO, M., “Validez y regulación legal del documento y la contratación electrónica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 19 febrero del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.19febrero2000).

SCHOUERI, L. E. (coord.), *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001.

VIVANT, M., *Les contrats du commerce électronique*, Paris, Litec, 1999.

Controle (Internet)

ANDREWS, E. L., “Germany's efforts to police Web are upsetting business”, *N.Y. Times*, June 6, 1997, p. A1.

Convenção de Berna

DÍAZ, F. A. V., “Algunos aspectos sobre los derechos de autor en Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 31 febrero de 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.31febrero2001).

MEDRANO, G. M., “Propiedad intelectual en Internet. Aspectos del derecho de autor en el ciberespacio”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

Cookies

ARAYA C. H., “Costa Rica: Derecho a la Privacidad y Cookies”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

ELIAS, M. S., “Argentina: Situación legal de los datos de carácter personal frente a las nuevas tecnologías”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

Costa Rica

ARAYA C. H., “Costa Rica: Derecho a la Privacidad y Cookies”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000.](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000)

Crime informático

CHIOSSONE, T., “Las infracciones relativas a las computadoras”, in *Rev. de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas*, n. 83, 1992, p. 41-56.

KELLEHER, D., *IT law in the European Union*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

Criptografía

ALMEIDA C. S., “España: Intimidad un derecho en crisis. La erosión de la privacidad”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000.](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000)

ALMEIDA, C. S., “España: La criptografía como derecho”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 julio del 2000.](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25julio2000)

ALMEIDA, C. S., “España: Los ciberderechos no existen”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 27 octubre del 2000/.](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.27octubre2000/)

ALVA MATTEUCCI, J. M., “Perú: la firma digital y su aplicación en la administración tributaria peruana: a propósito de la publicación de la Ley N° 27269 - Ley de firmas y certificados digitales”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000.](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agosto2000)

BITTENCOURT, A., “Brasil: e-commerce - uma abordagem”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000.](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000)

MARCACINI, A. T. R., “O documento eletrônico como meio de prova”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 7 febrero del 1999.](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.7febrero1999)

Direito administrativo

CORASANITI, G. (coord.), *Codice per l'informatica: Internet, informatica nelle pubbliche amministrazioni, commercio elettronico, firma digitale, tutela del software, privacy, banche dati*, Milano, A. Giuffrè, 2001.

Direito antitruste

DIOGO DE FARIA, C., “Alguns institutos de direito concorrencial aplicáveis à Internet: mercado relevante e cartel”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 57-70.

Direito autoral

CASABONA, C. M. R., “Los delitos de daños en el ambito informatico”, in *Der. Penal y Criminologia*, vol. XIII, n. 43, enero/abril, 1991, p. 45-70.

CORASANITI, G. (coord.), *Codice per l'informatica: Internet, informatica nelle pubbliche amministrazioni, commercio elettronico, firma digitale, tutela del software, privacy, banche dati*, Milano, A. Giuffrè, 2001.

DESSEMONTET, F., “Internet, le droit d'auteur et le droit international privé”, in *Rev. Suisse de Jurisprudence*, vol. 92, 1996, p. 285-92.

DÍAZ, F. A. V., “Algunos aspectos sobre los derechos de autor en Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 31 febrero de 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.31febrero2001).

ELIAS, P. S., “Alguns aspectos da informática e suas conseqüências no direito”, in *RT*, vol. 766, 1999, p. 491-500.

GOMES DOS SANTOS, L. C., “Direitos autorais na Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 351-64.

GUASCH DÍAZ, D. M., “España: la extracción de normas de Boletines Oficiales en papel y de ediciones en Internet. Algunas consideraciones jurídicas relevantes par las

empresas de bases de datos”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25/agosto-del-2000).

KELLEHER, D., *IT law in the European Union*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

MEDRANO, G. M., “Propiedad intelectual en Internet. Aspectos del derecho de autor en el ciberespacio”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24/julio-del-2000).

Direito bancário

TOSI, E. (coord.), *Il codice del diritto dell'informatica e di Internet : normativa nazionale e comunitaria (con le novità relative a commercio elettronico, firma digitale, consumatori, millennium bug e intermediazione finanziaria on-line)*, Piacenza, La tribuna, 2000.

Direito cibernético

QUIÑONES, G., *Cibernética penal. El delito computarizado*, Caracas, Epsion Venezuela, S.A., Gráficas Capitolio S.A, 1989.

QUINTERO, H. R. P., “Venezuela: nociones generales acerca de la cibernética y la iuscibernética”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 29 Diciembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.29/diciembre-del-2000).

Direito civil

BARRIOS GARRIDO, G., MUÑOZ DE ALBA MEDRANO, M., e PÉREZ BUSTILLO, C., *Internet y derecho en México*, México, D.F., New York, McGraw-Hill, 1998.

BENSOUSSAN, A. (coord.), *Internet: aspects juridiques*, 2^a ed., Paris, Hermès, 1998.

CORASANITI, G. (coord.), *Codice per l'informatica: Internet, informatica nelle pubbliche amministrazioni, commercio elettronico, firma digitale, tutela del software, privacy, banche dati*, Milano, A. Giuffrè, 2001.

CORREIA, M. P., “Problemas jurídicos da transferencia electrónica de dados (EDI)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 13 agosto del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.13 agosto del 1999).

CORREIA, M. P., “Sociedade de Informação e Direito: A Assinatura Digital”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 12 julio del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.12 julio del 1999).

FINOCCHIARO, G., *I contratti informatici*, Padova, CEDAM, 1997.

GRATEROL, L. B., “Contratos ‘CLICK’”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 14 Septiembre 1999/4](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.14 Septiembre 1999/4).

GUTIERREZ GODOY, A., “Colombia: el comercio electrónico en el derecho comparado”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 20 marzo del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.20 marzo del 2000).

JONGEN, H. e SEELT, M., “How to negotiate the dot.com. maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 23-5.

LOPEZ, R. S., “Chile: Comentario sobre el proyecto de ley relativo a documento y firma electrónicos”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24 julio del 2000).

MAESTRE, J. A., “El empleo de la firma electrónica en el sistema registral español: comentario a la Resolución de la Dirección General de los Registros y del Notariado, de 26 de abril de 2000”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24 julio del 2000).

MARCACINI, A. T. R., “O documento eletrônico como meio de prova”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 7 febrero del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.7 febrero del 1999).

MASSE, D. G., “Le cadre juridique en droit civil québécois des transactions sur l'inforoute”, in 42 *MCGILL L.J.* 403 (1997).

MEDRANO, G. M., “Propiedad intelectual en Internet. Aspectos del derecho de autor en el ciberespacio”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

OPICE BLUM, R. M. S., “A internet e os tribunais”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 16 noviembre del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.16noviembre1999).

ORIGGI, I. F., “Perú: economía digital, revolución digital y regulación jurídica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

PEREIRA NETO, M., “Os documentos eletrônicos utilizados como meio de prova para a constituição de título executivo extrajudicial e judicial”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 17-36.

QUINTERO, A. G., “Colombia: el secreto en la comunicación por correo electrónico”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 Agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agosto2000).

REOYO, V. M. T., “España: Derechos y deberes de los consumidores y comerciantes en el business to consumer (B2C)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 31 febrero del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.31febrero2001).

RICO CARRILLO, M., “Responsabilidad civil de los intermediarios derivada del pago con tarjetas en el comercio electrónico a través de Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 17 Diciembre de 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.17diciembre1999).

RICO CARRILLO, M., “Venezuela: la oferta y la aceptación en la contratación electrónica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 Agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agosto2000).

RICO CARRILLO, M., “Validez y regulación legal del documento y la contratación electrónica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 19 febrero del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.19febrero2000).

SÁNCHEZ, F. H., “Argentina: E-commerce: la nueva realidad comercial”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

SARZANA, C. e SARZANA, F., *Profili giuridici del commercio via Internet*, Milano, A. Giuffrè, 1999.

SOBRINO, W. A. Roberto, “Argentina: las nuevas responsabilidades legales derivadas de Internet & e-commerce y los nuevos seguros que amparan los riesgos”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

TORRES, I. V. M., “Mexico: Nuevas modalidades en el Sistema Registral: comentarios al Acuerdo que establece los lineamientos para la Operación del Registro Público de Comercio”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

VIVANT, M., *Les contrats du commerce électronique*, Paris, Litec, 1999.

Direito comercial

BARRIOS GARRIDO, G., MUÑOZ DE ALBA MEDRANO, M., e PÉREZ BUSTILLO, C., *Internet y derecho en México*, México, D.F., New York, McGraw-Hill, 1998.

BITTENCOURT, A., “Brasil: e-commerce - uma abordagem”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

CORREIA, M. P., “Portugal: documentos electrónicos e assinatura digital: as novas leis portuguesas”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 23 junio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.23junio2000).

DICKIE, J., *Internet and electronic commerce law in the European Union*, Oxford, England; Portland, Or., Hart Pub., 1999.

GUTIERREZ GODOY, A., “Colombia: naturaleza jurídica de los Web Sites comerciales en el ambito colombiano”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 26 septiembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.26septiembre2000).

GUTIERREZ GODOY, A., “Colombia: el comercio electrónico en el derecho comparado”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 20 marzo del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.20marzo2000).

ORIGGI, I. F., “Perú: economía digital, revolución digital y regulación jurídica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

SARZANA, C. e SARZANA, F., *Profili giuridici del commercio via Internet*, Milano, A. Giuffrè, 1999.

TORRES, I. V. M., “Mexico: Nuevas modalidades en el Sistema Registral: comentarios al Acuerdo que establece los lineamientos para la Operación del Registro Público de Comercio”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

VIVANT, M., *Les contrats du commerce électronique*, Paris, Litec, 1999.

Direito constitucional

ALMEIDA, C. S., “España: La criptografía como derecho”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25julio2000).

ALMEIDA, C. S., “España: Los ciberderechos no existen”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 27 octubre del 2000/](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.27octubre2000/).

CAMPOS DE SOUZA, M., “Licitação e Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 265-78.

ELIAS, M. S., “Argentina: Situación legal de los datos de carácter personal frente a las nuevas tecnologías”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

FOWLER, B., FRANKLIN, C. e HYDE, R., “Can you yahoo!? The internet’s digital fences”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0012; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/articles/2001dltr0012>.

MAGANHOTO DONEDA, D. C., “Brasil: considerações iniciais sobre os bancos de dados informatizados e o direito à privacidade”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

PICA, G., *Diritto penale delle tecnologie informatiche: computer's crimes e reati telematici, Internet, banche-dati e privacy*, Torino, UTET, 1999.

TABATONI, P. (Coord.), *La protection de la vie privée dans la société d'information: impact des systèmes électroniques d'information*, Paris, P.U.F., 2000.

VILLEN NETO, H., “Imunidade tributária e os provedores de informações via Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 319-35.

Direito da propriedade intelectual

BARZALLO, J. L., “Ecuador: peligros en las resoluciones a las controversias entre marcas y nombres de Dominio”, in *R.E.D.I. [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25) agosto del 2000*.

DONG, A., MORSCHER, L. e ORLER, A., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 32-4.

HUGOSON, M., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 29-31.

PICA, G., *Diritto penale delle tecnologie informatiche: computer's crimes e reati telematici*, *Internet, banche-dati e privacy*, Torino, UTET, 1999.

SARZANA, C. e SARZANA, F., *Profili giuridici del commercio via Internet*, Milano, A. Giuffrè, 1999.

Direito do consumidor

ATHENIENSE, A., “Brazil: Auto-Aplicação do Código do Consumidor Brasileiro nas Transações de Bens Corpóreos pelo Comércio Electronico na Internet”, *R.E.D.I. [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 28](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.28) noviembre del 2000*.

BENEVIDES DE CARVALHO, R., “A Internet e as relações de consumo”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 95-109.

HUGOSON, M., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 29-31.

MAGANHOTO DONEDA, D. C., “Brasil: considerações iniciais sobre os bancos de dados informatizados e o direito à privacidade”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

REOYO, V. M. T., “España: Derechos y deberes de los consumidores y comerciantes en el business to consumer (B2C)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 31 febrero del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.31febrero2001).

RICO CARRILLO, M., “Venezuela: la oferta y la aceptación en la contratación electrónica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 Agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agosto2000).

SCHOUERI, L. E. (coord.), *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001.

TOSI, E. (coord.), *Il codice del diritto dell'informatica e di Internet : normativa nazionale e comunitaria (con le novità relative a commercio elettronico, firma digitale, consumatori, millennium bug e intermediazione finanziaria on-line)*, Piacenza, La tribuna, 2000.

VACCÀ, C. (coord.), *Il commercio elettronico: il documento digitale, Internet, la pubblicità on line*, Milano, EGEA, 1999.

Direito do trabalho

SCHOUERI, L. E. (coord.), *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001.

VILLELA AUTUORI, M.H., e **GREGORIN, D.**, “O teletrabalho”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 125-140.

Direito informático

CHIOSSONE, T., “Las infracciones relativas a las computadoras”, in *Rev. de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas*, n. 83, 1992, p. 41-56.

LICKS O. B. e **ARAÚJO, J. M. Jr.**, “Aspectos penais dos crimes de informática no Brasil”, in *Rev. Minist. Público*, n. 33, 1994, p. 82-103.

NIGRI, D. F., “Crime e informática: um novo fenômeno jurídico”, in *RTJE*, vol. 100, maio 1992, p. 41-8.

PICA, G., *Diritto penale delle tecnologie informatiche: computer's crimes e reati telematici, Internet, banche-dati e privacy*, Torino, UTET, 1999.

SÁNCHEZ, A. A., “El delito informatico. Algunas consideraciones jurídicos-penales”, in *Rev. de la Facultad de Ciencias Juridicas y Politicas*, n. 68, Nov. 1987, p. 127-33.

Direito internacional privado

DESSEMONTET, F., “Internet, le droit d’auteur et le droit international privé”, in *Rev. Suisse de Jurisprudence*, vol. 92, 1996, p. 285-92.

FOWLER, B., FRANKLIN, C. e **HYDE, R.**, “Can you yahoo!? The internet’s digital fences”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0012; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/articles/2001dltr0012>.

ORIGGI, I. F., “Perú: economía digital, revolución digital y regulación jurídica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

PASSA, J., “The protection of copyright on the Internet under French law”, in *The Internet and authors' rights*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

SÁNCHEZ, F. H., “Argentina: E-commerce: la nueva realidad comercial”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

VACCÀ, C. (coord.), *Il commercio elettronico: il documento digitale, Internet, la pubblicità on line*, Milano, EGEA, 1999.

Direito marcário

ACEDO HECQUET, E. S. de, “España: marcas y nombres de dominio: comentario a la decisión del Centro de Mediación y Arbitraje de la OMPI: caso banesto. org y banesto.net”, *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

AHON, E. I., “Perú: algunas reflexiones sobre el desarrollo del Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agosto2000).

BARZALLO, J. L., “Ecuador: peligros en las resoluciones a las controversias entre marcas y nombres de Dominio”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agosto2000).

CAMMARATA, M., “Italia: il rispetto della legge non è facoltativo”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 27 octubre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.27octubre2000).

CASTILLO, P. M., “España: controversias en materia de nombres de dominio. Reglas arbitrales de resolución y resoluciones OMPI en materia de nombres de dominio: Hipercor, Banesto, Raimat, Cortefiel, Pedrodelhierro, Uralita”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

COSTÓDIO FILHO, U., “Os conflitos entre marcas e nomes de domínio de Internet no direito brasileiro”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 83-93.

HUGOSON, M., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 29-31.

JONGEN, H. e SEELT, M., “How to negotiate the dot.com. maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 23-5.

OPICE BLUM, R. M. S., “A internet e os tribunais”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 16 noviembre del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.16noviembre1999).

SALGUEIRO, J. O. A., “Venezuela: nombres de dominio y marcas: dos sistemas de identificación con funciones similares pero claramente diferenciados entre si”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 30 Enero 2001/12](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.30Enero2001/12).

SEDOFF, M., “Argentina: el interés legítimo de la ley de marcas Argentina y las disputas de dominios en Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

Direito mobiliário

PAULA EDUARDO, P. F. de, e HERNANDEZ T.L., “Internet e mercado de valores mobiliários: aspectos jurídicos”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 253-64.

Direito penal

ALBUQUERQUE, R. C., “Brasil: combate à pornografia infanto-juvenil na Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 26 septiembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.26septiembre2000).

ALMEIDA C. S., “España: Intimidad un derecho en crisis. La erosión de la privacidad”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

ANDREWS, E. L., “Germany's efforts to police Web are upsetting business”, *N.Y. Times*, June 6, 1997, p. A1.

BENSOUSSAN, A. (coord.), *Internet: aspects juridiques*, 2^a ed., Paris, Hermès, 1998.

BRIAT, M., “La fraude informatique: une approche de droit comparé”, in *Rev. de Dr. Penal et de Criminologie*, août-sept-oct, 1985, p. 130-45.

CASABONA, C. M. R., “Los delitos de daños en el ambito informatico”, in *Der. Penal y Criminologia*, vol. XIII, n. 43, enero/abril, 1991, p. 45-70.

CHIOSSONE, T., “Las infracciones relativas a las computadoras”, in *Rev. de la Facultad de Ciencias Juridicas y Politicas*, n. 83, 1992, p. 41-56.

ELIAS, M. S., “Argentina: Situación legal de los datos de carácter personal frente a las nuevas tecnologías”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

ELIAS, P. S., “Alguns aspectos da informática e suas conseqüências no direito”, in *RT*, vol. 766, 1999, p. 491-500.

GALDINO FRAGA, A. C., “Crimes de informática. A ameaça virtual na era da informação digital”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 365-78.

KELLEHER, D., *IT law in the European Union*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

LICKS O. B. e ARAUJO, J. M. Jr., “Aspectos penais dos crimes de informática no Brasil”, in *Rev. Minist. Público*, n. 33, 1994, p. 82-103.

NIGRI, D. F., “Crime e informática: um novo fenômeno jurídico”, in *RTJE*, vol. 100, maio 1992, p. 41-8.

PICA, G., *Diritto penale delle tecnologie informatiche: computer's crimes e reati telematici*, *Internet, banche-dati e privacy*, Torino, UTET, 1999.

QUIÑONES, G., *Cibernética penal. El delito computarizado*, Caracas, Epsion Venezuela, S.A., Gráficas Capitolio S.A, 1989.

QUINTERO, A. G., “Colombia: el secreto en la comunicacìon por correo electrónico”, in *R.E.D.I. <http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 Agosto del 2000>*.

SÁNCHEZ, A. A., “El delito informatico. Algunas consideraciones jurídicos-penales”, in *Rev. de la Facultad de Ciencias Juridicas y Politicas*, n. 68, Nov. 1987, p. 127-33.

Direito processual civil

CAFFARO, M. A., “Argentina: pericias informáticas”, in *R.E.D.I. <http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001>*.

CORREIA, M. P., “Problemas jurídicos da transferencia electrónica de dados (EDI)”, in *R.E.D.I. <http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 13 agosto del 1999>*.

MARCACINI, A. T. R., “O documento eletrônico como meio de prova”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 7 febrero del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.7febrero1999).

MASSE, D. G., “Le cadre juridique en droit civil québécois des transactions sur l'inforoute”, in 42 *MCGILL L.J.* 403 (1997).

OPICE BLUM, R. M. S., “A internet e os tribunais”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 16 noviembre del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.16noviembre1999).

PEREIRA NETO, M., “Os documentos eletrônicos utilizados como meio de prova para a constituição de título executivo extrajudicial e judicial”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 17-36.

QUINTERO, H. R. P., “¿Son susceptibles de constituirse en medidas preventivas nominadas o de ejecución las computadoras u ordenadores en Venezuela?”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 04 Noviembre 1998](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.04Noviembre1998).

RICO CARRILLO, M., “Validez y regulación legal del documento y la contratación electrónica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 19 febrero del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.19febrero2000).

Direito securitário

SOBRINO, W. A. Roberto, “Argentina: las nuevas responsabilidades legales derivadas de Internet & e-commerce y los nuevos seguros que amparan los riesgos”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

Direito societário

HALEMBECK, L.F.A., “Arranjos societários usuais em negócios de Internet” in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 9-15.

Direito tributário

ANGEIRAS, L., “Tributação dos provedores de acesso à Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 227-51.

BELLAN, D.V., “Comércio eletrônico e responsabilidade tributária das administradoras de cartão de crédito”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 191-209.

CEZAROTI, G., “Breves considerações a respeito da incidência do ICMS nas operações realizadas via Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 155-73.

COSTA MARCHANT, D.A., e **SANTOS MARTINELLI, L.F.**, “A Internet a serviço do Fisco”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 337-50.

DONG, A., **MORSCHER, L.** e **ORLER, A.**, “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 32-4.

DRIGO DA SILVA, E., “Aspecto espacial da incidência do ISS sobre os serviços prestados via Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 175-89.

GRECO, M.A., *Internet e direito*, São Paulo, SP, Dialética, 2000.

HILÚ NETO, M., “Imposto sobre importações e bens virtuais”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 71-82.

HUGOSON, M., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 29-31.

MAITTO DA SILVEIRA, R., “Internet e fiscalização tributária”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 387-407.

SCHOUERI, L. E., “Imposto de renda e o comércio eletrônico”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 39-55.

SCHOUERI, L. E. (coord.), *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001.

SICILIANO BORGES, A., “Preços de transferência e e-commerce”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 211-25.

VILLEN NETO, H., “Imunidade tributária e os provedores de informações via Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 319-35.

Direitos humanos

ALMEIDA, C. S., “España: La criptografía como derecho”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 julio del 2000.](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25julio2000/)

ALMEIDA, C. S., “España: Los ciberderechos no existen”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 27 octubre del 2000/.](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.27octubre2000/)

Diretiva Européia sobre proteção de base de dados

BRILL C., “Legal protection of collections of facts”, in *COMP. L. REV. & TECH. J.*, (Spring 1998); <http://www2.smu.edu/csr/Spring98-1-Brill>.

Documento eletrônico

CORREIA, M. P., “Portugal: documentos electrónicos e assinatura digital: as novas leis portuguesas”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 23 junio del 2000.](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.23junio2000/)

LOPEZ, R. S., “Chile: Comentario sobre el proyecto de ley relativo a documento y firma electrónicos”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000.](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000/)

MAESTRE, J. A., “El empleo de la firma electrónica en el sistema registral español: comentario a la Resolución de la Dirección General de los Registros y del Notariado, de 26 de abril de 2000”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000.](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000/)

MARCACINI, A. T. R., “O documento eletrônico como meio de prova”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 7 febrero del 1999.](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.7febrero1999/)

PEREIRA NETO, M., “Os documentos eletrônicos utilizados como meio de prova para a constituição de título executivo extrajudicial e judicial”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 17-36.

E-banking

MORETTO RASI, F. A., “E-banking. Perspectivas de regulamentação de operações bancárias via Internet pelo Banco Central do Brasil”, in <http://www.pinheironeto.com.br/anexo-bil630-html>.

ECA

ALBUQUERQUE, R. C., “Brasil: combate à pornografia infanto-juvenil na Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 26 septiembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.26septiembredel2000).

EDI

CORREIA, M. P., “Problemas jurídicos da transferencia electrónica de dados (EDI)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 13 agosto del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.13agostodel1999).

FINOCCHIARO, G., *I contratti informatici*, Padova, CEDAM, 1997.

MASSE, D. G., “Le cadre juridique en droit civil québécois des transactions sur l'inforoute”, in 42 *MCGILL L.J.* 403 (1997).

NIGRI, D. F., “Crime e informática: um novo fenômeno jurídico”, in *RTJE*, vol. 100, maio 1992, p. 41-8.

RICO CARRILLO, M., “Validez y regulación legal del documento y la contratación electrónica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 19 febrero del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.19febrero2000).

EFT

CORASANITI, G. (coord.), *Codice per l'informatica: Internet, informatica nelle pubbliche amministrazioni, commercio elettronico, firma digitale, tutela del software, privacy, banche dati*, Milano, A. Giuffrè, 2001.

E-mail

QUINTERO, A. G., “Colombia: el secreto en la comunicación por correo electrónico”, in *R.E.D.I. [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 Agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25Agosto2000)*.

Equador

BARZALLO, J. L., “Ecuador: peligros en las resoluciones a las controversias entre marcas y nombres de Dominio”, in *R.E.D.I. [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agosto2000)*.

Espanha

ACEDO HECQUET, E. S. de, “España: marcas y nombres de dominio: comentario a la decisión del Centro de Mediación y Arbitraje de la OMPI: caso banesto.org y banesto.net”, *R.E.D.I. [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000)*.

ALMEIDA C. S., “España: Intimidad un derecho en crisis. La erosión de la privacidad”, in *R.E.D.I. [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000)*.

ALMEIDA, C. S., “España: La criptografía como derecho”, in *R.E.D.I. [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25julio2000)*.

ALMEIDA, C. S., “España: Los ciberderechos no existen”, in *R.E.D.I. [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 27 octubre del 2000/](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.27octubre2000/)*.

CASTILLO, P. M., “España: controversias en materia de nombres de dominio. Reglas arbitrales de resolución y resoluciones OMPI en materia de nombres de dominio:

Hipercor, Banesto, Raimat, Cortefiel, Pedrodelhierro, Uralita”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

GUASCH DÍAZ, D. M., “España: la extracción de normas de Boletines Oficiales en papel y de ediciones en Internet. Algunas consideraciones jurídicas relevantes par las empresas de bases de datos”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agosto2000).

MAESTRE, J. A., “El empleo de la firma electrónica en el sistema registral español: comentario a la Resolución de la Dirección General de los Registros y del Notariado, de 26 de abril de 2000”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

REOYO, V. M. T., “España: Derechos y deberes de los consumidores y comerciantes en el business to consumer (B2C)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 31 febrero del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.31febrero2001).

Espionagem industrial

ALMEIDA C. S., “España: Intimidad un derecho en crisis. La erosión de la privacidad”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

França

BENSOUSSAN, A. (coord.), *Internet: aspects juridiques*, 2^a ed., Paris, Hermès, 1998.

BRIAT, M., “La fraude informatique: une approche de droit comparé”, in *Rev. de Dr. Penal et de Criminologie*, août-sept-oct, 1985, p. 130-45.

COHEN-TANUGI, L. e BEGHE, S., “How to negotiate the dot.com. maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 9-11.

DUFOUR, A., *Internet. Que sais-je?*, Paris, P.U.F.1995.

FOWLER, B., FRANKLIN, C. e HYDE, R., “Can you yahoo!? The internet’s digital fences”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0012; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/articles/2001dltr0012>.

MAKEEN, M. F., *Copyright in a global information society: the scope of copyright protection under international, US, UK and French law*, The Hague, Boston, Kluwer Law International, 2000.

PASSA, J., “The protection of copyright on the Internet under French law”, in *The Internet and authors' rights*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

TABATONI, P. (Coord.), *La protection de la vie privée dans la société d'information: impact des systèmes électroniques d'information*, Paris, P.U.F., 2000.

VIVANT, M., *Les contrats du commerce électronique*, Paris, Litec, 1999.

Fraude

BENSOUSSAN, A. (coord.), *Internet: aspects juridiques*, 2^a ed., Paris, Hermès, 1998.

BRIAT, M., “La fraude informatique: une approche de droit comparé”, in *Rev. de Dr. Penal et de Criminologie*, août-sept-oct, 1985, p. 130-45.

NIGRI, D. F., “Crime e informática: um novo fenômeno jurídico”, in *RTJE*, vol. 100, maio 1992, p. 41-8.

SÁNCHEZ, A. A., “El delito informático. Algunas consideraciones jurídicos-penales”, in *Rev. de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas*, n. 68, Nov. 1987, p. 127-33.

Hacker

ALMEIDA C. S., “España: Intimidad un derecho en crisis. La erosión de la privacidad”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

GALDINO FRAGA, A. C., “Crimes de informática. A ameaça virtual na era da informação digital”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 365-78.

NIGRI, D. F., “Crime e informática: um novo fenômeno jurídico”, in *RTJE*, vol. 100, maio 1992, p. 41-8.

ICANN

SALGUEIRO, J. O. A., “Venezuela: nombres de dominio y marcas: dos sistemas de identificación con funciones similares pero claramente diferenciados entre sí”, in *R.E.D.I. [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 30 Enero 2001/12](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.30Enero2001/12)*.

Internet

AHON, E. I., “Perú: algunas reflexiones sobre el desarrollo del Internet”, in *R.E.D.I. [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agosto2000)*.

ALBUQUERQUE, R. C., “Brasil: combate à pornografia infanto-juvenil na Internet”, in *R.E.D.I. [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 26 septiembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.26septiembre2000)*.

BARRIOS GARRIDO, G., MUÑOZ DE ALBA MEDRANO, M., e PÉREZ BUSTILLO, C., *Internet y derecho en México*, México, D.F., New York, McGraw-Hill, 1998.

BENSOUSSAN, A. (coord.), *Internet: aspects juridiques*, 2^a ed., Paris, Hermès, 1998.

CAMPOS DE SOUZA, M., “Licitação e Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 265-78.

DUFOUR, A., *Internet. Que sais-je?*, Paris, P.U.F.1995.

FINOCCHIARO, G., *I contratti informatici*, Padova, CEDAM, 1997.

GRECO, M.A., *Internet e direito*, São Paulo, SP, Dialética, 2000.

KAMINSKI, O., “A Internet e o ciberespaço”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 30 enero del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.30_enero_del_2001).

LACAZ MARTINS, R., e **MOTTA RABELLO, C. M.**, “Algumas considerações a respeito dos contratos de nível de serviços – SLAs”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 379-85.

SARZANA, C. e **SARZANA, F.**, *Profili giuridici del commercio via Internet*, Milano, A. Giuffrè, 1999.

TOSI, E. (coord.), *Il codice del diritto dell'informatica e di Internet : normativa nazionale e comunitaria (con le novità relative a commercio elettronico, firma digitale, consumatori, millennium bug e intermediazione finanziaria on-line)*, Piacenza, La tribuna, 2000.

Itália

CAMMARATA, M., “Italia: il rispetto della legge non è facoltativo”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 27 octubre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.27_octubre_del_2000).

CORASANITI, G. (coord.), *Codice per l'informatica: Internet, informatica nelle pubbliche amministrazioni, commercio elettronico, firma digitale, tutela del software, privacy, banche dati*, Milano, A. Giuffrè, 2001.

FINOCCHIARO, G., *I contratti informatici*, Padova, CEDAM, 1997.

PICA, G., *Diritto penale delle tecnologie informatiche: computer's crimes e reati telematici, Internet, banche-dati e privacy*, Torino, UTET, 1999.

SARZANA, C. e **SARZANA, F.**, *Profili giuridici del commercio via Internet*, Milano, A. Giuffrè, 1999.

TOSI, E. (coord.), *Il codice del diritto dell'informatica e di Internet : normativa nazionale e comunitaria (con le novità relative a commercio elettronico, firma digitale, consumatori, millennium bug e intermediazione finanziaria on-line)*, Piacenza, La tribuna, 2000.

VACCÀ, C. (coord.), *Il commercio elettronico: il documento digitale, Internet, la pubblicità on line*, Milano, EGEA, 1999.

Jurisdição

ATHENIENSE, A., “Brazil: Auto-Aplicação do Código do Consumidor Brasileiro nas Transações de Bens Corpóreos pelo Comércio Electronico na Internet”, *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 28 noviembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.28noviembredel2000).

DESSEMONTET, F., “Internet, le droit d’auteur et le droit international privé”, in *Rev. Suisse de Jurisprudence*, vol. 92, 1996, p. 285-92.

FOWLER, B., FRANKLIN, C. e HYDE, R., “Can you yahoo!? The internet’s digital fences”, in 2001 *DUKE L. & TECH. REV.* 0012; <http://www.law.duke.edu/journals/dltr/articles/2001dltr0012>.

SÁNCHEZ, F. H., “Argentina: E-commerce: la nueva realidad comercial”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzodel2001).

Lei das Licitações

CAMPOS DE SOUZA, M., “Licitação e Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 265-78.

Lei Geral de Telecomunicações

ANGEIRAS, L., “Tributação dos provedores de acesso à Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 227-51.

Mercado de capitais

PAULA EDUARDO, P. F. de, e HERNANDEZ T.L., “Internet e mercado de valores mobiliários: aspectos jurídicos”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 253-64.

Mercosul

FERNANDES, E.C., “Mercado virtual comum do sul”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 141-153.

México

BARRIOS GARRIDO, G., MUÑOZ DE ALBA MEDRANO, M., e PÉREZ BUSTILLO, C., *Internet y derecho en México*, México, D.F., New York, McGraw-Hill, 1998.

TORRES, I. V. M., “Mexico: Nuevas modalidades en el Sistema Registral: comentarios al Acuerdo que establece los lineamientos para la Operación del Registro Público de Comercio”, in *R.E.D.I. [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000)*.

Nome de domínio

ACEDO HECQUET, E. S. de, “España: marcas y nombres de dominio: comentario a la decisión del Centro de Mediación y Arbitraje de la OMPI: caso banesto. org y banesto.net”, *R.E.D.I. [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000)*.

AHON, E. I., “Perú: algunas reflexiones sobre el desarrollo del Internet”, in *R.E.D.I. [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agosto2000)*.

BARZALLO, J. L., “Ecuador: peligros en las resoluciones a las controversias entre marcas y nombres de Dominio”, in *R.E.D.I. [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agosto2000)*.

CAMMARATA, M., “Italia: il rispetto della legge non è facoltativo”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 27 octubre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.27octubre2000).

CASTILLO, P. M., “España: controversias en materia de nombres de dominio. Reglas arbitrales de resolución y resoluciones OMPI en materia de nombres de dominio: Hipercor, Banesto, Raimat, Cortefiel, Pedrodelhierro, Uralita”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

COSTÓDIO FILHO, U., “Os conflitos entre marcas e nomes de domínio de Internet no direito brasileiro”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 83-93.

HUGOSON, M., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 29-31.

JONGEN, H. e SEELT, M., “How to negotiate the dot.com. maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 23-5.

OPICE BLUM, R. M. S., “A internet e os tribunais”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 16 noviembre del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.16noviembre1999).

SALGUEIRO, J. O. A., “Venezuela: nombres de dominio y marcas: dos sistemas de identificación con funciones similares pero claramente diferenciados entre si”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 30 Enero 2001/12](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.30Enero2001/12).

SEDOFF, M., “Argentina: el interés legítimo de la ley de marcas Argentina y las disputas de dominios en Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

OCDE (OECD)

CASABONA, C. M. R., “Los delitos de daños en el ambito informatico”, in *Der. Penal y Criminologia*, vol. XIII, n. 43, enero/abril, 1991, p. 45-70.

JARDIM NETO, J.G., “Os produtos digitais vendidos na Internet e o ICMS”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 279-94.

OMPI (WIPO)

ACEDO HECQUET, E. S. de, “España: marcas y nombres de dominio: comentario a la decisión del Centro de Mediación y Arbitraje de la OMPI: caso banesto. org y banesto.net”, *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

BARZALLO, J. L., “Ecuador: peligros en las resoluciones a las controversias entre marcas y nombres de Dominio”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agosto2000).

CASTILLO, P. M., “España: controversias en materia de nombres de dominio. Reglas arbitrales de resolución y resoluciones OMPI en materia de nombres de dominio: Hipercor, Banesto, Raimat, Cortefiel, Pedrodelhierro, Uralita”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

DÍAZ, F. A. V., “Algunos aspectos sobre los derechos de autor en Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 31 febrero de 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.31febrero2001).

SALGUEIRO, J. O. A., “Venezuela: nombres de dominio y marcas: dos sistemas de identificación con funciones similares pero claramente diferenciados entre si”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 30 Enero 2001/12](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.30enero200112).

SEDOFF, M., “Argentina: el interés legítimo de la ley de marcas Argentina y las disputas de dominios en Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

Pagamento eletrônico

RICO CARRILLO, M., “Responsabilidad civil de los intermediarios derivada del pago con tarjetas en el comercio electrónico a través de Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 17 Diciembre de 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.17diciembre1999).

RODRÍGUEZ, G. S., “Venezuela: formas de pago electrónicas: regulación y oportunidades”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 20 Marzo 2000/12](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.20marzo200012).

Países Baixos

JONGEN, H. e **SEELT, M.**, “How to negotiate the dot.com. maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 23-5.

Perícia judicial

CAFFARO, M. A., “Argentina: pericias informáticas”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

Peru

AHON, E. I., “Perú: algunas reflexiones sobre el desarrollo del Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agosto2000).

ALVA MATTEUCCI, J. M., “Perú: la firma digital y su aplicación en la administración tributaria peruana: a propósito de la publicación de la Ley N° 27269 - Ley de firmas y certificados digitales”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25agosto2000).

ORIGGI, I. F., “Perú: economía digital, revolución digital y regulación jurídica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

Portugal

CORREIA, M. P., “Portugal: documentos electrónicos e assinatura digital: as novas leis portuguesas”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 23 junio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.23junio2000).

CORREIA, M. P., “Problemas jurídicos da transferencia electrónica de dados (EDI)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 13 agosto del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.13agosto1999).

CORREIA, M. P., “Sociedade de Informação e Direito: A Assinatura Digital”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 12 julio del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.12julio1999).

Prestação de serviços

DRIGO DA SILVA, E., “Aspecto espacial da incidência do ISS sobre os serviços prestados via Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 175-89.

FREITAS, R. L., “A Internet e a educação a distância”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 111-124.

Privacidade

ALMEIDA C. S., “España: Intimidad un derecho en crisis. La erosión de la privacidad”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

ARAYA C. H., “Costa Rica: Derecho a la Privacidad y Cookies”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

CEZAROTI, G., “Breves considerações a respeito da incidência do ICMS nas operações realizadas via Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 155-73.

ELIAS, P. S., “Alguns aspectos da informática e suas conseqüências no direito”, in *RT*, vol. 766, 1999, p. 491-500.

MAGANHOTO DONEDA, D. C., “Brasil: considerações iniciais sobre os bancos de dados informatizados e o direito à privacidade”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

PICA, G., *Diritto penale delle tecnologie informatiche: computer's crimes e reati telematici, Internet, banche-dati e privacy*, Torino, UTET, 1999.

QUINTERO, A. G., “Colombia: el secreto en la comunicación por correo electrónico”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 Agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25Agosto2000).

TABATONI, P. (Coord.), *La protection de la vie privée dans la société d'information: impact des systèmes électroniques d'information*, Paris, P.U.F., 2000.

Prova

CAFFARO, M. A., “Argentina: pericias informáticas”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

MARCACINI, A. T. R., “O documento eletrônico como meio de prova”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 7 febrero del 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.7febrero1999).

MASSE, D. G., “Le cadre juridique en droit civil québécois des transactions sur l'inforoute”, in 42 *MCGILL L.J.* 403 (1997).

Provedor de serviço

ANDREWS, E. L., “Germany's efforts to police Web are upsetting business”, *N.Y. Times*, June 6, 1997, p. A1.

Publicidade

VACCÀ, C. (coord.), *Il commercio elettronico: il documento digitale, Internet, la pubblicità on line*, Milano, EGEA, 1999.

Regulação

ANDREWS, E. L., “Germany's efforts to police Web are upsetting business”, *N.Y. Times*, June 6, 1997, p. A1.

BENSOUSSAN, A. (coord.), *Internet: aspects juridiques*, 2^a ed., Paris, Hermès, 1998.

DICKIE, J., *Internet and electronic commerce law in the European Union*, Oxford, England; Portland, Or., Hart Pub., 1999.

RODRÍGUEZ, G. S., “Venezuela: formas de pago electrónicas: regulación y oportunidades”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 20 Marzo 2000/12](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.20Marzo200012).

Responsabilidade

ANDREWS, E. L., “Germany's efforts to police Web are upsetting business”, *N.Y. Times*, June 6, 1997, p. A1.

DLUSZTUS, P. K., “A responsabilidade na Internet conforme as leis alemãs”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 295-318.

MEDRANO, G. M., “Propiedad intelectual en Internet. Aspectos del derecho de autor en el ciberespacio”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

RICO CARRILLO, M., “Responsabilidad civil de los intermediarios derivada del pago con tarjetas en el comercio electrónico a través de Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 17 Diciembre de 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.17Diciembre1999).

SOBRINO, W. A. R., “Argentina: las nuevas responsabilidades legales derivadas de Internet & e-commerce y los nuevos seguros que amparan los riesgos”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.32marzo2001).

Service Level Agreements (SLA)

LACAZ MARTINS, R., e **MOTTA RABELLO, C. M.**, “Algumas considerações a respeito dos contratos de nível de serviços – SLAs”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 379-85.

Sigilo

QUINTERO, A. G., “Colombia: el secreto en la comunicación por correo electrónico”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 Agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25Agosto2000).

Software

CASABONA, C. M. R., “Los delitos de daños en el ambito informatico”, in *Der. Penal y Criminologia*, vol. XIII, n. 43, enero/abril, 1991, p. 45-70.

CHIOSSONE, T., “Las infracciones relativas a las computadoras”, in *Rev. de la Facultad de Ciencias Juridicas y Politicas*, n. 83, 1992, p. 41-56.

GOMES DOS SANTOS, L. C., “Direitos autorais na Internet”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 351-64.

JARDIM NETO, J.G., “Os produtos digitais vendidos na Internet e o ICMS”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 279-94.

QUINTERO, H. R. P., “¿Son susceptibles de constituirse en medidas preventivas nominadas o de ejecución las computadoras u ordenadores en Venezuela?”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 04 Noviembre 1998](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.04Noviembre1998).

Suécia

HUGOSON, M., “How to negotiate the dot.com maze”, in *Corporate Finance*, April 2000, p. 29-31.

Suíça

DESSEMONTET, F., “Internet, le droit d’auteur et le droit international privé”, in *Rev. Suisse de Jurisprudence*, vol. 92, 1996, p. 285-92.

DONG, A., MORSCHER, L. e ORLER, A., “How to negotiate the dot.com. maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 32-4.

Tecnologia da informação

PICA, G., *Diritto penale delle tecnologie informatiche: computer's crimes e reati telematici, Internet, banche-dati e privacy*, Torino, UTET, 1999.

Telecomunicações

DLUSZTUS, P. K., “A responsabilidade na Internet conforme as leis alemãs”, in *Internet: o direito na era virtual*, Rio de Janeiro, Forense, 2001, p. 295-318.

Tributos

GRECO, M.A., *Internet e direito*, São Paulo, SP, Dialética, 2000.

UNCITRAL

CARVAJAL CÓRDOBA, M., “Ley de comercio electrónico en Colombia. (Ley 527 de 1999)”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 18 enero del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.18_enero_del_2000).

LOPEZ, R. S., “Chile: Comentario sobre el proyecto de ley relativo a documento y firma electrónicos”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24_julio_del_2000).

União Européia

DICKIE, J., *Internet and electronic commerce law in the European Union*, Oxford, England; Portland, Or., Hart Pub., 1999.

KELLEHER, D., *IT law in the European Union*, London, Sweet & Maxwell, 1999.

HORTON, K. L., “The software copyright directive and the internet: collision on the information superhighway?”, in <http://www.jeanmonnetprogram.org/papers/96/9608ind>.

SARZANA, C. e SARZANA, F., *Profili giuridici del commercio via Internet*, Milano, A. Giuffrè, 1999.

SUSSMANN, M. A., “The critical challenges from international high-tech and computer-related crime at the millennium”, in 9 *DUKE J. OF COMP. & INT'L L.* 451 (1999); <http://www.law.duke.edu/shell/cite.pl?9+Duke+J.+Comp.+&+Int'l+L.+451>.

USTARAN, E., “United Kingdom: data protection obligations for e-businesses”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.24julio2000).

VACCÀ, C. (coord.), *Il commercio elettronico: il documento digitale, Internet, la pubblicità on line*, Milano, EGEA, 1999.

Venezuela

CHIOSSONE, T., “Las infracciones relativas a las computadoras”, in *Rev. de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas*, n. 83, 1992, p. 41-56.

GRATEROL, L. B., “Contratos ‘CLICK’”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 14 Septiembre 1999/4](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.14Septiembre1999/4).

QUIÑONES, G., *Cibernética penal. El delito computarizado*, Caracas, Epsion Venezuela, S.A., Gráficas Capitolio S.A, 1989.

QUINTERO, H. R. P., “¿Son susceptibles de constituirse en medidas preventivas nominadas o de ejecución las computadoras u ordenadores en Venezuela?”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 04 Noviembre 1998](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.04Noviembre1998).

QUINTERO, H. R. P., “Venezuela: nociones generales acerca de la cibernética y la iuscibernética”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 29 Diciembre del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.29Diciembre2000).

RICO CARRILLO, M., “Responsabilidad civil de los intermediarios derivada del pago con tarjetas en el comercio electrónico a través de Internet”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 17 Diciembre de 1999](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.17Diciembre1999).

RICO CARRILLO, M., “Venezuela: la oferta y la aceptación en la contratación electrónica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 Agosto del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.25Agosto2000).

RICO CARRILLO, M., “Validez y regulación legal del documento y la contratación electrónica”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 19 febrero del 2000](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.19febrero2000).

RODRÍGUEZ, G. S., “Venezuela: formas de pago electrónicas: regulación y oportunidades”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 20 Marzo 2000/12](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.20Marzo2000/12).

SÁNCHEZ, A. A., “El delito informático. Algunas consideraciones jurídicos-penales”, in *Rev. de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas*, n. 68, Nov. 1987, p. 127-33.

SALGUEIRO, J. O. A., “Venezuela: nombres de dominio y marcas: dos sistemas de identificación con funciones similares pero claramente diferenciados entre sí”, in *R.E.D.I.* [http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 30 Enero 2001/12](http://publicaciones.derecho.org/redi/No.30Enero2001/12).

V. ESBOÇO PRELIMINAR

Dentre os temas de maior relevância para a doutrina dos países romano-germânicos e de *common law*, cinco deles foram tratados em *papers* já publicados ou no prelo, resultantes do presente trabalho de pesquisa. Os *papers* teriam as seguintes palavras-chave por temas: comércio eletrônico, Internet (em geral), contrato eletrônico, nome de domínio e criptografia. Os demais temas citados no presente trabalho, deverão ser também, na medida do possível, objeto de futuros *papers*.

A PIRATARIA DO NOME DE DOMÍNIO NA INTERNET¹⁰

Este paper foi publicado na RAE, vol 41, n. 1, p. 45

INTRODUÇÃO

A Internet¹¹, um dos fenômenos mais importantes deste fim de século, foi concebida nos idos de 1960. Suas origens militares e universitárias reúnem num amálgama singular aspectos econômicos e tecnológicos, dos mais relevantes. Para alguns, trata-se de uma revolução técnica. Para outros, é uma revolução semelhante ao surgimento do alfabeto. Já outros consideram sua aparição como comparável à invenção da imprensa. Seja como for, tanto uns quanto outros são unânimes em

¹⁰ Este trabalho foi possível graças ao auxílio-pesquisa do NPP – Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas. Agradeço pela pesquisa complementar na preparação desse trabalho à minha ex-aluna no curso de graduação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas, Isabel Garcia Calich.

¹¹ *Inter Communication Network*.

afirmar que o fenômeno Internet suscita, ao mesmo tempo, receio e admiração¹². O receio decorre do fato de escapar, a primeira vista, de qualquer controle regulador estatal. A admiração resulta da inexistência de fronteiras físicas.

A Internet não tem um “comando” jurídico uniformizado e harmonizado. Ela é “independente”. Assim, sob o prisma da liberdade, a Internet vem derrubando conceitos jurídicos tradicionais. Entretanto, ela não pode subsistir sem a influência de um sistema legal. É quase desnecessário dizer que o desenvolvimento rápido da Internet não está permitindo que o direito fique estático à essa transformação. De fato, “o Direito apoiava-se na concepção de que o mundo era feito de átomos e, por isso, as regras disciplinando as condutas humanas assumiam como referencial da disciplina certos conceitos ou figuras cujo substrato é formado por átomos”¹³. Isto porém não é mais a realidade atual, pois o real tornou-se virtual. Seja como for, as leis nacionais de um determinado país estão tendo aplicação à Internet, dada a inexistência de uma regulamentação. Contudo, essa aplicação não se faz de forma imediata e, alguns casos até mesmo pode-se dizer de modo eficaz e eficiente. É certo que adaptações nos conceitos jurídicos tradicionais serão necessárias para atender aos novos modelos jurídicos utilizados na Internet. Na realidade, a história jurídica da Internet é ainda breve, pois a maior parte pertence de fato ao futuro.

A. INTERNET

“A Internet nada mais é do que uma rede mundial de computadores que podem não só se comunicar e trocar mensagens, mas também trocar arquivos de dados e imagens entre si, tudo isso em tempo real”¹⁴. O serviço de conexão à Internet é prestado pelos provedores de acesso. No direito brasileiro, esse serviço é

¹² A. Bensoussan, *Internet. Aspects juridiques*, Paris, Hermes, 1996, p. 9.

¹³ M. A. Greco, *Internet e direito*, São Paulo, Dialética, 2.000, p. 16.

¹⁴ R. Hey, “Aspectos jurídicos da internet”, in *Revista da ABPI*, n. 19, nov/dez 1995, p. 40.

considerado como um serviço de valor adicionado. É nesse sentido que dispõe o art. 61 da Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997)¹⁵. Desta forma, entende-se como serviço de valor adicionado todo o serviço que se agrega a uma rede preexistente de serviços de telecomunicações, através da criação de utilidades específicas ou atividades produtivas novas, relacionadas com o acesso, armazenamento, movimentação e recuperação de informação. Logo, os serviços de conexão à Internet prestados pelos provedores não é considerado como um serviço de telecomunicação¹⁶. Aliás, são dois serviços distintos que não devem ser confundidos. Isto porque o prestador do serviço de telecomunicação “é aquele que mantém em funcionamento os canais de transmissão de som ou sinais, e o seu cliente aquele que se utiliza de tal sistema para fazer chegar a outrem o som ou o sinal que ele tem a faculdade de emitir”¹⁷. Daí decorre que a exploração dos serviços de valor adicionado não depende da obtenção de qualquer autorização junto a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), pelo menos em princípio.

Embora a exploração dos serviços de conexão à Internet prestados pelos provedores independa de autorização da ANATEL, é necessário para sua exploração a utilização das redes de serviços de telecomunicações. Como essas redes de serviços de telecomunicações dependem da autorização da ANATEL para o seu

¹⁵ Artigo 61 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997: “Art. 61. Serviço de valor adicionado é a atividade que acrescenta, a um serviço de telecomunicações que lhe dá suporte e com o qual não se confunde, novas utilidades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação ou recuperação de informações. § 1º Serviço de valor adicionado não constitui serviço de telecomunicações, classificando-se seu provedor como usuário do serviço de telecomunicações que lhe dá suporte, com os direitos e deveres inerentes a essa condição. § 2º É assegurado aos interessados o uso das redes de serviços de telecomunicações para a prestação de serviços de valor adicionado, cabendo à Agência, para assegurar esse direito, regular os condicionamentos, assim como relacionamento entre aqueles e as prestadoras de serviço de telecomunicações.”

¹⁶ Artigo 60 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997: serviço de valor adicionado “não constitui serviço de telecomunicações, classificando-se seu provedor como usuário do serviço de telecomunicações que lhe dá suporte, com os direitos e deveres inerentes a essa condição”. V., a esse título, U. Celli Jr., “A nova organização dos serviços na Lei Geral de Telecomunicações”, in *11º Seminário Internacional de Direito de Informática e Telecomunicações*, São Paulo, 8 e 9 de dezembro de 1997.

¹⁷ G. A. M. Brigagão, “Serviço de valor adicionado. Definição legal. Diferenciação do serviço de telecomunicação. Aspectos tributários. Incidência do ISS e do ICMS” in *11º Seminário Internacional de Direito de Informática e Telecomunicações*, São Paulo, 8 e 9 de dezembro de 1997.

funcionamento, coube à ela regulamentar o condicionamento do uso das redes de serviços de telecomunicações, bem como o relacionamento entre os provedores de serviços de conexão à Internet e as prestadoras de serviços de telecomunicações.

Redes Públicas de Telecomunicações

As redes públicas de telecomunicações devem dar condições a todos os interessados em explorar serviços de conexão à Internet, desde que observadas certas condições técnicas e operacionais. Os provedores da Internet podem escolher, livremente, quaisquer dos serviços de telecomunicação prestados pelas exploradoras de serviços de telecomunicações, para a exploração de seus serviços¹⁸. Aos interessados na exploração de serviços de conexão à Internet basta solicitar diretamente às prestadoras de serviços de telecomunicações o uso das redes de telecomunicações. A solicitação deverá ser feita por escrito e deverá conter as informações técnicas necessárias a obtenção do uso das redes de telecomunicações. As prestadoras de serviços de telecomunicações deverão responder à essas solicitações dentro de trinta dias. Note-se que será obedecida a ordem cronológica de recebimento de solicitações para o uso das redes de telecomunicações. Em princípio, a solicitação para uso de rede não poderá ser negada, salvo por motivo de limitação da capacidade do sistema ou de condições determinadas no contrato de concessão ou no termo de autorização. As condições desta exploração serão negociadas entre os exploradores de serviços de conexão à Internet e as prestadoras de serviços de telecomunicações¹⁹, diretamente.

Qualquer pessoa jurídica poderá explorar a atividade de provedor de conexão à Internet, desde que possua o equipamento técnico necessário e obtenha autorização para o uso das redes de telecomunicações. É possível, também, às prestadoras de serviços de telecomunicação prestarem serviços de conexão à Internet. Para tanto,

¹⁸ É nesse sentido que dispõe a Norma 004/95, que regulamenta o uso de meios da rede Pública de Telecomunicações para provimento e utilização de serviço de conexão à Internet.

¹⁹ Resolução nº 190/99.

elas deverão constituir uma empresa especificamente para este fim. A empresa prestadora de serviços de conexão à Internet deverá pagar uma taxa à prestadora de serviços de telecomunicações pelo uso da rede. Esta taxa é fixada pela própria prestadora de serviços de telecomunicações.

B. REGISTRO DE NOME DE DOMÍNIO

É quase desnecessário dizer que uma das conseqüências da inexistência de fronteiras da Internet é a ausência de um controle centralizado ou de um órgão regulador único. De qualquer modo, para viabilizar o fluxo de dados via Internet, era preciso determinar um endereço para emissão e recepção de dados e informações de cada computador à ela conectado. Esse endereço denomina-se *IP* ou *Internet Protocol*. Ele é representado por um conjunto de quatro números, separados por pontos. Entretanto, a memorização de um conjunto de números seria muito difícil, para não dizer quase que impossível.

Por essa razão, foi criado um sistema de nomes, além dos números, ou seja o Sistema de Nome de Domínio (*DNS – Domain Name System*). Dentro da estrutura do Sistema de Nome de Domínio nasceram os chamados *World Wide Web* (“www” ou “web” ou “w3”) isto é a “teia de alcance mundial”²⁰, a marca nominativa que identifica o usuário, os Domínios de Primeiro Nível - DPN (*top-level domain names - tld*) que compreendem os DPNs genéricos (“.gov.”, “.org.”, “.net.”, “.edu.” entre outros²¹) e os *two letters country codes* (“.br”, “.uk”, “.fr”, “.it”, “.pt” etc). Ainda

²⁰ C. F. Campos, *Dicionário interativo de informática*, <http://www.dicionario.com.br>, define “teia de alcance mundial” como sendo a tecnologia usada para ter acesso a rede de Internet, sendo que tal tecnologia faz com que a Internet se transforme numa verdadeira teia mundial de informações. Isto é possível através de um conjunto de ferramentas, cujo objetivo é facilitar o acesso aos vários bancos de dados para os softwares de interfaces gráficas que navegam pela rede. A base dessa tecnologia são hipertextos que combinam linguagens como ‘html’ e ‘java’, o que permite aos usuários buscar informações não apenas na forma de textos, como também, de imagens, vídeos, e sons.

²¹ Dispõe o Anexo II da Resolução N° 001/98 do Comitê Gestor que são considerados domínios de primeiro nível no Brasil:

nessa estrutura, ficou determinado que cada país constituiria um administrador

“Artigo único. (...)

§ 1º Constituem Domínios de Primeiro Nível (DPNs) sob o domínio .br:

I – Grupo Pessoa Jurídica:

- a) .br, destinado às instituições de ensino superior e às de pesquisa, que se inscrevem diretamente sob este domínio; este DPN ‘implícito’ é equivalente ao ‘.edu’ norte-americano. Exige-se a apresentação do comprovante de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda (CGC/MF) e a comprovação da atividade específica;
- b) .com, destinado a instituições comerciais. Exige-se o CGC;
- c) .org, destinado a organizações não governamentais e sem fins lucrativos. Exige-se documentações que comprove a natureza da instituição e o CGC. Em casos especiais, a exigência do CGC para esse DPN poderá ser dispensada;
- d) .g12, destinado a instituições educacionais de primeiro e segundo grau. Exige-se o CGC;
- e) .net, destinado exclusivamente a provedores de meios físicos de comunicação, habilitados legalmente à prestação de serviços públicos de telecomunicações. Exige-se a comprovação desta atividade por documento específico e o CGC;
- f) .mil, destinado aos órgãos militares;
- g) .gov, destinado ao Governo brasileiro, isto é, aos Três Poderes da República (Executivo, legislativo e Judiciário), ao Ministério Público federal, aos Estados e ao Distrito Federal. Excetuados os órgãos da esfera federal, os demais deverão ser alojados sob a sigla do Estado correspondente (ex. al.gov.br, am.gov.br etc). Exige-se o CGC. Poderá haver dispensa do CGC, se justificada;
- h) .art, destinado a instituições dedicadas às artes, artesanatos e afins. Exige-se o CGC. Poderá haver dispensa do CGC, se justificada;
- i) .esp, destinado aos prestadores especiais. Exige-se o CGC;
- j) .ind, destinado a instituições voltadas à atividade industrial. Exige-se o CGC;
- l) .inf, destinados aos fornecedores de informação. Exige-se o CGC;
- m) .psi, destinado a provedores de serviços Internet em geral. Exige-se o CGC;
- n) .rec, destinado a instituições voltadas às atividades de recreação e jogos, em geral. Exige-se o CGC;
- o) .tmp, destinado a eventos temporários, de curta duração, como feiras, seminários, etc., Há dispensa do CGC para esta categoria;
- p) .etc, destinado a instituições que não se enquadrem nas categorias anteriores. Exige-se o CGC.

II – Grupo Profissionais Liberais, para o qual exige-se a comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF):

- a) .adv, destinado a advogados;
- b) .arq, destinado a arquitetos;
- c) .eng, destinado a engenheiros;
- d) .eti, destinado a especialistas em tecnologia de informação;
- e) .jor, destinado a jornalistas;
- f) .lel, destinado a leiloeiros;
- g) .med, destinado a médicos;
- h) .odo, destinado a odontólogos;
- i) .psc, destinado a psicólogos;
- j) .vet, destinado a veterinários.

III – Grupo Pessoas Físicas, cujo registro será efetuado sob o DPN.nom, exigindo-se para tanto a comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) do titular ou do seu responsável.

responsável pela prestação de serviço público de interesse da comunidade “Internética”, incluindo nessa prestação a coordenação do registro de nome de domínio na Internet, sob o código do respectivo país.

Nessa perspectiva, foi criado o “Comitê Gestor Internet do Brasil – CG”, pela Portaria Interministerial do Ministério das Comunicações e da Ciência e Tecnologia nº 147, de 31 de maio de 1995. A esse órgão compete “coordenar a atribuição de endereços IP (Internet Protocol) e o registro de nomes de domínio”²². O Comitê Gestor delegou²³ à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP – as atividades de registro de nomes de domínio, a distribuição de endereços *IP* e sua adequada manutenção na Internet.

Registro de Nome de Domínio no Brasil

A ordem cronológica dos pedidos²⁴ é o critério adotado para o registro de nome de domínio no Brasil. Isto quer dizer que é conferido ao primeiro requerente do registro de inscrição o direito ao nome de domínio: *first-come, first-served*. Apesar de serem recentes as recomendações do Comitê Gestor, elas já foram alteradas. É o dinamismo da Internet já influenciando suas poucas regras. De fato, atenção especial foi dada em relação ao registro de nome de domínio. Dentre as alterações, citam-se: a possibilidade do registro de nome de domínio por pessoas físicas, assim como a concessão de mais de um registro de nome de domínio por pessoa jurídica, isto porque inicialmente apenas as pessoas jurídicas poderiam ser titulares de um

²² Art. 1º, da Portaria Interministerial nº 147/95, de 31 de maio de 1995, do MC/MCT. São atribuições do Comitê Gestor: I. acompanhar o provimento de serviços Internet no País; II. Estabelecer recomendações relativas a estratégia da implantação e interconexão de redes, análise e seleção de opções tecnológicas, e papéis funcionais de empresas, instituições de educação, pesquisa e desenvolvimento (IEPD); III. emitir parecer sobre a aplicabilidade de tarifa especial de telecomunicações nos circuitos por linha dedicada, solicitados por IEPDs; IV. recomendar padrões, procedimentos técnicos e operacionais e código de ética, para todos os serviços Internet no Brasil; V. coordenar a atribuição de endereços IP (Internet Protocol) e o registro de nomes de domínio; VI. recomendar procedimentos operacionais de gerência de redes; VII. coletar, organizar e disseminar informações sobre o serviço Internet no Brasil; e VIII. Deliberar sobre quaisquer questões a ele encaminhadas.

²³ Resolução nº 02, de 15 de abril de 1998 do Comitê Gestor.

²⁴ Art. 1º, da Resolução nº 001/98, de 15 de abril de 1998 do Comitê Gestor.

nome de domínio na Internet, sendo que para cada pessoa jurídica seria possível apenas um registro²⁵.

Assim, qualquer pessoa física ou jurídica pode solicitar o registro de nome de domínio no Brasil, desde que tenha um contato no território nacional²⁶. O nome de domínio registrado na FAPESP poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses: (i) pela renúncia expressa do respectivo titular, por meio de documento hábil; (ii) pelo não pagamento nos prazos estipulados da retribuição do registro e/ou sua manutenção; (iii) pelo não uso regular do nome de domínio, por um período contínuo de 180 (cento e oitenta) dias; ou, (iv) por ordem judicial²⁷.

Nome de domínio já registrado por terceiro

Na hipótese de o registro do nome de domínio já ter sido feito por um terceiro, o interessado deverá entrar em contato com o titular do registro para um eventual acordo visando a liberação do nome de domínio. Para que isto ocorra, é necessário que o titular do nome de domínio o cancele junto à FAPESP. A partir do cancelamento, o nome de domínio fica liberado para um novo registro. Caso não haja acordo entre as partes, somente com a intervenção do poder judiciário é que a questão poderá ser resolvida²⁸.

²⁵ V., art. 1º, do Anexo I, da Resolução nº 001/98, do Comitê Gestor.

²⁶ Art. 2º, da Resolução nº 001/98, do Comitê Gestor: “É permitido o registro de nome de domínio tão-somente para entidades que funcionem legalmente no País, profissionais liberais e pessoas físicas, conforme disposto no Anexo II desta Resolução.

²⁷ Artigo 7º, da Resolução nº 001/98 do Comitê Gestor: “Extingue-se o direito de uso de um nome de domínio registrada na Internet sob o domínio br., ensejando o seu cancelamento, nos seguintes casos: I – pela renúncia expressa do respectivo titular, por meio de documentação hábil; II – pela não pagamento nos prazos estipulados da retribuição pelo registro e/ou sua manutenção; III – pelo não uso regular do nome de domínio, por um período contínuo de 180 (cento e oitenta) dias; IV – pela inobservância das regras estabelecidas nesta Resolução e seus Anexos; V – por ordem judicial.

²⁸ Artigo 7º, inc. V, da Resolução nº 001/98 do Comitê Gestor.

Registro de Marca

Embora J. X. Carvalho de Mendonça não defina marca especificamente, ele escreve em sua obra clássica que “a marca de comércio não é, propriamente falando, marca distintiva da mercadoria quanto à origem; é uma marca representativa da atividade mediadora do comerciante, e como a de indústria ou de comércio também reveladora do trabalho, da capacidade e da probidade de seu titular”²⁹. Ainda, uma marca pode ser definida como “todo nome ou sinal hábil para ser apostado a uma mercadoria ou produto ou a indicar determinada prestação de serviços e estabelecer entre o consumidor ou usuário e a mercadoria, produto ou serviço uma identificação”³⁰. Além disso, marca pode ser “qualquer sinal, marca, símbolo, palavra, ou palavras que indiquem a origem ou a propriedade de um artigo para distingui-lo de suas qualidades, e o qual outros não tenham o mesmo direito de emprego para o mesmo propósito”³¹. Também pode-se definir marca, de forma mais simples, como sendo “o sinal pelo qual o produto é conhecido e distinguido no mercado consumidor”³².

Dada a ratificação da Ata Final da Rodada Uruguai pelo Brasil, não era possível ignorar a existência do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS³³). O Acordo TRIPS³⁴ define marca como sendo “qualquer sinal, ou combinação de sinais, capaz de distinguir bens e serviços de um empreendimento daqueles de outro empreendimento, poderá constituir uma marca. Estes sinais, em particular palavras, inclusive nomes próprios, letras, numerais, elementos figurativos e combinação de cores, bem como qualquer combinação desses sinais, serão registráveis como marcas. Quando os sinais não

²⁹ *Tratado de direito comercial brasileiro*, v. V, 1ª parte, São Paulo, Freitas Bastos, 1963, p. 215 e ss.

³⁰ N. Silveira, *A propriedade intelectual e a nova lei de propriedade industrial*, São Paulo, Saraiva, 1996, p.16.

³¹ M. Wright, *Inventions, patents and trademarks*, McGraw-Hill Book Co., New York, London, 1933, p. 29: “any sign, mark, symbol, word, or words which indicate the origin or ownership of an article as distinguished from its quality, and which others have not the equal right to employ for same purpose”.

³² J. C. Tinoco Soares, *Direito de marcas*, 1ª ed., São Paulo, Atlas, 1962, p. 41.

³³ É verdade, porém, que o Brasil tinha um prazo de dez anos para implementar as disposições do Acordo TRIPS, a contar da entrada em vigor da OMC.

³⁴ *Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights*.

forem intrinsecamente capazes de distinguir os bens e serviços pertinentes, os Membros poderão condicionar a possibilidade do registro ao caráter distintivo que tenham adquirido pelo seu uso. Os Membros poderão exigir, como condição para o registro, que os sinais sejam visualmente perceptíveis”³⁵. Com a entrada em vigor do acordo da OMC e, no caso o do Acordo TRIPS, foi então promulgada a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Seu art. 122 diz que “São suscetíveis de registro como marca os sinais distintivos visualmente perceptíveis, não compreendidos nas proibições legais”³⁶. Na verdade, a definição de marca é feita de forma negativa. Isto porque, todos os sinais distintivos visualmente podem ser registrados, salvo se expressamente proibidos por lei.

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) tem por função executar, no âmbito nacional, as normas que regulam a propriedade industrial. Dentre essas funções, cita-se o registro de marcas. No direito marcário, o titular de registro de uma marca tem o poder de vedar que terceiros façam uso de sua marca registrada. Assim, o titular do registro exclui terceiros de seu campo de atuação. Ele os mantém excluídos de um campo, no qual pode movimentar-se apenas o titular do registro³⁷. A importância do registro é patente. A ordem cronológica dos pedidos é o critério adotado no Brasil para o registro de marca, assim como o é para o registro de nome de domínio na Internet.

Uma das exceções ao princípio básico do primeiro registro é o uso comercial e de boa-fé de marca ainda não registrada. “Toda pessoa que, de boa fé, na data da prioridade ou depósito, usava no país, há pelo menos 6 (seis) meses, marca idêntica ou semelhante, para distinguir ou certificar produto ou serviço idêntico, semelhante

³⁵ Art. 15.1 do TRIPS. Sobre o TRIPS e a OMC, v. L.M. Costa, *OMC – Manual prático da rodada Uruguai*, São Paulo, Saraiva, 1996; G. S. Leonardos, “A data de aplicação no Brasil do acordo sobre direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio – TRIPS” in *Revista da ABPI*, n. 17, jul/ago 1995, p. 6-12; A. Carminatti, “A aplicação do TRIPS na ordem jurídica interna” in *Revista da ABPI*, n. 17, jul/ago 1995, p. 13-17; M. Basso, *O direito internacional da propriedade intelectual*, Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2.000.

³⁶ O art. 124 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, determina 23 incisos de sinais não registráveis.

³⁷ V., J. A. B. L. Faria Correa, “Eficácia dos registros de marca” in *Revista da ABPI*, n. 23, jul/ago 1996, p. 48.

ou afim, terá direito de precedência ao registro”³⁸. Logo, é possível a impugnação do registro de marca, se for provado o uso anterior de marca idêntica ou semelhante para produto ou serviço idêntico ou semelhante, cujo registro foi solicitado posteriormente a esse uso comprovado.

Conflito entre registros de nomes de domínio e de marcas

Diversas atividades na Internet envolvem o uso de nomes de domínio e de marcas. Isto vem gerando uma série de conflitos, tanto do ponto de vista interno quanto internacional. Assim, parafraseando José Antonio B. L. Faria Correa, “os nomes de domínio viajam pelo mundo sem consideração de fronteiras físicas e, com frequência, passeiam, soltos, pelos diversos segmentos de mercado, indiferentes à especificidade dos produtos ou serviços”³⁹. Dada a inexistência de fronteiras na Internet a titularidade de um nome de domínio vai além das fronteiras jurídicas de um único país. Além disso, os internautas quase sempre ligam um nome de domínio a uma marca registrada. Nesse sentido, citam-se duas decisões recentes norte-americanas. No Caso SNA, INC. v. ARRAY, a Corte do Estado da Pensilvânia afirmou que “os usuários da Internet esperam que um site com um nome de domínio que é também uma marca registrada esteja de alguma forma relacionado com o titular da marca registrada”⁴⁰. No mesmo sentido, a Corte do 9º Circuito, no caso BROOKFIELD COMM. INC. v. WEST COAST ENTERTAINMENT CORP., disse que “usuários da Web sempre assumem, como regra de manuseio, que o nome de domínio de uma certa empresa será o nome da empresa seguido de ‘.com’.⁴¹”. De fato, “o desenvolvimento do comércio eletrônico fez surgir um mercado promissor

³⁸ Art. 129, § 1º da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. V., a esse título, L. E. Montauray Pimenta, “Uso anterior como fundamento para impugnação a pedido de registro de marca” in *Revista da ABPI*, n. 24, set/out 1996, p. 31: “apesar do sistema atributivo continuar prevalecendo, o legislador conclui pela necessidade de se abrir uma (entre outras) exceções a essa regra”.

³⁹ “O projeto de lei da propriedade industrial e o Trips – A fraude na apropriação de marcas não pré-registradas” in *Revista da ABPI*, n. 17, jul/ago 1995, p. 36.

⁴⁰ 199 WL 359786: “Internet users expect that a site with a domain name that is a trade mark is somehow related to the owner of the trademark”.

⁴¹ 174 F3d 1036, 1045 (9th Cir. 1999): “Web users often assume, as a rule of thumb, that the domain name of a particular company will be the company name followed by ‘.com’”.

de consumidores via Internet, fazendo com que o valor da marca de uma grande empresa no ambiente internauta se tornasse algo incalculável, especialmente no campo dos nomes de domínio⁴². A aparição de “piratas” na Internet não tardou a acontecer. Seu principal alvo é o registro de nomes de domínio das marcas de terceiros.

Os conflitos resultantes do uso de nomes de domínio e de marcas registradas estão longe de serem solucionados definitivamente. Por essa razão, tornaram-se mais e mais freqüentes os casos de empresas que tiveram que “comprar” suas marcas na Internet, utilizadas por terceiros através de nomes de domínio⁴³.

Direito internacional privado na Internet

Duas teorias se opõem, frontalmente, na determinação da lei aplicável a um conflito na Internet, até mesmo no caso de nome de domínio e violação do direito marcário. A primeira delas é a chamada teoria da recepção. Nessa concepção, deve-se aplicar a lei do local onde foi cometida a infração. Desta forma, um ato poderá ser considerado lícito ou ilícito dependendo de cada sistema jurídico. Já num outro sentido, a segunda teoria considera que a lei aplicável ao conflito é a da emissão. Assim, a licitude ou ilicitude do ato via Internet deve ser apreciada de acordo com a lei do prestador do serviço. Ambas as teorias são, ao mesmo tempo, objeto de críticas e de aplausos. O fato é que a jurisprudência internacional tem aplicado ambas as teorias, conforme o caso concreto. Isto porque o elemento “novo” da Internet não se encaixa adequadamente aos esquemas clássicos e rígidos do direito.

⁴² D. P. de Santa Rosa, “Novas tendências do direito de marcas no ciberespaço – links, frames e metatags” in *Revista da ABPI*, n. 41, jul/ago 1999, p. 18.

⁴³ Por exemplo, Taco Bell; MTV; Kentuck Fried Chicken; McDonald’s; Avon; Kaplan, entre outras. Cita-se, ainda, a sociedade W3 Systems Inc. que registrou mais de 300 nomes de domínio correspondentes a marcas registradas, sendo inclusive algumas delas notórias e/ou de alta renome. São elas: La Perla, Tartine et Chocolat, Agnes B, Euro-Tuennel, Pastis 51, TF 1, Alain Manoukian, Black-Decker, Galerie Lafayette, dentre outras. V., nesse sentido, J. Monteiro, “Contrefaçon et autres atteintes aux marques sur internet” in *Revista da ABPI*, n. 27, mar/abr 1997, p. 19-30.

Em função disso, foi adotada a Diretriz Uniforme para Resolução de Disputas⁴⁴ pela *Internet Corporation for Assigned Names and Number* (ICANN). Também é fato que tal diretriz baseia-se nas recomendações da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Entretanto, um longo caminho ainda deverá ser percorrido antes que as decisões assim proferidas sejam efetivamente reconhecidas e acatadas pelos órgãos responsáveis pela prestação dos serviços de Internet nos respectivos países, assim como pelo correspondente sistema judiciário⁴⁵.

Direito marcário na Internet

Diante disso, não resta outra alternativa senão fazer aplicação das regras existentes, em determinado sistema jurídico. No Brasil, o registro de uma marca, perante o INPI no caso específico do Brasil, não gera direitos diretos que impeçam a um terceiro de utilizar uma marca registrada por outro como nome de domínio na Internet. Daí decorre o conflito entre os nomes de domínio usados para identificar os sites na rede de telecomunicação sob a designação “.br” e as marcas já existentes e devidamente registradas no INPI. Isto porque a titularidade de uma marca registrada não garante integralmente a titularidade de um nome de domínio. Além disso, uma marca idêntica ou semelhante a uma outra pode ser objeto de registro junto ao INPI se for utilizada para produtos ou serviços distintos daquela. Logo, se a marca registrada no INPI for para uma determinada categoria e o nome de domínio for para um DPN distinto da categoria do registro da marca, indaga-se se o direito marcário poderá ou não, por analogia, dar alguma proteção ao titular da marca registrada?

Uma outra questão pode ser levantada. Se uma marca não registrada no INPI for utilizada comercialmente e de boa-fé por mais de seis meses, poderá o seu titular

⁴⁴ *Uniform Dispute Resolution Policy* – UDRP.

⁴⁵ A esse título, v. estudo de M. Basso, “A arbitragem como método de solução de controvérsias na internet: atualidade do sistema de nome de domínio” in *XIV Congresso da UIBA*, Conselho Federal da OAB, Fortaleza, 24-29 de abril de 2.000.

solicitar a impugnação do registro de um terceiro de nome de domínio semelhante ou idêntico a essa marca? Até que ponto o direito marcário, por analogia, poderá ser utilizado para responder a essas indagações? Outras hipóteses ainda poderiam ser levantadas, sem que pudesse vir a ser adotada uma posição definitiva.

Diante dessas premissas e, em virtude da série de conflitos que passaram a existir, algumas regras básicas foram estabelecidas. Assim, a política adotada hoje⁴⁶ é a de permitir o registro de nomes de domínio, desde que não haja infração patente ao registro de marcas assegurado pelo direito marcário. É nesse sentido que dispõe o artigo 2º, letra “b”, do Anexo I da Resolução nº 001/98 do Comitê Gestor, ao determinar que são considerados nomes de domínio não registrável “entre outros, palavras de baixo calão, o que pertençam a nomes reservados mantidos pelo CG e pela Fapesp com essa condição, por representarem conceitos predefinidos na rede Internet, como é o caso do nome ‘internet’ em si, os que possam induzir terceiros a erro, como no caso de nomes que representam marcas de alto renome ou notoriamente conhecidas, quando não requeridos pelo respectivo titular”. Daí resulta que as marcas notórias e/ou de alto renome⁴⁷ têm sua proteção garantida na Internet.

Este conceito resulta da influência do direito marcário na Internet. Isto porque o art. 125 da Lei nº 9.279/96 diz que “À marca registrada no Brasil considerada de alto renome será assegurada proteção especial em todos os ramos de atividade”⁴⁸. Nesse

⁴⁶ Essa tendência não é exclusiva do direito brasileiro. A maior parte dos países também a adotou.

⁴⁷ V., estudo que trata da diferenciação entre marca de alto renome e marca notoriamente conhecida, J. C. Tinoco Soares, “Marca de alto renome e marca notoriamente conhecida” in *Revista da ABPI*, n. 24, set/out 1996, p. 11-7; do mesmo autor, “O tratamento das marcas de alto renome e das marcas notoriamente conhecidas na Lei 9.279/96” in *Revista da ABPI*, n. 28, mai/jun 1997. Apesar de não se tratar de trabalho recente, v., importante estudo de J. C. Tinoco Soares, *Direito de marcas*, 1ª ed., São Paulo, Atlas, 1962, p. 107 e ss. Nesse trabalho, o autor cita o entendimento do direito e jurisprudência na França, Inglaterra, Estados Unidos da América, Alemanha e Brasil a respeito de marcas notórias. No Brasil, segundo o autor, são consideradas como notórias as marcas, sendo que muitas delas ainda são notoriamente atuais outras já nem tanto, tais como, “Chiclets”, para goma de mascar; “Crush”, para refrigerantes; “Cinzano”, para bebidas alcólicas; “Keds”, para botas e sapatos de borracha; “Pyrex”, para vidros e artefatos de vidro; “Alka-Seltzer”, para produtos farmacêuticos; “Lambretta”, para veículos; “Zippo”, para isqueiros, entre outras.

⁴⁸ Art. 125, da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

mesmo sentido dispõe o art. 126 da referida Lei, em relação à marca notoriamente conhecida⁴⁹.

Entretanto, a partir do momento em que uma indagação é respondida, outras surgem, quase que concomitantemente. Se a questão é clara para as marcas notórias e/ou de alta renome, o mesmo não pode ser dito em relação às marcas registradas no INPI mas que não são consideradas como notórias e/ou de alto renome. Era preciso então remediar essa carência. Desta forma, para tentar evitar que “piratas” registrem marcas registradas como nomes de domínio, a titularidade do nome de domínio está condicionada ao fato de um terceiro provar a anterioridade do registro da marca perante o INPI. Esse princípio é hoje aplicado não apenas no Brasil mas na maior parte dos países. Assim, caso uma pessoa física ou jurídica que já seja titular de uma marca registrada for prejudicada pela utilização desta marca como nome de domínio na Internet, esta deverá recorrer ao judiciário, com chances grandes de obter, judicialmente, a alteração do titular do nome de domínio.

Note-se, por fim, que o Comitê Gestor no Brasil⁵⁰ não se responsabiliza, de forma expressa, pelo registro indevido de nomes de domínio nem por quaisquer ações judiciais ou extrajudiciais que resultem em violação de direitos de terceiros. Nesse sentido, a Resolução n° 001/98 do Comitê Gestor não apenas é clara mas também é expressa: “a escolha do nome de domínio requerido e a sua adequada utilização são da inteira responsabilidade do requerente, o qual, ao formular o requerimento do registro exime o CG e o executor do registro, se outro, de toda e qualquer responsabilidade por quaisquer danos decorrentes de seu uso indevido, passando a

⁴⁹ Art. 126, da Lei n° 9.279, de 14 de maio de 1996: “Art. 126. A marca notoriamente conhecida em seu ramo de atividade nos termos do art. 6°-bis (I), da Convenção da União de Paris para Proteção da Propriedade Industrial, goza de proteção especial, independentemente de estar previamente depositada ou registrada no Brasil. § 1°. A proteção de que trata este artigo aplica-se também às marcas de serviço. § 2°. O INPI poderá indeferir de ofício pedido de registro de marca que reproduza ou imite, no todo ou em parte, marca notoriamente conhecida.”

⁵⁰ Esta decisão não é exclusiva do Comitê Gestor brasileiro. Os outros órgãos equiparados nos demais países também tomaram essa mesma atitude.

responder por quaisquer ações judiciais ou extrajudiciais que resultem de violação de direitos ou de prejuízos causados a outrem”⁵¹.

CONCLUSÃO

A função básica do nome de domínio bem como de uma marca, é identificar um produto, serviço ou atividade, distinguindo-o de seus concorrentes. Portanto, um nome de domínio ou uma marca não deve ser escolhida para gerar confusão. É uma violação cristalina à sua função básica: a distintividade. Como já muito bem escrevia Waldemar Ferreira “destinando-se a distinguir produtos industriais ou mercadorias comerciáveis, a marca deve ter sua qualidade predominante: a distintiva. Essa qualidade é o essencial de seu caráter, e decorre de sua definição. Ela há de ser distinta de outra, já usada para produto ou artigo da mesma qualidade, ou já registrada, de molde a evitar engano, confusão ou êrro. Há de ser inconfundível. Ademais especial”⁵². As conseqüências de uma violação a essa regra via Internet não tardarão a aparecer. E, poderão ser desastrosas.

É por essa razão que “para regular o uso da internet onde, em princípio, é proibido proibir, muitos documentos de cunho legal, social e político serão emitidos, com os quais a comunidade internacional terá que se defrontar, cada país de olho em seu ordenamento jurídico interno, pois quase todos aqueles documentos certamente provocarão mudanças fundamentais, sobretudo nas leis domésticas acerca das comunicações e da propriedade intelectual”⁵³. O mosaico de leis que pode envolver a Internet implica numa concepção jurídica nova a ser delineada para acompanhar as novas regras do jogo. Até que isto aconteça, porém, continuarão a ser aplicados os

⁵¹ Art. 1º, § 3º da Resolução nº 001/98 do Comitê Gestor.

⁵² *Tratado de direito comercial*, v. VI, São Paulo, Saraiva, 1962, p. 270 e s.

⁵³ L. F. Barroso, “Internet e o franchising: aspectos jurídicos e operacionais” in *Revista da ABPI*, n. 21, mar/abr 1996, p. 14.

conceitos e modelos tradicionais do direito. De fato, o que não se pode admitir é que “no vento da inovação não se comande”⁵⁴.

PALAVRAS-CHAVE

- Internet
- Nome de domínio
- Marca
- Propriedade Intelectual

KEY WORDS

- Internet
- Domain Name
- Trademark
- Intellectual Property

ABSTRACT

Este artigo é parte de um projeto mais amplo: a influência da Internet na legislação brasileira. O rápido desenvolvimento da Internet, que abrange a troca e mercadoria e serviços, pode ser comparada à revolução industrial. A ausência total de fronteiras

⁵⁴ C. D’Elia, “Verso la società dell’informazione”, in *Informatica e diritto*, n. 1, 1996, p. 15.

gera admiração e receio. A Internet é “independente”. Entretanto, ela não pode subsistir sem a influência de um sistema jurídico. Leis internas de vários países têm vocação para se aplicar, pois a Internet não tem uma legislação específica. Tais leis, porém, não podem ser aplicadas imediatamente. É fundamental uma certa adaptação aos novos padrões legais utilizados na Internet. Neste estudo, atenção especial é dada ao registro de marcas e de nome de domínio.

This paper is part of a larger project: the influence of the Internet on Brazilian law. The quick development of the Internet to include the exchange of goods and services can be compared to the industrial revolution. The total absence of frontiers on the Internet is both admirable and fearful. The Internet is “independent”; however it cannot subsist without the influence of a legal system. The national laws of any country are suited for application to the Internet because there is no single regulation. Nevertheless, such laws may not be applied immediately because they would have to be adapted to the new legal patterns used on the Internet. This study pays special attention to trademarks and domain names piracy in the Internet. This research concentrates on the legal aspects but without ignoring the commercial elements.

Este artigo trata, especialmente, da pirataria das marcas e nomes de domínio na Internet, do ponto de vista jurídico.

This study pays special attention to trademarks and domain names piracy in the Internet, from a legal point of view.

BRAZILIAN PERSPECTIVE ON LAWS AFFECTING INTERNET BUSINESS-TO-CONSUMER CONTRACTING – PART I

Este paper foi publicado na Inter-American Trade Report, vol. 8, n. 20, p. 2203

The attractions of “business to consumer,” known as B2C are many. It is almost unnecessary to say that it exhibits many advantages, as much for suppliers as for consumers. But, what is B2C actually? B2C may be defined as every and any transaction realized via the Internet, having on one side a physical or juridical person in the role of producer, manufacturer, or supplier and, on the other side, the consumer, the final destination of the respective products or services.

It is certain that “B2C is being developed in a surprising form, propelling investments that are assuming gigantic proportions.”⁵⁵ But this does not mean that the juridical problems to which it gives rise may be neglected. Beyond the obvious legal lacuna in Brazil, the innovations that the B2C contractual structure itself exhibits, lead to inquiries in respect to the interpretation of current positive law. B2C is a generator of potential juridical problems, whose potential energy will grow as its utilization becomes more widespread. Be that as it may, in the present state of Brazilian law, from the moment in which a consumer relationship is characterized, it necessarily falls under the provisions of the Code for the Defense of the Consumer (Código de Defesa do Consumidor – CDC),⁵⁶ as a specific norm, and of the Civil Code and the Code of Civil Procedure (Código Civil and Código de Processo Civil), as the general norm, to mention only those legal areas. Under these circumstances, it is imperative to examine the functional structure of B2C in light of some aspects of the CDC⁵⁷ related to the offer to contract, in order, next, to deal

⁵⁵ XXX

⁵⁶ XXX

⁵⁷ XXX

with aspects relative to the formation of the electronic contract properly speaking under the Brazilian Civil Code and Code of Civil Procedure.

CDC and B2C

The CDC applies, specifically, to relations of consumption realized between suppliers of products or services and consumers of the same. The reason for the existence of the CDC is the vulnerability of the consumer vis-a-vis the supplier. Some hold that the protective norms of the CDC are hindrances to commerce, particularly to B2C. Others hold the contrary position. Be that as it may, doctrine and jurisprudence are unanimous in affirming that such provisions are applicable to B2C. This is because article 2 of the CDC states that the “consumer is any physical or juridical person who acquires or utilizes a product or service as the final destination,” i.e., the end-user. This provision results, inescapably, in the conclusion that the consumer from the Internet (“*consunet*”) is covered by this definition—including B2C.

THE ELECTRONIC OFFER

The first question posed is whether the electronic advertising offer is subordinated to the CDC. Article 30 of the CDC says yes. It states that “all information or publicity, sufficiently precise, circulated via any form or means of communication in relation to products or services offered or exhibited, obliges the supplier who made it circulate or made use of it and forms an integral part of the contract that comes to be celebrated.” It should be noted that the publicity may be circulated “via any form or means of communication.” One can deduce, then, that the electronic advertising offer is included perfectly within the broad definition of article 30 of the CDC.

Further, the electronic offer will be required to respect another fundamental requirement: “precision.” The advertising offer, electronic or otherwise, must be sufficiently precise. However, how should the expression “sufficiently precise” be understood in the CDC? The CDC accepts a minimum of precision, always analyzed in favor of the *consumet*. This is because “at the root of the obligatory effect of the advertising message is the recognition by the Law of the power of this promotional instrument to exert influence upon the decisions of consumers: “advertising creates expectations—legitimate ones—, that need to be protected.”⁵⁸

In order to have binding force, the advertising offer in B2C does not need to have absolute precision nor does it require the presence of all the essential elements of the contract. It suffices that the offer has a minimum of precision, susceptible to creating expectations in the *consumet*, in order to be considered a binding advertising offer. The intention of the supplier is irrelevant to the contractual binding, as it is bound, by the CDC, to the terms of the offer circulated as advertising. It is emphasized that not even the fact of the message being mistaken, nor giving rise to certain ambiguities, removes the binding of the supplier to the message. What will always prevail will be what the offer says and the consequent expectation generated in the *consumet*, and not what the supplier in fact wanted to say by means of the advertising offer. The CDC thus avoids the so-called “advertising bait-and-switch.”⁵⁹ It does so because it “aims to modify commercial practices in the Brazilian market, increasing the *respect* owed to the consumer as a contractual partner, who must not be tempted to leave “Home Sweet Home” to take advantage of a ‘false’ offer at reduced prices.”⁶⁰

As stated above, the minimum grade of precision of the advertising offer does not require that it contain all the essential elements of the contract. The advertisement does not need to be unambiguous; even so it is still binding; and even if it is not

⁵⁸ XXX

⁵⁹ XXX

⁶⁰ XXX

complete. As the publicity is bound to a future contract to be signed between the parties, if such divulgation indicates, at least, the price and the qualities of the product or service, then a simple “click” of acceptance by the *consunet* suffices for the formation of a contract.⁶¹ This approach avoids the not uncommon practice of the supplier “announcing a particular product, generally recognized by the prestige of a certain trademark, at considerably reduced prices. When consumers, attracted by the advertising campaign, hasten to the commercial establishment to acquire the product mentioned, they are induced to buy other products, that did not have their prices lowered.”⁶²

The CDC aims to halt advertising offers (electronic or not) that, after the fact, are not included in the contract. For this reason, the CDC provides that, in the case of acceptance of the offer by the consumer, the supplier will have to comply with what was offered under penalty of being compelled to do so. Article 35 grants to the consumer the following options: “(i) require the forced compliance with the obligation, under the terms of the offer, display or advertising; (ii) accept another equivalent product or rendering of a service; (iii) rescind the contract, with the right to restitution of the quantity that may have been paid in anticipation, updated for inflation, plus losses and damages.” In short, the supplier of B2C must pay especial attention to the information it circulates on the Internet, as such information may bind it as a pre-contractual obligation: an offer. As a result, it could become obliged to maintain its offer to the *consunet* in the express terms in which the offer was circulated, Note that as the supplier is, in principle, immediately bound by the terms of the advertising offer, the contractual information, in a second instant, does not remove the initial binding. Thus, the mention in the advertising offer “know the regulation,”—for example, via the “click” on an icon on the same web page,—does not exempt the supplier from complying with the offer circulated in the advertising, nor oblige the *consunet* to verify effectively the “regulation.”

⁶¹ XXX

⁶² XXX

It is important, in addition, that the supplier of B2C make evident on its web site, in a clear manner, its name and address. Although electronic commerce may not be considered as a telephone sale nor as mail order it must be made equivalent, under the terms of article 33 of the CDC.⁶³ Thus, it is recommended that there be evident in the electronic offer information, such as: “a) name of the offeror, and the number of his entry in the general register of the Treasury Department, and, further, when a service subject to a regime for regulating a profession is involved, the number of the entry with the inspection or regulating entity; b) physical address of the establishment; c) identification and physical address of the warehouse; d) means by which it is possible to contact the offeror, including electronic mail; e) the filing of the electronic contract by the offeror; f) instructions for filing of the electronic contract, by the acceptor, as well as for its retrieval, in case of necessity; and g) the security systems employed in the operation.”⁶⁴

Conclusion: Any web site that realizes B2C transactions must contain clear and precise information in relation to the products and services offered, under penalty of having any divergence resulting from lack of necessary information in the electronic offer interpreted against the supplier. The reason is that the entire content of a virtual store is equivalent to an offer, that will be incorporated into the contract that comes to be celebrated between the parties, which happens at the moment of the *consunet*'s “click” of acceptance. The rule of *contra proferentum* (construing ambiguities against the drafter) is applied by the CDC.

The deceitful or abusive electronic offer

Article 37 of the CDC prohibits all forms of deceitful or abusive advertising. It states, in § 1 of that article, that considered as deceitful is: “any modality of

⁶³ Art. 33, CDC: “in case of an offer or sale by telephone or mail order, the name and address of the manufacturer must be evident on the packaging, advertising and in all printed matter utilized in the commercial transaction.”

⁶⁴ The above is what art. 4 of draft legislation n° 2644/96 contains.

information or communication of an advertising nature, wholly or partially false, or by any other mode, even by omission, capable of leading the consumer to an error in respect to the nature, characteristics, quality, quantity, properties, origin, price or any other data concerning products or services. ...” The position of jurisprudence is crystal clear: deceitful advertising is anything that may lead the consumer to an error. “Deceit by omission varies according to the case, since it is not required, ..., that the advertisement inform the consumer concerning all the qualities and characteristics of the product or service. What is fundamental here is that the portion omitted has the ability to influence the decision of the consumer. ... Considered essential is that piece of information that has the power to cause the consumer not to enter the consumer transaction, had the consumer known it.”⁶⁵

Then the abusive offer is understood as that “discriminatory advertising of any nature, which incites to violence, exploits fear or superstition, takes advantage of the deficiency of judgment and experience of a child, shows disrespect for environmental values, or that is capable of leading the consumer to behave in a manner prejudicial or dangerous to his health and safety.”⁶⁶

Note, in both cases, that the burden of proof of the truth and correctness of the advertising information falls always upon the supplier, whether the supplier is of the B2C type or not.

The electronic change of mind

Article 49 of the CDC sets forth that “the consumer may renounce the contract, within a period of 7 days counting from its signing or from the act of receiving the product or service, provided that the contract for supplying the product or service occurred outside of the commercial establishment, especially by telephone or at a residence.” Although it may be juridically arguable that the *consunet* was virtually inside a commercial establishment—with a likewise virtual supplier of the product

⁶⁵ Xxx

⁶⁶ CDC, art. 37, §2.

or service, prudence indicates that the inclination of the judiciary will have to be to assimilate B2C sales to sales by telephone or at a residence. As a result, the *consunet* will have the right to renounce the electronic transaction within 7 days, under the terms of article 49 of the CDC. Should the right to renounce be exercised, the supplier will have to return to the *consunet* the funds that may have been received, with a correction for inflation.

BRAZILIAN PERSPECTIVE ON LAWS AFFECTING INTERNET BUSINESS-TO-CONSUMER CONTRACTING – PART II

Este paper foi publicado na Inter-American Trade Report, vol. 8, n. 21, p. 2217

FORMATION OF THE CONTRACT AND B2C

Electronic Documents

Paraphrasing Chiovienda “... document, in the broad sense, is every material representation meant to reproduce a particular manifestation of a thought, like a permanently fixed voice.”⁶⁷ In the same sense, Moacyr Amaral Santo emphasizes that the document must have a permanent and appropriate record.⁶⁸ In these statements, the aspect of being durable is worthy of note. Further, one should not omit mentioning that such durability must not permit modifications or alterations in the content or the fact. Thus, the document may not be subject to alterations. The requirements, therefore, are durability and inalterability. And what about an electronic document? The electronic document is every and any document

⁶⁷ XXX

⁶⁸ XXX

generated, transmitted or stored digitally. The electronic document must, thus, be understood as any document formed by computer or by means of one.⁶⁹

“In the traditional sense, assumed by legislation published at the margin of the consideration of information technology, the document format of paper or analogous other material is normally supposed, in homage to age-old tradition and the still deeply rooted primacy of the written form as a factor for security and fixity in relation to manifestations of will.”⁷⁰ There is no doubt that the replacement of the traditional paper format with an electronic data transmission format results in juridical difficulties in relation to declarations of will, which lead to the questioning of the validity of the contracts negotiated and celebrated via electronics.

Electronic contracts

Electronic documents are a “species” within a broader genus, i.e., the broader category of electronic documents.⁷¹ But after all, what is an electronic contract? An electronic contract is every and any bilateral juridical transaction that uses a computer as the means of forming the contractual link, whether via transmission, or manifestation of will.⁷² The contractual binding, via electronic means, may be established in three distinct ways, namely: (i) interpersonal; (ii) interactive; (iii) intersystem. In the first of these, the manifestation of will, forming the contractual link or bond, is realized via an exchange of e-mails. Second, in the interactive form, the contractual link arises at the moment in which one side freely accepts that which is already manifested by the other side via a programmed system application, installed on a web site to which the public has access. It is a matter of an offer to contract that becomes a reality at the instant of its acceptance. Finally,

⁶⁹ XXX

⁷⁰ XXX

⁷¹ XXX

⁷² XXX

the intersystem modality has as its fundamental characteristic the manifestation of the will of the parties in the respective nets of computers. Thus, the contractual binding is created via two or more systems applications that were previously programmed.⁷³

Although the traditional idea of a contract is associated with a document written and signed by two or more parties, in B2C transactions the cases are few where the contracts celebrated are reduced to a paper format and signed by the parties. In B2C, the contract is formed via the exchange of messages, distinct physically and temporally, which incorporate the declarations of will by which the parties obligate themselves, reciprocally. In order for a declaration of will to be valid and effective, the consent must be express so that the will declared by the parties is imbued with juridical content. Be that as it may, in addition to the requirements of durability and inalterability that are intrinsic to the notion of documents, one must include the concept of truth concerning the identity of the agent manifesting a will to contract.

It should be emphasized, finally, that B2C contracts will only bind the internet consumer if they “are given the opportunity to become aware previously of the content.”⁷⁴ In the same manner, contracts that “are drafted so as to make comprehension of their meaning and reach difficult”⁷⁵ will not be binding upon the internet consumer.

Starting from these basic premises, it is possible to examine, then, the juridical validity of a contract via electronics.

⁷³ xxx

⁷⁴ xxx

⁷⁵ xxx

Validity of the Electronic Juridical Act

Article 82 of the Brazilian Civil Code sets the requirements necessary for the validity of any juridical act. They are: identity of the person; a capable person, a valid consideration and a prescribed form or one not forbidden by law. In order not to discourse at length concerning “capacity” of the person, we will start from the premise that the signatories of the electronic contracts are capable, in terms of the law. Of those requirements, only identity of the person, valid consideration and prescribed form or not forbidden by law that will be effectively taken into consideration below in relation to electronic contracts.

Declarations Of Will Via Electronics

Art. 129 of the Brazilian Civil Code states that “the validity of declarations of will not depend upon a special form save when the law expressly requires it.” In principle, Brazilian legislation accepts any form of declaration of will, including for the formation of contracts, except it is a matter of the substance of the act that its celebration be done via a public instrument. Such is the meaning of art. 133 of the Brazilian Civil Code, confirmed by the express norm in art. 367 of the Brazilian Code of Civil Procedure. Although the requirements of a written form for juridical acts are the exception and not the general rule, in some situations it is the form prescribed by law. For example, (i) when it is intended to make a juridical transaction enforceable against third parties, which generally implies a supplementary act of authentication and/or registration of the written document; (ii) in the case of promissory notes, as the right is incorporated into the note and the transmission of the right presupposes the delivery of the note in a material form; (iii) sale of real property, to mention only a few. It is clear that reduction of the content of a juridical act to writing may be demanded as a condition for validity of the act and/or as a probatory requirement of the same. The written form, if legally

required as a condition of validity of a juridical act, constitutes an insurmountable obstacle for the development of a practical contract via electronics!

In principle, the contracts celebrated in B2C obey the general rule. There is not, however, a legal barrier to celebration of the obligational binding via electronic means. In fact, Brazilian legislation consecrates liberty of form. It does not require an especial form. I.e., its celebration via a public instrument for a B2C contract. In view of this fact, any of the three forms of transmission – using electronic means – of declarations of will are juridically valid and accepted by Brazilian law.

Identity of the Agent

“The identity of the agent is a crucial element in the digital world.” The reason is that the manifestation of will for the formation of the obligational binding requires the acceptance by the party against whom such a binding was established. The manifestation of will for the formation of the obligational binding must be clear and unequivocal, just as the agent of that declaration must be. In this sense, art. 135 of the Brazilian Civil Code provides that “the particular instrument, done and signed, or only signed by one who has free disposition and administration of his goods, ..., proves the agreed obligations regardless of the value.” The Brazilian Code of Civil Procedure makes the same determination. Its art. 371 states that “One is considered the author of a particular document: I – that one who makes and signs it; II – that one who, for the account of the one who made it, signed it; III – that one who, ordering it to be composed, did not sign it, because, according to common usage, it is not the custom to sign, as commercial accounts and domestic ledgers. Further, art. 368 of the same legal Code, provides that “the declarations contained in the particular document, written and signed, or only signed, are presumed true in relation to the signatory.” Finally, art. 373 holds that the particular document “proves that the author made the declaration that is attributed to him.”

Thus, the identity of the agent in the declaration of will that emanated from him is proved, legally, by means of the signature. Until not long ago, a signature was that which was subscribed in one's own handwriting at the end of the document. It was almost banal to observe, when the law demanded that the documents be signed by the parties, that such a demand spoke in respect to a handwritten signature, an autograph. That situation, however, raises problems as to electronic contracts. In practice, there is no signature at the moment of the "click" of acceptance of the internet consumer.

Electronic Signature

Broadly speaking, signature may be understood as an act by which the author of a determined document manifests his agreement with said act, authenticating the document through a mark of his own. Although Brazilian law does not specify the form in which the signature must be represented in a document, i.e., the law does not say the signature must be in one's own handwriting, the security factor is intrinsic to any form of signature. The signature on a document is important in Brazilian law, as "the declarations contained in signed documents are presumed true in relation to the signatories." This is the rule set forth in art. 131 of the Brazilian Civil Code. To remedy the problem of security in relation to the signature of electronic contracts, may be solved through electronic or digital signature. It may meet in an efficient manner the requirements of B2C electronic contracts. Furthermore, the durability and inalterability requirements, as to the element of the identity of the agent, may be met through asymmetric cryptography. Finally, as Brazilian legislation expressly accepts the validity of oral contracts and of contracts by exchange of letters or telegrams, there is not, in principle, a legal impediment leading to non-recognition of the validity of contracts signed electronically.

With the issuance of Provisional Measure n° 2200-2 of August 21, 2001, "the declarations contained in documents in electronic form produced with the utilization

of a certification process made available by the ICP-Brazil (ICP-Brazil is the acronym in Portuguese for the Brazilian Public Keys Infrastructure) are presumed true in relation to the signatories, under the terms of art. 131 of the Brazilian Civil Code. Thus, Brazilian legislation expressly accepts the possibility of electronic signature. It is notes that even if the electronic signature does not meet the certification process of the ICP-Brazil, this fact does not mean that the authorship and integrity of the document may not be acknowledged in another way. This is so much the case that the second paragraph of art. 10 of the said Provisional Measure n° 2200, determines: “What is set forth in this Provisional Measure does not set up an obstacle to utilization of other means of proving the authorship and integrity of documents in electronic form, including the ones that utilize certificates not issued by the ICP-Brazil, provided that it is acknowledged by the parties as valid or accepted by the person for whom the document is contrary.”

Certification Authorities

Nevertheless, for the greater security of the electronic signatures, the authenticity of the signatures should still be made by a certifying authority. With the issuance of the Provisional Measure n° 2200-2 of August 2001, there was instituted the Brazilian Public Keys Infrastructure [*Infra-Strutura de Chaves Públicas Brasileira*] – ICP-Brazil, in order to guarantee the authenticity, the integrity and the legal validity of documents in electronic form, of supporting applications and of qualified applications that utilize digital certificates, as well as the realization of secure electronic transactions.” Despite the issuance of the said Provisional Measure, entities credentialled by ICP-Brazil to issue digital certificates as envisaged in law are not yet created. Be that as it may, electronic contracts, in the more distant future, will have to be encrypted by a certification authority.

Meanwhile, even if electronic contracts of B2C are signed electronically, asymmetrically encrypted and certified by a certification authority, its proof even

so, especially in a judicial proceeding, is still fundamental. It is exactly this point that is examined below.

Judicial Proof of Electronic Contracts

The probatory efficacy of the particular documents, whether electronic or not, depends, a priori, upon the recognition of their authenticity by the party to whom they are contrary, or the judicial recognition of their origin, integrity and truthfulness, in the case of these being contested. The latter implies recourse to other means of proof accepted in law, i.e., through proof that is testimonial, expert, by confession, etc. Furthermore, art. 332 of the Brazilian Code of Civil procedure states that “all legal means, as well as those morally legitimate, *even if not specified in this Code*, are qualified to prove the truth of facts, on which an action or a defense is based” [italics added]. But that is not all.

The proof of the validity of any private instrument is made via the presence of two witnesses, that presence being represented by their respective signatures. That is the meaning of art. 135 of the Brazilian Civil Code in determining that “The particular instrument, ..., being subscribed by two witnesses, proves the agreed obligations of any value.” It is emphasized that Provisional Measure n° 2200-2 of August 2001 does not change what is set forth in this article of the Brazilian Civil Code.

An electronic contract is a private instrument. If the said document does not contain the two witnesses, its legal proof will have to be done by some other means accepted in law. Those means are the ones envisaged in art. 136 of the Brazilian Civil Code and in art. 332 of the Code of Civil Procedure, as described above. Hence, the probatory force of electronic contracts will not be unquestionable. It will be only relative, as it will have to be evaluated by the judiciary for formation, in its discretion, of a decision about the facts. The practical result is that an

electronic contract will not be considered as subject to an expedited procedure and, in case of litigation, the competent avenue will be an ordinary action and not a action for summary judgment . In light of that fact, it will be necessary in a judicial proceeding to prove its existence, so that only then may its contractual provisions be considered legally valid and executable. Remembering always that in the case of B2C, any divergence stemming from the contract sill have to be interpreted against the supplier/offeror.

It is, however, possible, in the near future, to remedy this lack. It is viable for the signatures of the witnesses to be encrypted asymmetrically and electronically certified, just as for the contracting parties. In short: the same security mechanism for signatures of those contracting will be able to be applied to the witnesses. Still today, however, Brazilian law is silent in that respect, despite Provisional Measure n° 2200-2 of August 2001. In truth, there is still a long legal road to travel in order for electronic contracts to be absolutely “secure” legally.

L'ENREGISTREMENT DU NOM DE DOMAINE AU BRÉSIL ⁷⁶

Este paper aguarda publicação pela Revue de La Seine

L'Internet⁷⁷, l'un des phénomènes les plus importants de cette fin de siècle, a été conçue pendant les années 60. Ses origines militaires et universitaires réunissent dans un assemblage singulier, des aspects économiques et technologiques, les plus importants. "L'Internet n'est rien de moins qu'un réseau mondial d'ordinataires qui peuvent non seulement se communiquer et échanger des messages mais aussi échanger d'archives de données et d'images entre eux, tout cela dans un temps

⁷⁶ Ce travail a été possible grâce à l'aide-recherche du "NPP - Escola de Administração de Empresas de São Paulo - Fundação Getúlio Vargas".

⁷⁷ *Inter Communication Network*.

réel"⁷⁸. Le service de connexion à l'Internet est fourni par les serveurs d'accès. L'ordre chronologique des demandes⁷⁹ est le critère adopté pour l'enregistrement de nom de domaine au Brésil. Cela veut dire qu'il est donné au premier demandant de l'enregistrement d'inscription, le droit au nom de domaine: *first-come, first-served*. Au Brésil, le Comité de Gestion de l'Internet du Brésil (CG⁸⁰) est chargé de "coordonner l'attribution d'adresses IP (Internet Protocol) et l'enregistrement de noms de domaine"⁸¹. Le Comité de Gestion a délégué⁸² à "Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)", les activités d'enregistrement de noms de domaine, l'attribution d'adresses IP ainsi que leurs adéquats maintiens à l'Internet.

Malgré les recommandations du Comité de Gestion être récentes, elles ont été déjà modifiées. C'est le dynamisme de l'Internet qui agit déjà sur leur peu de règles. En fait, une attention spéciale a été donnée à l'égard de l'enregistrement de nom de domaine. Parmi les modifications, on mentionne: la possibilité de l'enregistrement de nom de domaine par les personnes physiques, ainsi que la concession de plus d'un enregistrement de nom de domaine par personne morale, vu qu'au début, ce ne sont que les personnes morales qui pourraient titulaires d'un nom de domaine sur l'Internet, chacune n'ayant qu'un enregistrement⁸³.

⁷⁸ R. Hey, "Aspectos jurídicos da Internet", in *Revista de l'ABPI*, n° 19, nov/déc 1995, page 40.

⁷⁹ Art. 1^{er}, de la Résolution n° 001/98, du 15 avril 1998, du Comité de Gestion.

⁸⁰ Arrêté Interministériel du Ministère des Communications et de la Science et Technologie, n° 147, du 31 mai 1995.

⁸¹ Art. 1^{er}, de l'Arrêté Interministériel n° 147/95, du 31 mai 1995, du MC/MCT. Les attributions du Comité de Gestion sont les suivantes: I. suivre l'approvisionnement de services Internet au Pays; II. Etablir de recommandations relatives à la stratégie de la mise en place et de l'interconnexion de réseaux, à l'analyse et recueil d'options technologiques, et aux rôles fonctionnels d'entreprises, d'institutions d'éducation, de recherche et de développement (IEPD); III. émettre d'avis sur l'applicabilité de taux spécial de télécommunications dans les circuits par ligne dédiée, sollicités par IEPDs; IV. recommander des standards, des procédures techniques et opérationnelles et code d'éthique, pour tous les services Internet au Brésil; V. coordonner l'attribution d'adresses IP (Internet Protocol) et l'enregistrement de noms de domaine; VI. recommander des procédures opérationnelles de gestion de réseaux; VII. collecter, organiser et disséminer d'informations sur le service Internet au Brésil; et VIII. Délibérer sur n'importe quelle question qui lui est acheminée.

⁸² Résolution n° 02, du 15 avril 1998 du Comité de Gestion.

⁸³ Voir art. 1^{er}, de l'Annexe I, de la Résolution n° 001/98, du Comité de Gestion.

Ainsi, n'importe quelle personne physique ou morale peut demander l'enregistrement de nom de domaine au Brésil, pourvu qu'elle ait un contact sur le territoire national⁸⁴. Le nom de domaine enregistré auprès de la FAPESP pourra être annulé selon les hypothèses suivantes: (i) par la renonciation expresse du respectif titulaire, moyennant document habile; (ii) par le non-paiement dans les délais stipulés de la rétribution de l'enregistrement et/ou de son maintien; (iii) par le non-usage régulier du nom de domaine, pendant une période continue de 180 (cent quatre-vingt) jours, ou, (iv) par ordonnance judiciaire⁸⁵.

Nom de domaine déjà enregistré par un tiers

Envisageant l'hypothèse où l'enregistrement du nom de domaine aurait été déjà fait par un tiers, l'intéressé devra contacter le titulaire de l'enregistrement pour obtenir un éventuel accord dont le but est la libération du nom de domaine. Pour que cela survienne, il est nécessaire que le titulaire du nom de domaine l'annule auprès de la FAPESP. A partir de la date de l'annulation, le nom de domaine reste libéré à un nouveau enregistrement. Dans le cas où les parties n'arrivent pas à un accord, la question ne pourra être résolue que moyennant intervention du pouvoir judiciaire⁸⁶.

⁸⁴ Art. 2^{ème}, de la Résolution n° 001/98, du Comité de Gestion: "Il n'est permis l'enregistrement de nom de domaine qu'aux entités qui fonctionnent légalement au Pays, aux professionnels de carrière libérale et aux personnes physiques, conformément aux dispositions de l'Annexe II de cette Résolution.

⁸⁵ Article 7^{ème}, de la Résolution n° 001/98 du Comité de Gestion: "Le droit d'usage d'un nom de domaine enregistré sur l'Internet sous le domaine "br." est éteint, épiant l'occasion de son annulation, dans les cas suivants: I - par la renonciation expresse du respectif titulaire moyennant documentation habile; II - par le non paiement dans les délais stipulés de la rétribution par l'enregistrement et/ou de son maintien; III - par le non-usage régulier du nom de domaine, pendant une période continue de 180 (cent quatre-vingt) jours; IV - par le non-respect des règles établies dans cette Résolution et ses Annexes, V - par assignation judiciaire.

⁸⁶ Article 7^{ème}, incise V, de la Résolution n° 001/98 du Comité de Gestion.

L'enregistrement de Nom de Domaine et l'enregistrement de Marques

Due la ratification du Compte-Rendu Final du Colloque Uruguay par le Brésil, il n'était pas possible d'ignorer l'existence de l'Accord sur les Aspects des Droits de Propriété Intellectuelle Relatifs au Commerce (TRIPS⁸⁷). L'Accord TRIPS définit le mot marque de la manière suivante: "n'importe quel signe, ou ensemble de signes, capable de distinguer des biens et des services d'une entreprise à l'égard de ces d'une autre entreprise, pourra constituer une marque. Ces signes, en particulier les mots, y compris les noms propres, lettres, numéraux, éléments figuratifs et combinaison de couleurs, ainsi que n'importe quelle combinaison de ces signes, seront enregistrées comme des marques. Quand les signes n'auraient pas été intrinsèquement capables de distinguer les biens et les services y pertinents, les Membres pourront conditionner la possibilité de l'enregistrement au caractère distinctif qu'ils auraient acquis dû leurs usages. Les Membres pourront exiger, comme condition pour l'enregistrement, que les signes soient perceptibles de visu"⁸⁸. Depuis l'entrée en vigueur de l'accord de l'OMC et, dans le cas, celui de l'Accord TRIPS⁸⁹, il a été alors promulguée la Loi n° 9.279, du 14 mai 1996, qui règle les droits et les obligations relatifs à la propriété industrielle. Il en résulte de l'art. 122 le suivant: "Ils sont susceptibles d'enregistrement comme marque, les signes distinctifs perceptibles de visu, non compris dans les prohibitions légales"⁹⁰. En réalité, la définition de marque est faite de manière négative, étant donné que tous les signes distinctifs de visu peuvent être enregistrés, exception faite s'ils le sont expressément interdits par la loi.

⁸⁷ *Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights*.

⁸⁸ Art. 15.1 du TRIPS. A propos du TRIPS et de l'OMC, voir L.M. Costa, *OMC - Manual prático da rodada Uruguai*, São Paulo, Saraiva, 1996; G. S. Leonardos, "A data de aplicação no Brasil do acordo sobre direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio - TRIPS" in *Revista da ABPI*, n° 17, juill./août 1995, page 6-12; A. Carminatti, "A aplicação do TRIPS na ordem jurídica interna" in *Revista da ABPI*, n° 17, juill./août 1995, page 13-17; M. Basso, *O direito internacional da propriedade intelectual*, Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2.000.

⁸⁹ Il est vrai, cependant, que le Brésil avait un délai de dix ans pour exécuter les dispositions de l'Accord TRIPS, à partir de l'entrée en vigueur de l'OMC.

⁹⁰ L'art. 124 de la Loi n° 9.279, du 14 mai 1996, détermine 23 incises de signes non enregistrables.

L'Institut National de la Propriété Industrielle (INPI) a l'objet d'exécuter, dans le cadre national, les normes qui règlent la propriété industrielle. Parmi ces fonctions, on peut citer l'enregistrement de marques. Dans le droit de marques, le titulaire d'enregistrement d'une marque a le pouvoir d'interdire que des tiers tirent profit de sa marque déposée. Ainsi, le titulaire de l'enregistrement exclut des tiers de son domaine. Il les maintient exclus d'un champ, dans lequel ne peut parcourir que le titulaire de l'enregistrement⁹¹. L'importance de l'enregistrement est notoire. L'ordre chronologique des demandes est le critère adopté au Brésil pour l'enregistrement de marque, ainsi ce qu'il arrive avec l'enregistrement de nom de domaine sur l'Internet.

Une des exceptions au principe basique du premier enregistrement est l'usage commercial et de bonne foi de marque pas encore enregistrée. "Toute personne qui, de bonne foi, à la date de la priorité ou de la réception, utilisait dans le pays, il y a au moins 6 (six) mois, une marque identique ou semblable, pour distinguer ou certifier un produit ou un service identique, semblable ou pareil, aura le droit de préséance à l'enregistrement"⁹². Donc, la contestation de l'enregistrement de marque est possible, s'il reste prouvé l'usage antérieur de marque identique ou semblable pour produit ou service identique ou semblable, dont l'enregistrement a été demandé postérieurement à cet usage confirmé.

Conflit entre enregistrements de noms de domaine et de marques

Plusieurs activités à l'Internet entraînent l'usage de noms de domaine et de marques. Cela engendre une série de conflits, soit du point de vue interne soit international. Ainsi, d'après José Antonio B. L. Faria Correa, "les noms de domaine voyagent

⁹¹ Voir, J. A. B. L. Faria Correa, "Eficácia dos registros de marca" in *Revista da ABPI*, n° 23, juill./août 1996, page 48.

⁹² Art. 129, § 1^{er} de la Loi n° 9.279, du 14 mai 1996. Voir, à ce titre, L. E. Montauray Pimenta, "Uso anterior como fundamento para impugnação a pedido de registro de marca" in *Revista da ABPI*, n° 24, sept/oct. 1996, page 31, en dépit du système d'attribution rester en vigueur, le législateur décide par la nécessité de s'ouvrir une (entre d'autres) exception à cette règle".

parmi le monde sans tenir en compte les frontières physiques, en promenant fréquemment et librement, par les divers segments de marché, indifférents à la spécificité des produits ou des services"⁹³. Etant donné l'inexistence de frontières à l'Internet, la titularité d'un nom de domaine dépasse au-delà les frontières juridiques d'un unique pays. De plus, les internautes, presque souvent lient un nom de domaine à une marque déposée. Dans ce sens, on cite deux décisions récentes nord-américaines: dans le Cas SNA, INC. v. ARRAY, la Cour de l'Etat de Pennsylvanie a affirmé que "les usagers de l'Internet attendent qu'un *site* avec un nom de domaine et qui est également une marque déposée, soit de quelque manière rapporté au titulaire de la marque déposée"⁹⁴. Dans ce même sens, la Cour du 9^{ème} Circuit, dans le cas BROOKFIELD COMM. INC. v. WEST COAST ENTERTAINMENT CORP., affirme que "les usagers de *Web* assument toujours, comme règle de manieiment, que le nom de domaine d'une certaine entreprise sera le nom de l'entreprise suivi de '.com'.⁹⁵". En effet, "le développement du commerce électronique fait naître un marché prometteur de consommateurs par le moyen de l'Internet, la valeur de la marque d'une grande entreprise dans le milieu internaute devenant quelque chose d'incalculable, notamment dans le champ des noms de domaine"⁹⁶. L'apparition de "pirates" sur l'Internet il a vite fait d'arriver. Son cible principal est l'enregistrement de noms de domaine des marques de tiers.

Les conflits résultants de l'usage de noms de domaine et de marques enregistrées sont au delà d'être définitivement résolus. A cause de cela, les cas d'entreprises qui

⁹³ "O projeto de lei da propriedade industrial e o Trips - A fraude na apropriação de marcas não pré-registradas" in *Revista da ABPI*, n° 17, juill./août 1995, page 36.

⁹⁴ 199 WL 359786: "Internet users expect that a site with a domain name that is a trade mark is somehow related to the owner of the trademark".

⁹⁵ 174 F3d 1036, 1045 (9th Circ. 1999): "Web users often assume, as a rule of thumb, that the domain name of a particular company will be the company name followed by '.com'".

⁹⁶ D. P. de Santa Rosa, "Novas tendências do direito de marcas no ciberespaço - *links, frames* et *metargs*" in *Revista da ABPI*, n° 41, juill./août 1999, page 18.

ont dû "acheter" leurs marques à l'Internet sont devenus chaque fois plus fréquentes, ces marques étant utilisées par des tiers par le moyen de noms de domaine⁹⁷.

Droit international privé sur l'Internet

Deux théories s'opposent, de façon radicale, dans la détermination de la loi applicable à un conflit à l'Internet, voire dans le cas de nom de domaine et de la violation du droit des marques. La première est la dite théorie de la réception. Suivant cette conception, on doit appliquer la loi du lieu où l'infraction a été commise. De cette manière, un acte pourra être considéré légal ou illégal en fonction de chaque système juridique. Tandis que dans un autre sens, la seconde théorie prend en compte que la loi applicable au conflit est celle de l'émission. Ainsi, la légalité ou l'illégalité de l'acte par le moyen de l'Internet doit être considérée selon la loi du prestataire de service. Les deux théories sont, à la fois, objet de critiques et d'applaudissements. Le fait est que la jurisprudence internationale applique les deux théories, selon le cas concret. Cela à cause du fait que l'élément "nouveau" de l'Internet ne s'insère pas adéquatement aux schémas classiques et rigides du droit.

En fonction de cela, il a été adopté la Directrice Uniforme pour la Résolution de Disputes⁹⁸ par *l'Internet Corporation for Assigned Names and Number (ICANN)*. C'est également un fait qu'une telle directrice s'appuie sur les recommandations de l'Organisation Mondiale de la Propriété Intellectuelle (OMPI). Cependant, un long chemin devra encore être parcouru avant que les décisions, ainsi proférées, soient effectivement reconnues et respectées par les organismes responsables de la

⁹⁷ Par exemple, Taco Bell; MTV; Kentuck Fried Chicken; McDonald's; Avon; Kaplan, parmi d'autres. On cite encore, la société W3 Systems Inc. qui a enregistré plus de 300 noms de domaine correspondants à des marques déposées, quelques unes étant, y compris, notoires et/ou de haute réputation, soit: La Perla, Tartine et Chocolat, Agnes B, Euro-Tuennel, Pastis 51, TF 1, Alain Manoukian, Black-Decker, Galerie Lafayette, parmi d'autres. Voir dans ce sens, J. Monteiro, "Contrefaçon et autres atteintes aux marques sur internet" in *Revista da ABPI*, n° 27, mars/avril 1997, page 19-30.

⁹⁸ *Uniform Dispute Resolution Policy - UDRP*.

prestation des services d'Internet dans les respectifs pays, ainsi que par le correspondant système judiciaire⁹⁹.

Droit de marques à l'Internet

En face de cela, il ne reste d'autre alternative que faire l'application des règles existantes, dans un certain système juridique. L'enregistrement d'une marque, par devant l'INPI, dans le cas spécifique du Brésil, n'engendre pas de droits directs empêchant à un tiers d'utiliser une marque déposée par un autre, en tant que nom de domaine à l'Internet. D'où découle le conflit entre les noms de domaine utilisés pour identifier les *sites* dans le réseau de télécommunication sous la désignation ".br" et les marques déjà existantes et dûment enregistrées auprès de l'INPI. C'est pourquoi la titularité d'une marque déposée ne garantit pas d'une façon intégrale, la titularité d'un nom de domaine. En plus, une marque identique ou semblable à une autre peut être objet d'enregistrement auprès de l'INPI si elle est utilisée pour des produits ou services distincts de celle-là. Donc, si la marque déposée auprès de l'INPI est destinée à une certaine catégorie et le nom de domaine à un "DPN" distinct de la catégorie de l'enregistrement de la marque, on questionne si le droit de marques pourra ou non, par analogie, donner quelque protection au titulaire de la marque déposée ...

Une autre question peut être posée. Si une marque non enregistrée auprès de l'INPI est utilisée commercialement et de bonne foi pendant au-delà de six mois, son titulaire pourra-t-il demander la contestation de l'enregistrement d'un tiers de nom de domaine semblable ou identique à cette marque? Jusqu'à quel point le droit de marques, par analogie, pourra être utilisé pour répondre cette enquête? D'autres hypothèses pourraient encore être posées, sans qu'une position définitive pourrait être adoptée.

⁹⁹ A ce titre, voir l'étude de M. Basso, "A arbitragem como método de solução de controvérsias na internet: atualidade do sistema de nome de domínio" in *XIV Congrès de l'UIBA*, Fortaleza, les 24-29 avril 2000.

En face de ces prémisses, et en vertu de la série de conflits qui ont été déclenchées, quelques règles basiques ont été établies. Ainsi, la politique adoptée aujourd'hui¹⁰⁰ est celle de permettre l'enregistrement de noms de domaine, pourvu qu'il n'ait pas d'infraction évidente à l'égard de l'enregistrement de marques assuré par le droit de marques. Il en résulte que l'article 2^{ème}, lettre "b", de l'Annexe I de la Résolution n° 001/98 du Comité de Gestion, détermine qu'ils sont considérés en tant que des noms de domaine non enregistrable "parmi d'autres, les mots de bas argot, "o" [ou] ou qui appartiennent à des noms préservés maintenus par le CG et par la FAPESP sous cette condition, vu qu'ils représentent des concepts préalablement définis sur le réseau Internet, ce qu'il arrive avec le cas du propre nom 'Internet', ceux qui puissent induire des tiers à d'erreur, le cas échéant de noms qui représentent des marques de haute réputation ou qui sont notoirement connues, ne fût ce qu'ils soient pas requis par le respectif titulaire". Il en résulte que les marques notoires et/ou de haute réputation¹⁰¹ ont leurs protections garanties sur l'Internet.

Ce concept résulte de l'influence du droit de marques sur l'Internet. Par l'application de l'art. 125 de la Loi n° 9.279/96 - "A la marque déposée au Brésil considérée de haute réputation sera assurée de protection spéciale dans toutes les branches d'activité"¹⁰². Dans ce même sens, l'art. 126 de la dite Loi dispose à l'égard de la marque notoirement connue, le suivant:¹⁰³

¹⁰⁰ Cette tendance n'est pas exclusive du droit brésilien. La plupart des pays l'a également adoptée.

¹⁰¹ Voir étude qui traite de la différenciation entre marque de haute réputation et marque notoirement connue, J. C. Tinoco Soares, "Marca de alto renome e marca notoriamente conhecida" in *Revista da ABPI*, n° 24, sept/oct. 1996, page 11-7; du même auteur, "O tratamento das marcas de alto renome e das marcas notoriamente conhecidas na Lei 9.279/96" in *Revista da ABPI*, n° 28, mai/juin 1997. Malgré ce travail n'être pas récent, voir importante étude de J. C. Tinoco Soares, *Direito de marcas*, 1^{ère} édition, São Paulo, Atlas, 1962, page 107 et suivantes. Dans ce travail, l'auteur mentionne le jugement du droit et de la jurisprudence en France, Angleterre, Etats-Unis de l'Amérique, Allemagne et au Brésil à propos de marques notoires. Au Brésil, selon l'auteur, le sont considérées comme des notoires les marques, maintes d'elles étant encore notoirement actuelles, d'autres n'en étant pas trop, telles que: "Chiclets" pour gomme à mâcher; "Crush" pour réfrigérants; "Cinzano" pour boissons alcooliques; "Keds" pour bottes et souliers en caoutchouc; "Pirex" pour verres et artisanats en verre; "Alka-Seltzer" pour produits pharmaceutiques; "Lambretta" pour véhicules; "Zippo" pour briquets, parmi d'autres.

¹⁰² Art. 125, de la Loi n° 9.279, du 14 mai 1996.

¹⁰³ Art. 126, de la Loi n° 9.279, du 14 mai 1996: "Art. 126. La marque notoirement connue dans sa branche d'activité conformément aux dispositions de l'art. 6^{ème} -bis (I), de la convention de l'Union de Paris pour la

Néanmoins, dès le moment où une enquête est réponde d'autres se manifestent, presque concomitamment. Si la question est évidente pour les marques notoires et/ou de haute réputation, on ne peut affirmer le même par rapport aux marques enregistrées auprès de l'INPI, mais qui ne sont pas considérées comme notoires et/ou de haute réputation. Il fallait alors, remédier cette carence. De cette manière, aux effets d'éviter que des "pirates" enregistrent des marques déposées comme des noms de domaine, la titularité du nom de domaine est associée au fait qu'un tiers prouve l'antériorité de l'enregistrement de la marque par devant l'INPI. Ce principe est aujourd'hui appliqué non seulement au Brésil mais dans la plupart des pays. Ainsi, si une personne physique ou morale, déjà titulaire d'une marque déposée, subi de préjudices dû l'utilisation de cette marque comme nom de domaine sur l'Internet, celle-ci devra recourir au judiciaire, ayant des grandes chances d'obtenir judiciairement, la modification du titulaire du nom de domaine.

Remarquons enfin, que le Comité de Gestion au Brésil¹⁰⁴ n'est pas tenu pour responsable, de manière expresse, ni par l'enregistrement indu de noms de domaine, ni par n'importe quelle action judiciaire ou extrajudiciaire engendrant la violation de droits de tiers. Dans ce sens, la Résolution n° 001/98 du Comité de Gestion elle est non seulement claire mais encore expresse: "le choix du nom de domaine requis et son adéquate utilisation sont de l'entière responsabilité du demandeur, lequel, lors de la formulation de la demande de l'enregistrement exempte le CG et l'exécuteur de l'enregistrement, le cas échéant d'un autre, de toute et n'importe quelle responsabilité à l'égard de n'importe quel dommage découlant de son usage indu et deviendra, dorénavant, responsable de n'importe quelle action judiciaire ou

Protection de la Propriété Industrielle, jouit de protection spéciale, indépendamment d'être préalablement déposée ou enregistrée au Brésil. § 1^{er}. La protection objet de cet article est aussi applicable aux marques de service. § 2^{ème}. L INPI pourra refuser d'office, la demande d'enregistrement de marque qui reproduise ou qui imite, dans le tout ou en partie, une marque notoirement connue".

¹⁰⁴ Cette décision n'est pas exclusive du Comité de Gestion brésilien. Les autres organismes comparés dans les autres pays ont également adopté cette même attitude.

extrajudiciaire engendrée par violation de droits ou de préjudices occasionnés à d'autrui"¹⁰⁵.

CONCLUSION

L'éventail de lois qui peut engager l'Internet exige une conception juridique nouvelle à être ébauchée pour suivre les règles originales du jeu. Cependant, jusqu'à ce que cela arrive, les concepts et les modèles traditionnels du droit continueront à être appliqués. En fait, ce qu'on ne peut pas admettre c'est que "dans le vent de l'innovation on ne gouverne pas"¹⁰⁶. C'est pour cette raison que "pour régler l'usage de l'Internet où, en principe, il est interdit de prohiber, maintes de documents de caractère légal, social et politique seront émis, avec lesquels la communauté internationale devra se mettre en face, chaque pays dessillant ses yeux vers son ordonnance juridique interne, puisque presque tous ces documents-là engendront certainement des changements fondamentaux, surtout vis-à-vis les lois domestiques à propos des communications et de la propriété intellectuelle"¹⁰⁷. La fonction basique du nom de domaine ainsi que le nom d'une marque, est d'identifier un produit, un service ou une activité, en le différenciant de ses concurrents. Les conséquences d'une violation à cette règle par le moyen de l'Internet ne demeurent pas longtemps à apparaître. Et, elles pourront être désastreuses.

¹⁰⁵ Art. 1^{er}, § 3^{ème} de la Résolution n° 001/98 du Comité de Gestion.

¹⁰⁶ C. D'Elia, "Verso la società dell'informazione", in *Informatica e diritto*, n° 1/96, page 15.

¹⁰⁷ L. F. Barroso, "Internet e o *franchising*: aspectos jurídicos e operacionais" in *Revista da ABPI*, n° 21, mars/avril 1996, page 14.

E-NEVITÁVEL: B2C VS. DIREITO¹⁰⁸ – UMA PERSPECTIVA BRASILEIRA

Este paper foi registrado como material didático na EAESP-FGV

Os atrativos do *business to consumer* (“B2C”) são muitos. É quase desnecessário dizer que ele apresenta inúmeras vantagens, tanto para fornecedores quanto para consumidores. Mas, o que é mesmo B2C? O B2C pode ser definido como todo e qualquer negócio realizado via Internet, tendo por um lado, uma pessoa física ou jurídica, na qualidade de produtora, fabricante, fornecedora e, por outro, o consumidor, destinatário final dos respectivos produtos ou serviços.

É certo que o “B2C desenvolve-se de forma surpreendente, impulsionando investimentos que assumem proporções gigantescas”¹⁰⁹. Mas isto não significa que se possa negligenciar os problemas jurídicos que ele suscita. Além de uma patente lacuna legal no Brasil, as inovações que a própria estrutura contratual do B2C apresenta, conduz a indagações a respeito da interpretação do direito positivo vigente. O B2C é um gerador de problemas jurídicos em potencial, cuja energia tornar-se-á ainda mais potente na medida em que for ampliada sua utilização. Seja como for, no estado atual do direito brasileiro, a partir do momento em que estiver caracterizada uma relação de consumo, sobre esta incidirão, necessariamente, as disposições do Código de Defesa do Consumidor (“CDC”)¹¹⁰, como norma específica, e dos Códigos Civil e de Processo Civil, como norma geral, para mencionar apenas esses diplomas legais. Diante dessa constatação peremptória, na sua forma, nada mais resta além de examinar a estrutura funcional do B2C frente a

¹⁰⁸ Este artigo baseia-se em pesquisa financiada pelo NPP – Núcleo de Pesquisas e Publicações da FGV/EAESP, intitulada “Internet: lacuna jurídica ou inferno legal”. Agradeço pela pesquisa complementar na preparação deste artigo à Deborah Lorenzi Marques.

¹⁰⁹ BENEVIDES DE CARVALHO, R., “A Internet e as Relações de Consumo”, in **Internet. O Direito na Era Virtual**, 2^a ed., São Paulo, Forense, 2.001, p. 97.

¹¹⁰ O Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, regulamentou o CDC.

alguns aspectos do CDC¹¹¹ relacionados à oferta para contratar (I), para em seguida, tratarmos dos aspectos relativos à formação do contrato eletrônico propriamente dito, nos termos dos Códigos Civil e de Processo Civil brasileiros.

I – CDC e o B2C

O CDC aplica-se, especificamente, às relações de consumo realizadas entre fornecedores de produtos ou serviços e seus consumidores. A “razão de ser” do CDC é a vulnerabilidade do consumidor frente ao fornecedor. Alguns sustentam que as normas protecionistas do CDC são empecilhos ao comércio, em especial ao B2C. Outros sustentam o contrário. Seja como for, a doutrina e a jurisprudência são unânimes em afirmar que tais disposições são aplicáveis ao B2C. Isto porque diz o art. 2º do CDC que “consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”. Daí resulta que, inexoravelmente, o consumidor da Internet (“consunauta”) foi abrangido por essa definição. Logo, também o foi o B2C, na medida em que lhe for aplicável.

A oferta eletrônica

A primeira questão que se coloca é de saber se a oferta publicitária eletrônica está subordinada ao CDC. O artigo 30 do CDC diz que sim, ao dispor que “toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos ou serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado”. Note-se que a publicidade pode ser veiculada “por qualquer forma ou meio de comunicação”. Deduz-se, então, que a oferta

¹¹¹ O projeto de lei nº 2.644/96 sobre comércio eletrônico em tramitação no Congresso Nacional dispõe em seu art. 13º: “Aplicam-se ao comércio eletrônico as normas de defesa e proteção do consumidor”.

publicitária eletrônica insere-se perfeitamente nessa ampla definição do art. 30 do CDC.

Além disso, a oferta eletrônica deverá respeitar um outro requisito fundamental: a precisão. De fato, a oferta publicitária, eletrônica ou não, deve ser suficientemente precisa. Porém, como deve ser entendida a expressão “suficientemente precisa”, prevista no CDC? O CDC aceita um mínimo de precisão, sempre analisada em prol do consunauta. Isto porque “na raiz da força obrigatória da mensagem publicitária está o reconhecimento pelo Direito do poder de influência desse instrumento promocional nas decisões dos consumidores: a publicidade cria expectativas – legítimas –, que precisam ser protegidas”¹¹².

A oferta publicitária no B2C não necessita de uma precisão absoluta nem requer a presença de todos os elementos essenciais do contrato, para ter força vinculante. Basta que tenha um mínimo de concisão, passível de criar expectativas no consunauta, para ser considerada vinculante. A vontade do fornecedor é irrelevante para a sua vinculação contratual, pois ele está vinculado, pelo CDC, aos termos da oferta veiculada publicitariamente. Ressalte-se que nem mesmo o fato de a mensagem ser equivocada, ou gerar certas ambigüidades, afasta a vinculação do fornecedor à mensagem. “O detalhismo deixa de ser o portão de entrada da força obrigatória”¹¹³. Sempre prevalecerá o que a oferta diz e a conseqüente expectativa gerada no consunauta e não o que o fornecedor de fato queria dizer com a oferta publicitária. O CDC evita, assim, a chamada “publicidade-chamariz”¹¹⁴. Isto porque

¹¹² BENJAMIN, A. H. V., Código de Defesa do Consumidor, Forense, Rio de Janeiro, 1991, p. 215-24. No mesmo sentido, CONSTANT PIRES, F., Os Supermercados e o Código de Defesa do Consumidor, Abras, São Paulo, 1994, p. 31: “a melhoria das relações de consumo depende basicamente de como os consumidores recebem as orientações para o uso correto de bens e serviços”.

¹¹³ BENJAMIN, A. H. V., Código de Defesa do Consumidor, *op. cit.*, nota 4, p. 215-24.

¹¹⁴ O fornecedor anuncia num *Web Site* determinado produto a preço altamente competitivo. Entretanto, no momento em que o consunauta “clica” SIM é informado que já havia esgotado o estoque daquele produto. De qualquer modo, outros produtos similares estavam à disposição do consunauta; mas é claro com preços não tão competitivos. V., nesse sentido, AMARAL JÚNIOR, A. do, “O princípio da vinculação da mensagem publicitária”, in *Direito do Consumidor*, nº 14, abril/junho, 1995, p. 48: “Para atrair a clientela, é comum o fornecedor anunciar determinado produto, geralmente reconhecido pelo prestígio de certa marca, com preços consideravelmente reduzidos. Quando os consumidores, atraídos pela companhia publicitária, acorrem a um estabelecimento comercial

ele “visa modificar as práticas comerciais no mercado brasileiro, aumentando o *respeito* devido ao consumidor como parceiro contratual, que não deverá ser tirado de casa para aproveitar uma ‘falsa’ oferta a preços reduzidos”¹¹⁵.

O grau mínimo de precisão da oferta publicitária, não exige que esta contenha todos os elementos essenciais do contrato. O anúncio não precisa ser inequívoco; ele é vinculante ainda assim; e mesmo que não seja completo. Como a publicidade está vinculada a um futuro contrato a ser firmado entre as partes, se tal divulgação indicar, pelo menos, o preço ou as qualidades do produto ou serviço, basta o simples “click” de aceitação do consunauta, para a formação do contrato¹¹⁶. Isto evita a prática bastante comum de o fornecedor “anunciar determinado produto, geralmente reconhecido pelo prestígio de certa marca, com preços consideravelmente reduzidos. Quando os consumidores, atraídos pela companhia publicitária, acorrem a um estabelecimento comercial para adquirir o produto mencionado, são induzidos a comprar outros produtos, que não tiveram seus preços rebaixados.”¹¹⁷

Para coibir ofertas publicitárias, eletrônicas ou não, que, posteriormente, não são incluídas no contrato, é que o CDC previu que, no caso de aceitação da oferta pelo consumidor, o fornecedor deverá cumprir o ofertado sob pena de ser compelido a fazê-lo. É a regra do artigo 35 do CDC, que concede ao consumidor as seguintes opções: “(i) exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, apresentação ou publicidade; (ii) aceitar outro produto ou prestação de serviço equivalente; (iii) rescindir o contrato, com direito à restituição da quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada e a perdas e danos”. Breve, o fornecedor do B2C deve prestar atenção especial nas informações que veicula via Internet, pois estas podem vincula-lo como uma obrigação pré-contratual: uma

para adquirir o produto mencionado, são induzidos a comprar outros produtos, que não tiveram seus preços rebaixados.”

¹¹⁵ LIMA MARQUES, C., Contratos no Código de Defesa do Consumidor. São Paulo, RT, 3ª ed., p. 288 e ss.

¹¹⁶ LIMA MARQUES, C., Contratos no Código de Defesa do Consumidor. *op.cit.*, nota 7, p. 150 e ss.

¹¹⁷ AMARAL JÚNIOR, A. do, “O princípio da vinculação da mensagem publicitária”, *op. cit.*, nota 6, p. 48.

oferta. Daí resulta que ele poderá vir a ser obrigado a manter sua oferta ao consunauta nos expressos termos em que foi veiculada. Note-se que como o fornecedor já está, em princípio, vinculado aos termos da oferta publicitária, a informação contratual, num segundo momento, não afasta a vinculação inicial. Portanto, a menção na oferta publicitária “conheça o regulamento”, por exemplo, através do “click” num ícone existente na mesma *Web Page*, não isenta o fornecedor de cumprir a oferta veiculada na publicidade, nem obriga o consunauta a efetivamente verificar o “regulamento”.

Ainda, é importante que o fornecedor do B2C faça constar no seu *Web Site*, de modo claro, seu nome e endereço. Embora o comércio eletrônico não possa ser considerado como uma venda por telefone nem por reembolso postal, ele deve ser a elas equiparado, nos termos do artigo 33 do CDC¹¹⁸. Assim, recomenda-se que conste da oferta eletrônica informações, tais como: “(a) nome do ofertante, e o número de sua inscrição no cadastro geral do Ministério da Fazenda, e ainda, em se tratando de serviço sujeito a regime de profissão regulamentada, o número de inscrição no órgão fiscalizador ou regulamentador; b) endereço físico do estabelecimento; c) identificação e endereço físico do armazenador; d) meio pelo qual é possível contatar o ofertante, inclusive correio eletrônico; e) o arquivamento do contrato eletrônico, pelo ofertante; f) instruções para arquivamento do contrato eletrônico, pelo aceitante, bem como para sua recuperação, em caso de necessidade; e; g) os sistemas de segurança empregados na operação”¹¹⁹.

Concluindo: qualquer *web site* que realize transações B2C deve conter informações claras e precisas em relação aos produtos e serviços ofertados, sob pena de qualquer divergência resultante da falta de informações necessárias na oferta eletrônica ser interpretada contra o fornecedor. Isto porque todo o conteúdo de uma loja virtual é equivalente a uma oferta, que passará a integrar o contrato que vier a ser celebrado

¹¹⁸ Art. 33 do CDC: “Em caso de oferta ou venda por telefone ou reembolso postal, deve constar o nome do fabricante e endereço na embalagem, publicidade e em todos os impressos utilizados na transação comercial”.

¹¹⁹ É o que determina o art. 4º do projeto de lei nº 2.644/96.

entre as partes, no momento do “click” de aceitação do consunauta. É a regra pretoriana *contra proferentem*¹²⁰ aplicada pelo CDC.

A oferta eletrônica enganosa ou abusiva

O artigo 37 do CDC proíbe toda forma de publicidade enganosa ou abusiva. Diz, o §1º desse artigo, que é considerada como enganosa “qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir ao erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços. (...)”. A posição da jurisprudência é cristalina: a publicidade enganosa é toda aquela que pode induzir o consumidor em erro. “A enganabilidade por omissão varia conforme o caso, já que não se exige, (...), que o anúncio informe ao consumidor sobre todas as qualidades e características do produto ou serviço. O fundamental aqui é que a parcela omitida tenha o condão de influenciar a decisão do consumidor. (...) É considerado essencial aquele dado que tem o poder de fazer com que o consumidor não materialize o negócio de consumo, caso o conheça.^{121,}”

Já a oferta abusiva é entendida como aquela “publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores

¹²⁰ Nesse sentido, em relação ao Código de Defesa do Consumidor, v. BENJAMIN, A. H. V., Código de Defesa do Consumidor, *op. cit.*, nota 4, p. 215-24: “Os contornos da oferta publicitária, na forma traduzida pelos estatutos e doutrinas recentes de proteção do consumidor, divergem profundamente daqueles da policitação clássica. Primeiro, seu grau mínimo de *precisão* ou *completude* é reduzido. Já não se exige que traga todos os termos essenciais do contrato, particularmente referências à coisa e ao preço. (...) Segundo, o anúncio não precisa ser *inequívoco*; o caráter equívoco funciona contra o policitante e não a seu favor”. Dispõe o art. 47 do CDC que “as cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor”.

¹²¹ BENJAMIN, A. H. V., Código de Defesa do Consumidor, *op. cit.*, nota 4, p. 215. A respeito do dever de informar do CDC, v., PORTO MACEDO JR. R., Contratos Relacionais e Defesa do Consumidor, São Paulo, Max Limonad, 1998, p. 187 e s.

ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança”¹²².

Note-se que em ambos os casos, o ônus da prova da veracidade e correção das informações publicitárias recai sempre sobre o fornecedor, seja ele de B2C ou não¹²³.

O arrependimento eletrônico

Dispõe o artigo 49 do CDC que “o consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio”. Embora seja juridicamente defensável que o consunauta esteve virtualmente no estabelecimento comercial, também virtual do fornecedor do produto ou serviço, a prudência indica que a tendência jurisprudencial deverá ser de equiparar as vendas do B2C às vendas por telefone ou a domicílio. Diante disso, o consunauta terá direito de se arrepender do negócio eletrônico dentro de 7 dias, nos termos do artigo 49 do CDC. Caso o seu direito de arrependimento seja exercido, o fornecedor deverá devolver ao consunauta os valores eventualmente recebidos, com correção monetária.

II – FORMAÇÃO DO CONTRATO E O B2C

Documentos Eletrônicos

Parafrazeando Chiovenda “... documento, em sentido amplo, é toda a representação material destinada a reproduzir determinada manifestação do pensamento, como

¹²² Art. 37 §2º do CDC.

¹²³ Art. 38 do CDC.

uma voz fixada duradouramente”¹²⁴. No mesmo sentido, Moacyr Amaral Santos ressalta que o documento deve ter um registro permanente e idôneo¹²⁵. Dessas afirmações vale notar o aspecto duradouro. Além disso, não se pode deixar de mencionar que tal durabilidade não deve permitir modificações ou alterações ao conteúdo ou ao fato. Assim, o documento não pode estar sujeito a alterações. Logo, os requisitos são a durabilidade e inalterabilidade. E o que é um documento eletrônico? O documento eletrônico é todo e qualquer documento gerado, transmitido ou armazenado via digital. Assim, o documento eletrônico deve ser entendido como qualquer documento formado por computador ou através dele¹²⁶.

“No sentido tradicional, assumido por legislação publicada à margem da consideração da tecnologia informática, pressupõe-se, normalmente, o suporte dos documentos em papel ou outro material análogo, num tributo à tradição milenar e ainda profundamente enraizada do primado da forma escrita como factor de segurança e fixidez das manifestações de vontade”¹²⁷. Não há dúvida de que a substituição do tradicional papel, por um suporte eletrônico de transmissão de dados, resulta em dificuldades jurídicas em relação as declarações de vontade, as quais levam ao questionamento da validade dos contratos negociados e celebrados via eletrônica.

Contratos Eletrônicos

Os contratos eletrônicos são uma “espécie” dentro de um gênero mais amplo, isto é, a dos documentos eletrônicos¹²⁸. Mas afinal, o que é um contrato eletrônico?

¹²⁴ CHIOVENDA, G., **Principii di Diritto Processuale Civile**, Napoli, Casa Editrice Dott. Eugenio, 1965, p. 324.

¹²⁵ **Comentários ao Código de Processo Civil**, Rio de Janeiro, Forense, 1977, vol. IV, p. 161.

¹²⁶ Ver, nesse sentido, GIANNANTONIO, E., “El Valor Jurídico del Documento Electrónico”, in *Informática y Derecho*, vol. 1, Buenos Aires, Depalma, 1991, p. 94; LAVIERI, J. V., “O Comércio Eletrônico na Internet” in *11º Seminário Internacional de Direito de Informática e Telecomunicações*; GRECO, Leonardo, “O processo Eletrônico” in *Direito e Internet. Relações Jurídicas na Sociedade Informatizada*, São Paulo, RT, 2.001, p. 86 e s.

¹²⁷ CORREIA, M. P., “Portugal: documentos electrónicos e assinatura digital: as novas leis portuguesas”, in *R.E.D.I. http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 23 junio del 2000*.

¹²⁸ Projeto de lei nº 2.644/96 no seu art. 1º diz que: “Considera-se documento eletrônico, para os efeitos desta Lei, todo documento, público ou particular, originado por processamento eletrônico de dados e armazenado em meio

Contrato eletrônico é todo e qualquer negócio jurídico bilateral que use um computador como meio de formação de vínculo contratual, seja através de transmissão, instrumentalização ou manifestação da vontade¹²⁹. O vínculo contratual, via eletrônica, pode ser estabelecido por três formas distintas, a saber: (i) interpessoal; (ii) interativa; e, (iii) intersistêmica. Na primeira delas, a manifestação da vontade, formadora do vínculo contratual, é realizada através da troca de e-mails. Já na forma interativa, o vínculo contratual surge no momento em que um lado aceita a vontade já manifestada pelo outro através de um sistema aplicativo programado, instalado num *web site* de acesso público. Trata-se de uma oferta de contratar que se concretiza no momento de sua aceitação. Por fim, a modalidade intersistêmica têm como característica fundamental a manifestação da vontade das partes nas respectivas redes de computadores. Portanto, o vínculo contratual é criado através de dois ou mais sistemas aplicativos previamente programados¹³⁰.

Embora a idéia tradicional de contrato esteja associada a um documento escrito e assinado por duas ou mais partes, nas transações B2C poucos são os casos em que são celebrados contratos reduzidos a um instrumento em suporte de papel e subscrito pelas partes. No B2C, o contrato se forma através da troca de mensagens distintas, física e temporalmente, que materializam as declarações de vontade pelas quais se obrigam as partes, reciprocamente. Para que uma declaração de vontade seja válida e eficaz, o consentimento deve ser expresso para que a vontade declarada pelas partes seja revestida de conteúdo jurídico. Seja como for, aos requisitos durabilidade, inalterabilidade, intrínsecos à noção de documentos, deve-se

magnético, optomagnético, eletrônico ou similar”. Ainda, o art. 2º dispõe que “Considera-se original o documento eletrônico autenticado por assinatura eletrônica, processado segundo procedimentos que assegurem sua autenticidade e armazenado de modo a preservar sua integridade”.

¹²⁹ V., entre outros, REOYO, V. M. T., “España: Derechos y Deberes de los Consumidores y Comerciantes en el Business to Consumer (B2C)”, in *R.E.D.I. <http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 31 febrero del 2.001>*; RICO CARRILLO, M., “Venezuela: la oferta y la aceptación en la contratación electrónica”, in *R.E.D.I. <http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 Agosto del 2000>*; RODEMAN, S., “Evolving Internet legal concepts for CU’s”, in *Credit Union Exec. J.*, March/April 2000, vol. 40, p. 6-9; SÁNCHEZ, F. H., “Argentina: e-commerce: la nueva realidad comercial”, in *R.E.D.I. <http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 32 marzo del 2001>*.

¹³⁰ PEREIRA dos SANTOS, M. J. e ROSSI, M. D., “Aspectos Legais do Comércio Eletrônico – Contratos de Adesão” in *Revista de Direito do Consumidor*, nº 36, out/dez, 2000, p. 121.

acrescentar o conceito da veracidade da identidade do agente ao manifestar a sua vontade de contratar.

Ressalte-se, por fim, que os contratos do B2C somente vincularão os consunautas se lhes “for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo”¹³¹. Da mesma maneira, não serão vinculantes para o consunautas os contratos que “forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance”¹³².

A partir dessas premissas básicas, é possível, então, examinar a validade jurídica de um contrato via eletrônica.

Validade do ato jurídico eletrônico

O art. 82 do Código Civil Brasileiro dispõe a respeito dos requisitos necessários para a validade de qualquer ato jurídico. São eles: agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei. Para não discorrermos muito longamente a respeito da “capacidade” do agente, partiremos da premissa de que os signatários dos contratos eletrônicos são capazes¹³³, na forma da lei. Desses requisitos apenas agente, objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei que efetivamente serão, a seguir, levados em consideração em relação aos contratos eletrônicos.

¹³¹ Art. 46 do CDC.

¹³² Art. 46 do CDC.

¹³³ Os arts. 5 e 6 do Código Civil Brasileiro definem a incapacidade absoluta e a relativa, da seguinte forma:

“Art. 5. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: I – os menores de dezesseis anos. II – os loucos de todo gênero. III – os surdos-mudos, que não puderem exprimir a sua vontade. IV – os ausentes, declarados por ato do juiz.”

“Art. 6. São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer: I – os maiores de dezesseis e os menores de vinte e um anos. II – Os pródigos. III – Os silvícolas. Parágrafo único. Os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará à medida que se forem adaptando à civilização do país.”

Declarações de vontade via eletrônica

Diz o art. 129 do Código Civil Brasileiro que “a validade das declarações de vontade não dependerá de forma especial senão quando a lei expressamente a exigir”. Em princípio, a legislação brasileira admite qualquer forma de declaração de vontade, incluindo para a formação dos contratos, salvo se for da substância do ato que sua celebração seja feita através de instrumento público. É esse o sentido do art. 133 do Código Civil Brasileiro¹³⁴, corroborado pela norma expressa no art. 367 do Código de Processo Civil Brasileiro¹³⁵. Embora as exigências de forma escrita para os atos jurídicos sejam a exceção e não a regra geral, em algumas situações esta é a forma prescrita em lei. Por exemplo, (i) quando se pretende tornar um negócio jurídico oponível a terceiros, o que implica geralmente um ato complementar de autenticação e/ou de registo do documento escrito; (ii) no caso de títulos de crédito, pois o direito está incorporado no título e a transmissão do direito pressupõe a entrega material do título; (iii) venda de imóveis, para citar apenas esses. É certo que redução a escrito do conteúdo de um ato jurídico pode ser exigida como condição de validade do ato e/ou como requisito probatório do mesmo. A forma escrita, se exigida legalmente como condição de validade de um ato jurídico, constitui obstáculo intransponível para o desenvolvimento de uma prática contratual por via eletrônica!

Em princípio, os contratos celebrados no B2C obedecem à regra geral. Não há, portanto, vedação legal a celebração de vínculo obrigacional por meio eletrônico. De fato, a legislação brasileira consagra a liberdade da forma. Ela não exige forma especial, isto é, sua celebração via instrumento público para um contrato B2C. Diante disso, qualquer uma das três formas de transmissão, através de meio eletrônico, de declarações de vontade são juridicamente válidas e admitidas pelo direito brasileiro.

¹³⁴ “Art. 133. No contrato celebrado com cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.”

¹³⁵ “Art. 367. Quando a lei exigir, como da substância do ato, o instrumento público, nenhuma outra prova, por mais especial que seja, pode suprir-lhe a falta”.

Identidade do agente

“A identidade do agente é elemento crucial num mundo digital”¹³⁶. Isto porque a manifestação da vontade para a formação do vínculo obrigacional exige a aceitação pela parte contra qual tal vínculo foi estabelecido. A manifestação da vontade para a formação de vínculo obrigacional deve ser clara e inequívoca, assim como deve ser o agente dessa declaração. Nesse sentido, dispõe o artigo 135 do Código Civil Brasileiro que: “o instrumento particular, feito e assinado, ou somente assinado por quem esteja na disposição e administração livre de seus bens,, prova as obrigações convencionais de qualquer valor”. Do mesmo modo determina o Código de Processo Civil Brasileiro. Seu art. 371, diz que: “Reputa-se autor do documento particular: I - aquele que o fez e o assinou; II - aquele, por conta de quem foi feito, estando assinado; III - aquele que, mandando compô-lo, não o firmou, porque, conforme a experiência comum, não se costuma assinar, como livros comerciais e assentos domésticos”. Ainda, o artigo 368, do mesmo diploma legal, dispõe que “as declarações constantes do documento particular, escrito e assinado, ou somente assinado, presumem-se verdadeiras em relação ao signatário”. Por fim, determina o art. 373 que o documento particular “prova que o autor fez a declaração, que lhe é atribuída”.

Assim, a identidade do agente na declaração da vontade por ele emanada é comprovada, legalmente, através da assinatura. Até há pouco tempo atrás, assinatura era aquela firmada de próprio punho ao final do documento. Era quase banal observar, quando a lei exigia que os documentos fossem assinados pelas partes, que tal exigência dizia respeito a uma assinatura manuscrita, ou seja um autógrafo. Isto porém suscita problemas quanto aos contratos eletrônicos. De praxe não há qualquer assinatura no momento do “click” de aceitação do consunauta.

¹³⁶ GRECO, M. A., Internet e Direito, São Paulo, Dialética, 2.000, p. 31.

Assinatura eletrônica

Numa concepção ampla, assinatura pode ser entendida como um ato pelo qual o autor de um documento determinado manifesta sua concordância com tal ato, autenticando o documento através de uma marca sua. Embora o direito brasileiro não especifique a forma como deve ser representada a assinatura num documento, isto é a lei não diz que ela tem que ser de próprio punho, o fator segurança está intrínseco em qualquer forma de assinatura. A assinatura num documento é importante para o direito brasileiro, pois “as declarações constantes de documentos assinados presumem-se verdadeiras em relação aos signatários”. É essa a regra disposta no art. 131 do Código Civil Brasileiro. Para remediar o problema da segurança em relação à assinatura nos contratos eletrônicos, somente através da assinatura eletrônica ou digital¹³⁷. Ela pode atender de modo eficaz os contratos eletrônicos do B2C e até mesmo a juridicidade das transações realizadas eletronicamente. Além do mais, os requisitos durabilidade e inalterabilidade, quanto ao elemento identidade do agente, podem ser atendidos através da criptografia¹³⁸ assimétrica. Por fim, como a legislação brasileira admite expressamente a validade jurídica dos contratos verbais e dos contratos por correspondência epistolar ou telegráfica, não há, em princípio, impedimento jurídico para o não reconhecimento da validade dos contratos assinados eletronicamente.

Além disso, com a edição da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2.001, “as declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131¹³⁹” do

¹³⁷ O estado de Utah, nos Estados Unidos da América, foi o primeiro no mundo a regulamentar o uso de assinaturas eletrônicas, com a promulgação em 10 de janeiro de 1995 do *Utah Digital Signature Act*.

¹³⁸ Criptografia pode ser entendido como uma forma de “embaralhar” informações visando impedir que pessoas não autorizadas tenham acesso a essas informações. A criptografia é bastante discutida hoje em dia, pois esse processo tem sido muito utilizado, por grupos terroristas por exemplo. Por essa razão, os Estados Unidos da América pretendiam ver promulgada legislação autorizado o FBI a ter acesso a qualquer documento criptografado, independentemente de ordem judicial e independentemente do país em que se encontrasse referido documento. V., nesse sentido, FROOMKIN, A. M., “The constitution and encryption regulation: do we need a ‘new privacy’?”, in *Legis. & Pub. Pol’y*, vol. 3, 1999-2000, p. 25-37.

¹³⁹ § 1º, art. 10 da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2.001.

Código Civil Brasileiro. Portanto, a legislação brasileira admite expressamente a possibilidade da assinatura eletrônica. Note-se que mesmo que a assinatura eletrônica não atenda ao processo de certificação da ICP-Brasil, isto não significa que a autoria e integridade do documento não possa ser admitida de outra forma. Tanto é assim que o parágrafo segundo do art. 10 da referida Medida Provisória n° 2.200-2, determina: “O disposto nesta Medida Provisória **não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica**, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que **admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento**¹⁴⁰”.

Autoridade certificadora

Para maior segurança das assinaturas eletrônicas, contudo, a autenticidade da titularidade das assinaturas deve ainda ser feita por autoridade certificadora¹⁴¹. Com a edição da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2.001, foi “instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, para garantir a

¹⁴⁰ Grifo nosso.

¹⁴¹ A OAB preparou uma anti-projeto de lei considerando como original o documento eletrônico assinado pelo seu autor mediante sistema criptográfico de chave pública. A Secretaria da Receita Federal editou a Instrução Normativa 156/99 criando entidades certificadoras e registradoras. Entretanto, uma instrução normativa não tem força de lei, nem conferirá fé pública ao documento. Por outro lado, alguns países latino-americanos já editaram leis a esse respeito, dando assim validade jurídica incontestável aos documentos criptografados. V., nesse sentido, ALVA MATTEUCCI, J. M., “Perú: la firma digital y su aplicación en la administración tributaria peruana: a propósito de la publicación de la Ley N° 27269 - Ley de firmas y certificados digitales”, in *R.E.D.I.* <http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 25 agosto del 2000>; CARVAJAL CÓRDOBA, M., “Ley de comercio electrónico en Colombia. (Ley 527 de 1999)”, in *R.E.D.I.* <http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 18 enero del 2000>. O mesmo já acontece em alguns estados dos Estados Unidos da América, na Itália, na Espanha. V., entre outros, CORREIA, M. P., “Sociedade de informação e direito: a assinatura digital”, in *R.E.D.I.* <http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 12 julio del 1999>; do mesmo autor, “Problemas Jurídicos da Transferencia Electrónica de Datos (EDI)”, in *R.E.D.I.* <http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 13 agosto del 1999>; MAESTRE, J. A., “El Empleo de la Firma Electrónica en el Sistema Registral Español: Comentario a la Resolución de la Dirección General de los Registros y del Notariado, de 26 de abril de 2.000”, in *R.E.D.I.* <http://publicaciones.derecho.org/redi/No. 24 julio del 2000>; PLOTKIN, M. E., “How to negotiate the dot.com maze” in *Corporate Finance*, April 2000, p. 40-3; SMITH, Ch. B., “Current U.S. encryption regulations: a federal law enforcement perspective”, in *Legis. & Pub. Pol’y*, vol. 3, 1999-2000, p. 11-20; ICC, “A global action plan for electronic commerce prepared by business with recommendations for governments”, in http://www.iccwbo.org/home/electronic_commerce/word_documents/SJAPFIN.doc.

autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras”¹⁴². Apesar da edição da referida Medida Provisória, ainda não foram criadas as entidades credenciadas para emitir certificados digitais na forma prevista em Lei. Seja como for, os contratos eletrônicos deverão, num futuro futuro, ser criptografados por autoridade certificadora.

Entretanto, mesmo que os contratos eletrônicos do B2C sejam assinados eletronicamente, criptografados assimetricamente e certificados por autoridade certificadora, ainda assim sua prova, em especial em procedimento judicial, ainda é fundamental. É exatamente este ponto que será objeto de exame a seguir.

A prova judicial dos contratos eletrônicos

A eficácia probatória dos documentos particulares, sejam eles eletrônicos ou não, depende, *a priori*, do reconhecimento da sua autenticidade pela parte a quem são opostos, ou de reconhecimento judicial da sua origem, integridade e veracidade, no caso de estas serem impugnadas. Isto implica recurso aos outros meios de prova admitidos em direito, isto é, através de prova testemunhal, pericial, por confissão, etc¹⁴³. Além do mais, diz o artigo 332 do Código de Processo Civil brasileiro que “todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, **ainda que não especificados neste Código**, são hábeis a provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa”¹⁴⁴. Mas isso não é tudo.

A prova da validade de qualquer instrumento privado faz-se através da presença de duas testemunhas, presença essa representada pelas respectivas assinaturas. É esse o

¹⁴² Art. 1º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

¹⁴³ Art. 136 do Código Civil brasileiro dispõe que “Os atos jurídicos, a que não se impõe forma especial, poderão provar-se mediante: I – Confissão; II – Atos processados em juízo; III – Documentos públicos ou particulares; IV – Testemunhas; V – Presunção; VI – Exames e vistorias; VII – Arbitramento.”

¹⁴⁴ Grifo nosso.

sentido do artigo 135 do Código Civil Brasileiro ao determinar que “O instrumento particular, (...), sendo subscrito por duas testemunhas, prova as obrigações convencionais de qualquer valor”. Ressalte-se que a Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2.001 não altera esse dispositivo do Código de Processo Civil.

Um contrato eletrônico é um instrumento particular. Se referido documento não contiver as duas testemunhas, sua prova judicial deverá ser feita por qualquer meio admitido em direito. Esses meios são os previstos no art. 136 do Código Civil Brasileiro e no art. 332 do Código de Processo Civil, como acima exposto. Logo, a força probatória dos contratos eletrônicos do B2C não será indiscutível. Ela será somente relativa, pois deverá ser avaliada pelo judiciário para a formação da sua livre convicção sobre os fatos. Seja como for, o resultado prático é que um contrato eletrônico não será considerado como um título executivo extrajudicial¹⁴⁵ e, em caso de litígio, a via competente será uma ação ordinária e não uma ação de execução. Diante disso, será necessário provar a sua existência, em processo judicial, para que somente então as suas disposições contratuais possam ser consideradas juridicamente válidas e exequíveis. Lembrando sempre que no caso do B2C, qualquer divergência oriunda do contrato deverá ser interpretada contra o fornecedor/ofertante.

É possível porém, num futuro próximo, remediar essa carência. É viável que as assinaturas das testemunhas sejam criptografadas assimetricamente e certificadas eletronicamente, assim como para as das partes contratantes. Breve: o mesmo mecanismo de segurança para as assinaturas dos contratantes poderá vir a ser aplicado para as testemunhas. Contudo, hoje ainda, o direito brasileiro é silente a esse respeito, apesar da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2.001. Na verdade, um longo caminho legal ainda deverá ser percorrido para que os contratos

¹⁴⁵ O art. 585, inciso II do Código de Processo Civil diz que “São títulos executivos extrajudiciais: (...) o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas.”

eletrônicos sejam absolutamente “seguros” juridicamente. Mas, a prática não pode esperar por muito tempo...

PALAVRAS CHAVE

Comércio eletrônico
Contratos Eletrônico
Internet
Criptografia
Assinatura eletrônica

KEY WORDS

E-commerce
Electronic contracts
Internet
Encryption
Digital Signature

RESUMO

Este artigo é parte de um projeto mais amplo: a influência da Internet na legislação brasileira. A Internet é “independente”, mas não pode sobreviver sem a influência de um sistema jurídico. É o que se vê com as relações do B2C diante do Código de Defesa do Consumidor, sem mencionar aspectos dos Códigos Civil e de Processo Civil brasileiros. Essa aplicação legal, contudo, não se faz sem concessões: é necessária uma certa adaptação dos diplomas legais existentes ao mecanismo do B2C, enquanto não for promulgada legislação mais específica. De fato, as bases nas

quais o direito foi criado, explorado e até agora tratado não são mais as mesmas. E, somente uma adaptação jurídica poderá assegurar os meios necessário para a proteção dessas novas formas de realização de negócios através da Internet.

ABSTRACT

This paper is part of a larger project: the influence of the Internet on the Brazilian legal system. The Internet is “independent”; however, it cannot subsist without the influence of a legal system. A good example is the relation between B2C and the Consumer Defense Code, without mentioning some aspects of the Brazilian Civil Code and the Brazilian Civil Procedure Code. Nowadays, these Codes are the applicable law, despite some adaptations that have been done, while a more specific legislation is not in force. Actually, the basis on which law has been created, explored and treated so far are not the same. Law would have to be adapted to secure the necessary meanings for protection of these new forms of doing business through Internet.